

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A Territorialidade do Bradesco: de pequeno banco
caipira a maior banco privado de varejo**

Marcio Fernando Gomes

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de Mestre em Geografia Humana
Orientador: Prof^a. Dra. Sandra Lencioni**

São Paulo
2000

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um longo e difícil trajeto; sua realização é devida a um esforço conjunto de estímulo e solidariedade expresso de diferentes formas.

Ao apresentar este trabalho gostaria de destacar e agradecer a Sandra Lencioni pela orientação inteligente e competente, que tanto estimulou a minha reflexão teórica. À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento da bolsa de pesquisa e pelos seus importantes pareceres. Gostaria de expressar o meu reconhecimento aos professores Paul Singer e André Roberto Martin pelas pertinentes e inteligentes sugestões e críticas no exame de qualificação. A Maria Cecília Sodero Vinhas pelas sugestões e críticas na leitura dos originais. A Bruno de Souza pela competente arte gráfica dos mapas. A Francisco Carvalho pela importante revisão gramatical final do trabalho. A Odette Carvalho de Lima Seabra pela orientação inteligente e pediátrica do Trabalho de Graduação Individual, que teve como objeto de pesquisa o Bradesco. A Ana Fani A. Carlos pela orientação inicial, quando há muito tempo este estudo foi germinado. A Amélia Luisa Damiani pelos estímulos sempre presentes durante o curso. Ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, especialmente Maria das Mercês Aposto, pela colaboração na coleta de dados. A Liliana Segnini pela atenção e contribuição intelectual no início deste trabalho. Heloisa H. de Souza Martins pelos estímulos a minha reflexão teórica. A Roberto Lobato Corrêa pela atenção e contribuição intelectual. A Ariovaldo U. de Oliveira pelas indicações no início desta pesquisa. A Carlos Alberto Franco da Silva pela atenção e indicações. Aos professores Wanderley Messias da Costa, Wilson do Nascimento Barbosa e Milton Santos que estimularam a minha reflexão intelectual nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação. Aos amigos dos colóquios que sempre trocaram experiências e sugestões que foram essências para o nosso amadurecimento intelectual. A Julio César Suzuki pelo estímulo constante aos meus ideais. A Sílvia Vitória de Oliveira pelas sugestões no início deste estudo. A Antonio Delfim Neto por ter aceito conceder uma entrevista, que foi agendada em tão pouco prazo. Mara Ziravello pela atenção e troca de experiências. Aos professores e funcionários do Depto. de Geografia pelos incentivos e contribuições para a realização desta pesquisa. Aos amigos de sempre de Potirendaba pelos estímulos e compreensão nas minhas longas ausências nesta cidade. Aos amigos e colegas da Faculdade, do Crusp, do Bradesco, de São Paulo, de São José do Rio Preto pelos estímulos e compreensão. A Rogério de Carvalho Silva, o grande amigo e bom camarada. Por último, mas especialmente, a minha família por tudo que foi e pelo que é.

*Aos meus pais e a Dona Carmela Nacarato,
talvez ela não saiba porque,
mas eu sei muito bem.*

APRESENTAÇÃO

A escolha deste tema surgiu a partir das minhas indagações quando trabalhava no Banco Bradesco S/A no período entre 1990 a 1996.

Esse Banco foi nosso objeto de uma pesquisa de Iniciação Científica durante a graduação, que contou com o apoio de uma bolsa de Iniciação à Pesquisa financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) ao longo de 1996 e 1997. Essa pesquisa também resultou no Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH da USP cujo título é *Bradesco: difusão da rede e relações de poder*, orientado pela Pr^{fa} Dra. Odette Carvalho de Lima Seabra. Esse trabalho permitiu-nos obter o título de Bacharel em Geografia em dezembro de 1997.

Esta dissertação de Mestrado procura mapear e compreender a territorialidade do Banco Bradesco S/A transformando-se de pequeno banco caipira a maior banco privado de varejo no território nacional. O recorte histórico abrange desde o momento da sua fundação em Marília (SP), no ano de 1943, até a sua entrada na Rede Mundial Internet em 1995. Esta dissertação também contou com apoio de uma bolsa de Pesquisa de Mestrado financiada pela FAPESP ao longo de 1999 e 2000.

RESUMO

A presente pesquisa trata da difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A no território nacional. O recorte histórico abrange desde o momento da fundação do Banco em Marília (SP), no ano de 1943, até a sua entrada na Rede Mundial Internet em 1995.

Apresenta a “história geográfica” do Banco Bradesco S/A que, de pequeno banco de atuação regional, financiador e intermediador dos negócios gerados a partir da atividade cafeeira aos pequenos sítiantes do interior do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná nos anos 40/50, transformou-se no início dos anos 70 no maior banco privado de varejo e construiu a maior rede de agências bancárias do Brasil, com múltiplos produtos e serviços.

Esta dissertação demonstra que o Bradesco, ao longo dos últimos 50 anos, passou de um banco de atuação regional em banco de atuação nacional por meio de estratégias e práticas, quer do próprio Banco, quer também do Estado brasileiro. Essas estratégias e práticas permearam, de maneira significativa, o desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil. Essa transformação, de banco regional em banco de atuação nacional perpassa por combinações e recombinações do poder político (Estado), do poder do capital (Banco) e do território (Rede), compondo estruturas e relações sócio-espaciais absolutamente complexas, que configuram a territorialidade nacional do Bradesco.

Palavras chaves: banco, território, regional, nacional, rede, Estado, concentração, centralização, tecnologia organizacional e tecnologia informacional.

ABSTRACT

The present research is about the diffusion of the agency network of Bradesco Bank S/A in the national territory. The historical record covers since the moment of its foundation in Marília (SP), in 1943, to its entrance in the World Net Internet in 1995.

Its shows the “geographical history” of Bradesco Bank S/A which, from a small bank of regional performance, financier and intermediary of the businesses generated from the coffee activity to the small peasants from the countryside of the States of São Paulo and Paraná in the 1940s/1950s, became, in the beginning of the 1970s, the largest private retail bank and it has built the largest network of bank agencies in Brazil, with a great deal of products and services.

This dissertation shows that Bradesco, throughout the last 50 years, has changed from a bank of regional performance to a national performance through strategies and practices, be it of the bank itself as well as the Brazilian State. These strategies and practices permeated, in a significant way, the economical and financial development of Brazil. This transformation from a regional bank to a national one passed by combinations and re-combinations of the political power (State), capital power (Bank) and territory (network), composing structures and socio-spatial relations utterly complex, which configure the national territory of Bradesco.

Key words: bank, territory, regional, national, network, State, centralization, organizing technology and informing technology.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| AGRADECIMENTOS..... | i |
| APRESENTAÇÃO..... | iii |
| RESUMO..... | iv |
| ABSTRACT..... | v |
| ÍNDICE..... | viii |
| LISTA DE TABELAS..... | viii |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | ix |
| LISTA DE MAPAS..... | x |
| SIGLAS..... | xi |
| INTRODUÇÃO..... | .01 |
| CAPITULO I – A origem caipira do Bradesco e sua difusão regional (1943-63) | 12 |
| 1. A origem caipira e o ideário disciplinar do Bradesco e do fundador Amador Aguiar..... | 13 |
| 2. O desenvolvimento regional do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná como condição da difusão regional do Bradesco no território do café..... | 24 |
| 2.1 O desenvolvimento regional brasileiro e a difusão regional dos bancos no Brasil..... | 25 |
| 2.2. O desenvolvimento das atividades econômicas do território do café como condição da difusão regional do Bradesco..... | 38 |
| 2.3. A urbanização acelerada dos centros regionais do território do café como condição da difusão regional do Bradesco..... | 59 |
| 3. A colheita de dinheiro do Bradesco no território do café: política de crédito | 68 |
| 4. A difusão regional do Bradesco no território do café..... | 87 |
| CAPITULO II – De banco regional a banco nacional: Estado, centralização do capital e difusão territorial do Bradesco (1964-1973) | 111 |
| 1. A lógica de integração do território e o desenvolvimento macroeconômico do Brasil..... | 113 |
| 2. A reforma financeira: centralização do capital bancário-financeiro e a orientação e controle da difusão territorial das agências..... | 123 |

| | |
|---|-----|
| 3. “Milagre Brasileiro” de Descontos S. A.: os bancos incorporados pelo Bradesco..... | 140 |
| 4. A transição da difusão regional à nacional do Bradesco..... | 151 |
| CAPÍTULO III – A consolidação da difusão do Bradesco no território nacional: novas tecnologias informacionais e organizacionais (1974-1996).. | 169 |
| 1. A integração econômica brasileira e a formação de instituições bancárias integradas nacionalmente, juntamente com a política macroeconômica..... | 170 |
| 2. A emergência de novos circuitos e novas redes de telecomunicações no Brasil e as tecnologias informacionais e organizacionais do Bradesco..... | 184 |
| 2.1. A tecnologia informacional no espaço e tempo do Bradesco..... | 197 |
| 2.2. A tecnologia organizacional na Organização Bradesco: o ideário disciplinar | 214 |
| 3. A consolidação da difusão do Bradesco no território nacional..... | 248 |
| 4. O Conglomerado Bradesco e os conglomerados no Brasil..... | 281 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 295 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 298 |
| ANEXO | |

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS TRÊS SETORES DA ECONOMIA 1947-1968..... | 34 |
| TABELA 2 - EMPRESAS QUE OPERAM NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1940..... | 54 |
| TABELA 3 - TAXAS MÉDIAS DE JUROS PAGOS E COMBRADOS POR BANCOS PARTICULARES NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO – 1948..... | 79 |
| TABELA 4 - MATRIZES E AGÊNCIAS DO BRADESCO, BANCO DO BRASIL E DEMAIS BANCOS COMERCIAIS - 1961..... | 90 |
| TABELA 5 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS – 1947 | 92 |
| TABELA 6 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1949 | 93 |
| TABELA 7 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1951 | 94 |
| TABELA 8 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1958 | 95 |
| TABELA 9 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1959 | 96 |
| TABELA 10 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1963 | 97 |
| TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO REMUNERADA E ECONOMICAMENTE ATIVA NO BRASIL - 1960/1970..... | 121 |
| TABELA 12 - ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DIVIDIDOS POR REGIÕES - 1964/1972..... | 152 |
| TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DE DEPENDÊNCIAS DOS BANCOS COMERCIAIS E BANCO DO BRASIL - 1956-1981..... | 153 |
| TABELA 14 – PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS DOS MAIORES BANCOS SOBRE TOTAL DE DEPÓSITOS - 1964/1976 | 154 |
| TABELA 15 - NÚMERO MÉDIO DE AGÊNCIAS POR BANCO - 1965-1981..... | 155 |
| TABELA 16 - NÚMERO DE SEDES DE BANCOS POR TIPO DE CAPITAL - 1964-1976..... | 156 |
| TABELA 17 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1964 | 164 |
| TABELA 18 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS -1968 | 165 |
| TABELA 19 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1973 | 166 |
| TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DAS AGÊNCIAS BRADESCO - 1970/1980/1991..... | 180 |
| TABELA 21 - EMPRESAS CONTROLADAS PELA DIGILAB – ORGANIZAÇÃO BRADESCO - 1992 | 201 |
| TABELA 22 - AGÊNCIAS DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS POR REGIÕES - 1994..... | 250 |
| TABELA 23 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1974 | 252 |
| TABELA 24 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1975 | 253 |
| TABELA 25 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1980 | 254 |
| TABELA 26 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1985 | 255 |

| | |
|---|-----|
| TABELA 27 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1987 | 256 |
| TABELA 28 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1990 | 257 |
| TABELA 29 - CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS - 1993 | 258 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE INFLAÇÃO 1945-1965..... | 84 |
| GRAFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1943..... | 98 |
| GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1947..... | 98 |
| GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1950..... | 103 |
| GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1955..... | 107 |
| GRAFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1961 | 109 |
| GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1963..... | 109 |
| GRÁFICO 8 - ÍNDICE DE INFLAÇÃO - 1964-1975..... | 116 |
| GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1964..... | 157 |
| GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1967..... | 157 |
| GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1968..... | 157 |
| GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1972..... | 157 |
| GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1973..... | 157 |
| GRÁFICO 14 - ÍNDICE DE INFLAÇÃO - 1973-1996..... | 178 |
| GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGENCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1973..... | 260 |
| GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGENCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1976..... | 260 |
| GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGENCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1980..... | 260 |
| GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1985..... | 264 |
| GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1986..... | 264 |
| GRÁFICO 20 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1987..... | 264 |
| GRÁFICO 21 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1991..... | 268 |
| GRÁFICO 22 - DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES 1996..... | 268 |
| GRÁFICO 23 - AGÊNCIAS DO BRADESCO CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 1963-1996..... | 272 |
| GRÁFICO 24 - AGÊNCIAS DO BRADESCO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO 1963-1996..... | 272 |
| GRÁFICOS 25 – AGÊNCIAS DO BRADESCO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1963-1996..... | 273 |
| GRÁFICO 26 – AGÊNCIAS DO BRADESCO DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1963-1996..... | 273 |
| GRÁFICO 27 – AGÊNCIAS DO BRADESCO NO ESTADO DE SÃO PAULO 1943-1996..... | 274 |
| GRÁFICO 28 – AGÊNCIAS DO BRADESCO SUDESTE - 1943-1996..... | 276 |
| GRÁFICO 29 – AGÊNCIAS DO BRADESCO SUL - 1943-1996..... | 276 |

| | |
|---|-----|
| GRAFICO 30 - AGÊNCIAS DO BRADESCO CENTRO-OESTE - 1943-1996..... | 276 |
| GRÁFICO 31 - AGÊNCIAS DO BRADESCO NORDESTE - 1943-1996..... | 277 |
| GRÁFICO 32 - AGÊNCIAS DO BRADESCO NORTE - 1943-1996..... | 277 |

LISTA MAPAS

| | |
|---|-----|
| MAPA 1 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1943..... | 99 |
| MAPA 2 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1947..... | 100 |
| MAPA 3 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1950..... | 105 |
| MAPA 4 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1963..... | 161 |
| MAPA 5 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1968..... | 162 |
| MAPA 6 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1973..... | 163 |
| MAPA 7 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1980..... | 262 |
| MAPA 8 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1985..... | 266 |
| MAPA 9 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1987..... | 267 |
| MAPA 10 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1991..... | 271 |
| MAPA 11 – BRADESCO: AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM 1996..... | 272 |

SIGLAS

AB – AGÊNCIAS DO BRADESCO
ALALC – ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA LATINA
BB – BANCO DO BRASIL
BBI – BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTOS
BC – BANCO CENTRAL
BDN – BRADESCO DIA E NOITE
BNDE – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CAMOB – CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA
CAPRE – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
CARED – CARTEIRA DE REDESCONTO
CDI – CERTIFICADO DE DEPÓSITO INTERBANCÁRIO
CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CMN – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
COFIE – COMISSÃO DE FUSÕES E INCORPORAÇÕES DE EMPRESAS
CONTEC – CONSELHO TÉCNICO
CONCEX – CONSELHO DE COMÉRCIO EXTERIOR
CPD – CENTRO DE PROCESSAMENTOS DE DADOS
CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DBC – DEMAIS BANCOS COMERCIAIS
DIGILAB – LABORATÓRIOS DIGITAL S/A
ECT – EMPRESA DE CORRÊIOS E TELEGRAFOS
FEA – FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
FGTS – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GQT – GERÊNCIA DE QUALIDADE TOTAL
GTE – GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL
IGP – ÍNDICE GERAL DE PREÇOS
IPC – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
IPMF – IMPOSTO SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
ITA – INSTITUTO TECNOLÓGICO E AERONÁUTICA
LER – LESÃO POR ESFORÇOS REPETITIVOS

NR – NOTA REGULAMENTAR

O&M – ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

OPEP – ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PIN – POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA

PNB – PRODUTO NACIONAL BRUTO

PND – PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

SEDEX – ENCOMENDA EXPRESSA NACIONAL

SEI – SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA

SESE – SECRETARIA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO

SID – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DISTRIBUÍDA

SUDECO – SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

SUDESUL – SUPERINTENDÊNCIA PRA O DESENVOLVIMENTO DO SUL

SUMOC – SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DE CRÉDITO

INTRODUÇÃO

Conforme suscitou Roberto Lobato Corrêa¹, fazia-se necessário preencher a "lacuna" de um estudo sobre a "história geográfica" de um banco como o Banco Bradesco S/A. Essa lacuna seria preenchida através da análise do surgimento e evolução da rede de agências do Banco, ou seja, abrangeria "o processo de sua formação em um dado contexto espaço-temporal, as alianças e conflitos com outros agentes, suas estratégias e práticas espaciais"². Consideramos que a nossa dissertação de Mestrado procura preencher essa lacuna, ao mesmo tempo que contribui para verificarmos e compreendermos a importância da territorialidade do Banco Bradesco S/A ao sistema bancário-financeiro brasileiro, além de observarmos a importância desse Banco para o processo de interiorização do desenvolvimento nacional e do Estado de São Paulo em particular.

Esta dissertação de Mestrado procura mapear³ e compreender o processo de difusão territorial da rede das agências do Banco Bradesco S/A no território nacional. O recorte histórico desta dissertação abrange desde o momento da fundação do Banco em Marília (SP), no ano de 1943, até a sua entrada na Rede Mundial Internet em 1995. A estrutura de exposição adotada é dividida em três períodos, demonstrado em três capítulos, que indicam momentos significativos de inflexão desse processo de difusão territorial da rede de agências do Banco. No momento em que demonstra a fundação do Bradesco ressalta um dos seus fundadores, Amador Aguiar, um presbiteriano caipira do interior do Estado de São Paulo que criou um ideário disciplinar para o Banco, a qual acabou influenciando significativamente na Organização Bradesco.

Apresenta a "história geográfica" do Banco Bradesco S/A que, de pequeno banco de atuação regional, financiador e intermediador dos negócios gerados a partir da atividade cafeeira aos pequenos sítios do interior do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná nos anos 40/50, transformou-se no início dos anos 70 no maior banco privado de varejo e construiu a maior rede de agências bancárias do Brasil, com múltiplos produtos e serviços.

¹ CORRÊA, R. L. *Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território* in *Rev. Bras. de Geografia*. Rio de Janeiro, abr./jun. 1989, nº 51, p. 17-32.

Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985 in *O Novo Mapa do Mundo – Globalização e Espaço Latino-Americano* org. Scarlato, F. C., Santos, M. e outros. São Paulo, 2º ed. HUCITEC-ANPUR, 1994.

² CORRÊA, R. L. *Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território* op. cit. p. 31.

Esta dissertação examina quais foram as estratégias e práticas sócio-espaciais, ao longo dos anos 40 aos anos 90, que fizeram com que um pequeno banco caipira do interior do Estado de São Paulo, financiador e intermediador dos negócios gerados a partir da atividade cafeeira, com uma territorialidade regional, se tornasse o maior banco privado de varejo brasileiro e a maior rede de agências com uma territorialidade nacional.

Esta dissertação demonstra que o Bradesco, ao longo dos últimos 50 anos, passou de um banco de atuação regional para um banco de atuação nacional por meio de estratégias e práticas, quer do próprio Banco, quer também do Estado brasileiro. Essas estratégias e práticas permearam, de maneira significativa, o desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil. Essa transformação, de banco regional em de atuação nacional perpassa por combinações e recombinações do poder político (Estado), do poder do capital (Banco) e do território (Rede), compondo estruturas e relações sócio-espaciais absolutamente complexas, que configuram a territorialidade nacional do Bradesco.

O capítulo I apresenta que a primeira difusão territorial da rede de agências do Bradesco aconteceu num território regional no período entre 1943 a 1963. Nessa perspectiva o Banco, naquele momento um pequeno banco caipira do interior, difundiu sua rede de agências no território do café. Isso pode ser comprovado no fato de que o Banco ampliou aceleradamente o número de agências nesse território, passando de 6 agências em 1943 para 223 em 1963, ou seja, houve um aumento de 3.716% em 20 anos. Assim, procura demonstrar que esse aumento das agências deveu-se, pelo menos em parte, às altas taxas de lucratividade alcançadas pelo Banco com o *spread* financeiro, que por sua vez foram favorecidas com as altas taxas de inflação do período. Destaca a relevância desse território no contexto do desenvolvimento econômico e regional brasileiro. Dessa maneira, demonstra que o Banco difundiu sua rede de agências aproveitando as oportunidades dos negócios desenvolvidos nesse território do café, principalmente intermediando as transações financeiras dos pequenos e médios clientes da ‘franja pioneira’ paulista e paranaense. Portanto, conforme demonstra esse capítulo, ocorreu um processo de concentração do capital bancário do Bradesco, um banco de origem caipira e ideário disciplinar, a partir da difusão da sua rede de agências num território regional que

³ Este mapeamento considerou a base cartográfica atual do IBGE para todos os anos.

apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade da atividade cafeeira e algodoeira.

O Capítulo II demonstra que houve uma transição da difusão da rede de agências do Bradesco, na qual o Banco passou de uma difusão de atuação regional para nacional. Assim, entre os anos de 1964 e 1973, as Autoridades Monetárias tendo como perspectiva um sistema bancário-financeiro constituído de bancos com menos problemas sazonais de liquidez e a ampliação da atuação dos bancos por diversas localidades do território nacional, implantou uma série de regulamentações, que tiveram por objetivo incentivar a centralização do capital bancário-financeiro, ao mesmo tempo que controlar e orientar as cartas-patentes que autorizavam a abertura de agências bancárias no território brasileiro, culminando com a sua proibição total a partir de 1971. Nesse contexto, os maiores bancos, impedidos de abrir novos postos de captação de depósitos/recursos, usaram a estratégia de incorporação de outros bancos menores (os quais, segundo as Autoridades Monetárias, tinham dificuldade de se adaptar às novas regras da Reforma Financeira), para expandir suas redes de atendimento, o que resultou na centralização bancária (que também, segundo defendem alguns economistas, tinha por objetivo criar economia de escala nas empresas privadas). Nessa perspectiva verifica-se que houve a diminuição do número de matrizes e uma ampliação do número de agências bancário-financeiras, ao mesmo tempo que houve a transformação de muitos pequenos bancos que tinham uma atuação local-regional em poucos grandes bancos de atuação nacional. O Bradesco, beneficiado por esses incentivos fiscais, incorporou 14 bancos, tornando-se a partir daí o maior banco e a maior rede de agências privada do Brasil. Portanto, conforme demonstra este capítulo, fica evidenciado que a centralização do capital bancário-financeiro, bem como a dispersão territorial bancária, pelo menos, nesse período entre 1964 e 1973, está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que o próprio processo espontâneo de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica.

O Capítulo 3 examina a partir desse contexto de incorporação de outros bancos que a consolidação do processo de difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional, no período entre 1973 a 1996, esteve intimamente relacionada com implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais. Nesse período, o Estado diminuiu sua intervenção na centralização do capital e no controle da difusão das agências bancário-

financeiras, porque houve restrições da política monetária e creditícia, agravadas pela dívida externa. Isso possibilitou uma mobilidade própria dos bancos. O Bradesco aproveitou-se dessa mobilidade e abriu agências pioneiras aumentando o lucro com o *spread* financeiro, possibilitado pela alta inflação do período. Após o Plano Cruzado, o Banco refluíu e se preparou para uma futura estabilização da economia, ou seja, imediatamente diminuiu 10% das suas agências e manteve o total de agências do ano de 1987 até o ano de 1991. Além do que, o Banco gestou uma enorme reestruturação empresarial, que acabou integrando a rede nacional de agências e interferiu no perfil e no quadro de funcionários. Neste período, o Estado diminuiu a importação de tecnologia informacional para controlar a balança de pagamentos e criar uma reserva de mercado para proteger a indústria em surgimento no país. O Bradesco criou e desenvolveu uma fábrica de tecnologia informacional. A concentração de capital e a rede de atuação nacional do Bradesco, possibilitou-o formar um dos maiores conglomerados financeiro e empresarial do Brasil, com atuação em 39 empresas de diferentes tipos em 1995. Essa conglomeração não apenas foi possível a partir da concentração de capital e da rede de agências com atuação nacional, mas também tornou-se necessária para a reprodução do próprio capital do Banco. Portanto, como demonstra esse capítulo, a consolidação do processo de difusão do Bradesco e a formação do Conglomerado do Banco no território nacional esteve intimamente associado a implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais.

Faz-se necessário fazer algumas considerações sobre os principais termos utilizados nesta dissertação de Mestrado: banco, espaço, sócio-espacial, território, rede, Estado, concentração, centralização, tecnologia informacional e tecnologia organizacional.

Na transição da ortodoxa teoria monetária, desde Henry Simons até Gurley e Shaw, um banco comercial como o Bradesco pode ser considerado tendo duas funções primordiais: “A primeira é a de fornecer o mecanismo de pagamentos dentro da sociedade; a outra é a de intermediário financeiro que recebe depósitos e os empresta a agentes necessitados de liquidez”.⁴ E para constituir-se como tal o Bradesco constrói a sua territorialidade.

⁴ CASTRO, H. O. P. de. As causas econômicas da concentração bancária. Rio de Janeiro, IBMEC, 1981, p.69

A maioria dos estudos sobre bancos no Brasil são analisados tomando o conjunto de bancos brasileiros, no nosso caso em particular a perspectiva é analisar apenas um único banco para revelar as estratégias e práticas sócio-espaciais não somente do nosso estudo de caso, mas também do conjunto de bancos, ao mesmo tempo que revelar as suas correlações com o Estado e o próprio território brasileiro. Com isso não queremos dizer que a história-geográfica de um banco é reflexo da história-geográfica de um conjunto de bancos, ou até mesmo da História-Geográfica de um Estado e de uma sociedade. No entanto, isso não quer dizer que não haja uma relação entre elas, porque se esta não ocorresse negaria a mediação das particularidades dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos.

O estudo empírico de um banco comercial brasileiro como o Bradesco ainda apresenta várias lacunas, tanto no que diz respeito à literatura brasileira, bem como na Geografia. Dois importantes estudos clássicos sobre essa temática são de Jean Labasse⁵. Por meio de mapas este autor demonstra o raio de atuação dos bancos de Lião na França, e a não coincidência dos limites dessa esfera de influência como os da região industrial. A questão verificada a partir dessa constatação foi a do estudo das influências que os capitais lioneses exerceram sobre as atividades industriais e rurais no interior do seu raio de atuação. Com relação a este fato, igualmente ao verificado no caso do Bradesco no território do café, o autor identificou que “esses bancos, pelas facilidades de crédito, pelos métodos bancários adaptados às circunstâncias, contribuíram para a expansão de certas culturas e, em consequência, exerceram a ação direta sobre a vida rural”⁶. Apesar de uma lacuna grande nos estudos sobre o sistema bancário-financeiro, faz-se necessário destacar o recente trabalho de Carlos Alberto Franco da Silva⁷. Este estudo trata da dinâmica espacial dos bancos comerciais brasileiros enquanto instrumento de integração econômica do território, com uma análise empírica de um dos maiores bancos privados do país, o extinto Banco Nacional S/A.

⁵ LABASSE, J. *Lês Capitaux Et La Région – Essai sur le commerce et la circulation capitaux dans la région lyonnaise*. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.

L' Espace Financie – analyse géographique. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

⁶ MONBEIG, P. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia, 1957, p.222.

⁷ DA SILVA, C. A. F. *Dinâmica Espacial do Capital Bancário – Difusão, Integração e Crise: Estudo de Caso do Banco Nacional S.A.*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Há tempos vem se enfatizando que para se compreender a unidade entre os processos sociais e espaciais devemos nos remeter às complexas relações entre espaço e tempo, ao mesmo tempo que entre sociedade e natureza. Primeiramente, porque o tempo, entendido como história, conforma a relação sociedade-natureza que no seu movimento modifica a relação espaço-tempo. Segundo, porque com o tempo, na história, modifica-se o significado social dos atributos geográficos dos lugares.⁸

Milton Santos⁹, fazendo referência a Henri Lefebvre, diz que há tempos eles têm falado sobre espaciologia. Dessa maneira, Santos suscitando uma correta aplicação do método marxista à Geografia, reforça a importância da noção de totalidade para compreender a noção da realidade. “Por isso sugerimos uma melhor utilização do conceito de formação econômica e social nos estudos geográficos e, mesmo, propusemos a introdução, na literatura correspondente da categoria de formação sócio-espacial”¹⁰.

Na emergência de desvendar o espacial no momento atual faz-se necessário desvendá-lo como lógico, uma sócio-lógica, a lógica traduzida em estratégia real, se realizando no território. “A essência do espacial, como se caracteriza neste momento, é a lógica, mais ainda, a lógica formal. Ela alimenta o planejamento, a informação, a deteriorização da dialética do tempo. E somente um pensamento que localize essa lógica, e a transcenda, revela a dialética do espaço”¹¹.

Nesse sentido, o espaço é a categoria mais cara da Geografia, nós a entendemos como condição, meio e produto da re-produção das relações produção, isto é, das relações da sociedade com a natureza. O nosso entendimento do espaço é que ele não é somente continente das relações sociais, mas está imbricado a elas intrinsecamente. A lógica dialética do espaço social exige a discussão da apropriação social. Na ausência de apropriação, ou seja, na ausência do uso do espaço, se vive este espaço como geométrico, lógica formal. O espaço geométrico tornou-se um momento da análise do espaço social. O sentido pleno do espaço social é alcançado de fato quando apropriado socialmente.

⁸ LENCIONI, S. Reestruturação Urbano-Industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo – A Indústria Têxtil. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1991, p. 5.

⁹ SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1978.

¹⁰ SANTOS, M. (org.) *Alguns Problemas Atuais da Contribuição Marxista à Geografia* IN: Novos Rumos da Geografia Brasileira, São Paulo: HUCITEC, 1982, p.135.

¹¹ DAMIANI, A. L. Introdução ao Curso Teoria e Método II. Depto. de Geografia/FFLCH/USP, março de 1997. (mimeo)

A ênfase no momento atual é para nos debruçarmos nas análises do uso do espaço. “O uso é fundante do pensamento de Henri Lefebvre essencialmente porque, na sequência de suas obras, ele busca encontrar as resistências, ou o que denomina resíduos irredutíveis ao domínio da lógica, da razão”. Esse pensamento “implica o reconhecimento da prevalência da lógica, da razão como sentido do mundo que, transfigurando-se em razão instrumental (em prática), parece dominar o mundo visto como estratégia de dominação política, que implica também sujeição econômica”.¹²

Para as análises sobre um Banco, no caso o Banco Bradesco S/A, entendemos que tanto a intermediação, bem como a apropriação dos recursos da atividade econômica pelo Banco, acontece por uma rede de fixos espalhadas pelo território e por uma rede de fluxos que intercambiam informações, valores, ou seja, os próprios recursos da atividade econômica. Entretanto, esses recursos da atividade econômica são reproduzidos e estão espalhados por todo um território.

O território permite a leitura das estratégias e práticas sócio-espaciais historicamente construídas, ao mesmo tempo em construção permanente. O território é domínio das estratégias. Podemos pensar que as estratégias de ação no domínio de um território sempre foram projetos de conquistadores e dos Estados e, mais recentemente, das grandes empresas monopolistas. Yves Lacoste¹³ diz que os Estados e mesmo essas empresas monopolistas possuem uma visão integrada do espaço, dada pela intervenção articulada em vários lugares. Pensando o espaço tornado prática social, esquadrihado por fluxos, redes e relações, poderíamos pensar o Banco construindo a sua territorialidade, pensar o uso que o Banco faz do espaço.

A definição do fenômeno urbano no pensamento de Lefebvre “implica considerar *tambiém* las yuxtaposiciones y superposiciones de *redes*, el encuentro y la reunión de estas redes, constituídas unas em función del território, otras em función de la industria y otras, finalmente, em función de los demás centros de la malla urbana”¹⁴. Entendemos que a rede é a forma e o território é o conteúdo, uma realidade concreta, uma prática social e deve ser entendido como apropriação social.

¹² SEABRA, O. C. de. L. *A Insurreição do Uso* IN: MARTINS, J. de S., *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*, São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996, p. 71.

¹³ LACOSTE, Y. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.

¹⁴ LEFEBVRE, H. *La Revolución urbana* 4ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983, p. 127-28.

Nesse sentido é que a análise da distribuição espacial da rede de agências do Bradesco, ou seja, dos fixos e fluxos, dissociada das análises do território, ou mesmo das territorialidades, comprometeriam o nosso entendimento das relações sócio-espaciais dadas num determinado território. Isso porque o Bradesco faz a intermediação e a apropriação dos recursos da atividade econômica a partir de uma rede de fixos e fluxos, ou seja, uma forma, mas esses recursos são reproduzidos historicamente a partir das relações sócio-espaciais num espaço mais amplo e complexo, ou seja, no território brasileiro. Ao mesmo tempo que a partir de estratégias e práticas próprias o Banco constrói a sua territorialidade.

Nessa perspectiva de entendermos que a nossa pesquisa vai muito além da questão da localização das agências bancárias fomos verificar que se trata de uma questão do espaço entendido como apropriação social. Lencioni¹⁵ conceituando o termo estruturação do espaço diz que esta não é apenas uma questão de localização ou de projeção da distribuição das atividades sociais sobre o território e nem se reduz a processo “puramente” espaciais. Primeiramente, porque os processos sociais ocorrem de forma localizada no espaço, o que faz com que sejam relevantes as diferenças entre os lugares, as particularidades. Segundo porque nos processos espaciais a transformação das relações sociais conformam a história desses processos.

Podemos pensar que a formação da nacionalidade brasileira está na perspectiva da formação, da construção do território e da sociedade brasileira. O Brasil é fruto de uma expansão que lhe é externa, nasce no bojo de uma concepção de *território a conquistar*, ou seja, sob o signo da violência. Essa concepção originária perpetua-se ao longo de nossa formação histórica. Essa imagem de terra a ocupar, ou mesmo de “país em construção” é muito cara às classes dominantes que vêem a população como um instrumento desse processo. E sempre que essa população aparece como empecilho à acumulação, a solução é a eliminação do atrito. Essa visão é recorrente desde o colonizador lusitano ao fazendeiro paulista que “conquista” as terras do Oeste. Esta imagem do “país em construção”, com uma formação territorial ainda inconclusa, estimula em muito os expedientes de controle social.¹⁶

¹⁵ LENCIONI, S. Reestruturação Urbano-Industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo, op. cit., p. 3-4.

¹⁶ MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil* 2º ed. São Paulo: HUCITE, 1991, P. 96-99.

Como estabelecemos nesta dissertação, o Banco Bradesco S/A inicialmente difundiu sua rede de agências num território que denominamos ser o *território do café*. Essa denominação não aparece aleatoriamente, pois demonstraremos que o Banco, sobretudo nos seus vinte primeiros anos, difundiu sua rede de agências no território onde o desenvolvimento da atividade cafeeira apresentava-se muito dinâmico, principalmente na zona dos municípios tributários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, na sua seção da Alta Paulista e da Estrada de Ferro da Noroeste, ou seja, na ‘franja pioneira’ paulista e paranaense, num *território* que estava sendo *conquistado*. Portanto, a nossa denominação do termo *território do café* foi expressa considerando que a apropriação social deste território se deu a partir do desenvolvimento da atividade cafeeira. Entretanto, sabemos que essa denominação é um ponto de partida pois, por um lado, nesse território desenvolviam-se também outras atividades e, entre elas, a atividade algodoeira era muito relevante. Por outro lado, pelas múltiplas faces que ‘o capital cafeeiro’ desenvolveu nesse território em particular e no Estado de São Paulo como um todo. Desse modo, faz-se necessário não apenas analisarmos a atividade cafeeira, especificamente, mas também as diversas faces que essa atividade desenvolveu.

Para Hegel – grande teórico do Estado – o Estado é encarnação suprema da Idéia, coroa o edifício social e completa-o; superior ao direito e à moral, reúne-os nele. Isso porque o poder do Estado compreende o direito e a moral, envolve-os e garante. “O Estado representa a totalidade da sociedade numa esfera superior, forma igualmente superior da liberdade”¹⁷. Para Lefebvre, a partir das transformações que caracterizam o século XX o capitalismo se desenvolveu, modificando a articulação com o político, implicando num Estado fortalecido. “O processo de constituição do Estado mundializado que se realiza por meio de um desenvolvimento histórico inaugura uma nova relação entre o econômico e o político. O Estado toma para si o crescimento como estratégia e se transforma num ser político concretizando-se espacialmente”¹⁸. Nessa perspectiva, para Milton Santos¹⁹ o Estado é o agente de transformação, de difusão e de dotação. É o intermediário entre as forças internas e externas. Assim, não é passivo; ao contrário, orienta os estímulos e é o

¹⁷ LEFEBVRE, H. *Retorno a Fonte: Marx*, IN: Problemas Atuais do Marxismo, ULMERIO, 79.

¹⁸ CARLOS, A. F. A. *A Mundialidade do Espaço* IN: MARTINS, J. de S., *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*, São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996, p. 123-4.

¹⁹ SANTOS, M. *Por uma geografia nova*, op. cit.

grande criador das “rugosidades” – formas duráveis – ou seja uma incorporação de capital na superfície terrestre. O Estado estimula todo um processo de modernização, que aliás está em curso. Este processo não atinge todos os lugares ao mesmo tempo, e obedece à lógica do capital e não aos interesses do homem, podendo ser considerado como uma “modernização maldosa”, perversa. Tal processo define os usos do território, a apropriação da natureza, as relações entre os lugares, enfim, a organização do espaço.

Muitos autores utilizam a centralização de capital – empresas incorporando outras empresas – como concentração simples, que nada mais é do que acumulação a partir dos meios de produção e do comando sobre o trabalho. Nessa perspectiva, Marx faz uma distinção entre esses conceitos. Marx²⁰, no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista, faz uma análise da concentração do capital e diz que com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação do capital. Acrescenta que esses dois fatores na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente modificam a composição técnica do capital e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante. Para Marx, a acumulação do capital é revelada, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais:

“Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a

²⁰ MARX, K. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, Vol. II, 6ª ed., Trad. De Reginaldo Sant Anna. Civilização Brasileira, 1980.

centralização propriamente dita que não se confunde com a acumulação e a concentração.”²¹

Nessa perspectiva, Michel Aglieta²² analisando a concentração e centralização do capital industrial, diz que “a concentración simple es, dentro del campo del valor, un hecho cuantitativo de acumulación desigual que conserva la autonomía de los capitalés, la centralización es una modificación cualitativa que remódelo la autonomía de los capitales y crea nuevas relaciones de competencia”. Segundo Marx, a concorrência e o crédito são as duas maiores alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Ainda acrescenta que o aumento do tamanho dos estabelecimentos capitalistas individuais provoca uma transformação progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos socialmente combinados e cientificamente organizados. Com relação a esta dissertação, é importante ressaltar que, diferentemente de muitos autores, consideramos as incorporações feitas pelo Bradesco a partir das análises de Marx. Nesse sentido, elas aparecem como centralização do capital.

Nesse momento, faz-se necessário definir que utilizamos distintamente, no terceiro capítulo da nossa dissertação, os termos tecnologia organizacional e tecnologia informacional. Entendemos que a tecnologia organizacional é estratégia e concepção, ou seja, é a lógica que permitira o Banco intermediar e apropriar-se dos recursos da atividade econômica no território brasileiro. Para estar difundido por todo um território, o Banco implanta uma rede de fixos e fluxos que são gestados a partir de uma tecnologia organizacional. A realização da tecnologia de organização dessa rede só é possível a partir da implantação de novas tecnologias de informação, ou seja, as formas que permitiram a realização das transações nessa rede. Essas novas tecnologias organizacionais e informacionais permitiram a integração, o controle das informações e valores que são intermediados e apropriados nesse território, ou seja, são as formas que permitiram a constituição da territorialidade nacional do Bradesco, principalmente no período pós-73.

Uma vez apresentado algumas considerações iniciais, agora os convidamos a conhecer um pouco mais detalhadamente essa “história-geográfica” do Banco Bradesco S/A.

²¹ MARX, K. op. cit., p.727.

²² AGLIETA, M. *Regulación y Crisis Del Capitalismo La Experiencia de Los Estados Unidos*. Ed. Século XXI – México, Espanha, Argentina Colombia. p.195

CAPÍTULO I – A origem caipira do Bradesco e a sua difusão regional (1943-63)

Apresentaremos a relação entre a origem caipira do Banco Bradesco S/A e do seu principal fundador, Amador Aguiar, e as condições do desenvolvimento regional do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, principalmente relacionando à atividade cafeeira e algodoeira. Assim, examinaremos até que ponto essa origem caipira e essas condições do desenvolvimento regional foram fundamental para o processo de difusão regional da rede de agências do Banco no território do café.

Demonstraremos que o Banco Bradesco S/A, um banco de origem caipira difundiu, entre os anos de 1943 a 1963, suas agências no território do café, ampliando muito o número de agências, para aumentar a captação de depósitos e os empréstimos aos pequenos e médios sítiantes. Isso fez com que o Banco aumentasse sua taxa de lucratividade com o *spread* financeiro que, por sua vez, era favorecido pelas altas taxas de inflação desse período. O território do café era compreendido pela Região Centro-Oeste e Noroeste do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, e apresentava-se com condições extremamente dinâmicas em relação ao desenvolvimento brasileiro. Dessa maneira, demonstraremos que ocorreu um processo de concentração do capital do Bradesco a partir da difusão da rede de agências do Banco num território regional que, por sua vez apresentava altas taxas de produtividade e lucratividade da atividade cafeeira e algodoeira.

1. A origem caipira e o ideário disciplinar do Bradesco e do fundador Amador Aguiar

A origem caipira e o ideário disciplinar do Banco Brasileiro de Descontos S/A – Bradesco – e do seu fundador contribuiu para sua transformação no maior banco e na maior rede de agências privadas do Brasil.

A síntese da referida origem caipira e do ideário disciplinar está expressa em símbolos e monumentos, que são expostos com destaque na matriz do Banco, na Cidade de Deus, em Osasco, Estado de São Paulo. Nos jardins do edifício central da matriz do Bradesco, encontramos uma locomotiva maria-fumaça, velha musa do “Trenzinho Caipira” de Villa Lobos, representando uma locomotiva pioneira que transportava a produção cafeeira e algodoeira do território do café. No mesmo jardim encontramos também um burrico de bronze, arqueado sob o peso bem distribuído de dois balaios de mascate, que representa a dedicação e obediência ao trabalho. Amador Aguiar, fundador e presidente do Bradesco, procurando explicar tais monumentos declara: “São dois monumentos ao trabalho; ao trabalho pesado de sol a sol, que tudo faz e tudo pode”²³. O fundador, justificando o crescimento do Banco, sempre expressava uma máxima que representava este ideário disciplinar: “Só o trabalho pode produzir riquezas”. Além de declará-la, Aguiar mandou imprimir-la em diversos impressos internos do Banco e mandou pintá-la, em letras garrafais, no edifício principal da Cidade de Deus, matriz do Banco.

O Banco Brasileiro de Descontos S/A – Bradesco, foi fundado em 10 de março de 1943, na cidade de Marília (SP). A localização das suas agências atingia um território local-regional da Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, compreendendo seis agências: Galia, Garça, Pompéia, Rancharia, Tupã e Vera Cruz²⁴. A constituição do Bradesco assim está registrada: “Marília, 10 de março de 1943 (...) Pela constituição desta sociedade, sob a denominação de ‘Banco Brasileiro de Descontos S/A’, com sede nesta cidade de Marília, Estado de São Paulo, para explorar o comércio bancário, tudo conforme escritura pública lavrada nas notas de 2º tabelião desta comarca, a folha 106 do livro 29, na data de 5-1-43, e Carta Patente nº 2.791, expedida em 14-1-43, e também conforme atos constitutivos

²³ FONTE: Folha de São Paulo, “O Trabalho tudo pode”, São Paulo: 07-07-1970.

²⁴ FONTE: Revista do Museu Histórico Bradesco. Ed. Departamento de Marketing, Cidade de Deus, Osasco

arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 2-3-43, sob nº 17.913, publicado no 'Diário Oficial' do Estado de São Paulo de 11-3-43, com capital de Cr\$ 10.000.000,00 dividido em 50.000 ações de Cr\$ 200,00 cada"²⁵.

O Bradesco é resultado da transformação de uma casa bancária em banco. A Casa Bancária Almeida tem na sua origem uma pequena firma que negociava arroz no município de Marília. Essa firma prosperou e, em março de 1934, tornou-se uma modesta casa bancária, "com o reduzido capital de vinte contos de réis realizados, e vinte contos a realizar. O pequeno estabelecimento foi crescendo e, em 4 de fevereiro de 1943, estava transformado em banco, já então com o capital realizado de 10 milhões de cruzeiros"²⁶. A Casa Bancária Almeida, como muitos outros bancos que foram fundados nesse período por fazendeiros, era de propriedade de José Galdino de Almeida, rico fazendeiro da região de Marília. Com relação a este fato, Monbeig, já na década de 50, aponta que se conhecem "alguns grandes fazendeiros que se tornaram banqueiros estabelecidos nas metrópoles do país e cuja ação se faz sentir nas zonas rurais. Mas, segundo parece, até hoje ninguém estudou a origem desses bancos, qual a sua influência e seu raio de ação"²⁷.

José Galdino de Almeida, logo no início da fundação, entregou a direção da Casa Bancária Almeida a seu filho José Alfredo de Almeida (Zezé) – diretor superintendente – e aos genros, José da Cunha Júnior (médico da zona da Estrada de Ferro da Alta Paulista) – que exerceu a presidência do Bradesco até aposentar-se aos 73 anos, em 1972 – e José Carlos Negreiros, diretor gerente. Dois dias antes da fundação do Bradesco, um dos três sócios, José Carlos Negreiros, em passagem de negócios pela cidade de Santos, morreu repentinamente, de um colapso cardíaco. Assim, foi preciso escolher com urgência um novo diretor gerente. O Dr. Cunha propôs a Zezé o nome de Amador Aguiar, e foi buscá-lo em Lins-SP, onde ocupava o cargo de subdiretor regional do Banco Noroeste S/A. Aguiar, com os seu 39 anos, aceitou o cargo e levou consigo um de seus companheiros de trabalho, o jovem Laudo Natel (então com 23 anos), que se tornou diretor do Bradesco e um dos

- SP, 1993.

²⁵ FONTE: *Revista do Museu Histórico Bradesco*. Ed. Departamento de Marketing, Cidade de Deus, Osasco - SP, 1993.

²⁶ PEGAIA, U. A. *A Rede Bancária da Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH-Depto. de Geografia/USP, 1965, 79.

²⁷ MONBEIG, P. *Capital e Geografia*. IN: *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957, p. 223.

homens de confiança de Amador Aguiar por toda a vida²⁸. Natel foi um dos únicos diretores do Banco que se envolveu em política, uma vez que essa prática não era recomendada pela filosofia do Bradesco, tornando-se Governador do Estado de São Paulo, durante o regime militar.

O Dr. Cunha, relatando o fato do Amador ter aceito o convite para trabalhar no Bradesco, declara: “Ele não discutiu (...) O Aguiar vestiu o paletó e partiu para Marília comigo”²⁹. O Dr. Cunha e Amador Aguiar se conheceram em Penápolis, no início dos anos 30, pois Aguiar era gerente do Banco Noroeste naquela cidade, onde se tornou conhecido por suas idéias arrojadas. Dentre essas idéias podemos destacar a dos empréstimos aos agricultores: “ao pressentir o *rush* do café no norte do Paraná, propôs à sua matriz que desse empréstimos aos agricultores da região vizinha, sem garantia, até a primeira colheita. ‘Idéia Absurda’, foi a resposta. ‘Imagine o prejuízo, se vier uma geada’. A idéia não era absurda e o Bradesco utilizou-a mais tarde”³⁰.

Na Região de Marília, ou seja, na “‘franja pioneira’ paulista”, crescia o volume de gêneros negociados e dos produtos transformados. Isso fez com que surgisse a necessidade de bancos para mediar as transações desses negócios. Dessa maneira, por toda parte floresceu a atividade bancária, foram abertas diversas sucursais dos principais estabelecimentos financeiros do município de São Paulo. Entretanto, um “grande negócio parece ser exclusivamente originário da ‘franja pioneira’: o Banco Brasileiro de Descontos, fundado em Marília em 1943, com o capital de Cr\$ 10 milhões, elevado a 40 milhões em 1946. Trabalham, ao mesmo tempo, na praça de Santos os seus fundadores, todos habitantes de Marília. Puderam eles montar agências em muitas cidades da ‘franja pioneira’, controlar fiações de seda em Marília, em outras cidades da Alta Paulista e até da Alta Sorocabana. Único, sem dúvida, é o exemplo; todavia, dá a medida do surto da Alta Paulista, mostrando ao mesmo tempo como as cidades, capitais pioneiras, completam sua influência comercial pela função bancária. Assim como os novos meios de circulação ajudaram as antigas bocas de sertão a resistir com êxito às suas jovens concorrentes, assim também as circunstâncias monetárias, propícias ao comércio do dinheiro, vieram reforçar a

²⁸ FONTE: Revista Exame. *O eterno bancário*. abr/1973 & Pesquisa concluída após um seminário promovido pelo Comando Nacional dos Funcionários do Bradesco, sob a supervisão de Sec. De Formação Sindical do SEEB de São Paulo nos fins de Maio de 1990.

²⁹ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.22.

³⁰ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.21.

atividade das cidades mais antigas da ‘franja pioneira’, o que lhes permite firmar e estender sua influência”³¹.

Durante a década de 40, o Bradesco amplia muito sua rede de agências, aproveitando-se da alta produtividade-lucratividade das atividades rurais, em particular do café e do algodão, da região de Marília, e da necessidade de bancos para mediar as transações das atividades comerciais, industriais e de serviços que, no caso do Brasil, se acentuaram muito a partir do processo urbano, que podia ser verificado no país naquele momento. No ano de 1950, os tentáculos da rede de agências do Bradesco já haviam atingido a cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro e a Região Norte do Estado do Paraná. Entretanto, o Banco Brasileiro de Descontos S/A à medida que crescia, sofria a hostilidade dos banqueiros da capital, que viam nele um “banquinho de caipiras. Daí o trocadilho: ‘Banco Brasileiro dos Dez Contos, se há’”³². De certa forma, a característica principal do banco estava na carteira agrícola que democratizava “o crédito para os sitiantes e fazendeiros, numa época em que os grandes bancos não gostavam de emprestar dinheiro a pequenos depositantes”³³. No editorial da Revista do Bradesco de comemoração dos 50 anos do Banco, assim está escrito: “De tão pequeno, o Banco era, não sem ironia, chamado de ‘Banco de dez contos’. O contado direto com o cliente teve tanta ressonância como a popularização da eletrônica, décadas mais tarde. Com a mesma facilidade com que os Bancos tradicionais, fechados em hábitos aristocráticos, se distanciavam dos colonos de Marília, uma cidade de 36 mil habitantes, o Bradesco via crescer as contas daquela gente simples”³⁴.

Com relação ao fato de o Bradesco ter sido considerado um “banquinho de caipiras”, Antonio Delfim Neto³⁵, amigo particular de Amador Aguiar, declarou que “isso era normal, não era só ele, os banqueiros paulistas se supunham todos quatrocentões. Então o Amador sempre constituiu uma categoria à parte, mas era curioso. O Amador era um homem extremamente inteligente e cooperativo, quer dizer, esse raciocínio era simplesmente um preconceito. Por exemplo, a mesma coisa aconteceu com o criador do Bamerindus, o Andrade. Era também um banqueiro excepcional, mas que veio da mesma origem. Aqui em

³¹ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva, São Paulo: HUCITEC/POLISM 2.º ed., 1998, p. 367.

³² FONTE: *Revista Exame* 04/73, “O Eterno Bancário”, p.22.

³³ FONTE: *Revista Exame* 04/73, “O Eterno Bancário”, p.22.

³⁴ FONTE: *Revista do Bradesco: A História dos 50 anos*, Osasco-SP, Depto. de Marketing, 1993.

³⁵ DELFIN NETO, A. *Entrevista* concedida a Marcio Fernando Gomes em 27/11/2000.

São Paulo não, os banqueiros, todos, eram de famílias conhecidas, já tinham participado da vida pública”.

Vamos demonstrar, nesta dissertação de Mestrado, que o fato de o Bradesco ter sido fundado e irradiado pela dinâmica região produtora de café e de algodão, do interior do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, tornou-se, pelo menos até a década de 50, condição fundamental da expansão do capital e da rede territorial de agências do Banco. Com relação a este fato Amador Aguiar declarava: “Tudo é uma questão de oportunidade, e ela não se apresenta duas ou três vezes”³⁶. O Bradesco inicialmente concentrou-se e irradiou-se, “especialmente nas zonas que estavam sendo abertas”³⁷. Uma indicação da importância da atividade cafeeira como condição da expansão do capital e da rede territorial do Bradesco pode ser vista no nome da própria *holding* que controlava o Bradesco: Companhia Comercial de Café São Paulo-Paraná. Amador Aguiar respondendo à pergunta de uma entrevista da Revista Exame sobre o fato de até que ponto a sua própria origem da “roça”, e mesmo da origem interiorana da maior parte dos diretores e do próprio Banco, influenciou no estilo operacional da Organização Bradesco, diz: “O Bradesco tem dispensado a maior atenção aos assuntos e atividades do interior, relacionados com a agricultura, a pecuária, etc. Talvez essa filosofia seja consequência das origens tanto do banco como de seus dirigentes”³⁸.

As relações de poder do Bradesco se estruturaram em princípios, que por sua vez surgiram a partir da correlação de uma origem caipira e de um ideário disciplinar. No momento nos cabe perguntar: por que essas relações de poder se estruturam nessa origem caipira e nesse ideário disciplinar? A resposta parece estar na biografia de um dos fundadores do Banco, Amador Aguiar, um homem de poucas palavras, rude, enérgico, simples.

Amador Aguiar, nascido em 11 de fevereiro de 1940, na cidade de Ribeirão Preto, é o terceiro dos 13 filhos de João Antonio Aguiar e Silva e Maria Coelho, um humilde casal de lavradores do interior. Tendo cursado apenas quatro anos do curso primário, Aguiar,

³⁶ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.22.

³⁷ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.22.

³⁸ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.24.

declarou para a Revista Exame³⁹: "Tenho estudado sozinho o resto da vida (...) Para quem sabe ler e escrever, nada é impossível".

Conforme esta Revista Exame⁴⁰, Amador Aguiar nunca escondeu a sua origem, pois era um ex-lavrador de Sertãozinho, onde foi criado. Órfão de pai aos nove anos, largou a enxada aos dezesseis anos para ser tipógrafo em Bebedouro. Trabalhando como tipógrafo, perdeu metade do dedo indicador da mão direita numa máquina impressora. A seguir apresentaremos um manuscrito⁴¹ de próprio punho, no qual Amador Aguiar descreve sua trajetória:

Filho de lavrador iniciiei my vida
aos 16 anos, sozinho. Fui tipografo. Trabalhei
como compositor na "Tarde" e "Jornal de Ma-
nhã" em Ribeirão Preto. Em 1921 mudei-me
para Bebedouro. Trabalhei nas oficinas da "Tan-
quarda", "Jornal de Bebedouro" e "Gazeta de
Bebedouro". Em 1926 ingressei para o Banco
Nordeste do Estado de São Paulo, como simples fun-
cionário. Em 1927 assumi a contabilidade de Pirin-
güi, do qual Banco; em 1928 assumi a quen-
ta de Presidente Alves; em 1929 fui nomeado
gerente de Penapólis; em 1932, gerente de Pirin-
güi; em 1933, gerente de Luro. Em 1943 fui
convocado para o cargo de diretor do Banco
Bancários de Sorocaba, então inaugurado. Nessa
ocasião exercei o cargo de sub-diretor do Banco
Nordeste, do qual exonerei-me.

Data

São Paulo, 15/10/49

Assinatura

Amador Aguiar 3) 11-95

³⁹ FONTE: Revista Exame 04/73, "O Eterno Bancário", p.22.

⁴⁰ FONTE: Revista Exame 04/73, "O Eterno Bancário", p.22.

⁴¹ Manuscrito encontrado nos arquivos do CEDOC (Centro de Documentação) do Sindicato dos Bancários de São Paulo, datado de 15.10.1949

Como podemos verificar neste manuscrito Amador diz que aos 16 anos iniciou sua vida trabalhando como tipógrafo e compositor de vários jornais da região de Ribeirão Preto. Aos 21 anos ingressou na carreira de bancário, como contínuo, simples funcionário do Banco Noroeste do Estado de São Paulo, chegando, em 1943, ao cargo de subdiretor regional de Lins-SP. No entanto, faz-se necessário ressaltar que ele não confirma ter trabalhado como lavrador.

O ano de 1925 marcou decisivamente a vida de Amador Aguiar e, quem sabe, do ideário disciplinar do Bradesco. Conforme Liliana Segnini⁴², o suporte deste ideário disciplinar está constituído na Declaração de Princípios da Organização Bradesco. Expressa, de acordo com Weber⁴³, os valores contidos ‘no espírito do capitalismo’. Segundo a Revista Exame, no ano de 1925, o Amador Aguiar “atingiu a maioridade, encontrou a sua vocação, casou com dona Elisa Silva Aguiar (o casal tem três filhas adotivas) e se converteu à Igreja Presbiteriana, adotando a religião de sua mulher. ‘Tornei-me presbiteriano por curiosidade’, ele afirmava, e embora diga que não, a prática do protestantismo influiu, ponderavelmente, na sua vida de banqueiro. Ainda hoje, todos os papéis do Bradesco trazem impresso o lema ‘Nós confiamos em Deus’. O funcionário precisa praticar alguma religião para ser admitido em qualquer empresa do grupo. Tudo isso se reflete na rigorosa disciplina da Organização e, sem dúvida, no nome dado à sua sede, a Cidade de Deus, em Osasco”⁴⁴. Respondendo a uma questão sobre a sua relação com Amador Aguiar e o Bradesco, Antonio Delfim Neto declara: “a filosofia do Bradesco é a da ética do trabalho (...) uma religião do trabalho”. Mas, com relação ao fato de Amador ter sido presbiteriano, e se isto influenciou na sua própria ética e no ideário disciplinar do Bradesco, Delfim diz que: “eu acho que isto nunca teve grande influência no Amador, a religião do Amador era a do trabalho, e espartana (...). Para o Amador, o dinheiro não era um instrumento de gozo, era só um instrumento para produzir mais dinheiro”⁴⁵.

Com relação a esse ideário disciplinar do Bradesco estaremos analisando-a melhor, mais adiante, quando demonstrarmos a organização no mundo do trabalho bancário e, especificamente do trabalho na Organização Bradesco, uma vez que a gestão e a

⁴² SEGNINI, L. *A liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina*. São Paulo: EDUC, 1988, p.114.

⁴³ WEBER, M. *Textos Selecionados*. Seleção e traduções de Maurício Tragtenbeg et alii. 2º ed., São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores) apud SEGNINI, L. op. cit.

⁴⁴ FONTE: Revista Exame 04/73, “O Eterno Bancário”, p.23.

⁴⁵ DELFIM NETO, A. Entrevista concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

implantação da tecnologia organizacional do Banco esteve intimamente relacionada com esse ideário disciplinar.

Amador Aguiar “foi o presidente que fez o Bradesco à sua imagem e semelhança (...) um banqueiro que se dizia bancário (...) costumava explicar o crescimento do Bradesco com umas máximas: ‘só o trabalho pode produzir riquezas’”⁴⁶ e sempre incutia nos seus funcionários, todos acionistas do Banco, que “não existirá banco sem clientes”. Nesse sentido, justificava o bom atendimento ao cliente e a dedicação ao trabalho bancário.

O crescimento e a solidez do Bradesco não podemos explicar somente pelas máximas, mas sim pelas estratégias e práticas sócio-espaciais. Amador Aguiar sempre procurou explica-los pelas máximas, uma delas é de que um concorrente “não aguçou seu negócio”. Entretanto, para demonstrar que o banco não “aguçou”, mas vingou seu negócio, podemos encontrar a resposta nas estratégias e práticas do Banco, talvez a primeira chave para se decifrar o enigma do crescimento e da solidez do Banco esteja no fato de que, como escreveu o editorial de uma reportagem do início dos anos 70 da Revista Exame, “Amador Aguiar, seus diretores e o próprio Bradesco não têm investimentos expressivos fora do grupo financeiro. (...) A *holding* que mantém o controle do banco nunca distribui dividendos. Isso garante que os recursos são (*sic*) reaplicados e seus principais acionistas não recebem salários ou gratificações”⁴⁷.

No final dos anos 60, Amador Aguiar transformou um tripé de máximas em palavra de ordem para todos seus funcionários, em princípios do Bradesco: “aqui ninguém é banqueiro”, “este é um banco popular” e “aqui já se fez a revolução”.

Com relação a primeira máxima – aqui ninguém é banqueiro – há uma cláusula nos estatutos do banco que o transforma em banco de carreira fechada, ou seja, não permite contratar diretores de fora. Para tornar-se um diretor do Banco é preciso ter no mínimo dez anos de serviços prestados à Organização Bradesco. Dessa forma, é incutido nos funcionários que todos tem a possibilidade de chegar à diretoria do Banco, bastando ser capaz e dedicado ao trabalho. Amador Aguiar dizia: “Todo mundo aqui nasceu pobre e foi bancário antes de ser diretor”⁴⁸.

⁴⁶ FONTE: Revista Exame 04/73, “O Eterno Bancário”, p. 20.

⁴⁷ Idem, p. 20.

⁴⁸ Artigo de Jornal do ano de 1968, sem fonte, encontrado nos arquivos avulsos do CEDOC (Centro de Documentação) do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

No que diz respeito a segunda máxima – este é um banco popular – trata-se do fato de o Bradesco, já nos anos 60, ser uma das maiores empresas de capital aberto do Brasil. No ano de 1956, o Banco possuía 4.700 acionistas, mas durante os anos 60 o Bradesco desenvolveu uma campanha de redistribuição de ações, o que fez com que o número de acionistas se ampliasse, chegando a 174 mil acionistas em 1968; o número de acionistas atingiu 330 mil, em 1970. Com relação a essa facilidade de adquirir ações do Bradesco, um jornal da época destacava: “Na verdade, o banco tem tantos sócios, em parte porque é tão fácil comprar ações. Quem quer que vá a qualquer das agências do Bradesco é logo convidado a abrir uma conta e a comprar dez ações. Qualquer um pode fazê-lo como qualquer funcionário pode oferecê-las aos clientes – do contínuo ao gerente”⁴⁹. No entanto, o que inicialmente era uma campanha de doutrinação que Amador Aguiar queria incutir entre seus funcionários e os clientes do seu Banco, tornou-se, em 1963, uma cláusula dos Estatutos do próprio Bradesco, ou seja, “tornando obrigatório aos clientes de aplicação comprar ações, que valiam 200 cruzeiros velhos, em proporção nunca inferior a 10% do empréstimo que queriam levantar”⁵⁰. Devido à rentabilidade dessas ações, os depositantes também passaram a adquiri-las, o que levou o Banco a restringir a dez o número máximo de ações disponíveis para venda. Com relação à popularidade do Banco, a estratégia era não emprestar milhões a poucos selecionados, mas sim milhares de pequenos empréstimos ao máximo de clientes. Isso, é claro, baseado num saldo médio do correntista.

Quanto a terceira máxima – aqui já se fez a revolução – Amador Aguiar referia-se a tecnologia de organização e de informação, que dinamizava o trabalho bancário. O Bradesco, já nos anos 60, implantou um Conselho Técnico, composto por onze funcionários, que criavam e orientavam a organização do trabalho bancário. Ao mesmo tempo, o Banco adquiriu computadores de última geração, os quais permitiram que deixasse “de ser mero descontador de duplicatas ou ‘borderaux’ para se converter num complexo operacional que” [atuava] “em todas as frentes da economia”⁵¹, pois os computadores processavam diversos serviços bancários, tais como: cobrança, caução, cobrança de cheques, contas correntes, descontos, balanços, folha de pagamento, junções,

⁴⁹ Artigo de Jornal do ano de 1968, sem fonte, encontrado nos arquivos avulsos do CEDOC (Centro de Documentação) do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

⁵⁰ Artigo de Jornal do ano de 1968, sem fonte, encontrado nos arquivos avulsos do CEDOC (Centro de Documentação) do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

⁵¹ FONTE: Folha de São Paulo, “O Trabalho tudo pode”, São Paulo: 07-07-1970.

responsabilidade, diversas contas; ao mesmo tempo controlava o almoxarifado, maquinaria, móveis e utensílios. A implantação dessa racionalização no trabalho bancário estava ligada ao processo de desaceleração inflacionária ocorrido na segunda metade dos anos 60. O Bradesco executava assim, “ao pé da letra, a nova filosofia de negócios patrocinada pela desaceleração inflacionária: os bons negócios” [foram] “construídos não mais pela via rápida da elevação dos preços ou dos juros, mas pelo atalho mais seguro e economicamente mais sadio da racionalização dos serviços e da compressão dos custos”⁵².

A dedicação de Amador Aguiar ao Bradesco sempre foi integral. Já nos anos 40 podemos observar sua presteza ao Banco, pois numa ficha de seus dados pessoais, do ano de 1949⁵³, preenchida de próprio punho, encontramos a declaração de que ele não havia tido, até aquela data, nenhuma participação política, não havia participado de nenhuma sociedade cultural, científica ou profissional, e não tinha executado nenhuma atividade intelectual e artística, ou seja, a sua vida resumiu-se ao trabalho bancário.

Essa dedicação ao trabalho e esse isolamento social de Amador Aguiar podem te-lo influenciado na obstinada preocupação que ele tinha com a perfeição e detalhamento no trabalho bancário. Com relação à preocupação que o funcionário do Banco deve ter aos pequenos detalhes de uma operação bancária para não cometer erros, Aguiar declara: “Mesmo um bancário medianamente preparado não costuma cometer grandes erros. O problema é a soma de muitos pequenos erros. Por isso, é preciso prestar atenção a todos os detalhes de uma operação”⁵⁴.

O Bradesco, desde o início, procurou inovar nas relações com seus clientes, tornando-as mais simples e mais interpessoais: “o gerente, nas agências, não ficava trancado, inacessível, atrás de uma escrivaninha, mas à vista de todo mundo. Para escândalo da praça, o gerente ia visitar os depositantes, e em casa. Isso, na década de 40, significou uma revolução na mentalidade financeira: o banco passava a ser um prestador de serviços”⁵⁵. O Bradesco, inicialmente, concentrou o seu atendimento a uma clientela de pequenos e médios sitiantes, e mesmo nos grandes centros urbanos procurou atender à clientes de origem mais popular. Essa perspectiva inicial de atendimento acabou influenciando

⁵² FONTE: Folha de São Paulo, “*O Trabalho tudo pode*”, São Paulo: 07-07-1970.

⁵³ Encontrada nos arquivos avulsos do CEDOC – Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

⁵⁴ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.20.

⁵⁵ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.22.

significativamente na própria característica popular do Banco, ou seja, um banco de varejo, por toda a sua existência.

O editorial da Revista de comemoração aos 50 anos do Bradesco, fazendo referência ao traço dominante da biografia de Amador Aguiar, escreve que: “Com a combinação da filosofia do trabalho, que impunha a si próprio e exigia do *staff* do Banco com rigor espartano, e de um estilo empreendedor, que valorizava a produção, modelou a personalidade do Bradesco como Banco popular”⁵⁶.

Em 1981, Amador Aguiar afastou-se da Presidência Executiva do Banco, passando o cargo para o seu principal subordinado, Lázaro de Mello Brandão. Mas, fiel ao seu ideário disciplinar, continuou trabalhando no Banco até 1990, quando resolveu se aposentar da Presidência do Conselho Superior de Administração. No momento da sua saída escreveu, em linguagem simples e direta, na sua carta de renúncia: “Ao completar 86 anos de idade, 64 deles como Bancário, 47 dos quais dedicados com exclusividade ao Bradesco, percebo que o peso de todo esse esforço não mais me permite manter o ritmo de trabalho que a função exige”⁵⁷. Amador Aguiar morreu em janeiro de 1991, às vésperas de completar 87 anos. Segundo a Revista de comemoração aos 50 anos do Bradesco: “O jovem Tipógrafo que aos 20 anos virou Bancário, na função de Contínuo, tinha se transformado num mito. Saindo do nada, tinha aberto caminho para a construção de um império”⁵⁸.

Em síntese, verificamos que o Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco, fundado em 1943, na cidade de Marília (SP), é resultado da transformação que sofreu a Casa Bancária Almeida, de propriedade de ricos fazendeiros da região de Marília, ou seja, um “banquinho de caipiras”. Observamos também que um dos seus fundadores, Amador Aguiar, um ex-lavrador caipira do interior, tornou-se um presbiteriano, praticante de um ideário disciplinar, que por sua vez influenciou decisivamente na Organização Bradesco. Nesse período, o Bradesco difundiu suas agências em meio a um Brasil que experimentava um novo modelo econômico, de substituição de importações ou, como preferem alguns, de industrialização restringida. No entanto, apesar da crescente industrialização brasileira, durante a Era Vargas e mesmo nos primeiros anos do pós-guerra, o café ocupava um lugar muito expressivo na economia nacional. Nessa época sua maior produção concentrava-se

⁵⁶ FONTE: Revista Bradesco, Osasco-SP: Depto. de Marketing do Bradesco, 1993.

⁵⁷ Idem

⁵⁸ Ibidem

nas regiões Centro-Oeste e Noroeste do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, “especialmente nas zonas que estavam sendo abertas”⁵⁹. Dessa maneira, praticando a função de intermediário financeiro que recebe depósitos e os empresta aos agentes necessitados de liquidez, nesse caso específico aos pequenos e médios produtores, é que o Bradesco difundiu suas agências no território do café e foi considerado um banco caipira. Uma vez contextualizada a origem e o ideário disciplinar do fundador Amador Aguiar e do Bradesco, no próximo tópico vamos fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento regional do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná nos anos 40 e 50, como condição da difusão da rede de agências do Bradesco no território do café.

2. O desenvolvimento regional do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná como condição da difusão regional do Bradesco no território do café

A perspectiva da difusão dos bancos brasileiros a partir dos anos 40 por um lado foi a de tornarem-se bancos maiores, tanto no volume de capital, bem como no volume de intermediações financeiras, para tornarem-se bancos mais “sólidos”, sem problemas sazonais de liquidez para o sistema bancário como um todo. Por outro lado, a perspectiva dos bancos foi de ampliar o seu raio de atuação para diversas localidades do Brasil, tendo por finalidade responder à perspectiva de desenvolvimento regional que o Brasil estava experimentando naquele momento, ou seja, que se tornassem bancos com condições de mediar as transações que esse novo modelo de desenvolvimento regional, baseado na “substituição de importações”, exigia.

Observando o sistema bancário brasileiro, durante os anos 40 e 50, encontraremos muitos bancos de atuação regional. O Bradesco, durante os vinte primeiros anos de sua fundação, tornou-se um banco de atuação regional da região produtora de café e algodão do interior do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, mas preparava-se para tornar um banco de atuação nacional. Para analisar a sua difusão por este território do café, antes de contextualizar as condições do desenvolvimento econômico regional dessa região específica, vamos contextualizar as condições do desenvolvimento macro-econômico do Brasil neste período. A relevância da contextualização do desenvolvimento econômico

⁵⁹ FONTE: Revista Exame 04/73, “*O Eterno Bancário*”, p.22.

regional brasileiro e do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná em particular, faz-se necessário, porque esse desenvolvimento trata de uma das condições que fizeram com que o Banco difundisse sua rede de agências de uma maneira extraordinária nesse período, sobretudo porque se tratava de uma região muito dinâmica, e o Banco tinha o maior interesse em poder intermediar parte dos negócios dessa região.

Nessa perspectiva, estaremos demonstrando quais as condições que fizeram com que o Banco Bradesco S/A difundisse sua rede de agências no território do café, no período entre 1943 a 1963, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e regional brasileiro, bem como da política de crédito desse período. Assim, vamos demonstrar: as condições macro-econômicas do Brasil, a partir da análise do desenvolvimento inter-regional brasileiro; o desenvolvimento da atividade agrícola das frentes pioneiras do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná, especificamente da atividade cafeeira e algodoeira; a correlação dessa produção cafeeira e algodoeira e sua exportação pelo porto de Santos; o desenvolvimento da pequena propriedade rural ‘franja pioneira’ paulista e paranaense; o desenvolvimento comercial e industrial dos principais municípios do Estado de São Paulo; a origem e as condições de urbanização acelerada dos centros regionais da ‘franja pioneira’ paulista e paranaense, destacando-se as “bocas de sertão”, a hierarquização dos municípios, o “binômio ferrovia rodovia” e a fertilidade da chamada terra roxa; a análise da política de crédito, especificamente da ‘franja pioneira’ paulista e paranaense, através da análise das taxas de juros e inflação do período; e a difusão da rede de agências do Bradesco no território do café.

2.1 O desenvolvimento regional brasileiro e a difusão regional dos bancos no Brasil.

Para analisar a difusão da rede de agências do Bradesco pelo território do café nos vinte primeiros anos do Banco, antes de contextualizar as condições do desenvolvimento econômico regional do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná, vamos contextualizar as condições do desenvolvimento macro-econômico do Brasil neste período.

A crise prolongada dos anos 30 pode ser considerada como o ponto crítico da ruptura do modelo primário-exportador. Essa crise acarretou numa queda na receita das

exportações e, conseqüentemente, houve uma diminuição da capacidade para importar não somente do Brasil, mas da maior parte dos países da América Latina. “A profundidade do desequilíbrio externo fez com que a maior parte dos governos adotasse uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Medidas que consistiriam basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes se defender contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna. No entanto, o processo de industrialização que se iniciou a partir daí encontrou, sem dúvida alguma, seu apoio na manutenção da renda interna resultante daquela política”⁶⁰. Para Maria da Conceição Tavares esse processo de industrialização pode ser entendido por “substituição de importações”, mas essa designação “caracteriza um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma aplicação e diversificação da capacidade produtiva industrial”⁶¹.

A tese central do modelo de substituição de importações, elaborado por Maria da Conceição Tavares, “é de que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência. Ao longo desse processo, do qual resulta uma série de modificações estruturais da economia, vão se manifestando sucessivos aspectos da contradição básica que lhe é inerente entre as necessidades do crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar”⁶².

Durante a primeira metade deste século, o sistema bancário-financeiro brasileiro apresentava características tradicionais, pois “cumpria o seu papel primordial de financiador da produção agrícola e do comércio. Não estava, de modo algum, preparado para assumir os encargos da condução de um rápido processo de industrialização”⁶³. Nesse sentido, entram em discussão e são estabelecidas algumas leis, cujo objetivo final era a

⁶⁰ TAVARES, M. da C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, 2 ed. RJ: Zahar Editores, 1973, p. 33.

⁶¹ TAVARES, M. da C. *op.cit.*, p. 41.

⁶² TAVARES, M. da C., *op. cit.*, p. 41-2.

⁶³ CASTRO, H. O. P., *op. cit.*, p. 7

formação de grandes bancos nacionais, o quais tivessem condições de mediar as transações financeiras que esse novo modelo de desenvolvimento regional, baseado no processo de industrialização, exigia.

A organização do crédito no Brasil era insuficiente para atender à necessidade dos produtores e empresários brasileiros. Existiam três instituições incumbidas de administrar a política monetária no Brasil: a Carteira de Redescontos (CARED); a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A CARED funcionou de 1932 a 1964 e operava como “emprestador de última instância aos bancos comerciais, pois como a rede bancária era ainda muito incipiente ocorriam freqüentes problemas sazonais de liquidez”⁶⁴.

Esses problemas sazonais de liquidez sempre foram considerados, pelas Autoridades Monetárias, como uma das razões para justificar a política de incentivos ao processo de centralização bancária, aliás iniciado nesta época. Nos anos 40, a SUMOC, juntamente com o Banco do Brasil, fazia o papel do Banco Central, pois não tínhamos este órgão no sistema financeiro brasileiro. Para procurar melhorar este sistema houve, nesse período, toda uma discussão na imprensa especializada e no Congresso Nacional para a implantação de uma organização bancário-financeira mais eficiente, sobressaindo a discussão da implantação do Banco Central do Brasil.

Tavares divide as relações da evolução do setor exterior e as alternativas do processo de substituição de importações na América Latina em três períodos, a saber: o primeiro período, que vai desde a grande crise até o fim da II Guerra Mundial, onde houve reduções severas globais ou específicas da capacidade para importar, ou seja, com um caráter absoluto, em diversas conjunturas; o segundo período, que abrange os 10 anos seguintes do pós-guerra, transcorreu em condições de menores limitações da capacidade para importar; o terceiro período, que sucedeu logo após o ano de 1954, em que as condições externas voltaram a ser francamente restritivas (com exceção do México e do Brasil, por questões particulares, além dos países petrolíferos) e a capacidade para importar da região tendeu novamente à estagnação.⁶⁵

⁶⁴ MENDES, A. L., Concentração e Desintermediação Financeira no Brasil 1964/1986. Dissertação de Mestrado em Economia. Univ. Brasília, Brasília, 1988, p.11.

⁶⁵ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 37-38.

Para nós interessa a análise da economia brasileira, sobretudo do período que segue o fim da guerra, pois a fundação do Banco Bradesco S/A se deu em 1943. Dessa maneira, com o fim da II Guerra Mundial a procura por bens “civis” por parte do Brasil, reprimida durante a guerra, voltou a manifestar-se com muito vigor. Esse aumento da procura resultou numa alta geral dos preços, principalmente dos produtos industrializados. Enquanto em 1946 os preços dos produtos exportados subiram em média 23%, os preços dos produtos importados aumentaram 79%. Com a piora das nossas relações de troca, cujo índice cai de 68% para 47%, houve a exaustão das nossas reservas cambiais, acumuladas durante a guerra. Nos dois anos subseqüentes esta tendência se mantém, porém o aumento dos preços dos produtos de exportação passa a acompanhar o dos preços dos produtos por nós importados. Particularmente, houve um aumento dos preços do café, subindo 74% entre 1945 e 1948. Isso resultou em grandes lucros aos cafeicultores, apesar de, neste período, a taxa cambial ter caído de Cr\$ 19,50 para Cr\$ 18,72 por dólar e apesar do índice geral de preços (exclusivo o café), no Brasil, ter subido de 29%. A partir de 1947, observa-se também que o valor total das exportações revela uma tendência de alta e isso se deve particularmente às exportações de café, cuja participação no total passa de pouco mais de 1/3 em 1947 para 2/3 em 1953. Desta maneira, a alta lucratividade dos cafeicultores e aumento das exportações de café nos interessam particularmente, porque tanto os cafeicultores, quanto as exportações de café se originavam na sua maior parte da ‘franja pioneira’ paulista e paranaense, ou seja, no território do café, principal núcleo irradiador da rede de agências do Bradesco.

Esse aumento do volume e dos preços do café verificados acima proporcionou a maioria dos recursos que a Cexim encaminhava à importação, sobretudo de matérias-primas e equipamentos, que representavam, no período 1948/50, respectivamente 37% e 35% do total de importações. “Esta situação permitiu ao governo manter a mesma taxa cambial até 1953 e instituir o monopólio estatal de compras de divisas, que iam sendo alocadas aos importadores de acordo com um plano de prioridades destinado a proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira e a facilitar a importação de equipamentos e matérias-primas destinadas a novas substituições de produtos importados”⁶⁶.

⁶⁶ SINGER, P. *A Crise do “Milagre” – Interpretação crítica da economia brasileira*. 4ª ed. RJ: Paz e Terra, 1977, p. 34-37.

A fixação da taxa cambial foi uma maneira de proteger o setor exportador contra a pressão que as reservas cambiais acumuladas durante a II Guerra Mundial exerciam no sentido de valorização da moeda brasileira e, portanto, de baixa dos preços em cruzeiros das mercadorias exportadas. Entre 1939 e 1944, os preços de exportações estiveram à frente do nível interno de preços. Isso revelou que o setor exportador pôde tirar partido da taxa fixa de câmbio para aumentar sua participação relativa na renda territorial. Embora, no período entre 1945 e 1949, os preços internos se tenham elevado com intensidade idêntica aos de exportação, o desnível elevado criado nos anos anteriores persistiu e ainda se ampliou nos anos subseqüentes. Enquanto os preços internos e os de exportação se elevam intensamente, entre 1939 e 1949, os preços de importação cresceram com muito menor rapidez. Isso fez com que se aumentassem as importações.⁶⁷ “Pode-se compreender melhor o que se passou considerando-se o seguinte: a transferência de excedente do setor de mercado externo à indústria se fez, como é usual, mediante manipulação dos preços relativos, porém não através do *aumento* dos preços dos produtos industriais mas por meio da *baixa* do preço do dólar e, portanto, da *baixa* do preço dos elementos importados do capital fixo e circulante”⁶⁸.

A manutenção dessa política de fixação da taxa cambial resultou ser incompatível com a real capacidade para importar, uma vez que foram esgotadas as reservas cambiais. Nesse sentido, o volume de importações também tinha que ser reduzido e, conseqüentemente, foi indispensável a implantação de uma política seletiva de compras no exterior. “Dessa forma, a conseqüência prática da política cambial destinada a combater a alta de preços foi uma redução relativa das importações de manufaturas acabadas de consumo, em benefício das de bens de capital e de matérias-primas. O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos”⁶⁹.

Criou-se então uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno. Nesse período do pós-guerra, foi possível um aumento da taxa de capitalização e uma intensificação do processo de crescimento. Enquanto o nível geral

⁶⁷ FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 11^o ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972, p. 213-14-18

⁶⁸ SINGER, P. A., *op.cit.*, p. 36-37.

⁶⁹ FURTADO, C., *op. cit.*, p. 218.

de preços internos continuava a elevar-se, os preços dos bens de capital importados mantinham-se praticamente constantes. Isso possibilitou, no período entre 1945 e 1951, um crescimento de 338% dos equipamentos industriais, ao mesmo tempo que o crescimento no total de importações foi de apenas 83%.⁷⁰ Esses “investimentos, alguns de longo prazo de maturação, tiveram uma importância considerável para o desenvolvimento do período seguinte, não só pelo lado do multiplicador da renda e do emprego, como muito particularmente, se encarados pela óptica da expansão e diversificação da capacidade produtiva, como uma série de elos que estabeleceram a ponte para novas etapas de industrialização”⁷¹.

Outro fator que contribuiu para melhorar as condições da balanço de pagamentos do Brasil foi, como demonstramos acima, a retomada da atividade cafeeira por conta da Política de Valorização do Café. Ao findar o ano de 1953, a posição financeira do café, o principal produto de exportação brasileiro e fornecedor de divisas (na proporção de 60 a 70% no período), era extremamente favorável. Além dessa política de valorização, a safra brasileira de café no ano de 1953 sofrera grandemente de fortes geadas que as reduziram a cerca de 30%. Os importadores norte-americanos, principais compradores de café, para se precaverem contra a eventual falta de disponibilidades, procuraram acumular estoques. Em consequência, as exportações e os preços se intensificaram nos últimos meses de 1953, o que constituiu o principal fator do elevado saldo de nosso balanço comercial verificado naquele ano: US\$ 266 milhões. Contudo, no segundo semestre do ano, por efeito das boas perspectivas da nova safra cafeeira e a forte campanha nos Estados Unidos contra a alta do café, a situação se inverteu e o balanço de pagamentos encerrou com um *déficit* de US\$ 30 milhões⁷².

Terminada a Guerra da Coréia, as relações do Brasil com as economias capitalistas e industrializadas sofreram uma mudança fundamental. As “matérias-primas armazenadas sob o temor da generalização do conflito começam a ser desestocadas, acarretando brusca queda do seu preço, o que vai levar à deteriorização de nossas relações de trocas. Entre 1954 e 1955, o preço externo de nosso café cai 29% e o do conjunto das exportações cai 21%, ao passo que o preço de nossas importações diminui apenas 9 por cento. O esquema

⁷⁰ FURTADO, C., op. cit., p. 218-19.

⁷¹ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 61.

⁷² PRADO JR., C. op. cit., p. 312-13.

de transferência de excedente do setor de mercado externo à indústria, modificado pela introdução dos leilões de câmbio em 1953, mas mantido no seu essencial, começa” a dificultar os cafeicultores. “Nos anos seguintes, o preço do café e do conjunto das exportações continuará caindo, a relação de trocas vai piorar cada vez mais e os interesses agrários se sentirão cada vez mais espoliados, porém serão impotentes para enfrentar a coligação ‘desenvolvimentista’ e obter uma redistribuição intersetorial do excedente. Antes pelo contrário: a grande expansão dos cafezais, induzida pelos anos prósperos 1946-1954, irá acarretar ampla superprodução, o que iria justificar uma política de baixos preços internos para o café no sentido de desencorajar tanto o plantio de novos cafezais como a manutenção dos menos rentáveis”⁷³.

A partir daí, no Governo Juscelino Kubitschek, período de 1955 a 1961, houve uma aceleração do desenvolvimento, com a expansão da economia a taxas elevadas e uma enorme transformação estrutural, que resultou na implantação de empresas de bens de consumo duráveis e na expansão dos meios de comunicação e transportes. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes cresceu 35,4% no quinquênio 1951/56, acelerando-se sua expansão para 48,6% em 1956/61. Entretanto, essa expansão somente foi possível com o retardamento do processo inflacionário, que consumiu inteiramente o quinquênio seguinte, pois o crescimento do PIB do período de 1962/67 cai para 18,3%.⁷⁴

O Bradesco passou a difundir um número enorme de agências, agora não somente nas áreas rurais, mas também em cidades médias e, principalmente, na cidade de São Paulo e seu entorno, principal núcleo industrial do país. Essa difusão do Bradesco por um território mais industrial justificava-se na relevância do Banco poder participar da intermediação das transações dos negócios que essa aceleração do desenvolvimento exigiu, ao mesmo tempo, poder participar da lucratividade proporcionada pelo *spread* financeiro, uma vez que tratava-se um período inflacionário.

Em meio a esse processo de substituição de importações, ou como preferem alguns, de industrialização restringida, durante os anos da II Guerra Mundial, mas sobretudo no período pós-guerra, o Governo Federal também passou a fazer investimentos públicos em obras de infra-estrutura e na indústria de base, cujos grandes financiamentos, inicialmente, foram feitos mediante emissões. Essas emissões de dinheiro por parte do Governo são

⁷³ SINGER, P., op. cit., p. 44.

consideradas, por muitos economistas, como sendo uma das condições que originam a inflação, mas como apresentaremos mais adiante, essa hipótese é desconsiderada por Inácio Rangel. No entanto, se esta primeira posição, de que as emissões provocam efeitos inflacionários, for considerada, destacamos que é mais um elemento que pode ter contribuído para aumentar ainda mais a lucratividade dos bancos, uma vez que os bancos brasileiros são instituições que, geralmente, lucram muito em períodos inflacionários.

Por meio de conselhos de coordenação e planejamento econômico o Estado passou a investir em algumas indústrias de base e bens de produção criando empresas estatais: CSN (Cia. Siderúrgica Nacional, 1940); CVRD (Cia. Vale do Rio Doce, 1942); CNA (Cia. Nacional de Alcalis, 1943); FNM (Fábrica Nacional de Motores, 1943); CHESF (Cia. Hidroelétrica do São Francisco, 1945). Esses investimentos foram feitos com o objetivo de fundar no Brasil as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção; o produtor de bens de consumo não duráveis; e o produtor de bens de consumo duráveis. Nessa perspectiva, com a volta de Getúlio Vargas, na primeira metade dos anos 50, esses investimentos estatais foram retomados formando, em 1953, a PETROBRÁS. Nesse período também foi enviado o projeto da ELETROBRÁS ao Congresso Nacional, que somente foi aprovado 10 anos depois.

Na perspectiva da eliminação sistemática dos principais pontos de estrangulamento nos setores de infra-estrutura, bem com no financiamento e orientação de outros investimentos de base, uma vez que, como dissemos acima, o sistema bancário do Brasil não estava preparado para enfrentar os encargos de um rápido processo de industrialização, o Governo Federal implantou uma agência financeira estatal, o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. “Essa política foi consubstanciada num programa de metas, que representou a primeira tentativa com certo êxito de planejamento em escala nacional, embora em termos setoriais e com todos os defeitos inerentes à falta de uma visão global e integrada da economia”⁷⁴.

Conforme Tavares, durante as décadas de 40 e 50 houve um esforço apreciável de substituição de importações realizado por quase todas as indústrias de transformação. Esse esforço pode ser verificado considerando que o coeficiente médio de importações (sobre a

⁷⁴ SINGER, P., op. cit., p. 109.

oferta total) de produtos industriais caiu de cerca de 16% em 1949 para menos de 10% em 1961. Isso resultou em mudanças significativas na estrutura produtiva e na correspondente estrutura de importações.

Primeiramente, devemos destacar a queda apreciável da importância relativa dos produtos alimentares e têxteis tanto na produção como na importação. Do ponto de vista da estrutura de importações, os únicos setores que aumentaram a sua participação na amostra foram os de metalurgia, mecânica e químico-farmacêutica, que representavam em 1961 mais de 50% do montante global de produtos industriais importados. As indústrias de base, por estarem muito dinâmicas nesse período, manifestaram altos coeficientes de importação na oferta global, permitindo assim um efetivo esforço de substituição. Dentre os fatores que contribuíram para o sucesso do modelo de substituição industrial brasileiro, destaca-se a dimensão e composição relativas do mercado e ao grau de diversificação da estrutura produtiva, já alcançado dentro do modelo tradicional exportador. Entre os demais, merecem destaque a coincidência espacial dos setores dinâmicos num e noutro modelos de desenvolvimento, a disponibilidade relativa de fatores (sobretudo abundância de terra e mão-de-obra) e a política econômica.⁷⁶

Apesar de uma relativa elevação da taxa de crescimento econômico brasileira, ao mesmo tempo que uma diversificação no setor industrial, o processo de desenvolvimento econômico aconteceu de uma forma desequilibrada em três níveis convergentes: setorial, regional e social.

Com relação ao nível setorial, os maiores investimentos concentraram no setor secundário, principalmente nas indústria de transformação. O setor terciário também se beneficiou com um série de investimentos de infra-estrutura, em transportes e energia, mas teve uma taxa de crescimento moderado no pós-guerra, sobretudo em alguns setores de serviços e da Administração Pública. O setor primário, apesar de ter apresentado uma taxa de expansão razoável, sobretudo na década seguinte a II Guerra Mundial, permaneceu, ao menos em termos globais, com a sua estrutura inalterada. Esse aumento da agricultura deveu-se, não tanto ao aumento dos rendimentos médios e inovações tecnológicas, mas

⁷⁵ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 62.

⁷⁶ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 96-97-98-99.

sim, devido à incorporação de novas áreas, principalmente da Região Centro-Oeste, cujo objetivo era abastecer aos crescentes mercados urbanos que surgiram a partir de então.⁷⁷

No que diz respeito ao nível regional, analisando a participação de cada setor: primário, secundário e terciário, comparando os dados de 1947 e 1968, no total da renda brasileira divididos por regiões verificamos, conforme tabela a seguir (confeccionada por nós baseada em dados de Oliveira), que houve uma diferenciação regional muito grande.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS TRÊS SETORES DA ECONOMIA

1947-1968 (%)

| | 1947 | | | 1968 | | |
|---------------------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|
| | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário |
| Região Norte | 2,4 | 1,3 | 2,6 | 2,1 | 1,4 | 2,4 |
| Região Nordeste | 19,9 | 10,0 | 14,6 | 24,6 | 6,3 | 13,9 |
| Região Centro-Oeste | 2,8 | 0,7 | 1,3 | 6,7 | 0,7 | 3,0 |
| Região Sudeste | 51,7 | 74,6 | 67,7 | 37,9 | 80,9 | 65,0 |
| Região Sul | 23,2 | 13,4 | 13,8 | 28,7 | 10,8 | 15,6 |

FONTE: OLIVEIRA, F. de. *A Economia da Dependência Imperfeita* 2ª ed. RJ: Edições do Graal, 1977, p.43-49-50.

As considerações que podemos tirar desses números são de que houve mudanças significativas na divisão regional do trabalho no Brasil nesse período que vai de 1947 a 1968. Verificamos que houve: a) um crescimento do setor agrícola e de serviços e uma diminuição do setor industrial da Região Sul; b) um pequeno incremento do setor industrial em detrimento de uma pequena queda do setor de serviços e uma exagerada queda do setor agrícola da Região Sudeste; c) uma queda do setor industrial e de serviços e um aumento do setor agrícola da Região Nordeste; d) um notável crescimento do setor agrícola e um significativo aumento do setor de serviços, mas, o setor industrial ficou inalterado na Região Centro-Oeste; e) uma permanência do quadro dos três setores, pois esses setores mantiveram-se praticamente inalterados na Região Norte.⁷⁸

⁷⁷ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 103-104

⁷⁸ OLIVEIRA, F. de *A Economia da Dependência Imperfeita* 2 Ed. RJ: Edições do Graal, 1977, p.43-49-50.

Nessa perspectiva, Francisco de Oliveira⁷⁹, em seus estudos, considera algumas hipóteses. Primeiramente, diz que houve uma 'divisão inter-regional do trabalho' no Brasil, decorrente do processo de industrialização da Região Sudeste, a região mais industrializada do País. Essa região foi ocupando a centralidade desse processo, ao mesmo tempo que foi havendo o incremento dos meios de comunicação e transportes.

Em segundo, Oliveira diz que as Regiões Nordeste e o Sul tornaram-se mais exportadoras regionais de produtos agrícolas e mais importadoras de produtos industrializados da Região Sudeste. Essa hipótese pode ser comprovada pelo crescimento do setor primário em detrimento do setor secundário dessas regiões. Entretanto, essa exportação regional tanto pode ter sido incremento das exportações para fora do Brasil, bem como para incremento das exportações para outras regiões dentro do País. No geral, essas regiões têm que buscar uma contrapartida de junção de renda para poder comprar os produtos industrializados da Região Sudeste.

Em terceiro, Oliveira diz que o caso da Região Norte é diferente, aparentemente não foi afetado por essa re-divisão do trabalho, e continua isolada do mercado interno. Isso ocorreu talvez porque havia a dificuldade de comunicações e transportes e porque a Região Norte exporta grande parte dos seus produtos sem passar pelo Sudeste, ou seja, sem a dependência da economia dessa região. O resultado disso foi um desenvolvimento mais homogêneo e mais conseqüente com a sua distribuição de fatores de produção.

Em quarto, Oliveira diz que a Região Centro-Oeste representa uma extensão da Região Sudeste e com isto apresenta uma modalidade de crescimento distinta das demais regiões dependentes. O setor primário se expande para além do Rio Paraná, principalmente no Mato Grosso e Goiás, face às necessidades da demanda por bens primários da Região Sudeste. Isso pode ser observado pelo crescimento deste setor na Região Centro-Oeste. Esse crescimento agrícola fez com que o setor industrial ligado a esses produtos também aumentasse nessa região. Quanto ao setor de serviços, por ter limites de operação bastante curtos em economias como a brasileira, é menos sensível às mudanças na 'divisão inter-regional'. Isso pode explicar o fato de suas taxas na renda nacional permanecerem praticamente inalteradas nesse período.⁸⁰

⁷⁹ OLIVEIRA, F. de, op. cit., p.51-54.

⁸⁰ OLIVEIRA, F. de, op. cit., p.51-54.

Quanto ao nível social, tornou-se evidente que a expansão da economia brasileira trouxe mudanças na divisão do trabalho entre as diferentes regiões que compõem o Brasil, além do que esse processo global envolveu uma outra diferenciação social do trabalho, ou seja, crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias, substituição de atividades artesanais por fabris, criação de novos tipos de serviços.⁸¹

Durante o período dos anos 40 aos anos 60, verificamos que houve mudanças na 'divisão inter-regional do trabalho' no Brasil. Nessa perspectiva, a partir dos anos 40, acelerou-se o processo de expansão do capitalismo no Brasil, mais especificamente, houve uma expansão do capitalismo monopolista que, por sua vez, tornou-se predominante nos anos 70. Esse processo de expansão do capitalismo monopolista no caso do Brasil também serviu de justificativa para a integração do território nacional.

Segundo Oliveira essa integração do território brasileiro, juntamente com essa expansão do capitalismo monopolista, acabou provocando um movimento de transformação de uma economia nacional formada pelas antigas e várias economias regionais em uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional, mediada principalmente pela centralidade industrial da cidade de São Paulo. Isto significa precisamente que foi o crescimento industrial da Região Sudeste que formou ou reformou a distribuição espacial das atividades econômicas no território do País. A diferença fundamental em relação à situação anterior é que as ligações externas para fora do País determinavam a localização das atividades, sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional.⁸²

A partir do final da década de 50, as diferenças inter-regionais do trabalho no Brasil passaram a ser discutidas pelo Governo Federal. Dessa discussão foram criadas a SUDENE, a SUDESUL, a SUDECO e, posteriormente, houve a transformação da SPVEA em SUDAM, destinadas a serem agências de desenvolvimento regional, cujo objetivo era minimizar as diferenças dessas regiões com relação à Região Sudeste. Entretanto, a falta de experiência tornou essas agências na prática arremedos improdutivos, com muitos defeitos.⁸³ Bandeira também comenta o insucesso dessas agências de desenvolvimento. A Superintendência do Nordeste – SUDENE – foi criada no Governo de JK e tinha por

⁸¹ OLIVEIRA, F. de, op. cit., p.40.

⁸² OLIVEIRA, F. de, op. cit., p.55.

⁸³ OLIVEIRA, F. de, op. cit., p.40-41.

objetivo “orientar a aplicação de recursos do Imposto de Renda, em projetos de desenvolvimento do Nordeste. Esses incentivos fiscais passaram depois a abranger outras regiões do País, como a Amazônia, e setores da economia (pesca, turismo, etc.), mas nada indica que tenham produzido realmente resultados positivos, benefícios de fato, conforme as expectativas”⁸⁴.

Analisando a difusão do sistema bancário vamos verificar que os bancos regionais brasileiros, a partir dos anos 50, passam a abrir agências em diversas localidades brasileiras, principalmente nas capitais dos Estados. Essa difusão pelo território brasileiro pode ser entendida pelo fato de que os bancos eram os agentes que intermediavam as transações financeiras das empresas que surgiram com essa divisão regional do Brasil. Como a Região Sudeste, principalmente a cidade de São Paulo e o seu entorno, era o centro industrial do país, a maior parte dos bancos dos outros Estados brasileiros passaram a abrir agências na cidade de São Paulo, tornando-a o maior centro financeiro do Brasil. Ao mesmo tempo, os bancos paulistas passaram a abrir agências em diversas cidades do território brasileiro. Isso tudo vem contribuir para entendermos os motivos que levaram os bancos a ampliar sua rede de agências para diversas localidades brasileiras. Como demonstraremos mais adiante o Bradesco, a partir dos anos 60, passou a ter uma série de agências em diversas capitais dos Estados brasileiros.

Conforme Maria da Conceição Tavares⁸⁵, o modelo de desenvolvimento no período dos anos 40 aos anos 60 conduziu a economia brasileira, juntamente com a América Latina, a um tipo de economia dual. Essa dualidade, do ponto de vista da estrutura, por um lado, pode ser caracterizada pela existência de um setor capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade e, por outro lado, por um setor subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento.

Em síntese, verificamos que durante esse período entre os anos 40 e 60 o Brasil caminhava para uma economia regional mediada pela centralidade industrial da Região Sudeste, principalmente da cidade de São Paulo, tendo como perspectiva a transformação

⁸⁴ BANDEIRA, M *Cartéis e Desnacionalização (Experiência brasileira: 1964 – 1974)* 2 ed. RJ: Civilização Brasileira, 1975, P. 50.

⁸⁵ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 110.

de uma economia nacional formada pelas antigas e várias economias regionais em uma economia nacional localizada em diversas partes do território, integrada a partir dos grandes investimentos em meios de comunicação e transportes. Durante esse período, o sistema bancário brasileiro também é direcionado pela perspectiva da transformação dos bancos de atuação regional em bancos de atuação nacional. Nesse sentido, entram em discussão e são estabelecidas algumas leis, cujo objetivo final era a formação de grandes bancos nacionais, que tivessem condições de mediar as transações que esse novo modelo de desenvolvimento regional exigia. É dessa maneira que essa discussão da macroeconomia e do desenvolvimento regional brasileiro se insere na discussão da difusão territorial e no crescimento do capital do Banco Bradesco S/A, assim reciprocamente. Uma vez contextualizado o desenvolvimento macroeconômico do Brasil, a seguir vamos contextualizar o desenvolvimento das atividades econômicas no território do café como condição da difusão regional do Bradesco no território do café.

2.2 O desenvolvimento das atividades econômicas do território do café como difusão regional do Bradesco

A relevância de considerar a atividade cafeeira como uma das condições da difusão da rede de agências do Bradesco, sobretudo nos seus vinte primeiros anos, diz respeito ao fato de que a expansão da atividade cafeeira não somente foi beneficiada pela política de crédito, mas também proporcionou condições para a difusão dos estabelecimentos bancários no território em que se expandiu, assim reciprocamente. Com relação a este fato, Monbeig diz que o geógrafo melhor explicaria a expansão cafeeira não pelo esgotamento dos solos e redução dos rendimentos, mas sim pelas conseqüências da tradicional política de defesa e valorização do café: “Esta que, freqüentemente, deu aos fazendeiros um rendimento artificialmente satisfatório, estimulou-os a plantar cada vez mais, a ampliar as culturas. É do conhecimento geral que se assiste atualmente à expansão das plantações nas regiões novas, tanto quanto nas velhas”. Assim, segundo o autor o geógrafo “compreenderá que se planta muito porque o café é bem vendido, o que o levará a procurar as causas dos preços altos”⁸⁶.

⁸⁶ MONBEIG, P. *Capital e Geografia*, IN: Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira, São Paulo:

Um outro fato, apontado por Monbeig a fim de que o geógrafo melhor compreenda a expansão dos bancos na região das frentes pioneiras é a correlação entre a situação financeira do sitiante pioneiro e a política de crédito, pois nessas frentes pioneiras não somente os bancos cobravam juros altos para conceder créditos aos sítiantes, mas também estes eram cerceados por negociantes que lhes concediam empréstimos aplicando-lhes a agiotagem. Com relação a esse fato, Monbeig diz que seria “mister talvez lembrar as necessidades financeiras do sitiante e a organização do crédito agrícola para subvencionar essas necessidades (...). Quando se vem a saber que em algumas regiões, que são as mais pobres e, tecnicamente, as menos evoluídas de São Paulo, todas as colheitas são compradas por um único negociante e todo crédito depende desse mesmo único negociante, compreende-se melhor a situação”⁸⁷.

Dessa maneira, ao correlacionarmos a expansão da atividade cafeeira com a política de defesa e a valorização do café, ou mesmo, ao correlacionarmos a situação financeira do sitiante e a política de crédito, verificaremos que elas estão intimamente relacionadas aos bancos, principais agentes financiadores e intermediários das transações que envolvem essa atividade. Para Monbeig, esses exemplos acima descritos “mostram aos geógrafos que os problemas financeiros, as organizações bancárias, fazem parte do conjunto de elementos que constituem um complexo geográfico”⁸⁸. Faz-se necessário ressaltar que no tópico sobre a política de crédito voltaremos a examinar esse assunto.

Num trabalho sobre a interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, da Coleção Economia Paulista, os autores apontam que já nos anos 20, “com o desenvolvimento de uma vida urbana cada vez mais importante, avançou a agricultura de alimentos, da mesma forma que se estruturaram as condições que permitiram a extraordinária expansão do algodão e do açúcar no Estado” de São Paulo. Dessa maneira, “criaram-se as condições para uma acumulação capitalista diversificada: não apenas o café, mas estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade, etc. O capital cafeeiro desdobrou-se em múltiplas faces”⁸⁹. Ainda nesse mesmo trabalho sobre a economia paulista

Difusão Européia do Livro, 1957, p. 218.

⁸⁷ MONBEIG, P. *Capital e Geografia*, op. cit., p. 219.

⁸⁸ MONBEIG, P. *Capital e Geografia*, op. cit., p. 219.

⁸⁹ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)* - SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), Vol. 1 n. 1, SEADE, 1988, p.5.

os autores apontam que o café, como tantas vezes enfatizado, “seria a matriz do sistema urbano paulista”⁹⁰.

Portanto, como apontamos acima, a nossa denominação do termo *território do café* foi expressa considerando que a apropriação social deste território se deu a partir do desenvolvimento da atividade cafeeira. Mas sabemos que é um ponto de partida pois, por um lado, nesse território desenvolviam-se também outras atividades e, entre elas, a atividade algodoeira era muito relevante. Por outro lado, pelas múltiplas faces que ‘o capital cafeeiro’ desenvolveu nesse território em particular e, no Estado de São Paulo como um todo. Desse modo, faz-se necessário não apenas analisarmos a atividade cafeeira, especificamente, mas também as diversas faces que essa atividade desenvolveu.

Nessa perspectiva Milliet⁹¹ paralelamente procurou reconstituir, dentro de cada zona, as menores unidades territoriais comparáveis para análise mais íntima do fenômeno econômico-demográfico do café. Assim, a divisão do Estado na parte de interesse para a sua pesquisa, efetuou-se em obediência à delimitação de sete regiões que compunham o roteiro do café. Para nossa pesquisa, entretanto, interessou apenas a região em que a atividade cafeeira, ainda nos anos 40, apresentava-se de maneira dinâmica, porque foi nesta região e neste período que houve o início da difusão da rede de agências do Bradesco. Dessa maneira, interessa-nos saber desse roteiro do café os municípios que eram tributários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, nas sua seção da Alta Paulista e da Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, compreendendo: Araçatuba, Avai, Avanhandava, Bauru, Cafelândia, Birigüi, Coroados, Duartina, Gália, Garça, Glicério, Iacanga, Lins, Marília, Penápolis, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves e Promissão.

Assim, verificamos que o desenvolvimento da atividade cafeeira, durante os anos 40, caminhava para as zonas onde o seu desenvolvimento fora recente. Nessa perspectiva, por solos virgens e de melhor qualidade, conhecidos como terra roxa, surgiram nos espigões do Planalto Ocidental, “milhões de cafeeiros, logo seguidos por novos rosários de cidades, de que são belos exemplos Marília, Tupã, Presidente Prudente, Andradina, Mirassol, Votuporanga e Fernandópolis”⁹². Conforme Araújo Filho, a atividade cafeeira continuou

⁹⁰ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, op. cit., p.6.

⁹¹ MILLIET, S. *Roteiro do Café e Outros Ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil* 4º ed. rev e aum. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.

⁹² ARAUJO FILHO, J. R. de. *O Café, Riqueza Paulista*. *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 23, julho de 1956.

em plena expansão nessa região pois, durante os anos 50, nos espigões do Planalto Ocidental, encontravam-se os maiores municípios produtores de café “dos vinte primeiros municípios cafeeiros do Estado no ano de 1953, produzindo mais de 350 mil arrobas cada um, 17 localizam-se nos espigões de arenito do Oeste de São Paulo”⁹³.

A primeira fase de espraiamento do Banco Bradesco S/A se deu justamente na Região Centro-Oeste e Noroeste do Estado de São Paulo e no Norte do Estado do Paraná, como declara Amador Aguiar: “especialmente nas zonas que estavam sendo abertas”⁹⁴.

Dessa maneira, juntamente com a análise do desenvolvimento econômico e regional do Estado de São Paulo, por dois motivos faz-se necessário analisar também o desenvolvimento econômico e regional do Norte do Estado do Paraná. Primeiramente, porque ao analisarmos a difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A no período compreendido entre 1943 a 1964 verificamos que o Banco havia difundido uma série de agências nessa região, atingindo, em 1950, 20% do total da rede. Por outro lado, observamos que o Norte do Paraná, durante esse período, tornou-se uma espécie de continuidade do território paulista, ou seja, do território do café, pois o avanço da ‘franja pioneira’ havia alcançado as terras do Estado do Paraná. Essa ‘franja pioneira’, beneficiada pelos solos de terra roxa da região, desenvolvera uma crescente e dinâmica atividade econômica.

Nos anos 50, o Estado do Paraná constituía-se num Estado em constante expansão dos negócios. Essa expansão acontecia em três regiões bem delimitadas: Curitiba, Ponta Grossa e Londrina; situando-se, respectivamente, em cada uma das três grandes regiões naturais conhecidas como ‘primeiro’, ‘segundo’ e ‘terceiro’ planalto paranaense. Entretanto, a área de influência dessas capitais regionais não coincide com os limites das regiões naturais a que pertencem. As linhas mestras do relevo dispõem no sentido N-S; as regiões geográficas expandem-se no de E-W⁹⁵.

A delimitação do território do Norte do Estado do Paraná tornou-se um problema pois, devida o seu desenvolvimento econômico ter acontecido a partir do transbordamento da atividade cafeeira do Estado de São Paulo, muitos estudiosos o consideravam um

São Paulo, p.106.

⁹³ ARAUJO FILHO, J. R. op. cit., p. 106.

⁹⁴ FONTE: Revista Exame 04/73, “O Eterno Bancário”, p.22.

⁹⁵ SANTOS, E. O. *Ponta Grossa, Capital Regional do Oeste do Paraná*, Boletim Paulista de Geografia, n.º 24, outubro de 1956, São Paulo, p.57.

capítulo da vida paulista. “Do ponto de vista econômico e paisagístico o Norte do Paraná – creado (*sic*) pelo extravasamento da atividade cafeeira paulista – tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por um lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense.”⁹⁶

Por ter sido uma região pioneira o Norte do Estado do Paraná, passou por um processo de desmatamento muito intenso, como havia ocorrido com as regiões pioneiras do Estado de São Paulo. Na perspectiva de ocupar todos os espaços, independentemente de estudos de solos, climas e geomorfológicos, previamente estabelecidos, os empreendedores foram abrindo clareiras na floresta e implementando os loteamentos.⁹⁷

Podemos considerar que uma das condições que fizeram com que o território do café se desenvolvesse foi o seu tipo de solo. Em grande parte desse território encontramos o tipo terra-roxa, que possui ótimo gradiente de fertilidade e, pode ser encontrados na região que compreende o Norte do Estado do Paraná, bem como em algumas regiões do Estado de São Paulo, como na Região de Ribeirão Preto e, mais esparsamente, nas Regiões de Araçatuba e Marília⁹⁸.

Apesar da crise de 29, durante os anos 40 o Brasil ainda ocupava a posição de maior produtor mundial de café. Nessa perspectiva, possuía os maiores mercados do produto, ou seja, os locais onde se efetuavam os negócios. Esses mercados estavam situados justamente nos portos de maior exportação do café e que, durante esse período eram, “por ordem de importância, Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Vitória, Angra dos Reis; esses cinco centros do comércio cafeeiro no Brasil exportam mais de 95% do total brasileiro.”⁹⁹

A participação do café no valor das exportações brasileira até a primeira metade dos anos 30 era acima de 50%. Logo após a crise essa participação diminuiu absurdamente. “Em 1940, 70,76% dos produtos exportados diziam respeito a uma diversidade de mercadorias. A situação era inversamente oposta aos anos 20 quando predominava o café

⁹⁶ MÜLLER, N. L. *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná* Boletim Paulista de Geografia n.º 22, março de 1956, p. 55.

⁹⁷ MÜLLER, N. L., *op. cit.*, p. 63.

⁹⁸ MÜLLER, N. L., *op. cit.*, p. 69.

⁹⁹ ARAUJO FILHO, J. R. de., *op. cit.*, p.123.

na pauta de exportação”¹⁰⁰. Entretanto, a participação do café no volume das exportações volta a crescer com o final da II Guerra Mundial, pois no total das exportações passou de pouco mais de 1/3 em 1947 para 2/3 em 1953.¹⁰¹

Essa retomada do café pode ser observada no ensaio de carta agrícola da ‘franja pioneira’ Paulista de 1946, confeccionada por Pierre Monbeig¹⁰², onde os cafeeiros predominavam em meio a outras culturas pois, apesar da crise que passou a cafeicultura nos anos 30 e início dos 40, a “retomada do café é, portanto, bem nítida, principalmente na região tributária da Paulista e de sua rede rodoviária. E isso não é somente o resultado de uma boa organização dos meios de transportes, mas porque lá ainda há muito espaço disponível”¹⁰³. Esses não foram os únicos motivos da retomada do café, mas uma série de outros motivos pois, como Monbeig aponta no mesmo trabalho, nas áreas de plantio antigo os cafeeiros novos substituíram os velhos e os seus rendimentos foram muito bons e, nas áreas da ‘franja pioneira’ no Norte do Estado do Paraná, devido à terra roxa os rendimentos foram ótimos. Entretanto, outros motivos podem ter contribuído para essa expansão do café, dentre eles, por exemplo, o crédito agrícola.

Apesar da retomada do café, logo após a II Guerra Mundial, no volume das exportações brasileiras, não podemos negar que, a partir das sucessivas crises da atividade cafeeira, houve uma reordenação da agricultura no Brasil, principalmente na paulista. Nessa perspectiva, por um lado a atividade cafeeira, num primeiro momento, perdeu importância na pauta de exportações do país. Por outro lado houve uma diversificação da agricultura voltada tanto para o mercado externo, quanto para interno. Este último, sobretudo devida o enorme desenvolvimento urbano e industrial que houve, a partir dos anos 20, no país e no Estado de São Paulo, em particular. Assim, com a diversificação da agricultura e as novas exigências de matéria-prima pela indústria, a economia paulista como um todo foi redefinida.

Para Suzigan & Peláez, a destruição do café no Brasil como alternativa para reordenar a economia logo após a crise de 29, talvez tenha sido uma forma de controle

¹⁰⁰ LENCIONI, S. *Agricultura e Urbanização – A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardínópolis, o estudo de um lugar*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH-Depto. Geografia/USP, 1985.

¹⁰¹ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 33.

¹⁰² MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/POLISM 1984, p. 263.

¹⁰³ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p. 259-60.

dramática. Dizem que os observadores contemporâneos ficaram surpresos com a quantidade de café destruída em tão poucos anos. “Para se ter uma idéia, mesmo que toda a produção tivesse sido suspensa durante uma safra inteira, o Brasil teria continuado a fornecer café, normalmente, durante quatro safras e meia, utilizando apenas os estoques destruídos.”¹⁰⁴ Durante a Depressão e a II Guerra Mundial a situação tornou-se crítica. No período entre 1931 e 1944 a destruição de café atingiu a cifra de 78.214.253 sacas. A partir do término da II Guerra Mundial, a necessidade de destruir o café desapareceu, pois “fortes geadas mudaram a situação de superprodução à de sub-produção.”¹⁰⁵

A II Guerra Mundial teve um enorme impacto no mercado mundial de café. Com o fechamento do mercado europeu de café após 1939, as exportações diminuíram consideravelmente e os preços alcançaram seu nível mais baixo. “A perda de exportações sofrida pelo Brasil foi estimada em mais de 7 milhões de sacas por ano, enquanto a de outros produtores talvez tenha ultrapassado os 10,2 milhões de sacas. Nessa conjuntura de crise, o Bureau Pan-Americano do Café convocou a III Conferência Pan-Americana do Café, em 1940.”¹⁰⁶ Desta Conferência ficou estabelecido que um Comitê Interamericano de Assessoria Econômica e Financeira nomearia um sub-comitê que elaboraria um plano cafeeiro. Assim em 28 de novembro do mesmo ano, o plano formulado pelo sub-comitê foi assinado com a denominação de Acordo Interamericano do Café.

Além dos problemas internos enfrentados pela cafeicultura brasileira, a partir da II Guerra Mundial há uma diversificação dos maiores produtores mundiais de café. O Brasil deixa de ocupar a posição incontestada, de domínio absoluto do comércio internacional do produto, a qual ocupou durante mais de meio século. Dessa maneira, para incrementar a pauta de exportações, uma vez que as contas externas estavam em *déficit*, o Governo Federal incentivou a produção de outros gêneros exportáveis. A partir daí a atividade algodoeira se expande em território paulista.

O segundo produto mais negociado nas zonas pioneiras e na pauta da balança de exportações brasileira, durante os anos 40, era o algodão. A relevância de demonstrar o desenvolvimento da atividade algodoeira é porque o Bradesco difundiu sua rede de

¹⁰⁴ SUZIGAN, W. & PELÁEZ, C. M. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 223.

¹⁰⁵ Idem, p. 224.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 222.

agências nos municípios maiores produtores desse produto, entre eles o de fundação do Banco, Marília.

O desenvolvimento da lavoura de algodão, no Brasil, surgiu na perspectiva do Governo Federal de encontrar alternativas para corrigir o profundo desequilíbrio das contas externas do país e um *deficit* considerável provocados pela crise de 1929 e pelo sistema de produção de café do país, ou seja, política de valorização do café adotadas no contexto da chamada política do café com leite, desde o início do século, mais precisamente Convênio de Taubaté, em 1906. Dessa forma, a política oficial do Governo Federal é de concentrar esforços no desenvolvimento da “produção de novos gêneros exportáveis em substituição dos antigos em decadência, e restaurar assim o perdido equilíbrio do velho sistema”¹⁰⁷.

A perspectiva de diversificações de produtos nas exportações brasileiras é uma realidade, “o incremento das outras culturas e a análise dos nossos mapas de exportação logo evidenciam o desaparecimento paulatino do exclusivismo do café. Nas zonas mais antigas a observação se precisa em algarismos indiscutíveis.”¹⁰⁸

Não se pode negar o importante papel que o algodão representava, durante os anos 40, na economia paulista. De fato, se bem que o volume de sua produção ainda estava “bastante inferior ao do café, é certo que a cotonicultura se destacava pelo desenvolvimento constante das safras e pela racionalização cada vez maior da cultura”¹⁰⁹.

Conforme Rohwdder¹¹⁰, a produção de algodão passa de 4 milhões de kg na safra de 1929/30 para 290 milhões de kg na safra de 1940/41. Essa produção concentrava-se, na sua maior parte, em dez municípios do Estado de São Paulo: Marília, Bela Vista, Campinas, Pompéia, Presidente Prudente, Tupã, Agudos, Bauru, Santa Cruz do Rio Pardo e Piratininga. Grande parte da produção de algodão concentrava-se nos municípios da região de Marília, municípios da difusão inicial da rede de agências do Bradesco.

Com relação à nacionalidade dos agricultores que adquiriram sementes de algodão no Instituto Agronômico de Campinas, correspondia: 62,86% de brasileiros, 12,90% de italianos, 12,61% de japoneses, 5,92% de espanhóis, 2,90% de portugueses e 2,91% de diversos. Dessa forma, acreditamos que a identificação da nacionalidade dos agricultores

¹⁰⁷ PRADO JR., C. op. cit., p.292-3.

¹⁰⁸ MILLIET, S. op. cit., p. 30-1.

¹⁰⁹ ROHWDDER, J. *A Atual Expansão do Algodão Paulista*. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Vol. IV, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1944, p. 422.

¹¹⁰ Idem, p. 425.

que plantavam o algodão vem contribuir para reafirmar, no caso dos italianos e japoneses, que se tratava de pequenos sítiantes os produtores de algodão e, neste caso, podem ter uma relação direta com o Banco Bradesco S/A, uma vez que os seus principais clientes eram oriundos dessa camada da população, ou seja, pequenos e médios sítiantes. No caso do município de Marília, os estrangeiros representavam 26,9% do total da população, sendo que 61,6% desses eram de origem japonesa¹¹¹.

As exportações de algodão vinham efetivamente em contínuo aumento até a II Guerra Mundial, atingindo em 1939 o índice de 323.529 toneladas. Neste período, os principais compradores do Brasil eram as potências do Eixo: Alemanha e Japão, com o advento da II Guerra Mundial o mercado para esses países foi fechado e, conseqüentemente, as exportações do algodão reduziram-se consideravelmente, sendo que a média anual, de 1940 a 1945, não alcançará 170 mil toneladas. Logo após o término da II Guerra Mundial, nos três anos subseqüentes, o volume de exportações volta a crescer (para recompor os estoques dissipados no conflito), atingindo uma média anual de 300 mil toneladas. Entretanto, volta a diminuir a partir de então, conservando, salvo raros anos excepcionais, abaixo de 150 mil toneladas; e depois de 1956, abaixo de 100 mil.¹¹²

A maior parte da produção da atividade cafeeira e algodoeira era produzida na ‘franja pioneira’ paulista e tinha como destino o porto de Santos. Nesse sentido, as relações comerciais entre as cidades da ‘franja pioneira’ e a cidade de Santos, durante a primeira metade do século XX, foram extremamente intensas. Assim, como verificamos anteriormente, apesar de o Bradesco não possuir nenhuma agência em Santos, quando de sua fundação, já trabalhavam em Santos vários funcionários de Banco, dentre eles o seu diretor gerente, José Carlos Negreiros, que morreu nesta cidade. No ano de 1948, respondendo às necessidades desses comerciantes, o Banco Bradesco S/A já havia aberto uma agência na cidade de Santos. Com o passar do tempo, o porto de Santos amplia a sua capacidade de atrair a produção de outras regiões vizinhas à São Paulo. Nota-se cada vez mais “a expansão econômica da região servida por Santos: além do território paulista, mandam sua produção a ele o Triângulo Mineiro, Mato Grosso e o norte do Paraná, conduzidas pelos trilhos das estradas de ferro e das rodovias.”¹¹³

¹¹¹ As informações foram extraídas de MONBEIG, P. op. cit., p. 372-78.

¹¹² PRADO JR., C. op. cit., p. 293.

¹¹³ CARVALHO, M. C. V. de. *O Porto de Santos. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Vol. IV,

O escoamento dessa produção para o porto de Santos, durante os anos 50, conferia-lhe a posição de mais importante e movimentado porto do Brasil. Isso resultava da sua facilidade de comunicações com o planalto, onde se concentrava toda a vida econômica do Estado, e a sua ligação direta com a cidade de São Paulo, importante centro industrial e o irradiador das estradas de ferro e de rodagem que demandam o interior.¹¹⁴

Nessa perspectiva de diversificação da produção passaram a ser exportados por esse porto diversos produtos. “Santos passaria a exportador de uma região onde se desenvolvia a policultura, embora o café e o algodão constituía quase a totalidade do volume exportado. Em 1939, a sua exportação para o estrangeiro foi de 1.739.923.325 toneladas contra 1.701.968.540 toneladas de mercadorias importadas”¹¹⁵. Durante os anos 30, o porto de Santos aumenta muito a sua participação no volume dos negócios no Brasil. A partir de então, torna-se o segundo maior porto de exportação e importação por cabotagem, representando junto com o Rio de Janeiro, quase 80% do comércio entre os portos nacionais¹¹⁶.

Como podemos verificar, o café e o algodão constituíam quase a totalidade do volume das exportações. Dessa maneira, a relação entre a ‘franja pioneira’, maior produtora desses dois produtos, e o porto de Santos estava estabelecida. Nessa perspectiva, demonstramos que o Bradesco procurando responder às necessidades de intermediação dos negócios dos comerciantes desses produtos, em 1947, havia aberto uma agência bancária na cidade de Santos.

Uma das condições que fizeram com que o Bradesco difundisse a sua rede de agências no território do café foi o desenvolvimento da pequena propriedade rural nesse território pois, como demonstraremos com mais detalhe no tópico sobre a política de crédito, o Banco foi um grande intermediário dos pequenos e médios sítiantes. Dessa maneira, a relação estabelecida entre o Bradesco e a pequena propriedade rural é de que nos municípios nos quais o desenvolvimento da pequena propriedade rural foi mais acentuado, o Banco possuía uma agência.

Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1944, p. 717. (Esse Congresso foi realizado em Florianópolis, SC, de 7 a 16 de setembro de 1940).

¹¹⁴ SOUZA, E. C. de. *Distribuição da População do Estado de São Paulo em 1940*. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XIV, n.º 3, Rio de Janeiro: julho-setembro de 1952, p. 323.

¹¹⁵ CARVALHO, M. C. op. cit., p. 714-15.

¹¹⁶ *Idem*, p. 719.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo estava intimamente ligado com o expressivo desenvolvimento e o surgimento das inúmeras cidades novas ao longo das ferrovias e que são denominadas “rosário de cidades”. Dessa forma, procuramos estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da pequena propriedade e o desenvolvimento urbano dessas cidades. Parece-nos claro que há uma relação direta, pois os municípios que apresentam um maior parcelamento de suas propriedades rurais, naturalmente possuem um maior número de habitantes e, respectivamente, as relações das atividades comerciais, industriais e de serviços, geralmente estabelecidas na cidade, desenvolvem-se muito mais.

Dessa maneira, verificando essa relação entre pequena propriedade e desenvolvimento urbano, procuramos estabelecer a relação entre o desenvolvimento da pequena propriedade rural no município de Marília, sede da fundação do Banco Bradesco S/A, e o seu expressivo crescimento e desenvolvimento urbano, pois analisando esse município, durante os anos 30 e, sobretudo nos anos 40, no contexto do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e da região de Marília em particular, podemos verificar que o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e de serviços eram extremamente significativas para um município tão jovem e para uma região recentemente povoada. Nesse momento, faz-se necessário ressaltar que, ao nosso ver, outros elementos podem ter contribuído para o crescimento e desenvolvimento do município, entre eles, o fato de o município ter sido por sete anos a estação final da ferrovia – boca do sertão –, e por ter recebido um grande número de imigrantes, principalmente japoneses, que por sua vez estabeleciam-se em pequenas propriedades rurais.

Milliet diz que o aumento contínuo do número de pequenas propriedades no Estado de São Paulo, tem uma possível relação entre a marcha do café para o Oeste e o fracionamento do grande latifúndio. “Inúmeros observadores econômicos têm batido nessa tecla, com maior ou menor felicidade. Parece entretanto que o estudo ecológico do problema não foi ainda tentado e só esse poderá informar com precisão sobre isso que, à primeira vista, se diria ressaltar dos próprios números”¹¹⁷. Nesse fato gostaríamos de acrescentar que esse parcelamento das propriedades rurais na região da ‘franja pioneira’ se deu justamente porque foram os colonos das antigas fazendas de café que colonizaram esse

¹¹⁷ MILLIET, S. op. cit., p. 69.

território, fugindo do esgotamento da atividade cafeeira das áreas antigas e procurando melhores oportunidades de vida em terras novas.

Monbeig¹¹⁸, analisando as cidades dos planaltos e os fatores de crescimento, aponta a seguinte questão: se as cidades da 'franja pioneira' possuíam as mesmas condições geográficas por que umas prosperavam e outras paravam de crescer? Respondendo a sua própria questão, considera que os municípios que possuíam uma parte considerável do seu território loteado para pequenos proprietários ou pequenos cultivadores possuíam, conseqüentemente, maior número de habitantes, os quais faziam com que as cidades também prosperassem.

Na perspectiva de demonstrar esse fato, Monbeig¹¹⁹ exemplifica o caso da diferente evolução de Lins e Cafelândia, ambas vizinhas e ambas nascidas no momento da construção da Estrada de Ferro da Noroeste. Neste trabalho o autor analisa que o desenvolvimento da primeira deveu-se ao parcelamento da propriedade rural e no caso da segunda a sua estagnação tinha raízes no pequeno número de grandes propriedades rurais. Ainda é importante ressaltar que o autor exemplifica o caso de Marília ter se tornado uma capital regional pelo fato de possuir um enorme parcelamento de propriedades rurais.

Como podemos verificar, parece lógica essa comparação. Portanto, no sentido de identificar porque o desenvolvimento de Marília foi tão extraordinário em tão pouco tempo é o que nos levou a apresentar tais considerações. Nesse período, analisando as cidades onde o Banco Bradesco S/A tinha aberto suas agências, verificamos uma certa coincidência com as cidades que apresentavam um maior número de pequenos proprietários ou pequenos cultivadores. Monbeig¹²⁰ diz que no período entre 1938 a 1946 houve um aumento muito expressivo do número de habitantes de certas cidades, ao mesmo tempo que se multiplicavam os sítios. Dessa maneira, acreditamos poder considerar que a dinâmica do desenvolvimento econômico e regional dos municípios da 'franja pioneira' está intimamente ligada ao desenvolvimento da pequena propriedade. Nessa perspectiva, também queremos considerar que o desenvolvimento da pequena propriedade na Região de Marília é uma das condições que contribuiu para o desenvolvimento e difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A nessa região.

¹¹⁸ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p.346.

¹¹⁹ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p.346.

¹²⁰ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p.346-7.

Como estamos demonstrando nesta dissertação, o setor primário da economia, principalmente na atividade cafeeira e algodoeira, particularmente na ‘franja pioneira’ paulista, apresentavam-se extremamente dinâmico. No entanto, não somente essas atividades apresentavam bons índices de crescimento e desenvolvimento, mas também os setores secundário e terciário da economia, pois as atividades industriais e comerciais se desenvolviam amplamente, principalmente na Região Sudeste. Dessa maneira, estaremos apresentando uma análise do desenvolvimento dessas atividades nos principais municípios do Estado de São Paulo. Entretanto, antes de demonstrarmos essa análise, estaremos contextualizando o processo de formação do mercado interno nacional.

O Brasil, em virtude do seu enorme território e da formação de uma economia fundamentada em diversos produtos e ciclos de exportação, “a partir dos quais foram criados espaços econômicos ou ‘regiões’ com diferentes relações de produção e dinamismo, (...) constitui um país privilegiado para o estudo do desenvolvimento desigual do capitalismo”¹²¹. Desse modo, desde de o final do séc. XIX, o Brasil está num processo de formação do mercado interno nacional, a partir da perspectiva de integração das regiões, com distintos graus de desenvolvimento, e de constituição de uma estrutura produtiva complexa, ao mesmo tempo que hierarquizada.

Cano¹²², em sua obra, divide esse processo de formação do mercado nacional em três períodos, a saber: 1) entre 1880 a 1930, de autonomia relativa, ou seja, gênese das desigualdades regionais, constituído por um conjunto de economias mercantis escravistas, voltadas para o mercado externo e pouco para o mercado interno; 2) entre 1930 a 1962, de integração comercial e ‘divisão inter-regional de trabalho’, com a hegemonia do processo de acumulação industrial, consolida-se no Sudeste e particularmente em São Paulo, o núcleo dinâmico da economia brasileira; 3) de 1962 até os dias atuais, de integração produtiva, consolidando-se a implantação da indústria pesada e as novas formas de articulação inter-regional.

Durante a primeira metade do séc. XX, a agricultura mercantil diversificada vinha acompanhada de um desenvolvimento industrial. Muitos autores procuram explicar a

¹²¹ CANO, W. & GIMARÃES NETO, L. *A Questão Regional no Brasil: Traços Gerais de sua Evolução histórica*. IN: Pensamiento Iberoamericano, Madri, Espanha: Rev. De Ec. Política, n. 10, 1986

¹²² CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. T. A Queiróz, 2. Ed. (Período 1850-1929) SP: 1983. & CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970*. UNICAMP/PNPE, Global Ed. SP. 1985.

origem da indústria brasileira. Entre eles, José de Souza Martins aponta que “a gênese da indústria brasileira deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise”¹²³. Este autor contrapõe-se à posição de Celso Furtado, Roberto Simonsen e Antonio Barros de Castro, que explicam o processo de industrialização como resultado da substituição de importações, e opoem-se também ao enfoque de Warren Dean, que dá relevância à habilidade empresarial dos importadores. Martins considera também pouco provável a tese de Sérgio Silva, de que a indústria tivesse já se originado como grande. “De um lado, a diversificação dos produtos exportados e o crescimento da produção de alimentos para a população que se urbanizava e, de outro lado, a perda da importância do café na pauta de exportações vinham acompanhados de um desenvolvimento industrial. Gerada nos interstícios das relações mercantis do café e disperso territorialmente, o processo de industrialização acabou por concentrar-se na capital, na cidade de São Paulo”¹²⁴. Essa consideração de que o desenvolvimento industrial foi gerado nos interstícios das relações mercantis do café pode contribuir para compreendermos o desenvolvimento da atividade industrial e, conseqüentemente, comercial na região da ‘franja pioneira’ paulista e paranaense.

A cidade de São Paulo, a partir dos anos 20, adquire características de cidade grande, expande um contingente enorme de trabalhadores industriais e urbanos, principalmente no setor terciário e no “desenvolvimento de serviços típicos de grandes centros, tanto os de infra-estrutura como aqueles vinculados à acumulação que se moderniza – foi nos anos 20 que ocorreu, na cidade de São Paulo, o primeiro salto no surgimento do sistema bancário nacional”¹²⁵.

Durante os anos 20, a divisão regional do Estado de São Paulo já estava estabelecida, “estavam lançadas não só as ‘raízes da concentração industrial em São Paulo’ mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do Estado”¹²⁶. A partir da crise de 1929, a economia cafeeira abriu as portas para um novo padrão de acumulação, ou seja, a acumulação industrial. “Não tendo se realizado o Recenseamento Geral do Brasil em 1930,

¹²³ APUD. LENCIONI, S. op. cit., p. 67 Ver também: DE SOUZA MARTINS, *J O Cativoiro da Terra*. 6º São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

¹²⁴ LENCIONI, S. *Agricultura e Urbanização – A capitalização no campo e a transformação da cidade*. Op. cit., p. 67.

¹²⁵ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – VOL. 1. N. 1, op. cit., p. 14.

¹²⁶ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – VOL. 1 N. 1, op. cit., p. 29.

infelizmente não há como demonstrar empiricamente os passos da urbanização de São Paulo nesse período de transição da acumulação cafeeira para a acumulação industrial. O censo seguinte, de 1940, já expressa em seus dados um estágio posterior do desenvolvimento paulista, quando outro processo, o da industrialização restringida – já eclodira e estava em andamento no Estado de São Paulo”¹²⁷.

Maria da Conceição Tavares estabeleceu que, durante o período de 1930 a 1955, houve um processo de “industrialização pelo processo de substituição de importações”¹²⁸. Entretanto, mais tarde, na sua tese de livre docência, revendo sua análise, Tavares denominou o período de “industrialização restringida”¹²⁹. Conforme Barjas Negri, a denominação de industrialização restringida para esse período deve-se “porque a reprodução ampliada do seu capital produtivo possui ainda grande dependência do setor de exportação para gerar as divisas necessárias às importações dos bens de produção: bens de capital e bens intermediários”¹³⁰.

Essa denominação de industrialização restringida, também foi compartilhada por Cardoso de Melo. Procurando sintetizar essa denominação ele diz que, a partir dos anos 30, há “um processo de industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitirá a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”¹³¹.

Como estivemos verificando, nesse trabalho, o desenvolvimento econômico e regional da ‘franja pioneira’ do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná apresentava-se, durante o segundo quartel do século XX, extremamente dinâmico,

¹²⁷ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA, Vol. 1 N. 1 op. cit., 17.

¹²⁸ TAVARES, M. da. C. *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

¹²⁹ TAVARES, M. da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Livre Docência, UFRJ, mimeo, 1975.

¹³⁰ NEGRI, B. COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, Vol. 1 n. 2, SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), SEADE, 1988, p. 75.

sobretudo no setor primário da economia, principalmente na atividade cafeeira e algodoeira. Entretanto, não somente essas atividades apresentavam bons índices de crescimento e desenvolvimento, mas também os setores secundário e terciário da economia, pois as atividades industriais e comerciais se desenvolviam amplamente. A economia agrícola mercantil diversificava, bem como à indústria leve avançou o processo de urbanização, entendido como reestruturação das relações entre campo e cidade.

No entanto, o desenvolvimento desses dois eixos da economia divergiam quanto a sua espacialização pelo território, a “agricultura mercantil diversificada ensejou uma urbanização atomizada, espalhada pelo território, diversamente da indústria, que selecionava polos, (...) a indústria se apropriou da rede urbana produzida pela e para a economia cafeeira e reforçou a polarização de certos núcleos originais do próprio complexo cafeeiro”¹³².

Como demonstraremos mais adiante, no tópico sobre a política de crédito, o Bradesco sempre procurou intermediar as operações dos produtos comerciais e industriais negociados no território do café, seja intermediando as transações do pequenos sitiantes com a grandes indústrias, destacando o caso dos japoneses que comercializavam a produção de algodão com indústrias de grande porte, seja o próprio o Banco intermediando produtos industrializados. Na página seguinte apresentamos a tabela 2, por nós confeccionada, referente às empresas que operam no comércio e nas indústrias, segundo os principais municípios do Estado de São Paulo, baseada em dados extraídos do Censo Econômico de 1940.

¹³¹ CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹³² COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA, Vol. 1 N. 1 op. cit., 14.

TABELA 2

EMPRESAS QUE OPERAM NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

01/09/1940 (em números de estabelecimentos)

| Municípios | Comércio | | Indústrias | |
|-----------------|------------|-----------------|------------|------------------|
| | Varejo | Atacado e Misto | Empresas | Estabelecimentos |
| Estado | 36.396 | 4.803 | 11.588 | 14.225 |
| Americana | 70 | 3 | 89 | 100 |
| Andradina | 45 | - | 2 | 10 |
| Araçatuba | 190 | 27 | 50 | 82 |
| Araraquara | 274 | 29 | 94 | 118 |
| Assis | 71 | 3 | 13 | 13 |
| Avanhandava | 47 | 1 | 6 | 10 |
| Barretos | 260 | 103 | 76 | 94 |
| Bauru | 288 | 36 | 59 | 80 |
| Bebedouro | 132 | 12 | 41 | 47 |
| Birigui | 161 | 26 | 38 | 44 |
| Cafelândia | 138 | 5 | 39 | 45 |
| Campinas | 726 | 98 | 218 | 264 |
| Cândido Mota | 43 | 7 | 10 | 14 |
| Catanduva | 275 | 16 | 86 | 105 |
| Franca | 224 | 30 | 90 | 112 |
| Gália | 42 | 8 | 17 | 24 |
| Garça | 174 | 7 | 43 | 47 |
| Getulina | 60 | 1 | 21 | 21 |
| Glicério | 36 | 3 | 19 | 22 |
| Guarulhos | 41 | 2 | 53 | 61 |
| Jundiaí | 283 | 21 | 79 | 139 |
| Limeira | 215 | 19 | 100 | 119 |
| Lins | 199 | 10 | 66 | 86 |
| Marília | 367 | 47 | 80 | 94 |
| Mirassol | 179 | 5 | 67 | 79 |
| Mogi das Cruzes | 261 | 16 | 44 | 80 |

| | | | | |
|-----------------------|--------|-------|-------|-------|
| Mogi Mirim | 173 | 15 | 78 | 81 |
| Monte Aprazível | 211 | 20 | 49 | 62 |
| Novo Horizonte | 152 | 10 | 34 | 40 |
| Ourinhos | 81 | 9 | 22 | 29 |
| Penápolis | 108 | 9 | 38 | 41 |
| Piracicaba | 440 | 56 | 100 | 170 |
| Pirajuí | 206 | 5 | 32 | 41 |
| Pompéia | 248 | 18 | 39 | 57 |
| Potirendaba | 41 | 4 | 16 | 20 |
| Presidente Prudente | 292 | 51 | 64 | 79 |
| Presidente Venceslau | 76 | 5 | 13 | 19 |
| Rancharia | 49 | 3 | 10 | 14 |
| Ribeirão Preto | 485 | 72 | 140 | 181 |
| Rio Claro | 242 | 14 | 100 | 155 |
| São José do Rio Preto | 314 | 49 | 100 | 109 |
| Santo André | 605 | 22 | 313 | 376 |
| Santos | 1.374 | 316 | 224 | 267 |
| São Carlos | 266 | 15 | 98 | 117 |
| São José dos Campos | 212 | 10 | 37 | 45 |
| São Paulo | 10.788 | 2.160 | 4.335 | 4.876 |
| Sorocaba | 628 | 78 | 118 | 192 |
| Taubaté | 257 | 20 | 54 | 78 |
| Tupã | 125 | 2 | 25 | 27 |
| Vera Cruz | 59 | 10 | 25 | 30 |
| Valparaíso | 126 | 14 | 28 | 40 |

FONTE: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, em 01 de setembro de 1940 - Série Regional, Parte XVII - São Paulo. Tomo 3, Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Quadros de Totais Referentes ao Estado e de Distribuição Segundo os Municípios, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

Analisando a tabela acima, das empresas que atuavam no comércio de mercadorias e indústrias, segundo os principais municípios do Estado de São Paulo, em 01 de setembro de 1940, observamos que esses dois setores da economia estavam disseminados por todo o Estado. Nesse sentido, se focarmos a análise nos principais municípios da 'franja pioneira'

verificaremos o quão providos dessas empresas está esse território, tanto de empresas que atuam no comércio a varejo e atacado, bem como de estabelecimentos industriais.

Dentre os principais municípios da 'franja pioneira' que se destacam no tocante à quantidade dessas empresas o principal deles é, sem dúvida, o município de Marília, seguido de, respectivamente: São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Catanduva, Barretos, Pompéia, Monte Aprázível, Pirajuí, Lins, Araçatuba, Mirassol, Garça, Birigüi, Novo Horizonte, Cafelândia, Bebedouro, Tupã, Valparaíso, Penápolis, Ourinhos, Presidente Venceslau, Assis, Getulina, Vera Cruz, Rancharia, Avanhandava, Andradina, Cândido Mota, Gália. Esses municípios eram os principais municípios da 'franja pioneira' paulista do segundo quartel do século XX. A relevância, para o nosso trabalho, de destacar esses municípios é porque em 21 cidades das 29 desses municípios, no ano de 1947, ou seja, 7 anos após esse Censo Econômico, havia sido implantada pelo menos uma agência do Bradesco. Isso representa que o Bradesco procurou difundir suas agências nos municípios mais dinâmicos do território do café, tanto no que diz respeito, como vimos anteriormente, ao setor primário da economia, quanto nos setores secundário e terciário da economia.

Nesse momento, faz-se necessário ressaltar que, apesar de possuírem um maior número de empresas que atuam no comércio e indústria, não incluímos, na relação acima citada, alguns dos principais municípios do Estado de São Paulo, entre eles: Americana, Araraquara, Bauru, Campinas, Jundiaí, Limeira, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, porque a nossa seleção baseou-se nos municípios pertencentes à chamada 'franja pioneira'. Esses municípios são considerados pertencentes à regiões antigas da atividade cafeeira. Portanto, não poderiam constar da seleção dos municípios da 'franja pioneira', correspondente aos anos 40. Entretanto, a seleção deles, na tabela acima, justifica-se pelo fato de pertencerem ao grupo dos municípios mais desenvolvidos do Estado de São Paulo. Nesse sentido, servem de comparação aos municípios da 'franja pioneira', os quais o Bradesco, inicialmente, difundiu suas agências.

Como mencionamos acima, o município de Marília destaca-se entre os municípios da 'franja pioneira', pois tanto as atividades comerciais quanto as industriais são muito significativas nesse município. No ano de 1940, apesar de passado apenas 15 anos da sua fundação, o município de Marília possuía 367 estabelecimentos comerciais de varejo e 47

de comércio por atacado; no tocante às indústrias, possuía 80 empresas com 94 estabelecimentos fabris. Essa posição, ocupada pelo município de Marília ocupava, era superada como podemos verificar na tabela acima, apenas por poucos municípios, entre eles: São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Santo André, Ribeirão Preto, Piracicaba.

Dessa maneira, reafirmamos a posição de um município dinâmico, em franco crescimento e desenvolvimento, que ocupava a posição de importante centro regional do Estado de São Paulo. “Na Alta Paulista, Marília é o exemplo típico de cidade proveniente do movimento pioneiro iniciado no começo do século XX e do qual resultou o povoamento do noroeste paulista. Resultou a cidade da fusão de três patrimônios vizinhos. Fundada em 1926, já em 1940 contava com uma população de 24.473 habitantes, crescimento verdadeiramente extraordinário. Estando situada numa próspera zona agrícola constitui importantíssimo centro exportador de algodão e de café. O seu comércio é bastante ativo; a atividade industrial da cidade, apesar de nova, apresenta-se muito promissora, contando já com numerosos estabelecimentos fabris, quer de produtos alimentares, ou então fábricas de fiação e serrarias. A sua zona de influência é muito grande”¹³³.

Como verificamos anteriormente, nos anos da II Guerra Mundial, as possibilidades do desenvolvimento das indústrias no Brasil foram ampliadas devido à necessidade de substituição dos produtos importados. Dessa maneira, o mercado interno privado “do abastecimento externo no que diz respeito a um sem-número de manufaturas, (...) tem de recorrer à produção nacional, o que abre amplas perspectivas para as atividades industriais do país. (...) A indústria brasileira não será aliás solicitada unicamente pelo mercado interno; alguns de seus setores mais desenvolvidos e habilitados (como em particular a de tecidos de algodão) encontrarão também alguns mercados externos, como nos países da América Latina e na África do Sul, às voltas com as mesmas dificuldades de abastecimento que nós. Os próprios Estados Unidos se tornam grandes importadores de tecidos brasileiros. A exportação de tecidos constituirá mais um elemento ponderável de reforçamento de nosso balanço comercial, chegando a figurar em segundo lugar na pauta das exportações, depois do café, com uma participação no total exportado de quase 13% (1943).”¹³⁴

¹³³ SOUZA, E. C. de. *Distribuição da População do Estado de São Paulo em 1940*. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XIV, n.º 3, Rio de Janeiro: julho-setembro de 1952, p. 330.

¹³⁴ PRADO JR, op. cit., p. 303-4.

Nessa perspectiva, aumentara o número de indústrias têxteis no país, sobretudo na cidade de São Paulo, que por sua vez será abastecida do algodão produzido na ‘franja pioneira’. “Nas capitais regionais, evolui a função comercial, no mesmo sentido que a função industrial. Drenando a produção de uma zona mais vasta, mais povoada e na qual sobretudo a produção cafeeira tivera tempo de crescer, é a grande cidade pioneira um mercado regional para a exportação dos produtos do solo: os cereais, expedidos para os centros muito grandes de consumo do Estado de São Paulo e mesmo o Distrito Federal, café e algodão para São Paulo e Santos”¹³⁵.

As atividades comerciais e fabris da ‘franja pioneira’ estavam, durante os anos 40, na sua maior parte, ligadas a agricultura. Entretanto surgiram, em meio às máquinas de beneficiamento, outros tipos de fábricas. Monbeig comenta o assunto: “A agricultura constitui-se ainda o fundamento das funções comerciais e industriais. Mais numerosas são as instalações industriais, e sobretudo maiores que nos centros satélites. Mas o essencial sempre são as máquinas de beneficiamento. Menos numerosas, as serrarias, que de perto seguem o desmatamento. As de Rio Preto mudaram-se para Mirassol, depois para Votuporanga; as de Marília emigraram para Tupã. Em compensação, aparecem indústrias que, tirando sempre suas matérias-primas do desbravamento e da agricultura, nem por isso deixam de assinalar um aprimoramento do parque industrial. Construiu-se, em Londrina, uma fábrica de madeira compensada. Desde 1938, duas grandes fábricas de óleo, que utilizam caroços de algodão foram montadas em Marília, uma outra em Rio Preto. Começaram as fiações de seda a funcionar em cada capital regional. Mais adiantada estava a evolução em Marília, que possui uma fábrica de carrocerias de ônibus: provocou a estrada o nascimento, na cidade pioneira, de uma indústria que encontra seus mercados consumidores nas outras zonas novas, mas também nas regiões velhas”¹³⁶.

Em síntese, demonstramos alguns elementos que indicam o grau de desenvolvimento agrícola, comercial e industrial em que se encontrava, durante os anos 40 e 60, o Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, particularmente a região da ‘franja pioneira’. Assim, demonstramos que esses três setores (agrícola, comercial e industrial) do território do café, estavam extremamente dinâmicos, apresentando bons índices de crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, queremos reafirmar que uma das condições que fizeram

¹³⁵ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p. 366.

com que o Banco Bradesco S/A difundisse sua rede de agências no território do café foi o elevado grau de desenvolvimento agrícola, comercial e industrial que encontrava-se os municípios desse território. Ao mesmo tempo, queremos reafirmar que a posição a qual o município de Marília ocupava no desenvolvimento das atividades agrícolas, comerciais e industriais, nesse período, vieram contribuir para a fundação e sede do Bradesco em sua cidade. Uma vez contextualizada esses três setores da economia do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná, vamos contextualizar a seguir a urbanização acelerada dos centros regionais do território do café como condição da difusão regional do Bradesco.

2.3. A urbanização acelerada dos centros regionais do território do café como condição da difusão regional do Bradesco

A relevância de demonstrar a urbanização acelerada dos centros regionais do território do café está na verificação do rápido crescimento e desenvolvimento por que passaram, na primeira metade do século XX, essas zonas pioneiras, principalmente na atividade agrícola, comercial e industrial, ao mesmo tempo que na análise do acelerado crescimento de sua população. Nesse momento, faz-se necessário dizer que o estudo isolado da população não pode servir de base para o estudo do desenvolvimento e crescimento econômico de uma região, mas integrado a outros elementos vêm contribuir para um melhor entendimento da análise. A partir dessas observações demonstraremos que as origens e os desmembramentos dos municípios, bem como o rápido crescimento e desenvolvimento dessa região, vêm somar-se aos outros elementos, que estamos apresentando, para comprovar que a difusão territorial da rede de agências do Banco Bradesco S/A aconteceu numa região que apresentava particularidades muito significativas, e que contribuíram de maneira ímpar para a acelerada ampliação da rede de agências do Banco.

A cidade de Marília, cidade em que o Bradesco foi fundado, era um antigo povoado do município de Cafelândia¹³⁷. A estreita relação entre o povoamento das zonas pioneiras e

¹³⁶ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p. 365.

¹³⁷ PALERMO, A. *Nova Divisão Territorial do Brasil –Quinquênio 1954/1958 * Origem dos Municípios do Estado de São Paulo* 1º. Ed. São Paulo: Editor Márcio Bagueira Leal, 1955, p. 177.

o desenvolvimento da atividade cafeeira era uma realidade. Essa realidade pode ser comprovada em todos os municípios das zonas pioneiras, mas sobretudo nas zonas da Estrada de Ferro da Noroeste e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na sua seção da Alta Paulista. No caso particular dos municípios da zona da Noroeste tanto a produção cafeeira, quanto a população acusam sempre um aumento maior de 100% sobre os dados anteriores.

Comparando o ano de 1920, quando praticamente toda a região era um deserto, e o ano de 1935, quando surgem do dia para noite a atividade cafeeira e cidades populosas, verificamos o quanto essa região se desenvolveu em tão pouco tempo. Os pequenos sitiantes, atraídos pela ótima qualidade dos solos e fugindo das velhas e esgotadas regiões produtoras de café, em pouco tempo foram ampliando a atividade cafeeira e a população dessas zonas pioneiras paulistas e paranaenses. Na medida em que os grandes municípios, como Penápolis, Pirajuí, Piratininga e Avaí, foram recebendo essa população em diversos pontos de sua área, por um lado, identificamos que houve vários desmembramentos, dando origem a inúmeros outros municípios. Por outro lado, identificamos que os latifúndios, localizados nesses mesmos municípios, sofreram parcelamentos, originando muitas pequenas propriedades rurais.

Pasquale Petrone vem reafirmar o significativo aumento da população que tiveram as cidades das zonas pioneiras, dizendo que um dos aspectos que tem caracterizado as novas cidades do Estado de São Paulo, na primeira metade do século XX, é o seu vertiginoso crescimento. “São verdadeiras cidades cogumelos, cuja existência, mais uma vez, está ligada à presença das zonas pioneiras. (...) É bem verdade que na maioria dos casos tal crescimento se verifica em cidades cuja vida é tipicamente de zona pioneira e que, com frequência, estabilizam-se ou decaem com o avanço da ‘franja pioneira’. Algumas mais privilegiadas, porém, como Rio Preto, Bauru ou Marília, continuam a crescer.”¹³⁸

Dessa forma, verificando a origem e os desmembramentos do municípios da ‘franja pioneira’ observamos o quanto dinâmico apresentava o seu desenvolvimento, sobretudo nos municípios tributários da Estrada de Ferro da Noroeste e da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, na sua seção da Alta Paulista. Como estamos demonstrando, o Bradesco difundiu

¹³⁸ PETRONE, P. *O Homem Paulista*, *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 23, São Paulo: julho de 1956 op. cit., p. 68.

sua rede de agências em centros regionais e, em sua maior parte, em cidades subordinadas a esses centros regionais, que por sua vez formavam uma hierarquização de cidades.

* Conforme Pasquale Petrone, o fenômeno da hierarquização é originário principalmente: a) do processo de povoamento do Estado, à base de mecanismos de pioneirismo, com as bocas do sertão presidindo a penetração e funcionando quase como matrizes dos núcleos que surgiram além; b) da conformação da rede rodo-ferroviária do Estado, permitindo um escalonamento na importância dos centros urbanos, em função da situação geográfica de cada um e, conseqüentemente, do seu papel como nós de comunicação; c) da posição, em grande parte decorrente dos itens anteriormente citados, que os aglomerados adquiriram como centros regionais, os menos importantes abrangidos pela área de influência dos mais importantes.

Dessa maneira, Petrone diz que o Estado de São Paulo constitui-se como um “sistema planetário urbano”. Dentro dessas condições, a cidade de São Paulo, pela sua situação como centro de dispersão das comunicações do Estado, aparece com uma influência que se faz sentir fora das fronteiras paulistas. São Paulo, juntamente com a cidade de Santos, forma um “binômio de cidades conjugadas” que preside a todo o mecanismo dos meios de comunicação do Estado e, portanto, de seus transportes e comércio¹³⁹.

A cidade de Santos, apesar de sediar o maior porto de exportações brasileiro, possuía uma série de limitações ao seu desenvolvimento urbano, pois a sua função principal é a passagem de mercadorias para o planalto, ou seja, é porto do planalto paulista. As indústrias que se desenvolveram em Santos foram de pouca importância econômica e, entre elas as de manipulação de café. “Como centro comercial, o comércio de café absorve todas as atividades (...). É bem conhecido o seu papel como financiador da lavoura cafeeira. (...) A vida da cidade de Santos, sobretudo depois do grande desenvolvimento econômico do Estado, é completamente dependente do grande centro urbano”¹⁴⁰, São Paulo, que aliás é centro industrial e distribuidor das mercadorias manufaturadas e importadas.

Como demonstramos anteriormente, durante os anos 40 e 50, o Bradesco difundiu o maior número de agências em cidades com elevado processo de urbanização, principalmente nas zonas pioneiras. Demonstramos também que foram vários os elementos que contribuíram para o desenvolvimento econômico e regional das zonas pioneiras. Nessa

¹³⁹ PETRONE, P. *O Homem Paulista*, op. cit., p.64.

perspectiva, diversas cidades apresentaram um elevado crescimento populacional e, respectivamente, um processo de urbanização acelerado. A dinâmica da reprodução da economia cafeeira capitalista exigia um segmento urbano. “Eram indústrias, bancos, escritórios e oficinas de estrada de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação, e o próprio aparelho do Estado. Com o crescimento dessas atividades, uma série de outras, mais ligadas ao processo de urbanização, se desenvolviam: comércio varejista, transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos”¹⁴¹.

Araújo diz que as paisagens rurais criadas pela atividade cafeeira juntam-se às paisagens urbanas, principalmente nas cidades pioneiras, “dependentes diretas das lavouras que se expandem em seu derredor, e ao mesmo tempo, centros imprescindíveis dos que labutam na abertura das fazendas.”¹⁴² Este autor destaca que a situação geográfica de entroncamento de comunicações tornou-se essas cidades capitais regionais, ao mesmo tempo que em cidades mais importantes do Estado.

O processo de hierarquização e urbanização paulista é parte integrante do desenvolvimento da economia cafeeira, ao mesmo tempo que produto das novas determinações advindas dos novos movimentos da economia paulista, ou seja, a agricultura mercantil diversificada e a indústria. “Esse conjunto de transformações na economia paulista ocorreu simultaneamente a mudanças na divisão social do trabalho e na organização social e econômica do território”¹⁴³.

Os fatores que influenciaram a origem das cidades paulistas foram diversos e com diferentes graus de importância. “P. Deffontaines, em excelente artigo sobre a origem das cidades brasileiras, considerou os seguintes fatores: 1.º Reduções; 2.º Aglomerados de origem militar; 3.º a Mineração; 4.º os Pousos de Beira-de-estrada; 5.º a Navegação fluvial; 6.º as Ferrovias; 7.º os Patrimônios religiosos; e 8.º os Patrimônios Leigos. Para o caso do Estado de São Paulo, interessam principalmente os fatores 1.º, 4.º, 6.º, 7.º e 8.º”¹⁴⁴. Dessa maneira, observamos que dentre os municípios originários, a partir desses fatores, o caso que mais interessa para nossa pesquisa são os municípios que se originaram a partir das

¹⁴⁰ CARVALHO, M. C. V. de. *O Porto de Santos*. op. cit., p. 718.

¹⁴¹ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – Vol. 1 n. 1 op. cit., p. 7.

¹⁴² ARAUJO FILHO, J. R. de., op. cit., p. 119-20.

¹⁴³ COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA, Vol. 1 N. 1 op. cit., p. 31.

¹⁴⁴ PETRONE, P. *O Homem Paulista*. op. cit., p. 66.

ferrovias. Com relação a este fato P. Deffontaines, diz: “Mas a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a ponta de trilho, que desemboca na região nova e constitui uma porta pioneira, é a boca do sertão, a boca sobre as regiões vazias”¹⁴⁵.

A relevância de demonstrar a importância das ‘bocas do sertão’ ou “ponta dos trilhos”, primeiramente é porque o Bradesco difundiu sua rede de agências, em grande parte, em cidades que receberam essas denominações. Em segundo, porque o fato da cidade de Marília ter sido ‘boca do sertão’ por 7 anos, além de ter sido um exemplo clássico do “binômio ferrovia-rodovia”, contribuiu para que ela tornasse um importante e dinâmico pólo regional.

Essa informação sobre a cidade de Marília pode ser comprovada ao verificarmos as informações do IBGE¹⁴⁶ sobre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na sua seção a oeste de Bauru até Pompéia, pois essa Companhia, expandindo os trilhos da ferrovia, abriu a estação ferroviária na cidade de Marília, localizada no 233,640 km da ferrovia, em dezembro de 1928. A partir daí, as locomotivas desta Companhia tiveram esta estação, localizada na cidade de Marília, como ponta trilhos da estrada de ferro por um período de 7 anos, pois a estação ferroviária seguinte da Companhia somente foi aberta na cidade de Oriente, no 253,445 km da ferrovia, em fevereiro de 1935.

Nessa perspectiva, ao verificarmos as cidades e os anos em que foram abertas as estações ferroviárias, no período entre 1910 e 1937, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na sua seção a oeste de Bauru até Pompéia, e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir da estação de Pirajuí até Campo Grande-MS, estaremos identificando, ao mesmo tempo, quais cidades foram ‘bocas do sertão’ ou “ponta dos trilhos” e quantos anos elas ficaram nesta condição. Igualmente como aconteceu com Marília, várias outras cidades foram por muito tempo estação terminal da estrada de ferro, dentre elas destacamos a cidade de Bauru que ficou por 15 anos com uma estação terminal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, e Araçatuba, que ficou por 21 anos com uma estação terminal da Estrada

¹⁴⁵ DEFFONTAINES, P. – *Como se constitui no Brasil a rede de cidades* – Transcrição – IN: Boletim Geográfico, Ano II, maio de 1944, nº 14, e Ano II, junho de 1944, nº 15, IBGE – Conselho Nacional de Geografia – Rio de Janeiro. Apud. PETRONE, P. *O Homem Paulista*. op. cit, p.67.

¹⁴⁶ FONTE: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, *1 Centenário das Ferrovias Brasileiras* – (Diversos Autores), Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954, 391-94-97-99,400-01-03-04-05-06-10-11-12-13.

de Ferro Noroeste do Brasil. Considerando as informações da inauguração dessas estações ferroviárias verificamos que de um total de 22 cidades que tiveram uma estação ferroviária, nesse período entre 1910 e 1937, o Bradesco, no ano de 1947, já havia aberto agências em 17 dessas cidades.

O desenvolvimento de uma cidade ‘boca do sertão’ não se justificava, somente, pelo fato de possuir uma estação terminal de estrada de ferro, mas sim pelo que poderíamos chamar de ‘binômio ferrovia-rodovias’. É que o território, além da estação terminal da estrada de ferro, somente poderia ser alcançado a partir de estradas de rodagens. Nessa perspectiva, o enorme desenvolvimento que uma cidade ‘boca do sertão’ ou ‘ponta de trilho’ alcançava respaldava-se no fato de que as rodovias, que se construíam a partir dela, captavam toda a produção desse território, ao mesmo tempo que essa cidade servia de centro de negócios e de compras de toda essa região.

Na região da Estrada de Ferro da Alta Paulista, as rodovias que estavam além das ferrovias é que favoreciam a abertura de loteamentos. A implantação da estrada de ferro numa região só se dava a partir do momento em que ela estava suficientemente povoada e em pleno rendimento econômico. Enquanto esse desenvolvimento não justificasse a abertura de ferrovias, as companhias de estradas de ferro abriam estradas de rodagens e desempenhavam, inclusive, o papel de empresa de transporte rodoviário. Um exemplo típico é o caso de Tupã e seus arredores que já estava com uma economia muito ativa quando, em 1941, foi feita a ligação a Marília.¹⁴⁷

A cidade de Marília, por possuir o “binômio ferrovia-rodovia”, além de captar a produção da Alta Paulista e ser centro de negócios dessa mesma região, também o era de outras, pois atraía os pequenos produtores que adquiriam terras a uma certa distância da ferrovia-rodovia, pelo fato destas serem um limitador aos seus negócios. Entretanto, na região da Alta Sorocabana, ao sul de Presidente Venceslau, o limite atingido pelas pequenas propriedades mantinham-se em torno de 30 quilômetros além de Marília. A partir dessa distância, a atração por terras baratas não funcionava mais, porque os altos preços dos transportes dessas terras baratas até as estações de estrada de ferro compensavam menos do que adquirir terrenos com preços mais altos, no entanto, mais próximos das ferrovias.¹⁴⁸

¹⁴⁷ MONBEIB, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p. 230.

¹⁴⁸ MONBEIB, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p. 228.

Esse enorme desenvolvimento pelo qual passou a cidade de Marília, resultado da sua posição de “boca de sertão”, foi destacado por Monbeig: A Cia. Paulista de Estradas de Ferro parada em Piratininga resolveu, em 1922, retornar seus projetos, suspensos desde a Primeira Guerra Mundial. “O patrimônio de Marília foi aberto em 1924 e atingido pelos trilhos em 1928. Naquele ano, o número de construções da cidade passa de 14, em janeiro, chega a 686, em dezembro, para atingir 1.084 um ano mais tarde. A cidade era ponta de trilhos: por sua estação, suas hospedarias e suas lojas passavam cerca de cinco mil lenhadores baianos que, segundo os velhos habitantes, invadiram o antigo sertão da Alta Paulista. Retornaram muitos quando estalou a crise do café, da qual sofreu Marília apenas efeitos passageiros. Voltou o progresso, com mais vigor, quando o algodão tomou o lugar do café: 2.846 edifícios em 1935; 4.898 em 1943; 5.048 em 1944; 5.232 em 1945. Tinha-se chamado Marília a ‘cidade menina’, ‘a princesa da Alta Paulista’. Ponta de trilhos, aproveita-se ela da política rodoviária da Paulista, para encabeçar a penetração. E, como São José do Rio Preto, veio muito tarde a progressão da ferrovia até Tupã, em 1941, para que pudesse abalar a forte posição de Marília”¹⁴⁹.

Dessa forma, estamos afirmando que uma das condições que fizeram com que a região e, principalmente, a cidade de Marília, sede de fundação do Bradesco, se tornasse, nos anos 40, um importante e dinâmico centro regional, foi ter sido por algum tempo ‘boca do sertão’, e por ter um território abastecido com boas estradas de rodagens. Isso, conseqüentemente, fez com que se tornasse um centro de captação da produção dessa região, ao mesmo tempo que centro de negócios e de compras da mesma região e de outras próximas. Nessa perspectiva tornou-se centro atraente para o desenvolvimento da pequena propriedade rural. O Bradesco, procurando captar e intermediar os recursos produzidos nessa região, difundiu uma enorme rede de agências bancárias, atingindo além da região pioneira paulista, a região pioneira paranaense.

Igualmente como aconteceu com região de Marília, a região do Norte do Estado do Paraná, tratando-se de uma extensão da “vida paulista”, ao desenvolver a atividade cafeeira, desenvolveu também o meio de transporte ferroviário, que havia expandido a cultura do café no Estado de São Paulo. A Estrada de Ferro Sorocabana, a partir do ‘binômio ferroviário-rodovia’ fez surgir novos núcleos, as ‘bocas do sertão’ ou ‘pontas de trilhos’. A partir de

¹⁴⁹ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, op. cit., p. 350.

Ourinhos, dando continuidade a marcha para o Norte do Paraná, a Estrada de Ferro Sorocabana passa a se chamar Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Os trilhos dessa estrada de ferro atingem as cidade de Cambará, Bandeirantes e Londrina, respectivamente em 1925, 1930 e 1935.

Nessa região do Norte do Estado do Paraná, a cultura do café estava muitíssimo dinâmica, sobretudo devido à atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná que vendia pequenas e médias fazendas de café para pequenos sítiantes. De uma maneira mais intensa do que aconteceu no Estado de São Paulo, no Norte do Estado do Paraná os empreendimentos colonizadores deram origem a uma série de núcleos, os quais posteriormente tornaram-se cidades bem estruturadas. Nessa perspectiva formou-se “então, definitivamente, a Paraná Plantations Co. que, percebendo a grande importância que boas vias de comunicação teriam para seu plano, desdobrou-se em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, que trataria da colonização, e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná”¹⁵⁰.

Essa Companhia, de capital inglês, escolheu um lugar para construir sua sede e da zona por ela colonizada. Assim, em julho de 1929, foi fundada o núcleo de Londrina. A partir daí, no ano de 1933, começou a implantação dos loteamentos, seguindo planos pre-determinados. Acompanhando o loteamento, progrediu a estrada de ferro que foi atingindo sucessivamente Jataizinho (1931), Londrina (1935), Apucarana (1937) e Maringá.¹⁵¹

Ressaltamos que outras companhias, seguindo a principal delas a Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciaram suas atividades na região. Dessa maneira, em 1931, foi fundada a colônia de Assaí, pertencente a uma companhia japonesa, a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Essa colônia, seguindo a tradição japonesa, embora grande produtora de café, dedicava-se à policultura.¹⁵²

Londrina tornou-se a capital regional do terceiro planalto paranaense. Fundada em 1930, durante os anos 50 constituía-se a 2º cidade do Estado do Paraná em rendimentos financeiros e a 3.º em população (33.707 hab.), pelo recenseamento de 1950. Essa posição despertou nas autoridades paranaenses a perspectiva de captar esses rendimentos econômicos para Curitiba, capital do Estado do Paraná, uma vez que até pouco tempo esses

¹⁵⁰ MÜLLER, N. L. op. cit., p. 77.

¹⁵¹ Para maiores informações sobre o loteamento ver: MÜLLER, N. L. op. cit., p. 77-79.

¹⁵² MÜLLER, N. L., op. cit., p. 73.

rendimentos fluíam para o Estado de São Paulo. Na perspectiva de captar esses recursos o Governo paranaense implanta um plano rodoviário ligando diretamente Londrina à capital.¹⁵³

Durante os anos 50, igualmente ao desenvolvimento econômico da região de Marília, o da região do Norte do Estado do Paraná apresentava-se extremamente dinâmico, particularmente na atividade cafeeira. Desse modo, procuramos demonstrar o quanto dinâmico se apresentou, durante a primeira metade desse século, o desenvolvimento econômico e regional do Norte do Estado do Paraná. Esse desenvolvimento, um transbordamento da atividade cafeeira do território paulista, foi decisivo para difusão da rede de agências do Bradesco que, por sua vez, representava 20% do total da rede em 1950.

Em síntese, o Banco Bradesco S/A, nos primeiros vinte anos de sua fundação, difundiu mais intensamente sua rede de agências nas regiões onde o desenvolvimento econômico e regional brasileiro fora mais dinâmico, principalmente na região de Marília e na região Norte do Estado do Paraná. Na perspectiva de somar com outras condições, tais como o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial, agora demonstramos as condições que, ao nosso ver, também indicaram estar entre as principais responsáveis pela difusão territorial da rede de agências do Banco no período entre 1943 a 1963. Dentre elas, procuramos analisar: a origem dos municípios e a urbanização acelerada das ‘franjas pioneira’ paulistas e paranaenses; a dinâmica econômica das ‘bocas do sertão’ ou ‘ponta de trilhos’; a implantação do ‘binômio ferrovia-rodovia’. Nessa perspectiva, a seguir apresentaremos a relação do Bradesco com os pequenos sítios e as análises das altas taxas de lucratividade dos bancos, alcançadas pelo *spread* financeiro, que por sua vez foi possibilitado pela política creditícia e pelos altos índices de inflação do período. Também apresentaremos as análises da própria difusão territorial das agências do Bradesco no território do café.

¹⁵³ SANTOS, E. O. *Ponta Grossa, Capital Regional do Oeste do Paraná*, Boletim Paulista de Geografia, n.º

3. A colheita de dinheiro do Bradesco no território do café: política de crédito

As condições que fizeram com que o Banco Bradesco S/A difundisse suas agências no território do café foram inúmeras. Dessa maneira, uma vez contextualizado o desenvolvimento regional do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná como condição da difusão da rede de agências do Banco, no período entre 1943 a 1963, a seguir vamos contextualizar a política de crédito como uma das condições da difusão do Bradesco no território do café. Dentre essas condições que demonstramos anteriormente, ressaltamos: o desenvolvimento da atividade rural, particularmente a atividade cafeeira, na chamada ‘franja pioneira’, favorecidas pela fertilidade da chamada terra roxa; a expansão da atividade algodoeira; a difusão da pequena propriedade rural; o desenvolvimento comercial e industrial das cidades da ‘franja pioneira’; a origem dos municípios e a urbanização acelerada das cidades da ‘franja pioneira’; a implantação do ‘binômio ferrovia-rodovia’; a dinâmica econômica das ‘bocas do sertão’ ou ‘ponta de trilhos’.

Neste momento iremos verificar, por meio da análise da política de crédito, a relação do Bradesco com os pequenos e médios sitiantes, as altas taxas de lucratividade dos bancos, alcançadas pelo *spread* financeiro, que por sua vez foi possibilitado pela política creditícia, principalmente cobrança de juros altos nos empréstimos; ao mesmo tempo iremos verificar os altos índices de inflação do período.

Antes de contextualizarmos a política de crédito especificamente, faz-se necessário reafirmar que o Bradesco inicialmente difundiu sua rede de agências pelo território do café, principalmente intermediando as transações financeiras dos pequenos e médios sitiantes dessa território. Como não foi possível identificar dados dessas transações financeiras que podem comprovar essa relação do Bradesco com os pequenos e médios sitiantes, demonstraremos que essa relação sempre foi motivo de orgulho para o Bradesco e sempre foi declarada nas entrevistas dos diretores e no material impresso pelo Banco.

Conforme foi escrito no editorial da Revista do Bradesco de comemoração aos 50 anos do Banco: “Naquele cenário, forrado de terras roxas, onde o café fazia brotar fortunas e cidades num clima de oeste americano, o Banco duplicava os depósitos a cada mês. Foi a fase de sedimentação das raízes rurais, semeadas na região de Marília, e da aposta para

valer na clientela, o que aliás deu muito certo”¹⁵⁴. Antonio Bornia, Vice-Presidente Executivo da Área Internacional e de Operações do Bradesco, declarou: “O Banco acreditava nos colonos e liberava o crédito na base da confiança, sem exigir cadastro ou coisa parecida. (...) Nosso pessoal não media esforço para chegar na frente”¹⁵⁵. Em entrevista que nos foi concedida, assim declara Antonio Delfim Neto: “Amador Aguiar tinha uma consciência clara de que o papel do Banco era ajudar a defender a economia do país. O Bradesco sempre foi um banco de varejo, que ajudou o pequeno agricultor, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, a pessoa física. O Amador nunca teve a intenção de o Bradesco ser um banco de atacado”¹⁵⁶.

Um outro exemplo dessa relação pode ser identificado no editorial desta mesma Revista, onde se lê: “Naquele ano de 1943, em que o progresso tinha a cor do café, o Bradesco, nascido Banco Brasileiro de Descontos, em Marília, surpreendeu todo mundo procurando conquistar não os barões da terra, mas o cliente comum, fosse ele um colono italiano, um comerciante de cereais ou um simples funcionário público”.

Mais adiante, neste mesma Revista, fazendo referência a Amador Aguiar, lê-se: “A experiência de quase duas décadas no Banco Noroeste, o segundo emprego do seu Aguiar, parecia demonstrar que uma larga fatia de riquezas estava simplesmente sendo desprezada pelos banqueiros. Um olhar retrospectivo para a Marília dos primeiros anos da fundação do Bradesco irá encontrar 14 bancos disputando uma clientela de elite onde não havia elite. A força de trabalho era predominantemente de imigrantes japoneses – 63,39% dos trabalhadores, de acordo com o censo de 1950 –, que vendiam a produção de algodão em caroço para empresas do porte de Anderson Clayton, Matarazzo e Swift. Estava aí o flanco por onde seu Aguiar imprimia seu novo estilo ao mercado”.

Com o fato de Alemanha, Itália e Japão comporem o Eixo na II Guerra Mundial, os imigrantes originários desses países sofriam alguns constrangimentos aqui no Brasil. Com relação a esse fato, assim está escrito nessa Revista de comemoração dos 50 anos do Bradesco: “O Bradesco não aderiu à onda crescente de xenofobia provocada pela II Grande Guerra. Em suas Agências, espalhadas por Getulina, Rancharia, Pompéia, Vera Cruz, Garça e Tupã, além, é claro, da sede em Marília, as chances de um italiano, um alemão ou um

¹⁵⁴ FONTE: Revista do Bradesco: A História dos 50 anos, Osasco-SP: Depto. de Marketing, 1993.

¹⁵⁵ FONTE: Revista do Bradesco: A História dos 50 anos, Osasco-SP: Depto. de Marketing, 1993.

¹⁵⁶ DELFIM NETO, A. Entrevista concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

japoneses serem bem atendidos eram as melhores possíveis. O Banco não discriminava ninguém. Em lugar de dificultar a movimentação das contas, facilitava. Um personagem dessa época é Ryokichi Hoshiro, japonês que chegou ao Brasil com nove anos de idade, depois de passar 42 dias no porão de um navio, na companhia da família. Hoje, com 71 anos, Ryokichi, que começou a trabalhar com o Presidente do Banco, Lázaro Brandão, na Agência de Pompéia, não esquece que foi contratado justamente para servir de intérprete. Naqueles tempos pioneiros, Pompéia, no ponto final da Estrada de Ferro Paulista, fervilhava com o comércio de algodão”. O Sr. Ryokichi Hoshiro, que chegou a Diretor da Área de Turismo e de Cartão de Crédito, assim declarou: “Como o Banco não discriminava os naturais de países aliados do Eixo na Guerra, era comum os japoneses fazerem fila para abrir contas no Banco. Eles se sentiam protegidos porque tinham confiança de que não teriam o dinheiro bloqueado”¹⁵⁷.

Outra estratégia que o Bradesco implantou para se tornar um banco popular, que contribuiu para ampliar a intermediação das transações financeiras dos pequenos sítiantes, dos pequenos comerciantes e dos pequenos clientes de uma maneira geral, foi o Banco ter se tornado praticamente uma empresa de intermediação comercial. Com relação a este fato, ainda nessa Revista de comemoração aos 50 anos do Banco, assim está escrito: “O Brasil, país agrário, era um imenso arquipélago, com ilhas geoeconômicas incomunicáveis entre si. Além de incipiente, a produção industrial enfrentava graves dificuldades de transporte. O Banco não hesitou em incursionar por esse filão inortodoxo (*sic*). Do remédio ao trigo, das peças de reposição ao combustível era possível encomendar nas suas Agências. Ao funcionar como se fosse um empório aos agricultores, somou também os comerciantes e as prefeituras entre o seu crescente número de clientes”¹⁵⁸.

A popularização dos cheques entre esse pequenos clientes foi outra iniciativa não comum do Bradesco nesse época. Nessa região da ‘franja pioneira’, o cheque era praticamente uma excentricidade. Com relação a este fato, nessa mesma Revista, lê-se: “Raros eram os clientes que sabiam preenchê-lo corretamente. Assim, a devolução de cheques fazia parte da rotina do mercado. Não no Bradesco. Por ordens do seu Aguiar, os Gerentes mandavam chamar os clientes e diziam: ‘O senhor é um homem conhecido na cidade e nós vamos pagar o seu cheque. Sempre que quiser fazer um cheque, pode vir

¹⁵⁷ FONTE: Revista do Bradesco: A História dos 50 anos, Osasco-SP: Depto. de Marketing, 1993.

aqui'. O Banco abria às 9 e fechava às 18 horas. Já naquela época o seu segredo residia na inimitável capacidade de prestar serviços"¹⁵⁹.

Para demonstrarmos que, nos anos 40, a região da 'franja pioneira' paulista e paranaense estava muito dinâmica, não somente no desenvolvimento do setor agrícola, industrial e comercial, mas também no sistema bancário, vamos apresentar uma síntese do sistema bancário brasileiro do ano de 1947. Nesse ano verificaremos que o total bancos da região geográfica da 'franja pioneira' era um dos maiores do Brasil, tanto no número de estabelecimentos, quanto no volume de depósitos e de empréstimos.

A relevância de estudarmos o sistema bancário numa região geográfica está no fato de que os bancos também são responsáveis pelo desenvolvimento das regiões, ou seja, não somente eles podem ser atraídos pela dinâmica de uma região, mas também podem ser um dos agentes dinamizadores de toda ela. Com relação a este fato, Monbeig diz que: "Os bancos, por sua ação financeira, pelas atividades que nascem e vivem com seu auxílio, pelas relações que estabelecem e mantêm, concorrem poderosamente para animar a vida regional. Não entrando pelos olhos como um trem carregado de minérios ou um caminhão repleto de fardos de algodão, nem por isso o dinheiro deixa de ser uma mercadoria que circula, que ativa uma região e pode contribuir para individualizá-la"¹⁶⁰.

Nesse momento, faz-se necessário ainda ressaltar que os bancos no Brasil construíam a sua própria divisão regional, ou seja, construíam a sua própria geografia de atuação. O Bradesco, por exemplo, inicialmente intermediando as transações bancárias da região da 'franja pioneira' paulista e paranaense, construiu a sua geografia própria, a qual denominamos de território do café.

Baseado em estatísticas oficiais, Omer Mont' Alegre¹⁶¹ apresenta uma análise sobre o sistema bancário brasileiro de dezembro de 1947. Nesta data, estavam em funcionamento no Brasil 2.227 estabelecimentos bancários, dos quais 444 matrizes e 1.783 agências. Esses estabelecimentos dividiam-se pelo território brasileiro como a seguir.¹⁶²

¹⁵⁸ FONTE: *Revista do Bradesco: A História dos 50 anos*, Osasco-SP: Depto. de Marketing, 1993.

¹⁵⁹ Idem

¹⁶⁰ MONBEIG, P. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957, p. 222.

¹⁶¹ MONT' ALEGRE, O. *Geografia do Crédito*, IN: *Revista Bancária Brasileira*, Nº 194, Rio de Janeiro: 20/02/1949, p. 17-18.

¹⁶² Aqui faz-se necessário destacar que a região geográfica constituída possuía uma configuração diferente da que conhecemos hoje, e da qual nos baseamos para fazermos nosso trabalho.

Na Região Norte, compreendendo os Territórios Federais do Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá e os Estados do Amazonas e do Pará, existiam 27 estabelecimentos bancários, distribuídos em 5 matrizes (todas em Belém/PA) e 22 agências, com total de depósitos de 585.847 mil cruzeiros e de empréstimos de 132.557 mil cruzeiros. Com relação a esta região o autor destaca que o mercado de crédito, na Amazônia, estava sujeito às flutuações da borracha.

Na Região Nordeste, compreendendo os Estados desde Maranhão até Alagoas, existiam 111 estabelecimentos bancários, dos quais 44 matrizes e 67 agências. Desse total distribuíam-se: no Ceará, 14 matrizes e 14 agências; em Pernambuco, 12 matrizes e 16 agências; na Paraíba, 7 matrizes e 10 agências; no Rio Grande do Norte, 4 matrizes e 9 agências; no Piauí, 2 matrizes e 9 agências; em Alagoas, 2 matrizes e 8 agências; no Maranhão, 3 matrizes e 8 agências. Nesta região, os bancos possuíam um capital de 181.462 mil cruzeiros, e um total de depósitos de 2.378.363 mil cruzeiros e de empréstimos de 2.791.406 mil cruzeiros. Mont' Alegre destaca que essa região afigurava-se como região importadora de capitais, pois os empréstimos superavam os depósitos.

Na Região Leste, compreendendo o Distrito Federal, os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe, existiam 989 estabelecimentos bancários, dos quais 256 matrizes e 733 agências. Desse total distribuíam-se: no Distrito Federal, 174 matrizes e 77 agências; em Minas Gerais, 40 matrizes e 435 agências; no Rio de Janeiro, 16 matrizes e 124 agências; na Bahia, 15 matrizes e 52 agências; no Espírito Santo, 4 matrizes e 33 agências; em Sergipe, 7 matrizes e 11 agências. O capital dos bancos nesta região era de 2.391.973 mil cruzeiros. O total dos depósitos nesta região chegavam à importância de 27.030.358 mil cruzeiros e o dos empréstimos chegavam a 24.593.444 mil cruzeiros. Com relação a essa região, Mont' Alegre destaca que tratava-se de uma região deficitária, compulsando depósitos e empréstimos.

Na Região Centro-Oeste, compreendendo os Estado de Mato Grosso e Goiás, existiam 54 estabelecimentos de crédito, sendo que 10 matrizes e 44 agências. Desse total distribuíam-se: no Estado de Mato Grosso, 2 matrizes e 15 agências e; no Estado de Goiás, 8 matrizes e 29 agências. O total do capital dos bancos do Centro Oeste era de 30 milhões de cruzeiros; o total dos depósitos era de 288.747 mil cruzeiros e o total dos empréstimos era de 753.860 mil cruzeiros. Com relação a esta região, Mont' Alegre destaca que o saldo

dos empréstimos é superior aos dos depósitos e do capital total dos bancos. Dessa maneira, essa diferença era coberta de um lado pelo Banco do Brasil e, de outro, pelas agências de bancos sediados em Minas Gerais e São Paulo. Aqui lembramos que, já no ano de 1951, o Bradesco tinha aberto uma agência em Campo Grande-MT (atual capital do Estado do Mato Grosso do Sul).

Na Região Sul, compreendendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, existiam 1.046 estabelecimentos de crédito, dos quais 129 matrizes e 917 agências. Desse total distribuíam-se: em São Paulo, 106 matrizes e 602 agências; no Paraná, 7 matrizes e 75 agências; em Santa Catarina, 3 matrizes e 55 agências; no Rio Grande do Sul, 13 matrizes e 185 agências. Nessa região o total do capital dos bancos era de 1.423.088 mil cruzeiros, o total dos depósitos era de 21.525.578 mil cruzeiros e o total dos empréstimos era de 18.008.724 mil cruzeiros. Com relação a essa região Mont' Alegre destaca que “é interessante chamar a atenção para o contraste que existe entre a Região Sul e as demais regiões; sendo aquela a mais desenvolvida, economicamente, de vez que é onde se acha concentrada a maior parcela da produção, tanto agrícola como a industrial, é justamente a que dispõe de uma margem mais ampla de depósitos sobre empréstimos”¹⁶³. Faz-se necessário ainda destacar, com relação à Região Sul, que o Estado de São Paulo possuía mais da metade do total das agências da região, além de ser o Estado da Federação com maior número de estabelecimentos bancários, o que vem contribuir para demonstrar a dinâmica deste Estado na economia brasileira, no período de fundação do Bradesco.

Deste modo, a partir dessa análise de Mont' Alegre podemos observar um pouco melhor como se estruturava o sistema bancário brasileiro no período de fundação do Banco Bradesco, nosso objeto de estudo. Queremos acrescentar, juntamente com essas informações acima, que o Bradesco nasce num período em que os bancos no Brasil atuavam e distribuíam-se regionalmente. Essa regionalização não necessariamente seguia a regionalização estabelecida pelo Estado, era uma regionalização própria, ou seja, com a sua territorialidade configurada a partir das intermediações financeiras de cada banco.

No caso do Brasil, tratando-se deste período, os bancos criavam a sua territorialidade a partir de um processo econômico já existente num determinado território, o que não excluía o fato de ele ter sido um agente dinamizador de uma região. Com relação a esse fato

¹⁶³ MONT' ALEGRE, O. *Geografia do Crédito*, op. cit., p. 17.

Mont' Alegre comenta que “o critério que prevalece efetivamente é o do estrito regionalismo; toda vez que um banco qualquer cruza as fronteiras do Estado em que tem seus escritórios centrais, o faz em função de um processo econômico já existente, nascido antes dele ou à sua revelia. Neste passo devemos confessar que aos bancos brasileiros tem sempre faltado iniciativa criadora de empreendimentos, não obstante a aparente e tumultuária especialização. Poucos são os casos de empresas industriais ou comerciais criadas por estímulo de um banco; pelo contrário, verifica-se o inverso: bancos criados por grupos de empresas comerciais e industriais”¹⁶⁴.

Conforme o Balanço do Banco de 30 de setembro de 1946¹⁶⁵, verificamos que o Bradesco era um pequeno e recente banco do interior, mas já se apresentava como um banco dinâmico, com 43 agências distribuídas pela região da ‘franja pioneira’ paulista, possuindo um capital de Cr\$ 30.000.000,00, um total de depósitos de Cr\$ 433.788.521,70 e de empréstimos de Cr\$ 384.690.250,80. É verdade que o Bradesco, inicialmente, difundiu suas agências pela região da ‘franja pioneira’ paulista e paranaense, mas não era o único banco difundido nesta região, como verificamos acima, somente na cidade de Marília, ele concorria com 14 bancos.

Como foi dito acima, o Estado de São Paulo era o estado que possuía o maior número de estabelecimentos bancários. Um dos bancos que mais se destacava neste Estado, em dezembro de 1947, era o Banco do Estado de São Paulo – Banespa. Com um capital de 100 milhões, depósitos de Cr\$ 2.651.039.065,00 e, empréstimos de Cr\$ 2.383.424.457,72, dos quais Cr\$ 1.041.171.301,47 em títulos descontados, sua rede estava circunscrita, igualmente como o Bradesco, ao Estado de São Paulo, com exceção de uma agência em Campo Grande (MT) (atual capital do Estado do Mato Grosso do Sul), que era uma prolongamento econômico da Região Noroeste de São Paulo. Sendo um agente do Governo do Estado de São Paulo, era um estabelecimento de crédito que intervinha na produção, mediante financiamentos. Como o Bradesco, o Banespa também seguiu o roteiro do café, conforme atesta Mont' Alegre: “Como a maioria dos nossos bancos regionais, nasceu em função de um produto, o café, seguindo o roteiro das estradas de ferro, atingiu a zona da Noroeste, (...) e a zona do Sul onde se verifica o deslocamento rumo ao Norte do Paraná.

¹⁶⁴ MONT' ALEGRE, O. *Geografia do Crédito*, op. cit., p. 21.

¹⁶⁵ FONTE: *Revista Bancária Brasileira* Ano 52 nº 614, Rio de Janeiro: 29-02-84, p.11

Quebrada a supremacia do café, interessou-se pelas áreas do algodão, do açúcar e de outros produtos agrícolas”¹⁶⁶.

Um outro banco que se destacava, em dezembro de 1947, na região ‘franja pioneira’ paulista e paranaense era o Banco do Estado do Paraná – Banestado, seguindo os critérios similares aos do Banco do Estado de São Paulo. Com um capital de Cr\$ 30.000.000,00, depósitos de Cr\$ 163.950.008,60 e empréstimos num total de Cr\$ 186.686.474,10, sua rede de agências estava toda ela distribuída pelo Estado do Paraná, principalmente na região Norte do Estado.

De acordo com os saldos dos empréstimos, analisados por Mont’ Alegre¹⁶⁷, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em setembro de 1948, o total de empréstimos chegou a 4.357 milhões de cruzeiros. Este total estava distribuído, em milhões de cruzeiros: 2.429 para o setor pecuário; 851 para o setor industrial; 541 para o setor agro-pecuário; 506 para o setor agrícola; 20 para letras hipotecárias; e 10 para os rurais. Assim, verificamos que o setor pecuário distribuído por quase todos os Estado da Federação foi o mais beneficiado. Com relação ao setor agrícola, dos 506.454 mil cruzeiros, quase metade, ou seja, 241.653 mil cruzeiros foram destinados ao Estado de São Paulo. A seguir, veio o Estado do Rio Grande do Sul, com 86.888 mil cruzeiros; o Estado do Paraná, com 44.267 mil de cruzeiros; sendo que os demais estavam todos abaixo de 20 mil cruzeiros. Isso vem contribuir ainda mais para confirmar a dinâmica da região que compreendia o Estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Faz-se necessário ainda ressaltar que não somente a maioria dos empréstimos estavam concentrados numa região específica, mas também que o volume substancial dos créditos concedidos beneficiou um pequeno número de produtos e que um grande número de pequenos produtos recebeu parcelas mínimas de empréstimos.

Os conseqüentes *déficits* do balanço de pagamentos, durante os anos 30 e 40, resultaram numa restrição ao crédito brasileiro. Isso tem relevantes implicações na política de crédito. “O simples serviço do juros já ultrapassava largamente as disponibilidades do país e não era materialmente possível satisfazê-lo. E assim sucessivamente, em 1934, 1940

¹⁶⁶ MONT’ ALEGRE, O. *Geografia do Crédito*, op. cit., p. 19.

¹⁶⁷ MONT’ ALEGRE, O. *Crédito Especializado*, IN: *Revista Bancária Brasileira*, nº 193, Rio de Janeiro: 20/01/1949, p. 20.

e ainda em 1944, os credores estrangeiros do Brasil foram obrigados a aceitar cortes drásticos de seus créditos que se reduziram a uma pequena fração do seu valor nominal".¹⁶⁸

Nessa perspectiva de restrição ao crédito, com o crédito dos credores estrangeiros reduzidos, os empresários brasileiros tiveram sérias dificuldades para conseguir financiamento. Assim, com o crédito reduzido surgiram margem para a especulação, agiotagem e, conseqüentemente, juros altos. Nessa política de restrição ao crédito os mais prejudicados são os pequenos agricultores, sobretudo de regiões pioneiras, justamente do território do café, onde o Bradesco, nesse período, difundiu o maior número de agências. A imprensa especializada publicava o assunto insistentemente: "os capitais postos à disposição das necessidades agrícolas não atingem nem a 1/5 do reclamado pelas emergências. Dessa deficiência resulta a predominância da afilhadagem, do favoritismo, do pistolão, nem sempre em proveito do mais precisado ou do que mais garantias ofereceu, permitindo a expansão da agiotagem sem alma e sem escrúpulos que aflige a vida dos pequenos lavradores"¹⁶⁹.

O caso do algodão serve consideravelmente para esclarecer este fato de agiotagem para os pequenos produtores. No ano de 1945, o maior volume de créditos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foi destinado ao algodão em pluma. Enquanto este produto recebeu um volume de crédito da ordem de 2.115.579 milhares de cruzeiros, o algodão puro recebeu um crédito da ordem de 142.922 milhares de cruzeiros. Como podemos observar o algodão em pluma recebeu um volume muito superior. O problema da agiotagem está no fato de que o algodão em pluma é uma matéria prima já beneficiada, quer dizer, já não está na mão do agricultor, porém na mão do maquinista. Com relação a este fato Mont' Alegre comenta que nestas condições "os 2 bilhões de cruzeiros, se chegaram às mãos dos produtores, o foi através do maquinista, ou seja do primeiro intermediário, o que concorreu para o encarecimento de crédito para este e, de certa maneira, compromissou a produção.

"Mas, mesmo quando o financiamento atinge diretamente o produtor, o seu prazo não permite que este possa reter a produção de maneira a poder se beneficiar do melhor mercado. Sem contar com a necessária resistência econômica, é obrigado a negociar

¹⁶⁸ PRADO JR., C. op. cit., p.297.

¹⁶⁹ MACHADO, A. A. *A Circulação Fiduciária e o Crédito Agrícola*. IN: *Revista Bancária Brasileira*. Nº 192, Rio de Janeiro: 20/12/1948, p. 35.

prontamente a sua mercadoria; previamente sofre um preparo psicológico de parte do intermediário, geralmente pessoa de mais largos conhecimentos comerciais, do que se vale para exercer pressão no sentido de adquirir a colheita por preços baixos para posteriormente negociá-los por preços altos”¹⁷⁰.

Como podemos verificar, os prazos também constituíam um empecilho para o pequeno sítiante no momento de contrair um empréstimo, pois o financiamento à produção, sobretudo à produção rural, exigia um sistema organizado em função da própria finalidade. Isto porém não acontecia, como aliás reconheceu o próprio Ministro da Fazenda na exposição com que fez acompanhar o ante-projeto de Lei Bancária remetido ao Congresso (para votação, em janeiro de 1948), onde está reconhecido, inclusive, que o crédito rural é o mais difícil de ser manejado. “Em seu brilhante parecer apresentado na Comissão de Finanças, sobre o projeto de reforma bancária, o sr. Horácio Lafer diz, inclusive: ‘Mas a lavoura longínqua, que não conhece as cidades – tem vivido apenas o crédito pessoal, o que vale dizer, do crédito conhecido pelos comerciantes e comissários’”¹⁷¹.

Durante os anos 40, o Brasil não possui um Banco Central. As atribuições deste eram feitas, em parte, pela SUMOC e o Banco do Brasil. Nesse período a imprensa, juntamente com legisladores, iniciou uma campanha para formulação de uma nova política monetária e, conseqüentemente, implantação do Banco Central. Analisando os relatórios da Assembléia dos Deputados Federais e Congresso Nacional verificamos que o assunto estava na pauta dos deputados e senadores. Assim, selecionamos o discurso de um dos senadores, o do Senador Francisco Galloti em discurso no dia 22 de abril de 1948. O ponto substancial de seu discurso foi sem dúvida a leitura que fez de conclusões a que chegou uma publicação do Centro de Análise da Fundação Getúlio Vargas, ‘Conjuntura Econômica’, acreditamos nós, e que são:

“1) As taxas de juros bancários no Brasil são três ou quatro vezes mais elevadas do que as vigorantes na maioria dos países;

“2) A taxa de redesconto do Banco do Brasil figura entre as mais elevadas dos bancos centrais ou estabelecimentos similares do mundo inteiro;

¹⁷⁰ MONT' ALEGRE, O. *Crédito Especializado*. IN: *Revista Bancária Brasileira*, Nº 193, Rio de Janeiro: 20/01/1949, p. 17-18.

¹⁷¹ MONT' ALEGRE, *Crédito Especializado*, op. cit. p. 18.

“3) No Brasil, as taxas de juros e descontos para empréstimos comerciais a prazo curto são quase tão elevadas e, às vezes, mais elevadas mesmo, do que as vigentes no mercado de capitais para os empréstimos a longo prazo;

“4) A diferença entre as taxas para depósitos e empréstimos é, em média, de 4 a 5%;

“5) O nível das taxas de juros é caracterizado por uma grande estabilidade; independente das flutuações da conjuntura. O preço do dinheiro no Brasil é, portanto, pouco elástico”¹⁷².

Neste estudo sobre a taxa de juros, elaborado pelo Centro de Análise da Fundação Getúlio Vargas¹⁷³, notamos que os analistas dividiram os estabelecimentos bancários, quanto à sua situação econômica, em 3 categorias:

1 – O Bancos Maiores, em número aproximado de 30, que operam com taxas inferiores ao máximo legal (12%), variando entre 8% e 10%;

2 – O Bancos de Tipo Médio, cujas taxas de descontos variam entre 10% e 12%;

3 – Os Pequenos Bancos (inclusive Casas Bancárias), que operam à taxa legal, cobrando, no entanto, às vezes, sob vários pretextos (comissões, despesas de expediente, etc.), uma importância adicional que redundava, em última análise, na majoração da taxa de juros e descontos.

A seguir, apresentaremos uma tabela sobre as taxas usuais de juros e descontos, na praça do Rio de Janeiro, confeccionada pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas:

¹⁷² FONTE: Revista Bancária Brasileira, Nº 185, Rio de Janeiro, 20/05/1948, nº 16.

¹⁷³ FONTE: Boletim Conjuntura Econômica, Ano II Jan/48 nº 1, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Organizado pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, p. 28.

TABELA 3

TAXAS MÉDIAS DE JUROS PAGOS E COMBRADOS POR BANCOS PARTICULARES NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO

1948 (% ao ano)

| | Para Depósitos | Para Depósitos | Para Depósitos | Para Empréstimos |
|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------------------|
| CATEGORIA | Sem limite | Limitados | Prazo fixo | (descontos sobre efeitos comerciais) |
| Bancos Maiores | 3 | 4 | 5,5 | 8. - 10. |
| Banco Médio | 4 | 4,5 | 7 | 10. - 12. |
| Pequeno Banco | 4 | 6 | 8 | 12. + 1/2% de comissão |

FONTE: *Boletim Conjuntura Econômica*. Ano II Jan/48 nº 1, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Organizado pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, p. 28.

Conforme observamos nesta tabela 3, realmente a diferença dos juros entre os depósitos e empréstimos variam em média 4 e 5%. Os bancos menores praticam juros maiores. Nesse momento, faz-se necessário ressaltar que o Banco Bradesco S/A, ainda nos anos 40, tratando-se de um pequeno Banco local-regional da região de Marília (SP), enquadrava-se na categoria, estabelecida acima, de Pequeno Banco e, respectivamente, na prática de juros altos, em torno de 12%.

A política de crédito, analisada anteriormente, não se restringe ao Rio de Janeiro, ao contrário é uma prática em todo o território brasileiro. Dessa maneira, a política de crédito adotada no Estado de São Paulo e, particularmente, nas zonas pioneiras resultam nos mesmos abusos. Por detrás da dinâmica econômica das zonas pioneiras encontra-se o pioneiro pobre. Diferentemente do fazendeiro de Ribeirão Preto, que era quase sempre um homem rico, o simples pioneiro é, ao contrário, um homem pobre. Acompanha um movimento provocado pelo esgotamento dos solos das antigas zonas que mais se parece com uma fuga do que com uma conquista.¹⁷⁴

Conforme Monbeig, os pioneiros trabalhavam anteriormente como colonos na grandes fazendas das velhas regiões. O número de pioneiros cresceu com a crise que a economia paulista experimentou e quando a falta de capitais, com os grandes bancos

¹⁷⁴ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. op. cit. p. 223.

estrangeiros estacando os empréstimos, tornou-se uma realidade. A maioria dos colonos que eram atraídos para os loteamentos destas zonas pioneiras levavam consigo modesto capital, “uma dezena de contos de réis, por vezes o dobro, raramente mais. A organização do crédito fundiário é muito deficiente e não permite ajuda ao simples pioneiro. Os créditos a longo prazo, como os concedidos pelo Banco do Estado de São Paulo, não se destinam à compra de propriedades. Assim, o colono que deseja tornar-se sitiante, só pode contar com seus magros recursos, o que é uma primeira limitação”¹⁷⁵.

Os sítiantes pioneiros criticavam os métodos utilizados pelo Banco do Brasil na concessão de empréstimos. Esse Banco preferia emprestar para os grandes fazendeiros e intermediários. Nesse momento, faz-se necessário ressaltar que na Região de Marília, por ter sido uma grande produtora de algodão, encontrava essas condições da política de crédito. Quando o Banco do Brasil emprestava para os pequenos sítiantes, os custos dessa operação eram caros, pois o pequeno proprietário deveria apresentar uma série de documentos oficiais, como título de propriedade, previsão de colheitas e outros inconvenientes que sempre lhe custavam tempo e muito dinheiro.

“Finalmente, os sítiantes preferem dirigir-se a bancos locais, aos comerciantes, aos ‘maquinistas’ (gerentes das máquinas de descaroçar algodão ou de beneficiar arroz), aos negociantes de café ou de algodão. Essa preferência corresponde, sem dúvida, a certa desconfiança com relação aos grandes bancos oficiais, para eles instituições distantes e um tanto misteriosas, talvez também demasiado associadas, no espírito de gente simples, a tudo que diz respeito a administração e governo. É mais fácil falar diretamente com um conhecido que nada ignora a vida rural, do que a um funcionário que fica atrás de um guichê, ou a um diretor à retaguarda de sua escrivaninha, funcionário e diretor vindos ontem de outra terra e que amanhã partirão. É um reflexo típico de camponês. O comerciante vizinho ou o ‘maquinista’ não pedirão títulos das propriedades nem estimativa das safras. É mais simples e econômico tratar com eles que, concluído o negócio, tirarão letras de câmbio do bolso, sem maiores complicações”¹⁷⁶.

Entretanto, essa aparente facilidade e economia têm um preço muito alto para o pequeno proprietário, este torna-se refém do negociante que lhe concedeu empréstimo. “Os juros dos empréstimos assim feitos são da ordem de 12%, ou 1% ao mês. As notas de

¹⁷⁵ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. op. cit. p. 225.

compras dos fornecedores transformados em financiadores são, automaticamente, majoradas. As sementes, os adubos, os instrumentos de trabalho, os inseticidas e os alimentos custarão mais caro; mas o pobre pioneiro não se dará conta. O que ele sabe muito claramente é que o negociante, o ‘maquinista’ ou os seus intermediários, fazendo tão humanamente os empréstimos, adquiriram o direito, por vezes tácito, mas quase sempre por escrito, de lhe comprar toda a colheita. Pode-se garantir que eles não farão a oferta mais elevada nas cotações do dia, porque, recorrendo ao empréstimo, o sitiante perdeu o direito de dispor de sua safra”¹⁷⁷.

As conseqüências dessa situação financeira era o círculo vicioso em que o pequeno proprietário se encontrava. Na perspectiva de sair dessa situação o sitiante constantemente era seduzido por propagandas, que lhe eram apregoadas, de qualidades de determinados solos, de facilidades de pagamento e de crédito. Assim muitos sítiantes partiram, muitas vezes em fuga, para zonas novas. Muitos analistas consideram que essa instabilidade do sitiante puderam contribuir para às deficiências do crédito rural.

Durante a II Guerra Mundial, sobretudo nos seus últimos anos, tem-se na economia brasileira, por um lado o aumento das exportações e por outro o declínio das importações. Conforme Caio Prado Jr., “o Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário”¹⁷⁸.

Da mesma forma que a exportação era valorizada, a importação declinava. Por um lado, interrompiam-se quase por completo os fornecimentos dos países europeus envolvidos na guerra, pois estavam empenhados numa luta que lhes absorvia todas as atenções e recursos. Por outro lado, os Estados Unidos, ocupados como também estavam na produção da guerra, não puderam suprir as mercadorias de nossos fornecedores europeus; e em alguns produtos importantes não conseguiram nem ao menos manter seu nível de fornecimentos anterior à guerra.

Conforme Prado Jr., o resultado dessa conjuntura econômica fez com que desaparecessem, pelo menos por um momento, as contradições do sistema econômico do Brasil, ou seja, o desequilíbrio crônico da balança de pagamentos exteriores, possibilitando

¹⁷⁶ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. op. cit. p. 225.

¹⁷⁷ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. op. cit. p. 225.

¹⁷⁸ PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil* 17^o ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1974, p.302.

a estabilidade cambial da moeda brasileira. “Por outro lado, todavia, o acúmulo de saldos comerciais obrigou a fortes emissões destinadas à aquisição, pelas autoridades monetárias, das divisas representativas daqueles saldos e que não encontravam compradores no mercado ordinário, isto é, entre importadores. Essas emissões constituíram o ponto de partida e impulso inicial do processo inflacionário que se prolongará, estimulado mais tarde por outros fatores, no pós-guerra”¹⁷⁹, até a primeira metade dos anos 60, quando declinou por um momento.

Segundo Rangel, a emissão não é um ponto de partida, mas sim a sua culminação, o ponto de chegada. A estatística econômica fornece-nos duas séries de informações visivelmente correlatas: a primeira é a série de meio circulante – complementada pelas séries de moeda escritural e de meios de pagamento e a segunda é a série de índice geral de preços. Diz que a correlação entre essas duas ordens de fatos torna-se evidente quando “é obvio que, ou os preços sobem quando o governo emite (como postulam os monetaristas), ou ao contrário, é o governo que emite quando os preços sobem (como, provisoriamente, pedimos ao leitor que acredite, sem discutir). De um modo ou de outro, não há a menor dúvida de que o nível dos preços é função do volume do meio circulante.”¹⁸⁰

Dessa maneira, Rangel diz que “a variação do volume do meio circulante (M) é proporcional à variação do nível dos preços (P), porque a variação histórica da velocidade de circulação da moeda compensa virtualmente a taxa do incremento real do produto nacional bruto (PNB). O erro dos chamados ortodoxos ou monetaristas não está na reiterada afirmação dessa verdade elementar da teoria monetária e que, diga-se de passagem, nada tem de direitista ou esquerdista, porque muito antes de haver sido formulada por Fisher, já o havia sido por Marx. (...) Seu erro está em haverem pretendido inferir desta verdade universal toda uma política monetária e, mais do que isso, toda uma política econômica para o país.”¹⁸¹

As empresas ao reterem seus estoques, implicam numa séria modificação de sua equação econômico-financeira. Dessa forma, o seu realizável cresce à custa do seu disponível, ou seja, da caixa e dos depósitos bancários. Assim, a “empresa reage, recorrendo ao sistema bancário, para restabelecer o seu disponível, e o banqueiro não vê

¹⁷⁹ PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*, op. cit., p. 303.

¹⁸⁰ RANGEL, I. *A Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro: TEMPO BRASILEIRO, 1963, p. 4.

¹⁸¹ Idem, p. 6.

nenhuma razão para recusar-se a socorrer a firma, tanto mais quanto seu realizável, inflado pelos estoques adicionais, responde, na análise contábil corrente, por um elevado índice de solvabilidade. Isso, não obstante, vai afetar negativamente o equilíbrio de caixa do sistema bancário, movimento esse que, direta ou indiretamente, se vai exprimir como 'problema de caixa do Banco do Brasil'. É para socorrer a caixa do Banco do Brasil que o governo emite, o que quer dizer que a inflação não se gera no nível do orçamento da União, uma vez que tem origem no bojo da economia, por efeito de movimentos autônomos da empresa privada. O governo, ordinariamente, apenas presta-se a fazer o serviço que dele exige, através do mecanismo descrito, o sistema econômico. Noutros termos a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas o seu ponto de chegada, isto é, sua culminação"¹⁸².

Rangel diz que em primeiro lugar o que importa para o Tesouro Nacional num fluxo adicional de receita tributária é a reabsorção pelo mercado dos excedentes temporariamente retidos. "Em segundo lugar, o governo auferirá diretamente o valor do novo circulante criado. Finalmente, graças ao instituto dos 'depósitos compulsórios à ordem da SUMOC', o governo auferirá um terceiro jato de recursos novos, comparável, por sua magnitude, ao volume do circulante novo emitido, nas presentes circunstâncias (múltiplo da emissão)."¹⁸³

Conforme Contreras¹⁸⁴, há três maneiras de medir a taxa de inflação: o deflator implícito do PIB (Produto Interno Bruto), um índice geral de preços (IGP) e um índice de preços ao consumidor (IPC).

"O deflator implícito do PIB pode ser imediatamente descartado. Como mostra Sarel [1996], variações desse índice e as taxas de crescimento do PIB são, por construção, negativamente correlacionadas. O IGP e o IPC não apresentam esse problema porque são calculados mediante coleta de preços, independentemente do volume do produto."¹⁸⁵

Entretanto, podemos dizer com relação a escolha entre o IPC ou o IGP, que não há considerações teóricas relevantes. Confeccionamos um gráfico do IGP-DI da FGV do período entre 1945 a 1965:

¹⁸² RANGEL, I. *A Inflação Brasileira*, op. cit., p. 9-10.

¹⁸³ Idem, p. 9-10.

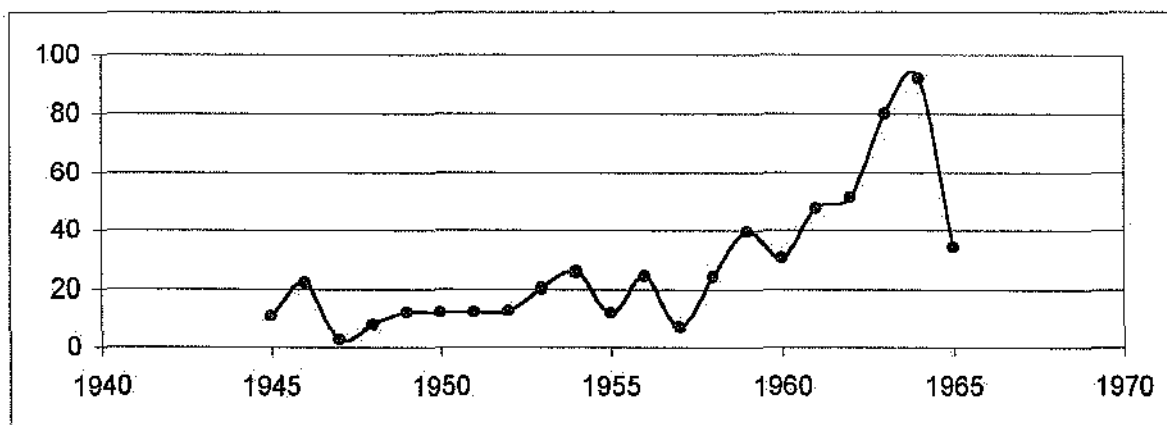
¹⁸⁴ CONTRERAS, L. R. Z. *Inflação e Crescimento Econômico no Brasil*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEA/USP, 1998, p. 48.

¹⁸⁵ Idem.

GRÁFICO 1

ÍNDICE DE INFLAÇÃO

1945-1965 (%)



FONTE: IGP-DI (ÍNDICE DE GERAL DE PREÇOS) DA FGV¹⁸⁶

Com as informações deste gráfico, podemos observar que o índice de inflação apresenta um movimento ascendente, sendo intercalado por pequenas quedas que não interferem significativamente no crescimento do índice no período. Podemos observar que, durante a segunda metade da década de 40 e início dos anos 50, o índice de inflação está relativamente baixo e controlado, no período entre 1945 a 1952, sua variação é, aproximadamente, 12%, apresentando uma relativa queda no ano de 1947, no qual o índice ficou em 2,74%. Durante o período entre 1953 a 1958, o índice sobe para a casa decimal dos 20%, com um retorno ao índice de 12% no ano de 1955, e uma expressiva queda no ano de 1957, levando o índice para 6,96%. Entretanto, no ano seguinte, o índice volta a crescer ao patamar de 25%. A partir daí, no período entre 1959 a 1964, apresenta uma perspectiva ascendente extraordinária, chegando a atingir 92,12% no ano de 1964. Após ter chegado ao ápice do período, o índice apresenta uma expressiva queda no ano de 1965, atingindo a marca de 34,24%.

Dessa maneira, podemos observar que durante esse período o índice geral de preços apresenta uma perspectiva ascendente que apresenta o índice mais baixo de 2,74% no ano de 1947, e atinge o índice mais alto de 92,12% no ano de 1964. Entretanto, apesar dessa

¹⁸⁶ CONTRERAS, L. R. Z. Inflação e Crescimento Econômico no Brasil. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEA/USP, 1998.

perspectiva ascendente por vários momentos o índice recua para níveis inferiores. E o gráfico acima revela muito bem essa perspectiva.

No Brasil, o período da II Guerra Mundial, foi marcado por altos índices de inflação e por altos níveis de emissão monetária. Conforme Castro¹⁸⁷, nos anos de 1944, 1945 e 1946, os índices atingiram respectivamente 36,4%, 23,3% e 14,3%, o que demonstrava uma redução da inflação. Porém, apesar de serem adotadas várias medidas antiinflacionárias, a inflação se agrava nos anos seguintes do pós-guerra, chegando a 90,5% em 1964.

Analisando a história econômica, observamos que os estudos das inflações clássicas indicam que os bancos são instituições que geralmente perdem com a inflação. No Brasil, ao contrário, as instituições bancárias, parecem ter tido altas taxas de lucratividade. Castro¹⁸⁸ diz que os bancos lucram restringindo operações tradicionais a curto prazo e nos apresenta uma tabela da taxa de lucratividade dos 20 maiores bancos privados, segundo o total de depósitos relativos a alguns anos do período pós-guerra. Conclui que os resultados nos informam que a “lucratividade dos bancos não parece afetada pelo ciclo natural da economia”.¹⁸⁹ Para Montoro Filho, “durante os anos 50, os bancos comerciais tiveram uma situação muito confortável. A regulamentação que limitava a entrada de novos bancos, a limitação da taxa de juros, as taxas de inflação moderadas (padrão brasileiro), o monopólio de depósitos à vista e a reduzida demanda de crédito criaram condições para ser monopólio no sistema financeiro brasileiro”¹⁹⁰.

Analisando um estudo estatístico de Castro sobre relações indicativas de lucratividade dos 20 maiores bancos nos anos de 1946, 1955, 1965 e 1975, observamos que no item lucro líquido/recursos próprios o Bradesco em todos os anos apresentava índices superiores à média dos outros bancos. Respectivamente, enquanto as médias foram de 0.07, 0.08, 0.12, e 0.18, o Bradesco atingiu os índices de 0.12, 0.14, 0.26, 0.29. Esses índices apontam uma importante diferenciação do Bradesco com relação aos outros bancos. Um dos elementos que podem contribuir para essa diferenciação talvez seja o fato, o qual verificamos anteriormente, de o Bradesco ter sido um Pequeno Banco e, conseqüentemente, cobrava juros mais altos na carteira de crédito agrícola. Por tratar-se de um pequeno banco local-

¹⁸⁷ CASTRO, H. O. P. de op. cit. p.123.

¹⁸⁸ Idem p. 100-1.

¹⁸⁹ Ibidem p. 101.

¹⁹⁰ MONTORO FILHO, A. F. Moeda e Sistema Financeiro no Brasil. RJ, IPEA/INPES, 1982, p. 75.

regional esta observação parece válida, mas somente para os três primeiros anos analisados (1946, 1955 e 1965), uma vez que em 1975 o Banco era considerado o maior banco privado brasileiro.

Em síntese, demonstramos a política de crédito adotada nos 20 primeiros anos do Bradesco na 'franja pioneira' paulista e paranaense, ou seja, no território do café. No que diz respeito aos pequenos e médios sítiantes, comerciantes e industriais, ou seja, aos pequenos e médios clientes, essa política de crédito por um lado representou um meio de financiamento, fazendo com que eles pudessem produzir e vender seus produtos. Entretanto, essa política de crédito tornou-se muito prejudicial, na medida em que esses pequenos clientes pagaram juros altos e comissões aos pequenos bancos e aos intermediadores pelos empréstimos e pelas transações negociadas nesse território. No que diz respeito aos bancos, essa política de crédito tornou-se muito lucrativa, principalmente para esses pequenos bancos e intermediadores, pois foram eles que fizeram a maior parte da intermediação das transações negociadas por tais pequenos clientes. Dessa maneira, demonstramos que uma das condições que contribuíram para o crescimento da rede de agências do Banco Bradesco S/A no território do café foi essa política de crédito. O fato de o Bradesco ter sido um pequeno banco local-regional, intermediando as transações financeiras dos pequenos e médios clientes, nos dá indícios de que cobrava juros, média de 12% ao ano, mais altos que os do Banco do Estado de São Paulo e os do Banco do Brasil. Verificamos também que a diferença entre juros pagos nos depósitos e empréstimos, variava de 4 e 5% para maior, no caso dos empréstimos. Essa política de crédito, juntamente com os altos índices de inflação do período, contribuíram para aumentar a lucratividade dos bancos. Nessa perspectiva, quanto maior o número de agências maior o número de depósitos e empréstimos e, conseqüentemente, maior a lucratividade. A seguir, demonstraremos a difusão da rede de agências do Bradesco no território do café.

4. A difusão regional do Bradesco no território do café

Demonstraremos o início da centralização do capital bancário e da difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A num território local-regional, ou seja, no território do café. No momento da fundação do Bradesco o Sistema Bancário brasileiro era composto de muitos pequenos bancos com atuação local-regional, possuindo um pequeno número de agências.

O Sistema Bancário brasileiro, no ano de 1944, era constituído por 2.459 estabelecimentos bancários, dividido em 663 matrizes e 1796 agências em todo o Brasil. Desse total o Banco do Brasil (BB) possuía 256 agências.¹⁹¹ Assim, descontadas as agências do BB, os demais bancos possuíam uma média de 2,3 agências por matriz, o que demonstrava a “fragilidade” com que as Autoridades Monetárias viam nesses bancos. Dessa forma, justificavam que esses bancos, por serem pequenos, estavam muito mais sujeitos a quebra e, se isto acontecesse, poderia causar grandes problemas no Sistema Financeiro como um todo. O Bradesco, nessa época, apesar de dois anos de existência, diferenciava-se de outros bancos pois havia ampliado muito o número de suas agências, passando de um total de 6 agências, em 1943 (momento da sua fundação), para um total de 39 agências, em outubro de 1945.¹⁹²

O Governo Federal a partir de 1946, através da SUMOC, entidade que antecedeu ao Banco Central, procurou objetivar um sistema bancário centralizado e forte. Por meio do Decreto-Lei nº 9229, de maio de 1946, e Decreto-Lei nº 9604, de agosto de 1946, concedia “isenção de impostos, selos e taxas para as transformações, incorporações ou fusões de sociedades cujo fim seja a atividade bancária.”¹⁹³ No ano de 1950, além do capital e da localidade preferida, as Autoridades Monetárias passaram a se preocupar, também, com a quantidade de agências de cada banco. Na Instrução nº 37 de junho de 1951¹⁹⁴, observamos essa preocupação do governo através da referência à viabilidade do “número ideal de filiais admissíveis na localidade”. Nessa mesma instrução verificamos referência de incentivos à

¹⁹¹ FONTE: Movimento Bancário do Brasil 1943-1944, Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional, Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Membro do IBGE), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 91.

¹⁹² Balancete Levantado em 31 de outubro de 1945, encontrado nos arquivos do Museu Histórico do Bradesco.

¹⁹³ CASTRO, H. O. P. de op. cit. p. 98.

¹⁹⁴ Idem, p. 98.

centralização bancária: “Será dispensada toda preferência aos pedidos de fusão, incorporação ou transformação de sociedades cujo fim seja a exploração bancária, não só para permitir maior concentração de recurso como para o fortalecimento de instituições menores”.

A SUMOC, em 1956, restringiu por ano o número de concessões de cartas-patentes (instrumento que habilita uma instituição financeira a operar no mercado) e passou a manifestar uma preocupação com o crescimento desigual de agências no Rio de Janeiro e São Paulo (centro dinâmico da economia nacional) em detrimento de outras regiões, menos assistidas. Em 1959 tem-se restrições com relação ao índice de imobilização dos bancos, o qual “não deverá ultrapassar o capital realizado mais reservas líquidas”¹⁹⁵.

No ano de 1961, pela primeira vez as Autoridades Monetárias cedem no sentido de facilitar a disseminação de crédito no interior do país, pois resolvem “elevar de 10 para 15 o limite anual de concessões de novas dependências bancárias por estabelecimento, 10 das quais, pelo menos, só poderão ser instaladas em praças no interior do país onde seja insuficiente a assistência bancária.”¹⁹⁶ No entanto, em 1962, novamente são reduzidas para 10 unidades as concessões para o funcionamento de agências.¹⁹⁷ Nesse sentido essas regulamentações podem ser fortes argumentos para afirmarmos a intervenção estatal na difusão territorial da rede de agências bancário-financeira brasileira.

Nesse período anterior a 1964, não havia um “efetivo” controle sobre a difusão de agências dos bancos comerciais. Algumas instruções da SUMOC visavam manter o controle sobre o crescimento da rede de agências bancário-financeira. No entanto, constata-se que os limites máximos para a abertura de novas agências eram tão elevados que não significavam qualquer impedimento à expansão de agências. Conforme Mendes, “o critério fundamental (para a expansão de dependências) no período de existência da SUMOC foi um número máximo de agências - 10 ou 15 - a serem abertas pelos bancos comerciais. Dado o grande número de bancos comerciais - de 300 a 900 no período, o critério de número máximo por sede de estabelecimento bancário implicaria em uma expansão máxima de 3000 a 5500 agências por ano”¹⁹⁸.

¹⁹⁵ CASTRO, H. O. P. de, p.135.

¹⁹⁶ *Idem*, p.112.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.112

¹⁹⁸ *Ibidem*, p.112.

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que o poder público passou a incentivar a centralização bancária, percebe-se que os bancos iniciaram um processo de ampliação do número de agências. Assim, comparando os anos de 1944 e 1946, verificamos que passados apenas dois anos, houve um processo imenso de centralização do capital bancário e uma ampliação do número de agências bancárias do Sistema Bancário do Brasil, pois comparando os dados referentes aos anos de 1944 com os dados do ano de 1946, verificamos que o número de matrizes diminuiu de 663 para 473 e o número de agências aumentou de 1796 para 2.079.

Alguns autores defendem que esse comportamento de ampliação do número de agências decorre, em grande parte, da manutenção do processo inflacionário. Mendes diz que isso acontece primeiramente “porque os depósitos à vista, remunerados a juros muito baixos ou simplesmente não remunerados, se depreciam com o passar do tempo, gerando um ganho para a indústria bancária, e tanto maior será a possibilidade de captação de depósitos à vista quanto maior a rede de agências de cada banco. Segundo, porque, proibidos pela legislação, os bancos não podem aplicar suas disponibilidades em ativos físicos, o que seria uma boa forma de evitar as perdas impostas pela inflação”¹⁹⁹.

O Bradesco, aproveitando-se dessa lucratividade, a cada ano que passa amplia sua rede de agências. Para verificarmos essa ocorrência, apropriamo-nos de dados de Castro²⁰⁰, referente à evolução do número de matriz e agências do Banco do Brasil (BB) e dos Demais Bancos Comerciais (DBC), e procuramos correlacioná-los com os dados do Bradesco²⁰¹. A tabela 4 apresenta a evolução de matrizes e agências do Banco do Brasil, Bradesco e DBC, nos anos de 1946, 1952 e 1961, dividida em três áreas: a Região Sul, compreendendo os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; a Região Sudeste, compreende os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; e os outros estados. A seguir apresentamos essa tabela.

¹⁹⁹ MENDES, A. L. op. cit., p. 60-2.

²⁰⁰ CASTRO, H. O P. de. op. cit, p.88-9-90-1.

²⁰¹ FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1952/1961 & Balancete encontrado no Museu Histórico Bradesco.

TABELA 4

MATRIZES E AGÊNCIAS DO BRADESCO, BANCO DO BRASIL E DEMAIS BANCOS COMERCIAIS

1946/1952/1961 (em números)

| | Anos | Bradesco Agências | Banco do Brasil Agências | Demais Bancos Comerciais Agências | Total de Agências | Total de Matrizes |
|-----------------|------|----------------------|--------------------------------|--|----------------------|----------------------|
| | 1946 | 0 | 43 | 383 | 426 | 24 |
| Região Sul | 1952 | 17 | 53 | 632 | 697 | 21 |
| | 1961 | 33 | 101 | 1.003 | 1.137 | 23 |
| | | | | | | |
| | 1946 | 43 | 125 | 1.271 | 1.435 | 367 |
| Região Sudeste | 1952 | 64 | 151 | 2.044 | 2.249 | 305 |
| | 1961 | 160 | 236 | 3.037 | 3.433 | 241 |
| | | | | | | |
| | 1946 | 0 | 99 | 119 | 218 | 82 |
| Demais Estados | 1952 | 1 | 110 | 166 | 276 | 78 |
| | 1961 | 8 | 135 | 536 | 679 | 68 |
| | | | | | | |
| | 1946 | 43 | 267 | 1.773 | 2.079 | 473 |
| Total do Brasil | 1952 | 82 | 314 | 2.842 | 3.222 | 404 |
| | 1961 | 201 | 472 | 4.576 | 5.249 | 332 |

FONTE: CASTRO, H. O. P. de. As causas econômicas da concentração bancária. Rio de Janeiro, IBMEC, 1981, P. 88-89-90-91. & Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1952/1961 & FONTE: Revista Bancária Brasileira Ano 52 nº 614, Rio de Janeiro: 29-02-84, p.11.

Analisando a tabela 4, observamos uma evolução contrastante entre o número de matrizes e o número de agências, o que confirma a centralização de bancos e a dispersão do número de agências. Das 473 matrizes existentes em 1946, só havia 404 em 1952 e 332 em 1961, ou seja, houve uma queda de 30% em 16 anos. O contrário ocorreu com as agências, em 1946 havia 2079; em 1952, 3.222; em 1961, 5249, ou seja, houve um aumento de 152,5% em 16 anos. Durante esses anos, também, variou a distribuição regional de matrizes

e agências. No ano de 1946, mais de 78% das matrizes e 69% das agências encontravam-se na Região Sudeste. Em 1961, essas proporções haviam decrescido respectivamente para 72% e 65%. Tradicionalmente, essa sempre foi a região melhor servida pela rede bancária privada. No entanto, na Região Sul a variação percentual das matrizes teve um pequeno aumento, as primeiras passaram de 5% em 1946 para 7% em 1961, respectivamente, as agências passaram de 20% para 21% do total. Nos demais Estados, a variação percentual das matrizes e agências também tiveram um pequeno aumento, as matrizes passaram de 17% em 1946 para 21% em 1961; respectivamente, as agências passaram de 11% para 14% do total.

A participação do BB no total de agências reduziu-se de 12,8% em 1946 para 8,9% em 1961. Entretanto, houve um aumento da participação do Bradesco de 2,07% em 1946 para 3,82 em 1961. Na Região Sul, a participação das agências do BB passou de 10,09% em 1946 para 8,88% em 1961. Nessa região em 1946, o Bradesco não possuía nenhuma agência, mas em 1961 participava com 2,9% do total. Na Região Sudeste, o BB também teve um decréscimo em sua participação, passou de 8,7% em 1946 para 6,87% em 1961. No entanto, o Bradesco aumentou sua participação de 2,99% em 1946 para 4,66% em 1961. Nos demais Estados havia uma enorme deficiência da cobertura da rede privada, o que explica, neste caso, a relativa importância do Banco do Brasil, pois em 1946 participava com 45,4% da rede de agências. Entretanto, por um lado com as regulamentações de aberturas de novas agências nos grandes centros e, por outro, com incentivos de interiorização de agências dos bancos privados, a participação do BB em 1961 havia decrescido para 19,88%. Nessa perspectiva de interiorização o Bradesco, que em 1946 não possuía nenhuma agência nesses estados, passou em 1961 a representar 1,17% do total de agências, pois havia aberto 8 agências na Região Centro-Oeste.

Portanto, com relação a esta tabela 4, primeiro verificamos que nesse período já havia uma diminuição do número de bancos (passando de 473 em 1946 para 332 em 1961), permitida pelas incorporações e fusões dos bancos menores pelos maiores. Isso resultava no processo de centralização bancária que, por sua vez, transformava os bancos de atuação local em bancos de atuação regional e, mais tarde, em bancos de atuação nacional. Segundo, verificamos que o número de agências estava aumentando (passando de 2079 em 1946 para 5249 em 1961), implicando no processo de dispersão territorial das agências

bancárias. Em outra perspectiva, analisamos a variação da distribuição regional de matrizes e agências. Essa dispersão estava sendo orientada para regiões menos assistidas, por um lado, havendo um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados nessas áreas e, por outro lado, havendo um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Para verificarmos a posição do Bradesco em relação aos outros bancos referente ao volume de depósitos confeccionamos tabelas comparando os 10 maiores bancos. Nas páginas seguintes apresentaremos 6 tabelas.

Com relação às tabelas referentes à classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos, nos anos de 1947, 1949, 1951, 1958, 1959 e 1963, faremos algumas considerações. Esse conjunto de 6 anos referem-se ao período em que os bancos possuíam uma rede de agências de atuação regional, ao mesmo tempo ao período em que a condição principal de difusão territorial dos bancos era a captação de recursos da própria atividade econômica.

TABELA 5

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1947 (milhões de cruzeiros)

| | |
|--|--------|
| 1 – Banco do Brasil | 17.200 |
| 2 – Banespa | 3.051 |
| 3 – Banco Crédito Real de MG | 1.505 |
| 4 - The National City Bank | 1.388 |
| 5 – Banco da Lavoura de MG | 1.168 |
| 6 – Banco Com. e Ind. de MG | 1.157 |
| 7 – Banco Hipotecário Lar Brasileiro S/A | 966 |
| 8 – Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de MG | 951 |
| 9 - Bank of London & South América Ltd. | 902 |
| 10 – Banco Boavista S/A | 887 |
| 26 – Bradesco | 431 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1947.

Como podemos observar na tabela 5, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos do ano de 1947, é importante destacar que o Bradesco, com apenas 5 anos de existência, não estava classificado entre os dez maiores bancos em volume de depósitos, pois ocupava a posição de vigésimo sexto lugar. Os dois primeiros bancos classificados eram o Banco do Brasil e o Banespa. O destaque é para a presença de quatro bancos originários do Estado de Minas Gerais e para a presença de dois bancos estrangeiro

TABELA 6

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1949 (milhões de cruzeiros)

| | |
|--|--------|
| 1 - Banco do Brasil | 18.886 |
| 2 - Banespa | 2.677 |
| 3 - Banco Crédito Real de MG | 2.049 |
| 4 - Banco da Lavoura de MG | 1.659 |
| 5 - The National City Bank | 1.637 |
| 6 - Banco Com. e Ind. de MG | 1.584 |
| 7 - Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de MG | 1.234 |
| 8 - Banco Mercantil de SP | 1.179 |
| 9 - Banco Hipotecário Lar Brasileiro S/A | 1.171 |
| 10 - Bradesco | 1.129 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1949.

Com relação à tabela 6, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total de 86 bancos do ano de 1949, é importante destacar que passados apenas dois anos, o Bradesco já estava classificado como o décimo banco em volume de depósitos. O Banco do Brasil e o Banespa ocupavam as duas primeiras posições. Observamos também a presença dos quatro bancos originários do Estado de Minas Gerais. Com relação aos bancos estrangeiros notamos somente a presença de um banco estrangeiro, o The National City Bank, dentre os dez principais bancos em volume de depósitos.

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS²⁰²

1951 (milhões de cruzeiros)

| | |
|-------------------------------------|--------|
| 1 - Banco do Brasil | 35.307 |
| 2 - Banespa | 4.620 |
| 3 - Bradesco | 2.577 |
| 4 - Banco de Crédito Real de MG | 2.528 |
| 5 - The National City Bank | 2.350 |
| 6 - Banco da Lavoura de MG | 2.271 |
| 7 - Banco Com. e Ind. de MG | 1.992 |
| 8 - Banco Mercantil de SP | 1.970 |
| 9 - Banco Comercial do Estado de SP | 1.618 |
| 10 - Banco Moreira Sales | 1.521 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1951.

No que diz respeito à tabela 7, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total 107 bancos do ano de 1951, faz-se necessário destacar a extraordinária posição que o Bradesco passou a ocupar pois o Banco, com apenas 8 anos de atuação, estava classificado na terceira posição dentre os dez maiores bancos em volume de depósitos. O Banco do Brasil e o Banespa ocupavam as duas primeiras classificações. Ainda notamos a grande presença dos bancos originários do Estado de Minas Gerais. O The National City Bank ainda ocupa a quinta posição

TABELA 8

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1958 (milhões de cruzeiros)

| | |
|--------------------------------------|---------|
| 1 - Banco do Brasil | 120.266 |
| 2 - Banespa | 13.452 |
| 3 - Banco da Lavoura de MG | 12.660 |
| 4 - Banco Nacional | 10.517 |
| 5 - Banco de Crédito Real de MG | 9.564 |
| 6 - Banco Mercantil de SP | 8.417 |
| 7 - Banco Moreira Sales | 7.997 |
| 8 - Banco Com. e Ind. de SP | 7.481 |
| 9 - The First National City Bank | 7.396 |
| 10 - Banco Comercial do Estado de SP | 7.302 |
| 11 - Banco Com. Ind. de MG | 6.978 |
| 12 - Bradesco | 6.480 |

FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, Rio de Janeiro, 1958.

Na tabela 8, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total de 60 bancos do ano de 1958, destacamos que o Bradesco retrocedeu para a décima segunda posição na classificação do bancos em volume de depósitos. O Banco do Brasil e Banespa continuam nas duas primeiras posições. Os bancos originários do Estado de Minas Gerais ainda estavam presentes dentre os principais bancos. O The First National City Bank apesar de perder posições, ocupava a nona posição.

²⁰² FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, Rio de Janeiro, 1947, 1949, 1951, 1958, 1959 e 1963.

TABELA 9

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1959 (milhões de cruzeiros)

| | |
|-----------------------------------|---------|
| 1 - Banco do Brasil | 162.079 |
| 2 - Banespa | 27.552 |
| 3 - Banco da Lavoura de MG | 21.669 |
| 4 - Banco Nacional | 17.077 |
| 5 - Banco de Crédito Real de MG | 14.453 |
| 6 - Banco Mercantil de SP | 12.136 |
| 7 - Banco Moreira Salles | 12.069 |
| 8 - Bradesco | 12.033 |
| 9 - Banco Com. e Ind. de SP | 10.228 |
| 10 - The First National City Bank | 9.767 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1959.

Com relação à tabela 9, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total de 61 bancos do ano de 1959, destacamos que o Bradesco recupera posições e passou a ocupar a oitava posição na classificação dos bancos em volume de depósitos. O Banco do Brasil e Banespa continuam a ocupar as duas primeiras posições. Os bancos originários do Estado de Minas Gerais continuam ocupando posições dentre os dez principais bancos. Com relação ao banco estrangeiro The First National City Bank observamos que perdeu mais uma posição e passou a ocupar a décima posição.

TABELA 10

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1963 (milhões de cruzeiros)

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| 1 - Banco do Brasil | 1.373.934 |
| 2 - Banespa | 93.575 |
| 3 - Banco Crédito Real de MG | 78.456 |
| 4 - Banco da Lavoura de MG | 76.170 |
| 5 - Banco Nacional | 75.173 |
| 6 - Bradesco | 65.194 |
| 7 - Banco Mercantil de SP | 65.083 |
| 8 - Banco Moreira Salles | 60.276 |
| 9 - Banco Com. e Ind. de SP | 51.097 |
| 10 - Banco Comercial do Estado de SP | 40.042 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.

Referente à tabela 10, sobre a classificação dos dez maiores bancos em volume de depósitos num total de 152 bancos do ano de 1963, destacamos que o Bradesco volta a recuperar posições e passou a ocupar a sexta posição na classificação dos bancos em volume de depósitos. O Banco do Brasil e Banespa ainda continuam a ocupar as duas primeiras posições. Os bancos originários do Estado de Minas Gerais ainda estão presentes dentre os principais bancos em volume de depósitos.

Com relação ao conjunto de tabelas, sobre a classificação dos dez maiores bancos em volume de depósitos dos anos de 1947, 1949, 1951, 1958, 1959 e 1963, podemos destacar que o Banco do Brasil sempre esteve na primeira colocação com destacada posição em relação aos outros bancos. O Banco Bradesco S/A apresentou uma relativa variação de posições, chegando a ocupar a destacada terceira posição durante o ano de 1951. Os bancos originários do Estado de Minas Gerais ocuparam sempre as primeiras posições dentre os principais bancos em volume de depósitos. Além do que, notamos a presença de bancos estrangeiros dentre os dez principais bancos.

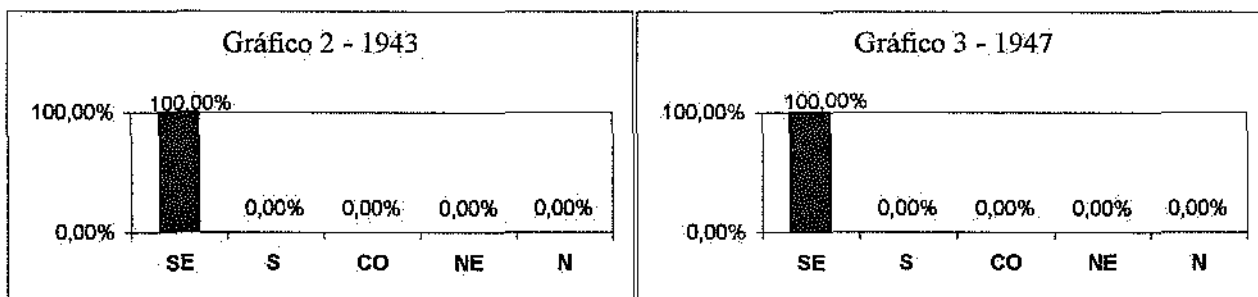
Durante esse primeiro período, que vai de 1943 a 1963, o Bradesco amplia sua rede em 3,833%, porém manteve sua difusão espacial num território local-regional. Como já dissemos, na sua fundação, em 10 de março de 1943, possuía, além da matriz em Marília,

mais seis agências com uma atuação local. Em 1944 amplia sua rede para 20 agências²⁰³, instalando-se em outros centros regionais do Estado de São Paulo como: São Paulo, Araraquara, Bauru, Andradina, Lins, etc. No ano de 1945 passa a ter 39 agências²⁰⁴, chegando a outras capitais regionais como: Presidente Prudente e S. J. do Rio Preto. Para melhor identificação do crescimento e da distribuição das agências do Bradesco nesse dois momentos, anos de 1943 e 1947, confeccionamos esses dois gráficos e os mapas de número 1 e de número 2, que podem ser visualizados nas páginas 99 e 100. Observamos que essa distribuição concentrava-se exclusivamente na Região Sudeste:

GRAFICOS 2 e 3

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1943/1947 (%)



FONTE: Revista do Museu Histórico do Bradesco. Osasco-SP: Depto. de Marketing, 1993 & Revista Bancária Brasileira. Rio de Janeiro, 1948.

²⁰³ FONTE: Balancete, 30/04/44, Museu Histórico Bradesco.

²⁰⁴ FONTE: Balancete, 31/10/45, Museu Histórico Bradesco.

MAPA 1 - BRADESCO : Agências bancárias em 1943



Fonte : Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1944.
A.G. : Bruno de Souza / Org.: Márcio Fernando Gomes

MAPA 2 - BRADESCO : Agências bancárias em 1947



Fonte : Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1948.
A.G. : Bruno de Souza / Org.: Márcio Fernando Gomes

Nesse período, o Bradesco também teve outras mutações. Em 01 de janeiro de 1946, transferiu sua matriz para a cidade de São Paulo, na região central, na Rua Álvares Penteado, nº 164²⁰⁵. A região central da cidade de São Paulo, denominada como centro velho, figurava ainda nos anos 40 como o núcleo bancário por excelência da cidade, lugar onde se concentrava a sede de diversos bancos, dentre eles o banco estrangeiro The National City Bank e o Banco do Estado de São Paulo – Banespa. Corrêa afirma que esse espaço urbano seria um “centro de decisão da atividade financeira”. Este, conforme Lenin, “exerce um papel de controle maior ou menor sobre as atividades econômicas das cidades subordinadas e suas respectivas áreas de influência”²⁰⁶. Com a transferência da matriz para São Paulo, o Bradesco passou a prestar dois serviços. Logo no início, ainda em 1946, “a antiga Light (atual Eletropaulo) recebia as contas de luz num punhado de guichês na Praça Ramos de Azevedo. As filas se alongavam por quarteirões. Só encontrariam paralelo na Rua Conselheiro Nébias, em frente ao prédio da Receita Federal, com o movimento de entrega das declarações de Imposto de Renda. O Banco trouxe os dois serviços para os guichês das suas Agências. (...) A entrega das declarações de Imposto de Renda começaria, (...) em 1967”²⁰⁷.

A escolha do Banco Bradesco S/A de transferir sua matriz de Marília para São Paulo está decisivamente relacionada à posição que esta ocupava na hierarquia urbana e no desenvolvimento dos negócios do Brasil. Pegaia diz que: “Em 1946, o total de bancos e casas bancárias na cidade já ultrapassava a um centena. Um ano depois, atingia 128 estabelecimentos. E em 1948, 118, dos quais 76 eram bancos e 42 casas bancárias. Enquanto o total dos bancos era de aproximadamente um terço os que possuíam matrizes na Capital, as casas bancárias estavam quase na totalidade sediadas aqui”²⁰⁸. No ano de 1950, São Paulo, com uma população de 2.017.025 habitantes, ocupava a primeira posição na lista das cidades mais populosas do Brasil. Petrone diz que: “São Paulo justifica sua posição pelo fato de ser o centro de um dos maiores parques manufatureiros da América, além de grande empório comercial e sede do Governo Estadual. Atualmente, é uma das

²⁰⁵ FONTE: *Revista do Museu Histórico Bradesco* op. cit.

²⁰⁶ FONTE: CORRÊA, R. L. *Concentração Bancária e o Centro de Gestão do Território* in *Rev. Bras. De Geografia*. Rio de Janeiro, abr/jun 1989, n. 51, p. 17.

²⁰⁷ FONTE: *Revista do Bradesco: A História dos 50 anos*, Osasco-SP: Depto. de Marketing, 1993.

²⁰⁸ PEGAIA, U. A. *A Rede Bancária da Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH-Depto. de Geografia/USP, 1965, 33.

grandes metrópoles mundiais, tendo já, nos nossos dias, se tornado a maior cidade brasileira, a segunda da América do Sul e de todo o hemisfério austral”²⁰⁹. Para retratar essa dinâmica por que passava a cidade de São Paulo, nos anos 50, foi elaborado um estudo de Geografia que tornou-se um clássico: *A Cidade de São Paulo – Estudos de Geografia Urbana*. Nesta publicação, os leitores podem encontrar análises sobre como se processou e quais os fatores que contribuíram para a expansão industrial de São Paulo, bem como para o crescimento populacional e espacial da cidade.²¹⁰ Nos anos 60, o Bradesco já estava difundido por diversos bairros da cidade de São Paulo, apresentando a maior rede de agências bancárias em relação a todos os bancos instalados na cidade.²¹¹

Em 1948, o Bradesco, beneficiado pelos incentivos às incorporações e fusões, incorpora um pequeno banco carioca, o Banco Mobilizador de Crédito S/A²¹², e instala uma agência no Rio de Janeiro (na época capital do Brasil). Com essa incorporação, o Banco inicia o seu processo de centralização do capital. Conforme situação dos estabelecimentos bancários do Brasil de 31-12-47, o Banco Mobilizador de Crédito S/A não estava entre os 35º maiores bancos com receita bruta do semestre acima de Cr\$ 15.000.000,00 e com depósitos acima de Cr\$ 300.000.000,00²¹³. Isto denota que se tratava de um pequeno banco com uma única agência localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Na perspectiva de captar mais depósitos à vista e apropriar-se dos lucros gerados pela remuneração de juros baixos, ou mesmo não remuneração desses depósitos, o Bradesco, em 1950, amplia para 66 o número de agências, uma vez que com os altos índices de inflação os bancos tinham elevada lucratividade. Nesse ano, podemos observar que sua rede de agências chegou a outras importantes capitais regionais da rica e dinâmica região Sudeste: instalou-se em Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Fernandópolis. Observamos, também, que ampliava o número de agências em São Paulo, instalando-se em bairros industriais da capital paulista, como a Lapa e o Brás. Seus tentáculos atingiram 12 localidades do Estado do Paraná, principalmente Londrina, região norte do Estado, área de predomínio de café. Também instalou-se em Curitiba e no porto de Paranaguá. Desse modo, devido às intensas

²⁰⁹ PETRONE, P. *O Homem Paulista*, *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 23, São Paulo: julho de 1956, p.63.

²¹⁰ PEGAIA, U. A. *A Rede Bancária da Cidade de São Paulo*. op. cit., 33.

²¹¹ PEGAIA, U. A. *A Rede Bancária da Cidade de São Paulo*. op. cit., 45.

²¹² FONTE: *Jornal da Tarde*, 10/07/73.

²¹³ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, 20-03-1948, Ano 16º nº 18, p. 27-9.

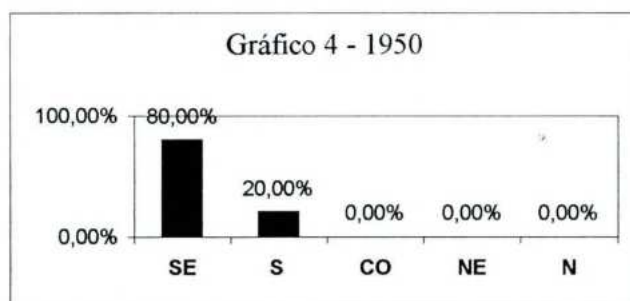
relações com a economia cafeeira-exportadora, o Bradesco estava presente nos três principais portos do país: Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro.

Como podemos observar no gráfico a seguir a distribuição das agências do Banco Bradesco S/A no ano de 1950 apresentava-se com a participação de 80% das agências na Região Sudeste e 20% das agências na Região Sul, sendo que esta última porcentagem, sobretudo, representa a difusão das agências Banco no Norte do Estado do Paraná. A identificação dessa distribuição das agências do Bradesco pode ser melhor visualizada no mapa de número 3, que está na página 105.

GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1950 (%)



FONTE: Revista Bancária Brasileira. Rio de Janeiro, 1951.

Passados dez anos da transferência da matriz da cidade de Marília para a região do centro histórico da cidade de São Paulo, o Bradesco transferiu novamente a sua matriz, agora para Osasco, um bairro no subúrbio, distante 25 km do centro de São Paulo. Nessa época, Osasco era um distrito do município de São Paulo, condição esta que permaneceu até 1962, quando emancipou-se e tornou-se um município do entorno de São Paulo²¹⁴. Então, a Cidade de Deus, nome dado à matriz do Banco, apesar de ter sido inaugurada em 10 de março de 1953, somente ficou pronta em 1959. A Cidade Deus, cujo o nome é inspirado num livro homônimo escrito por Santo Agostinho, foi construída numa área de 300.000m² e tornou-se o centro de serviços e por um bom tempo, também, núcleo residencial dos funcionários, chegando a ter 159 casas, hotel e cerca de 1.000 habitantes.

Com o passar do tempo, algumas casas foram sendo demolidas e essa função residencial foi deixando de existir pois, em 1993, apenas 105 pessoas moravam no núcleo residencial.

Dentre os motivos da mudança da matriz do banco, do centro de São Paulo para o subúrbio da cidade, temos como explicação a seguinte frase de Amador Aguiar: “não é absolutamente indispensável que a sede de um grande banco esteja situada no coração de uma grande metrópole”²¹⁵. Seu irmão Mario Coelho Aguiar, vice-presidente da área administrativa, também tenta explicar o motivo da mudança. Segundo ele, Amador “notou que no centro da cidade o serviço não rendia. De instante em instante chegava um amigo, tomava um cafezinho, punha-se a conversar e o tempo ia passando”²¹⁶. Com relação a essa mudança e a construção de muitos departamentos do Banco num único lugar, Antonio Delfim Neto, amigo particular de Amador Aguiar, declarou que: “na verdade o que acontece era uma forma de segregação ... religiosa. Aquilo o que era, você separava o sujeito da mistura, tinham lá o seu comportamento próprio. Aquilo era uma família (...) aquilo segregava, de forma que você tinha que trabalhar o tempo inteiro, não tem diversão, não tem nada, quando é hora do almoço você come, depois você volta para a mesa. A organização já era, desde o início, totalmente visível, quer dizer, era tudo comum, isso tudo que hoje é moda ele já fazia nos anos 60”²¹⁷.

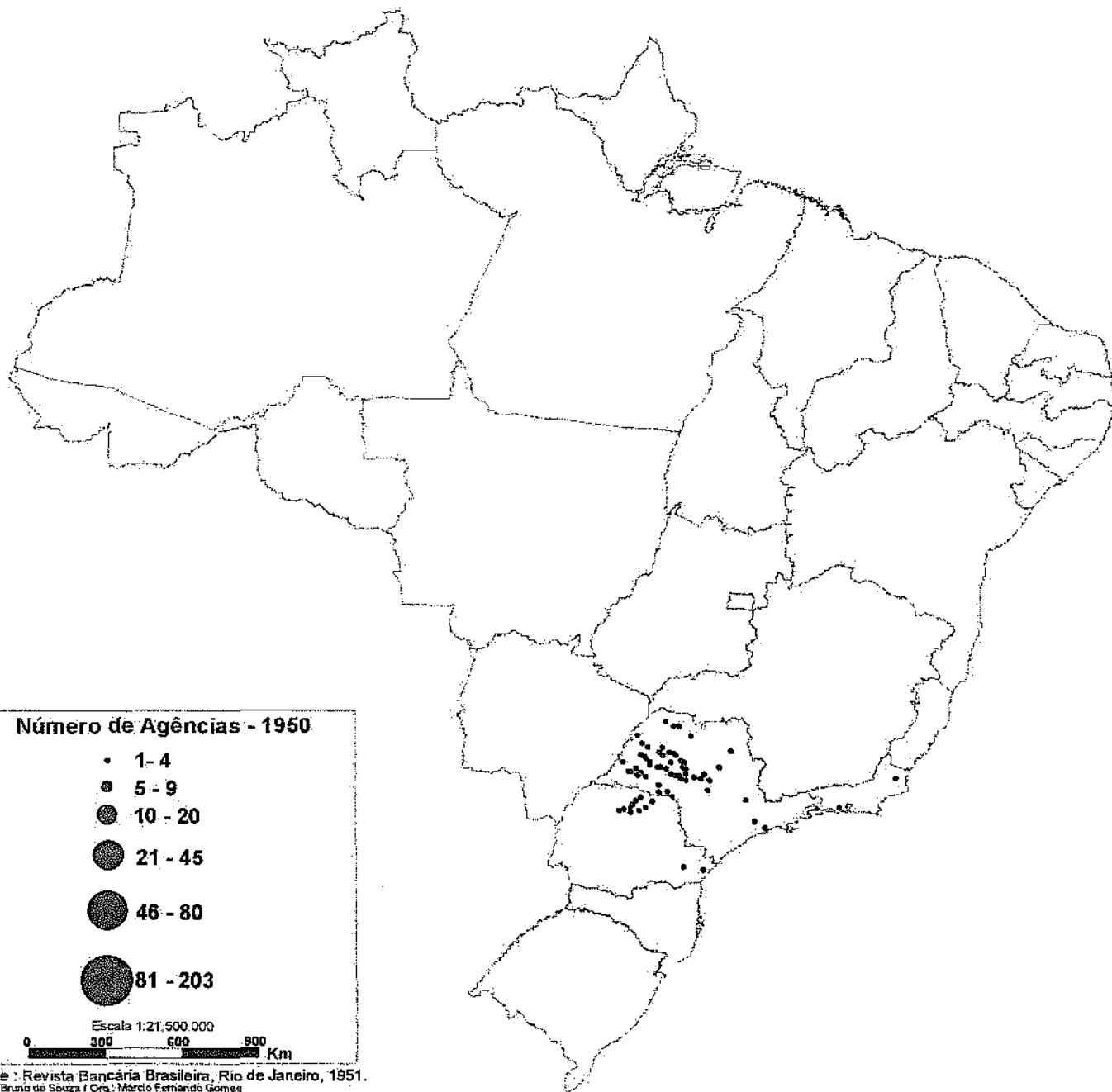
²¹⁴ FONTE: REVISTA EXAME. *O Eterno Bancário*: abr/73

²¹⁵ *Idem*, p.23.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ DELFIM NETO, A. Entrevista concedida a Marcio Fernando Gomes em 27/11/2000.

MAPA 3 - BRADESCO : Agências bancárias em 1950



Fonte : Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1951.

A.G. : Bruno de Souza / Org. : Márcio Fernando Gomes

O distanciamento da sede e o próprio temperamento de Amador Aguiar fazia com que ele recebesse menos visitas por dia que os outros banqueiros brasileiros. A Revista Exame, entrevistando Amador Aguiar, tratou deste assunto, como a seguir: “Sua ante-sala está invariavelmente vazia. Só consegue transpor os bem guardados portões da Cidade de Deus, após identificar-se na portaria, quem tem audiência marcada e autorização para entrar. A audiência pode ser solicitada por telefone à secretária executiva da diretoria, Maria Antonieta (Dona Nenê) Carneiro de Melo, mas Aguiar, na verdade, só recebe os amigos mais chegados – uma meia dúzia de pessoas”²¹⁸. Talvez essa condição de maximização do trabalho realmente tenha influenciado na mudança da sede do Bradesco, mas não pode ser considerada como única. Dentre outras condições, que contribuíram para a mudança, foi a falta de espaço no centro da cidade de São Paulo para que o banqueiro Amador Aguiar pudesse implantar o seu castelo medieval, ou melhor a sua cidade medieval.

Nesta “Cidade de Deus”, o Bradesco instalou os serviços de apoio que significavam, na época, 70% dos serviços bancários. Estavam instalados a diretoria, a gerência geral, o centro eletrônico, a gráfica (que confecciona todo o material impresso pelo Banco), a marcenaria (que fabrica os móveis utilizados por toda Organização), a seção de microfilmagem de cheques e a residência de muitos funcionários. Todo este conjunto de construções foi construído num bairro murado no distrito de Osasco. Diante da arquitetura e da geografia dessas construções, Amador Aguiar pode vigiar e punir os seus funcionários, caso estes tivessem descumprido as regras do Banco, ou mesmo tivessem saído fora da “Declaração de Princípios” da Organização Bradesco. No tópico sobre a tecnologia de organização do trabalho que desenvolvemos no terceiro capítulo desta pesquisa este assunto será melhor explorado.

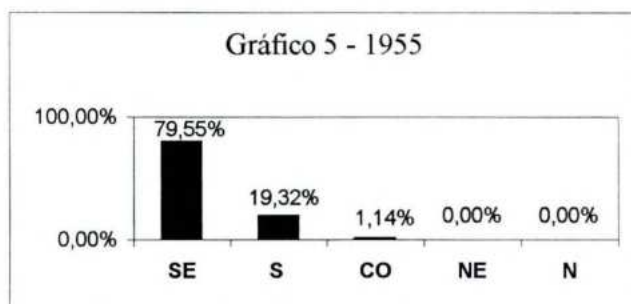
Pioneiramente entre os bancos paulistas, em 1952 instala-se na capital mineira²¹⁹. Conforme podemos observar, no gráfico a seguir, além da participação da Região Sul na distribuição da agências do Bradesco verificamos o surgimento da participação da Região Centro Oeste. Isso representa que o Banco iniciou sua difusão nacional de agências.

²¹⁸ FONTE: *Revista Exame*. *O Eterno Bancário*, abr/73., p. 23.

GRÁFICO 5

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1955 (%)



FONTE: Revista Bancária Brasileira. Rio de Janeiro, 1956.

Nos anos 50, o Bradesco aproveitando-se das isenções de impostos concedidos pelo governo, fez mais duas incorporações. Em 1954 incorporou o Banco Nacional Interamericano S/A²²⁰, com 38 agências em São Paulo e sucursal no Rio de Janeiro. Conforme movimento bancário em 30-06-1954, o Banco Interamericano S/A, com depósitos na ordem de Cr\$ 896 milhões, ocupava a posição 33º lugar num total de 111 bancos com depósitos superiores a Cr\$ 100.000.000,00. Entretanto, o Bradesco, nessa mesma data, ocupava o 6º lugar com depósitos na ordem de Cr\$ 2.735 bilhões²²¹. Em novembro de 1958 a “SUMOC deferiu o pedido de liquidação extrajudicial formulado pela diretoria do Banco Popular do Brasil S/A, com sede nesta capital. Os Srs. Bendito Flório, funcionário do Banco do Brasil, e Alberto Cerqueira César, inspetor de bancos, foram nomeados respectivamente liquidante e preposto. O passivo do estabelecimento em liquidação é estimado em 1.320.000.000 cruzeiros”²²². O Bradesco, aproveitando-se dessa liquidação incorporou o Banco Popular do Brasil S/A, com matriz em São Paulo e mais 20 agências, em janeiro de 1959. “O conselho da SUMOC aprovou a transformação da liquidação extrajudicial em liquidação ordinária, mediante homologação dos acionistas, em assembléia, e a participação do Banco Brasileiro de Descontos (São Paulo-SP), como

²¹⁹ FONTE: CORRÊA, R. L. p. 29.

²²⁰ FONTE: Revista Museu Histórico do Bradesco Osasco: Depto. Marketing, 1993.

²²¹ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 260, Ano 22, 20-08-1954, p. 50-2.

²²² FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 311, Ano 27, 30-11-1958, p. 49.

garantidor e pagador de todo o passivo. Desta maneira, será possível atender-se à generalidade dos credores, sem delongas resultantes de um processo extrajudicial”²²³. Conforme o movimento bancário dos 158 estabelecimentos bancários com depósitos superiores a Cr\$100.000.000,00, em 30-06-1958, o Banco Popular do Brasil ocupava o 59º lugar com um movimento na ordem de Cr\$ 1.024 bilhão, enquanto que o Bradesco ocupava o 10º lugar com um movimento de Cr\$ 6.122 bilhões²²⁴. Neste caso do Banco Popular do Brasil S/A, fica evidente que essa transferência de controle para o Bradesco se concretizou para evitar uma liquidação extrajudicial.

No ano de 1961, o Bradesco possuía 201 agências, mas ainda continuava sob uma atuação regional, com 151 agências no Estado de São Paulo e 33 no Paraná, o que representa 91% de atuação na região mais rica e dinâmica do Brasil. Não possuía nenhuma agência nas Regiões Norte e Nordeste. Na Região Centro-Oeste possuía 8 agências, com peculiares estratégias de espacialização²²⁵. Conforme podemos observar nos gráficos a seguir acentua-se a distribuição das agências do Bradesco no território nacional. Notamos no ano de 1961 a pequena diminuição da participação da Região Sudeste e Região Sul no total da agências do Banco e o pequeno crescimento da participação da Região Centro-Oeste. Entretanto, apesar de verificarmos, no ano de 1963, um pequeno retorno da concentração de agências na Região Sudeste, essa tendência, como verificaremos mais adiante, não se confirmará nos próximos anos.

²²³ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 313, Ano 27, 30-01-1959, p. 41.

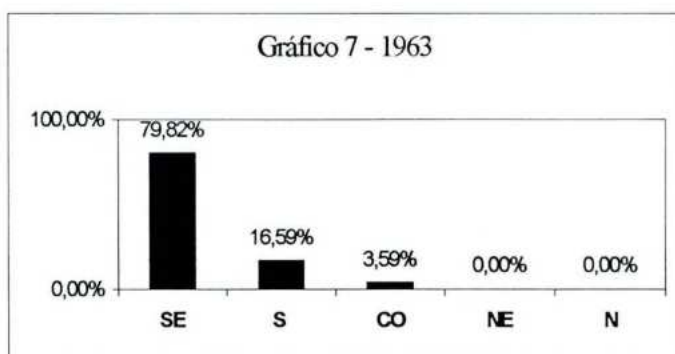
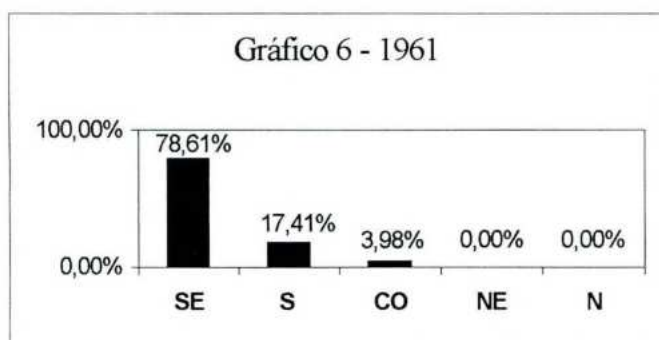
²²⁴ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 308, Ano 26, 20-08-1958, p.44-45.

²²⁵ CORRÊA, R.L., in Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território, IN: Rev. Bras. de Geografia. Rio de Janeiro, abril/junho, 1989, n. 51, p. 17-32.

GRAFICOS 6 e 7

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES²²⁶

1961/1963 (%)



FONTE: Revista Bancária Brasileira. Rio de Janeiro, 1962/64.

Em síntese, conforme podemos observar nesse período, de 1943 a 1963, o Banco Bradesco S/A realmente difundiu sua rede de agências no território do café. Para isso ampliou aceleradamente o número de agências, passando de 6 agências em 1943 para 223 em 1963, ou seja, houve um aumento de 3.716% em 20 anos. Assim, procuramos demonstrar que esse aumento das agências deveu-se, pelo menos em parte, às altas taxas de lucratividade alcançadas pelo Banco com o *spread* financeiro, que por sua vez foram favorecidas com as altas taxas de inflação do período. Entretanto, fez-se necessário destacar a relevância desse território no contexto do desenvolvimento econômico e regional brasileiro pois, como verificamos, os dados de crescimento e desenvolvimento econômico

dessa região, nesse período, apresentavam-se extremamente dinâmicos. Dessa maneira, demonstramos que o Banco difundiu sua rede de agências aproveitando as oportunidades dos negócios desenvolvidos no território mais dinâmico do Brasil, principalmente intermediando as transações financeiras dos pequenos e médios clientes ‘franja pioneira’ paulista e paranaense. Portanto, conforme procuramos demonstrar nesse primeiro capítulo, ocorreu um processo de concentração do capital bancário do Bradesco, um banco de origem caipira e de ideário disciplinar, a partir da difusão da sua rede de agências num território regional que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade da atividade cafeeira e algodoeira. No segundo capítulo dessa dissertação de Mestrado iremos verificar o processo de centralização do capital bancário-financeiro, associado ao controle de dispersão territorial da rede de agências, que transformou o Bradesco no maior banco e na maior rede de agências privada do Brasil.

²²⁶ FONTE: Revista Bancária Brasileira. Rio de Janeiro, 1961/63.

CAPÍTULO II – De banco regional a banco nacional: Estado, centralização do capital e difusão territorial do Bradesco (1964-1973)

Vamos demonstrar o processo de transição da difusão da rede de agências do Bradesco difundidas num território regional para a difusão no território nacional. Essa análise da difusão deste Banco será associada a análise do processo de centralização do capital, ou seja, às incorporações e fusões de instituições bancário-financeiras, e o controle da difusão da rede das agências de tais instituições por parte do Estado, uma vez que eram as Autoridades Monetárias que concediam, orientavam e controlavam a autorização de cartas-patentes (instrumento que habilita uma instituição financeira a operar no mercado) para a abertura e o funcionamento das agências bancário-financeiras em todo o território brasileiro.

Neste capítulo examinaremos até que ponto o processo de centralização do capital, ao mesmo tempo que a orientação e controle da difusão territorial das agências bancário-financeiras por parte do Estado interferiram na difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A de um território regional para nacional.

Demonstraremos que a difusão do Bradesco de um território regional para nacional pelo menos, no período entre os anos de 1964 a 1973, está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que o próprio processo espontâneo de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica. Nesse período, o Bradesco incorporou 14 bancos, aproveitando-se da nova política monetária de regulamentação do Sistema Bancário-Financeiro e de incentivos fiscais a centralização do capital bancário-financeiro. O Estado desenvolveu uma política monetária de centralização do capital, ou seja, implantou uma nova regulamentação do Sistema Bancário-Financeiro (Leis, Decretos e Portarias) e mesmo incentivos fiscais e concessões, que permitiram a alguns bancos tanto incorporar outros bem como fundir-se entre eles. Ao mesmo tempo, o Estado, por meio da concessão e controle de cartas-patentes, procurou controlar e orientar a dispersão territorial das agências bancário-financeiras. Nessa perspectiva, verifica-se que houve a diminuição do número de matrizes e uma ampliação do número de agências bancário-financeiras, ao mesmo tempo houve a transformação de muitos pequenos bancos que tinham uma atuação local-regional em poucos grandes bancos de atuação nacional. O Bradesco, beneficiado por esses incentivos

ficiais, tornou-se o maior banco e construiu a maior rede de agências bancária privada do Brasil, com múltiplos produtos e serviços, os quais foram processados com novas tecnologias informacionais e organizacionais.

1. A lógica de integração do território e o desenvolvimento macroeconômico do Brasil

Para analisar a transformação do Bradesco de um banco de atuação regional em banco de atuação nacional, antes de contextualizar as condições da política de incentivos ao processo de centralização do capital bancário-financeiro e de controle e orientação da difusão territorial das agências, vamos contextualizar as condições da lógica de integração do território e do desenvolvimento macroeconômico brasileiro neste período.

A partir dos anos 50 houve, no Brasil, uma discussão sobre o “Projeto Geopolítico para a Modernidade”. Esse projeto, implícito no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, não foi apenas fruto das Forças Armadas, mas de diversas facções da elite civil e militar. O “Projeto Geopolítico para a Modernidade” tinha como marco “a intencionalidade do domínio do vetor científico-tecnológico moderno para o controle do tempo e do espaço, entendido pelas Forças Armadas como condição para a constituição do Estado-Nação na nova era mundial e para a modernização acelerada da sociedade e do espaço nacionais necessária para alcançar o crescimento econômico e projeção internacional”²²⁷.

Becker e Egler destacam dois aspectos desse projeto: a) o reconhecimento da insuficiência da indústria de bens de capital como garantia da soberania nacional, que requeria também a autonomia tecnológica; b) a instrumentalização do espaço como base para a acumulação e a legitimação do Estado. Dessa maneira, a modernização conservadora combinou estes dois aspectos, considerando o espaço como parte integral e fundamental da base técnica do modelo fundado no tripé: capital privado nacional, produzindo bens não duráveis, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção. Assim, procurou garantir a reprodução ampliada dos diversos interesses envolvidos e a integração de porções do território nacional como áreas privilegiadas de valorização na economia-mundo. Os autores concluem que “o Estado, como regulador e organizador do território procurou controlar os fixos e fluxos econômicos, impondo uma ordem espacial ligada a uma concepção de espaço global, racional, logístico e do interesse geral, uma representação construída pela tecnoestrutura estatal, contraditória

²²⁷ BECKER, B. K. E EGLER, C. A.G. Brasil – Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. 2º ed.

com as práticas e concepções do espaço local dos interesses privados e dos objetivos particulares de diversos agentes sociais criando um espaço global-fragmentado; global porque tecnicamente homogeneizado - facilitando a integração de espaços e momentos - porém fragmentado porque apropriado em parcelas”²²⁸.

Essa análise que se situa no âmbito da Geografia Política e da Geopolítica Brasileira indica que houve, como diria Golbery Couto e Silva, “manobra de integração do território nacional”, sobrepondo-se dois pontos fundamentais: “objetivos permanentes” e “doutrinas de segurança nacional”. Nesse contexto, a “geopolítica vincula-se à política nacional (de integração e valorização territoriais), enquanto a estratégia de segurança nacional estaria associada à geoestratégia (a posição brasileira face às relações internacionais)”²²⁹.

Corrêa²³⁰ discute o tema “gestão de território”, considerando a atividade financeira como fundamental (mas não como única) no processo de criação, apropriação e circulação do valor por um dado território, sob a lógica da organização do espaço capitalista. Corrêa, fazendo referência a Goldsmith, defende que a partir da Reforma Financeira de 1964-1967 se acentua o processo de “concentração-dispersão”, o qual, por um lado, diminuiu o número de bancos e, por outro, aumentou o número de agências.²³¹

O Governo Federal, por um lado preocupado em impedir o continuado crescimento do número de estabelecimentos bancários nas cidades de categorias superiores, proibiu a abertura de novas agências. Os maiores bancos impedidos de abrir novos postos de captação de depósitos/recursos usaram a estratégia de incorporar outros bancos menores (os quais, segundo as Autoridades Monetárias, tinham dificuldade de se adaptar às novas regras da Reforma Financeira), para expandir suas redes de atendimento, o que resultou na centralização bancária (que também, segundo defendem alguns economistas, tinha por objetivo criar economia de escala nas empresas privadas). Por outro lado, o Governo Federal procurou direcionar a expansão da rede de agências bancárias para regiões consideradas menos assistidas, o que implicou na difusão territorial de agências dos bancos por todo o território nacional. Portanto, fica evidenciado que a centralização do capital e

Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994, p. 124-5.

²²⁸ BECKER, B. K. E EGLER, C. A.G. Brasil – Uma Nova Potência Regional na Economia-Munco. op.cit., p. 124-5.

²²⁹ COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo, Hucitec, 1992, p.209-13

²³⁰ CORRÊA, R. L. *Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território*. IN: *Revista Brasileira de Geografia* Rio de Janeiro: 51 (2) 17-32, abr/jun de 1989.

dispersão territorial bancária está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que às regras espontâneas de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica.

Como podemos observar anteriormente, o crescimento de 48,6% do PIB no Governo do Juscelino Kubitschek, de 1956/61, só foi possível com o retardamento do processo inflacionário, que consumiu inteiramente o quinquênio seguinte, ou seja, o Governo de Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco, pois o crescimento do PIB do período de 1962/67 cai para 18,3%.²³²

A crise e recessão do quinquênio 1962/67 é extremamente complexa. A política econômica do Governo Jânio Quadros confundia ainda mais o quadro com a implantação da sua “verdade cambial”, tornando extremamente erráticos os preços relativos entre os diversos setores da economia. A política econômica de João Goulart era mais consubstanciada na gestão fazendária Santhiago Dantas que no Plano Trienal de Celso Furtado, cuja essência consistia na restrição ao crédito para corrigir as elevadas taxas de inflação e que resultaram na preparação e implementação de uma grande recessão. Esse “caráter contraditório da política econômica, de um lado visando restabelecer as condições do cálculo econômico e, portanto, da continuidade do processo de acumulação de capital e, de outro, não podendo penalizar as classes trabalhadoras de onde retirava seu apoio político, vai levar à falência toda a política econômica, e não apenas ela: também o regime democrático”²³³.

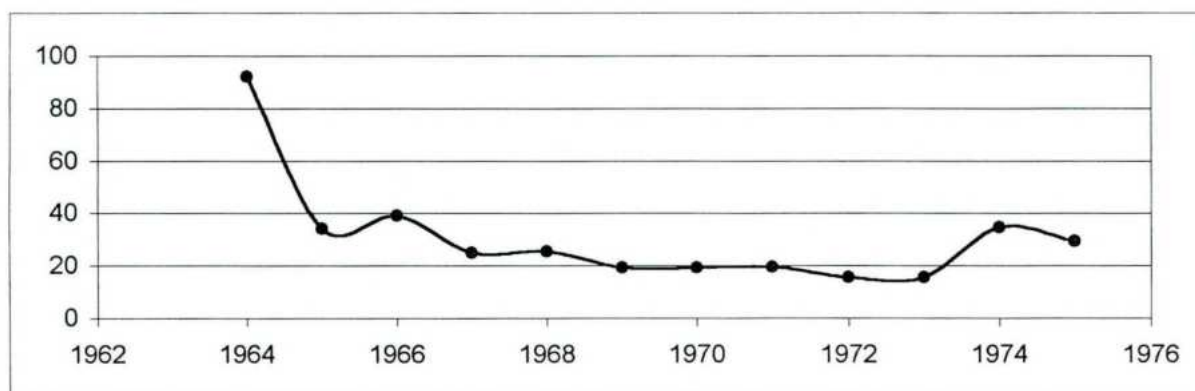
Assim, em março de 1964, a partir do Golpe Militar foi implantado um programa antiinflacionário de fundo monetarista. A inflação acabou sendo jugulada, mas sua taxa só baixou para níveis “toleráveis” – isto é, menos de 25% - a partir de 1967. A relativa demora foi atribuída à estratégia “gradualista” posta em prática. O fator principal que motivou o gradualismo foi a persistência da depressão, que mesmo para o regime de 64, era dificilmente suportável. Para contextualizar a inflação desse período, abaixo apresentaremos um gráfico referente ao índice geral de preços do período entre 1964 a 1975.

²³¹ Este autor considera o processo de incorporação e fusão dos bancos como sendo concentração do capital.

²³² SINGER, P. *A Crise do “Milagre” – Interpretação crítica da economia brasileira*. 4º ed. RJ: Paz e Terra, 1977, p. 109.

²³³ OLIVEIRA, F. de *A Economia da Dependência Imperfeita* 2 Ed. RJ: Edições do Graal, 1.977, 90-91.

GRÁFICO 8
 ÍNDICE DE INFLAÇÃO
 1964-1975 (%)



FONTE: IGP-DI (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS) DA FGV²³⁴

Com relação às informações deste gráfico podemos verificar que o índice geral de preços apresenta um movimento descendente. Depois de atingir o índice de 92% em 1964, verifica-se uma acentuada queda até atingir o índice de 25% em 1967. No período conhecido como “milagre brasileiro”, compreendido entre os anos de 1968 a 1973, verifica-se uma estabilidade com um patamar de 20%. A partir daí observa-se um aumento, atingindo o patamar de 30% em 1975.

É interessante notar que a vitória do movimento militar sem derramamento maior de sangue deveria ter restaurado de imediato a confiança na economia, tanto dos meios empresariais brasileiros como do capital internacional. No entanto, nada disso ocorreu. Por um lado a formação bruta de capital, dependente quase inteiramente da poupança interna, deixou de reagir.²³⁵ Por outro lado, as entradas de capital do exterior foram decepcionantes, tendo o saldo (positivo) do movimento de capitais autônomos do balanço de pagamentos

²³⁴ CONTRERAS, L. R. Z. op. cit.

²³⁵ Como indicam os seguintes valores (em milhões de cruzeiros de 1969), nos respectivos anos: 1961 – 15.500; 1962 – 16.900; 1963 – 16.900; 1964 – 16.300; 1965 – 14.900; 1966 – 16.100; 1967 – 16.200; 1968 – 20.200; e 1969 – 21.900.

decrecido de US\$ 92 milhões em 1964 para US\$ 67 milhões em 1965 e para US\$ 43 milhões em 1966.²³⁶

A política antiinflacionária praticada sob a orientação dos ministros Bulhões e Campos, entre 1964 e 1967, não se limitou obviamente aos salários, embora estes tenham sido essenciais. Usaram-se, enfim, os instrumentos tributários, creditícios e monetários, clássicos no sentido de refrear a inflação, que atingiu seu auge em 1964, começou a regredir daí em diante e, a partir de 1967, estabilizou-se ao redor de 20 a 25% ao ano. É importante ressaltar que a inflação não foi eliminada, mas controlada e institucionalizada mediante numerosos mecanismos de correção monetária semi-automáticos. Tornando-se novamente previsível, a inflação deixa de perturbar o cálculo econômico, limitando-se a funcionar como redistribuidor de renda, nos sentidos desejados pelos que manipulam os índices de “correção” monetária, isto é, as autoridades federais.²³⁷

Faz-se necessário fazermos três considerações sobre a crise do período 1962/67. Primeiro, embora ela ocorresse em alguns ramos industriais, dependentes do consumo popular, não é uma crise de realização da produção. Segundo, é uma crise de concentração, ou seja, uma crise gerada pela contradição entre um padrão de acumulação fundado no setor de bens duráveis, produzidos na sua maior parte por empresas estrangeiras e, nas fracas bases internas da produção de bens capital, sob responsabilidade do Estado. Terceiro, é uma crise de realização dos excedentes internos que não podem retornar à circulação internacional do dinheiro-capital, ou seja é uma crise gerada pela enorme gravitação das empresas de capital estrangeiro.²³⁸

Para Singer, seria interessante indagar em que medida a relativa depressão na qual passou a economia entre 1962 e 1967 foi “necessária”, como consequência de sua aceleração anterior. Seria um erro supor que o simples “superaquecimento” da economia nos anos de Juscelino Kubitschek foi a causa da crise inflacionária que estourou no início dos anos 60. Singer acrescenta ainda que as “raízes desta crise estavam no fato de que os mecanismos financeiros utilizados para mobilizar recursos, destinados a investimento autônomo, destinavam-se a mascarar a redistribuição da renda que o processo de

²³⁶ SINGER, P. *A Crise do “Milagre” – Interpretação crítica da economia brasileira*. 4^o ed. RJ: Paz e Terra, 1977, p. 108.

²³⁷ SINGER, P. op. cit., p. 55.

²³⁸ OLIVEIRA, F. de, op. cit., p. 91-92.

desenvolvimento, em moldes capitalistas inevitavelmente acarreta. Provocava-se poupança forçada na medida em que os que estavam sendo forçados – agricultores, exportadores, assalariados – eram vítimas da chamada ilusão monetária, ou seja, não percebiam que no meio da elevação geral de preços, suas receitas perdiam terreno em relação às dos demais. Quando houve a tomada de consciência deste processo e a inevitável reação a ela, a inflação se acelerou e seu resultado líquido, em termos de poupança forçada, passou a cair para zero²³⁹.

No ano de 1967, o marechal Costa e Silva sucedeu ao marechal Castelo Branco na presidência da República. A nova equipe econômica decidiu que já tinha sido suficiente a redução do ritmo inflacionário e que não era preciso provocar novas recessões. Esta decisão política, ou seja, a expansão dos meios de pagamentos suscitando uma correspondente ampliação do crédito, propiciou a retomada do crescimento econômico. Os empréstimos bancários ao setor privado subiram (em cruzeiros de 1965/67) de cerca de 6 bilhões em março para quase 9 bilhões em dezembro de 1967 e para mais de 11 bilhões em dezembro de 1968.²⁴⁰

As Autoridades Monetárias, visando o incremento do mercado de capitais, se empenharam na criação de Bolsas de Valores. Procurando criar simultaneamente oferta e procura de ações, o Governo Federal forneceu incentivos fiscais tanto às empresas para abrir o seu capital, bem como ao público o seu excedente em ações. Deste modo, entre 1969 e 1971, o rápido aumento do preço das ações e do volume transacionado pareceria coroar de êxito atitude do Governo Federal. Dentre outras formas de concentrar o excedente que também foram institucionalizadas, nesse período, merece destaque a multiplicação dos bancos de investimento, cujos fundos provêm principalmente de depósitos a prazo fixo com correção monetária. Conforme Singer, o “valor de tais depósitos passou de Cr\$ 1.158 milhões em fins de 1969 para Cr\$ 2.265 milhões em fins de 1970, atingindo a respeitável soma de Cr\$ 5.322 milhões em fins de 1971. A principal função dos bancos de investimento é a de subscrever (*underwrite*) novas emissões de capital das empresas, para posterior lançamento das ações na bolsa. Além disso, a política governamental tem sido a de estimular a formação de conglomerados financeiros, mediante a constituição de fortes grupos bancários que possuem banco comercial, banco de investimento, financeira,

²³⁹ SINGER, P., op. cit., p. 109.

companhia de seguros e, se possível, outros tipos de entidades financeiras. Estes conglomerados, por sua vez, são autorizados a se associar a empresas industriais e de outros setores de atividades, promovendo sua fusão, de modo a constituir autênticos conglomerados industrial-financeiros, de acordo com o modelo japonês. Trata-se, no entanto, de política a longo prazo, que poderá provocar ampla concentração do capital no futuro, mas que não apresenta resultados, que resolvam o problema da mobilização do excedente no atual momento.”²⁴¹ Nessa atmosfera, o Bradesco iniciou o seu processo de conglomeração e fundou, em março de 1966, o Banco Nacional de Investimentos S/A, cuja denominação foi alterada, em setembro de 1967, para Banco Bradesco de Investimentos S/A.²⁴²

O período entre 1968 e 1971 passou a ser denominado de “milagre econômico”²⁴³ devido às altas taxas de crescimento do PIB, cerca de 5 a 8% ao ano. Conforme Singer, presumivelmente, o “milagre brasileiro” reunia “as excelências do neoliberalismo alemão e do crescimento ‘para fora’ japonês a uma outra peculiaridade: um mercado de trabalho perfeitamente disciplinado, resguardado de qualquer ‘distributivismo’ prematuro que pudesse deslanchar a temida espiral de preços e salários.”²⁴⁴ Entretanto, se compararmos o desempenho da economia brasileira com as da Alemanha Ocidental e do Japão seria prematuro chamarmos esse período de “milagre brasileiro”, se não fosse, como indica Singer, o fato muito significativo de o índice geral de preços ter declinado de 26,5% em 1967 para 22,5% em 1968, para 19% em 1969 e em 1970, subindo para 21,5% em 1971.²⁴⁵

A demanda efetiva por bens industriais foi estimulada levando, num primeiro momento, ao crescimento da oferta mediante utilização crescente da capacidade produtiva. Na realidade, a demanda se dirigiu predominantemente à produção de bens de consumo

²⁴⁰ SINGER, P., op cit., p. 60-61.

²⁴¹ SINGER, P. op. cit., p. 68-69.

²⁴² Esse assunto está melhor explorado no tópico sobre a conglomeração do Banco, no terceiro capítulo desta dissertação de Mestrado.

²⁴³ Logo após a II Guerra Mundial, a primeira vez que se falou sobre “milagre econômico” foi com relação à rápida recuperação econômica da Alemanha Ocidental. O “milagre alemão” serviu de apanágio propagandístico ao neoliberalismo renascente que iria se opor ao dirigismo estatal, de molde keynesiano, então em voga. Na década de 60, surgiu o “milagre japonês”, sustentando um crescimento do PIB com taxas de 10% ao ano. O “milagre japonês” também serviu de propaganda para fundamentar a proposta de um “nova” política de desenvolvimento, baseada no fomento às exportações, a partir das vantagens propiciadas pela disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata.

²⁴⁴ SINGER, P., op. cit., p. 15.

²⁴⁵ SINGER, P., op. cit., p. 27-28.

duráveis, uma vez que eram comprados por grupos de rendas elevadas. A produção desses bens cresceu a um ritmo duas ou três vezes maior que a produção de bens de consumo não duráveis, que vez sua vez eram adquiridos por toda população. Dessa maneira, durante o chamado “milagre brasileiro”, a indústria de material de transporte (na qual predomina a automobilística) cresceu 19,1% ao ano, a de material elétrico (na qual se inclui a de aparelhos eletrodomésticos e a de eletrodomésticos) cresceu 13,9% ao ano, ao passo que a indústria têxtil cresceu apenas 7,7% ao ano, a de produtos alimentares 7,5% ao ano e a de vestuário e calçados 6,8% ao ano.²⁴⁶

Esse crescimento industrial no período do “milagre brasileiro” ocorreu de uma forma desigual, num duplo sentido. Por um lado cresceram muito mais as indústrias que produzem bens de consumo duráveis, equipamentos e bens intermediários do que as de bens de consumo não duráveis. Por outro lado, enquanto as primeiras se expandiram em resposta a um forte aumento da demanda interna, as últimas tiveram seu crescimento voltado para o exterior.

Essa expansão das exportações industriais brasileiras ocorreu a partir de uma conjuntura favorável no mercado mundial, ou seja, num processo de integração econômica que havia se reiniciado a partir da II Guerra Mundial com o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). A expansão das exportações brasileiras, cujo valor em dólares cresceu 275% em seis anos, possibilitou uma alteração básica na estratégia de desenvolvimento. Ela tornou possível trazer recursos do exterior, numa medida muito mais ampla que no passado. Para se ter uma idéia do seu montante basta observar que a dívida externa do Brasil subiu de US\$ 4,4 bilhões em 1969 para cerca de 17,3 bilhões em 1974.²⁴⁷

O prolongado boom, do chamado “milagre brasileiro”, baseou-se portanto nos seguintes elementos: 1) uma demanda interna por bens de consumo duráveis em expansão, graças à concentração da renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2) uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3) forte injeção de recursos do exterior, que complementam a poupança interna e permitem eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica.²⁴⁸

²⁴⁶ SINGER, P., op. cit., p. 112-113.

²⁴⁷ SINGER, P., op. cit., p. 113-115.

²⁴⁸ SINGER, P., op. cit., p. 116.

Paul Singer diz que o “milagre brasileiro”, um período de crescimento rápido da economia brasileira, entre 1968 a 1974 foi, em essência, um período de recuperação da recessão de 1962/67, cujas possibilidades foram se esgotando. No plano das aparências, este esgotamento se manifestava sob a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos e o nível de preços.²⁴⁹

O Censo de 1970 revelou uma estrutura extremamente desigual de distribuição de renda no Brasil. Comparando-o com relação ao Censo de 1960, temos um grau de concentração muito maior do que o existente dez anos antes. Conforme o Prof. Mário Henrique Simonsen²⁵⁰, Ministro da Fazenda no Governo de Gen. Ernesto Geisel, a participação é a seguinte:

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO REMUNERADA E ECONOMICAMENTE ATIVA NO BRASIL

1960/1970 (%)

| População | 1960 | 1970 |
|----------------|------|------|
| 40 mais pobres | 11 | 10 |
| 40 seguintes | 34 | 27 |
| 20 mais ricos | 54 | 62 |
| 10 mais ricos | 39 | 48 |
| 05 mais ricos | 27 | 34 |
| 01 mais ricos | 12 | 14 |

FONTE: Censo de 1960-1970, Rio de Janeiro: IBGE.

Se analisarmos o coeficiente de concentração de renda desse período através do Índice de Gini²⁵¹, veremos que ele subiu de 0,50 em 1960 para 0,57 em 1970. A política de compressão dos salários nos anos 60 contribuiu para a concentração de renda a favor dos

²⁴⁹ SINGER, P., op. cit., p. 119

²⁵⁰ SIMONSEN, M. H. “A força de trabalho no Brasil” IN: Indústria & Produtividade, out. de 1973 *apud* BANDEIRA, M. – *Cartéis e Desnacionalização (Experiência brasileira: 1964 – 1974)* 2 ed. RJ: Civilização Brasileira, 1975, p. 33.

²⁵¹ É um índice que vai de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior é a concentração.

mais ricos, processo inerente ao próprio capitalismo, mas que surge muito extremado no caso brasileiro nos anos 60.

Na perspectiva de assumir “uma posição de honra entre os logros lendários da política econômica” o “Milagre Brasileiro” veio reforçar ainda mais essa política de concentração de renda. Dessa maneira, para Fishlow, as “taxas reais de crescimento nos últimos três anos – 1968 a 1970 – foram em média de 9% e a inflação aparentemente se estabilizou em um nível próximo de 20%. (...) Mas (...) o custo do programa de estabilização foi suportado pelos menos capazes de enfrentá-los: os pobres. Chamar de êxito um programa assim é, no mínimo, uma confusão semântica. (...) O modelo brasileiro é francamente capitalista, baseado no setor privado e no investimento estrangeiro”²⁵².

As críticas ao modelo brasileiro de crescimento econômico foram ainda mais duras por parte de Moniz Bandeira. Apoiado em Marx, ele diz que o “milagre brasileiro” tão celebrado pelo Governo Federal e pelas “corporações internacionais teve o seu cristo na classe trabalhadora. E o ‘modelo brasileiro’ não foi nem modelo nem brasileiro. Apenas confirmou a lei do capitalismo, segundo a qual ‘acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, de ignorância, de brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituem período de crescimento rápido da economia brasileira, entre 1968 a 1974 foi, em essência, um período de recuperação da recessão de 1962/67, cujas possibilidades foram se esgotando. No plano das aparências, este esgotamento se manifestava sob a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos e o nível de preços da classe cujo produto vira capital”²⁵³.

Em síntese, a partir dos anos 50 houve, no Brasil, uma discussão sobre o “Projeto Geopolítico para a Modernidade”. Esse projeto, implícito no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, não foi apenas fruto das Forças Armadas, mas de diversas facções da elite civil e militar. Baseado na modernização conservadora combinou dois aspectos: o reconhecimento da insuficiência da indústria de bens de capital como garantia da soberania nacional, que requeria também a autonomia tecnológica; e a instrumentalização do espaço como base para a acumulação e a legitimação do Estado. A combinação desses dois

²⁵² FISHLOW, A. *Algunas Reflexiones sobre la Política Económica del Brasil*. Depto. De Economía – Universidade de Berkeley, Califórnia, nov./1971, versão em língua espanhola (datil), p. 1 *apud* BANDEIRA, M. *Cartéis e Desnacionalização*, op. cit.

²⁵³ BANDEIRA, M. *Cartéis e Desnacionalização* op. cit., p. 43. & MARX, K. – *O Capital*, Livro I, vol. 2, 2 ed., RJ: Editora Civilização Brasileira, 1971, 749.

aspectos considerou o espaço como parte integral e fundamental da base técnica do modelo fundado no tripé: capital privado nacional, produzindo bens não duráveis, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção. Após o Golpe Militar, houve uma logística nacional do Estado brasileiro, pela qual os militares procuravam enquadrar (a qualquer custo) o Brasil entre os países desenvolvidos. Nessa logística o Brasil não podia mais crescer pela heterogeneidade (local ou regional) e impunha-se um caráter pela homogeneização (nacional). Juntamente com esta perspectiva de integração do território nacional em 1964, foi implantado um programa antiinflacionário de fundo monetarista. A inflação acabou sendo jugulada, mas sua taxa só baixou para níveis “toleráveis” – isto é, menos de 25% - a partir de 1967. O “milagre brasileiro”, um período de crescimento rápido da economia brasileira, entre 1968 a 1974, foi, em essência, um período de recuperação da recessão de 1962/67, cujas possibilidades foram se esgotando. No plano das aparências, este esgotamento se manifestava sob a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos e o nível de preços. Essa conjuntura contribuiu de maneira extremada para a concentração de renda a favor dos mais ricos. A seguir verificaremos a Reforma Financeira que incentivou o processo de centralização do capital bancário-financeiro e orientou e controlou a difusão da rede de agências.

2. A reforma financeira: centralização do capital bancário-financeiro e a orientação e controle da difusão territorial das agências

Uma vez contextualizada as condições da lógica de integração do território e do desenvolvimento macroeconômico brasileiro, agora vamos contextualizar as condições da política de intervenção estatal ao processo de centralização do capital bancário-financeiro e de orientação e controle da difusão territorial das agências.

A difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A no território nacional, pelo menos, no período compreendido entre os anos de 1964 a 1973, está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que ao próprio processo espontâneo de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica. Isso se justifica porque nesse período houve uma maior intervenção estatal no processo de centralização do capital bancário-financeiro e no

processo de difusão territorial das agências bancário-financeiras. A partir de um Estado forte, centralizador e realizador das “aspirações nacionais”, o Governo Federal, no que se refere ao sistema bancário-financeiro brasileiro, objetivou um sistema constituído de bancos com menos problemas sazonais de liquidez e a ampliação da atuação dos bancos por diversas localidades do território nacional. E para atingir tal objetivo, o Estado implantou uma série de regulamentações e incentivos fiscais que resultaram na centralização do capital bancário-financeiro, ou seja, nas incorporações e nas fusões de instituições bancário-financeiras, ao mesmo tempo que no controle e orientação da dispersão territorial das agências de tais instituições. Nessa perspectiva, verifica-se que houve a diminuição do número de matrizes e uma ampliação do número de agências bancário-financeiras, ao mesmo tempo que houve a transformação de muitos pequenos bancos que tinham uma atuação local-regional em poucos grandes bancos de uma rede de atuação nacional.

A história econômica bancária nos revela que, após o reconhecimento do valor econômico do depósito bancário e a necessidade de uma prudente disciplina do crescimento dos meios de pagamento, surgiu o processo de centralização bancária para os bancos de emissão e, aproximadamente 50 anos depois, para os bancos privados ou de crédito. No que diz respeito ao primeiro caso, a partir da pressão dos governos de muitos países da Europa, o objetivo era controlar o mercado monetário através de um único organismo e elevar a concentração das reservas de ouro. No que diz respeito aos bancos privados ou de crédito, quando a saturação industrial nos diferentes países impôs nova formulação nas atividades bancárias, a centralização surgiu como único meio dos grandes financiamentos, com prazos dilatados e menores taxas de juros. O processo de centralização bancária teve início propriamente no alvorecer do século XX e tomou impulso logo após à Primeira Guerra Mundial apresentando características próprias nos diferentes países em que esse processo tornou-se uma realidade.²⁵⁴

Os economistas procuram investigar o processo de centralização do capital bancário-financeiro a partir de duas hipóteses. Alguns procuram investigar esse processo de centralização a partir da teoria de economia de escala, e outros a partir da teoria de regulação.²⁵⁵

²⁵⁴ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 671, Ano 57, fev./mar de 1989, p.26-29.

²⁵⁵ A maioria desses economistas consideram o processo de incorporação e fusões de capital como concentração.

Dizem que ocorre economia de escala quando num processo de produção o aumento da quantidade produzida é inversamente proporcional à quantidade de recursos utilizados. Segundo Castro, a “preços de fatores constantes, isto se traduz em situações em que o custo médio é decrescente com aumentos da quantidade produzida”²⁵⁶. Castro também aponta algumas das razões que podem levar ao surgimento de economias de escala na atividade bancária: a especialização no trabalho; a utilização de máquinas; e o grau de risco de operações financeiras.

Mendes, justificando a afirmação de que são nos maiores bancos que encontramos economia de escala, diz que parece ser razoável aceitar-se “até intuitivamente” que as companhias coligadas à *holding* operem em economia de escala, pois não necessitam realizar elevados investimentos em capital fixo ou em capital humano, uma vez que utilizam a infra-estrutura do banco comercial.²⁵⁷

No entanto, são inúmeras as controvérsias da ocorrência de economia de escala. Por um lado, “Vital e Meirelles concluíram, em estudos empíricos, pela existência de rendimentos crescentes de escala no sistema bancário brasileiro. Por outro lado, tanto Bouzan como Carvalho contestam os métodos empregados e os resultados obtidos por aqueles autores”²⁵⁸.

Dos diversos estudos sobre economia de escala, para Castro todos “padecem de limitações metodológicas sérias devido, sobretudo, a problemas com o tipo de dados que os autores dispunham para sua elaboração.”²⁵⁹ Para o estudo de bancos comerciais, empresas que prestam múltiplos serviços, que são realizados em diferentes unidades de produção (agências), este é um grave problema, “porque é extremamente difícil distribuir corretamente os custos conjuntos entre os produtos finais”²⁶⁰. Disso resulta que, do ponto de vista da economia, não só no Brasil, mas também no caso dos bancos comerciais americanos, a questão permanece em aberto.

Com relação à teoria de regulação, para o caso dos bancos comerciais brasileiros, recebeu duas formulações distintas: a de Sayad e a de Carvalho. O primeiro alega que a centralização bancária provavelmente se deveu ao controle de taxas de juros exercido pelo

²⁵⁶ CASTRO, H. O P., op. cit., p.25.

²⁵⁷ MENDES, A L., op. cit. p.103.

²⁵⁸ Idem. p.2.

²⁵⁹ CASTRO, H. O P., op. cit., p.97.

²⁶⁰ Idem. p.26.

Banco Central. “Os grandes bancos, segundo ele, tenderiam a respeitar as taxas impostas porque estariam mais sujeitos à fiscalização. Os bancos menores, menos sujeitos à fiscalização, realizariam empréstimos de maior risco com taxas mais elevadas e, por isso, sofreriam com mais frequência as crises que ocasionariam seu desaparecimento e absorção pelos grandes bancos”²⁶¹. Carvalho, analisando o estudo de Christoffersen, observa, ao contrário, que os grandes bancos não se mantiveram dentro dos limites impostos pelas Autoridades Monetárias. “Carvalho baseia-se na teoria da regulação expressa por Stigler e propõe como principal fator causal da estrutura concentrada da regulação sobre entrada, no caso dos bancos, especialmente regulação sobre a abertura de novas agências, reforçada pelos incentivos e fusões”²⁶².

Castro²⁶³ faz uma rápida exposição dos traços fundamentais que caracterizam as estruturas de alguns sistemas bancários europeus, e conclui que mesmo em países que possuem um compromisso com a manutenção de uma economia capitalista, a atividade bancária tende a ser fortemente regulada.

Os argumentos que se apresentam em favor da severa regulação da atividade bancária são, por um lado, de natureza macroeconômica, tendo a ver com os problemas de política monetária. Por outro lado, de natureza microeconômica, apresentando-se com dois argumentos: o de manutenção de um grau razoável de competição e o de prevenção de externalidades, os quais podem ser a falência de um banco e sua consequência para com o sistema monetário do país.

Para Mendes a “essência da teoria da regulação encontra-se no fato de todo monopólio depender do acesso a recursos exclusivos, os quais, se de um lado podem ser representados pela imagem da capacidade empresarial, de outro, podem ser representados por privilégios legais.”²⁶⁴

No caso do sistema financeiro brasileiro verificamos que, independentemente de qual seja as teorias que procuram interpretar o processo de centralização do capital bancário-financeiro, Autoridades Monetárias, desde de os anos 40, procuraram incentivar a centralização do capital e dispersão territorial da rede de agências bancário-financeira.

²⁶¹ CASTRO, H. O P., op. cit., p.102.

²⁶² Idem. p.102.

²⁶³ Ibidem. p.51.

²⁶⁴ Ibidem. p.62.

Porém, foi no período entre 1964 e 1973 que houve uma intensificação dessa intervenção estatal. A intervenção na centralização do capital e dispersão territorial da rede de agências bancário-financeiras no Brasil, pode ser detectada através de meios e procedimentos pelos quais as Autoridades Monetárias visavam ditar regulamentações ao sistema econômico. Essas regulamentações podem ser encontradas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento ou em normas mais específicas, como Decretos, Leis, Resoluções, Circulares, Portarias e outras formas de regulação da atividade econômica.

Em março de 1964, logo após o Golpe Militar, o novo Governo introduziu uma série de reformas em diversas áreas, entre elas a Reforma bancária e do mercado de capitais. Dessa maneira são estabelecidas novas regras de concessões de cartas-patentes, ficando permitida a abertura de “duas dependências (...) para o Rio de Janeiro e São Paulo, em conjunto, quatro para praças desassistidas e outras quatro para regiões nas quais se observará o menor número de dependências operando”²⁶⁵.

Conforme Bouzan²⁶⁶ (1972), os principais objetivos da Reforma Bancária foram:

- 1) Obter redução nos custos operacionais nos bancos comerciais;
- 2) Obter diminuições nas taxas de juros dos empréstimos concedidos pelos bancos;
- 3) Desenvolver, no setor bancário, empresas suficientemente grandes para dar cobertura financeira a empresas igualmente grandes atuando no campo industrial, comercial e de serviços;
- 4) Promover alterações na composição dos ativos, permitindo o aumento dos investimentos imobiliários, melhorando a solidez dessas instituições;
- 5) Melhorar a estrutura de capital desses bancos, promovendo o aumento dos depósitos a prazo e o reinvestimento dos lucros;
- 6) Facilitar a fiscalização.

Geralmente são apontadas quatro leis como as responsáveis pela Reforma Financeira: a Lei 4.357, de 16 de julho de 1964, que criou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)²⁶⁷; a Lei 4.320, de 21 de agosto de 1964, que criou o Sistema Financeiro

²⁶⁵ CASTRO, H. O P., op. cit., p.112.

²⁶⁶ BOUZAN, A. Os Bancos Comerciais no Brasil: uma análise desenvolvimento recente -1965/71. FEA/USP: Tese de Doutorado, 1972. p. 3.

²⁶⁷ Brasil, Congresso Nacional. Exposição de motivos do anteprojeto da Lei 4.357. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 12 de maio de 1964, p.2.292.

da Habitação²⁶⁸; a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ou Lei da Reforma Bancária; a Lei 4.728, de 14 de Julho de 1965, ou Lei da Reforma do Mercado de Capitais.

A Lei 4.595, da Reforma Bancária, introduziu significativas mudanças institucionais ao nível da política monetária e creditícia do Brasil. O artigo primeiro definiu a nova composição do Sistema Financeiro Nacional: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BC), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e demais instituições financeiras públicas e privadas.

O CMN e o BC transformaram-se nos centralizadores das políticas fiscal e monetária. Agindo de uma maneira autoritária e sem o devido monitoramento do Poder Legislativo, transferiu-se para a esfera do Poder Executivo um controle quase total sobre a evolução dos agregados monetários. Conforme Mendes, essa “maior centralização das decisões econômicas, por um lado, tornou mais rápidos e flexíveis os instrumentos de política monetária, mas, por outro, não criou, como muitos advogam, uma maior capacidade do governo em controlar a quantidade de moeda, nem tão pouco o de frear o processo inflacionário e o crescimento da dívida pública”²⁶⁹.

A partir dessa Lei, também ficou “vedado às instituições financeiras adquirirem bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo aqueles recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-lo em um ano”. E ainda deixa claro que “as instituições financeiras não poderão manter aplicações em imóveis de uso próprio que, somados ao seu ativo em instalações, excedam o valor de seu capital realizado e reservas livres”²⁷⁰.

Uma maneira de os bancos se resguardarem do processo inflacionário é a aplicação em immobilizações. Na presença de limitações destas pelo Governo, coube aos bancos investirem na abertura de novas agências. Entretanto, um outro aspecto dessa Lei da Reforma Bancária, é contraditório com essa orientação anterior, pois essa Lei permitiu ao BC recusar autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras. Segundo Mendes, a “circular 18 do BC, de 07/12/65, limitava em duas as dependências a serem

²⁶⁸ Brasil, Congresso Nacional. *Exposição de motivos do anteprojeto da Lei 4.380*. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 28 de maio de 1964, p. 3.604.

²⁶⁹ MENDES, A L., op. cit., p. 36-7.

²⁷⁰ Idem, p. 103.

abertas pelos bancos comerciais ao longo do ano seguinte, o que significava uma mudança drástica em relação aos tetos permitidos até então”²⁷¹.

A Lei 4.728, do Mercado de Capitais, segundo Mendes, “não foi por si só capaz de extinguir o mercado paralelo de títulos contribuiu, de forma clara, para lançar as bases legais e institucionais de um novo perfil para o mercado de capitais no País, que deveria se pautar por uma maior especialização e diversificação dos instrumentos e dos agentes financeiros proporcionando as condições necessárias à expansão geral dos empréstimos ao setor privado”²⁷².

Algumas dessas medidas desvirtuaram-se com o tempo. Os bancos de investimento, cujo objetivo primeiro era financiar a longo prazo a expansão da capacidade produtiva, passaram a operar com capital de médio prazo, deixando os de longo prazo para as agências oficiais de crédito e, principalmente para o recurso da dívida externa. Outro aspecto da Lei do Mercado de Capitais que se desvirtuou foi a pretensão inicial de diversificação dos agentes financeiros, o que, ao contrário, acabou induzindo à formação de muitos conglomerados financeiros.²⁷³ Esses, conforme Mendes, “embora compostos por pessoas jurídicas diferentes, são, na prática, uma só instituição com elevado poder de mercado e substanciais vantagens comparativas em relação a seus concorrentes de menor porte”²⁷⁴.

A partir de 1964, o Governo Federal implantou a Reforma Financeira, que buscou uma segmentação de mercado e uma especialização das funções das instituições financeiras. No que diz respeito à dispersão de agências, coube ao BC, primeiro tentar coibir esse explosivo crescimento da rede de agências e, segundo, direcioná-lo para o interior, onde ainda era insuficiente o esquema de atendimento. Nessa perspectiva de restrições de abertura de novas agências, os bancos comerciais intensificam a centralização do capital bancário-financeiro, como única forma de expandir seus pontos de atendimento, principalmente para captar e intermediar os depósitos e recursos da atividade econômica.

A manutenção do processo inflacionário implicava num ganho para os bancos, porque os depósitos à vista sempre foram remunerados a juros muito baixos, ou simplesmente não remunerados, resultando na sua depreciação com o passar do tempo. A Resolução 15 do

²⁷¹ Ibidem, p.79

²⁷² MENDES, A L., op. cit., p.38.

²⁷³ Idem, p.38-9.

²⁷⁴ Ibidem, p.5

Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, de 28 de janeiro de 1966, vedava o abono de juros às contas de depósitos a uma taxa média de 3% ao ano aos depósitos populares (até CR\$15.000.000)²⁷⁵. Os bancos, na perspectiva de captar mais depósitos para aumentar seus lucros, esforçavam-se para expandir seus postos de atendimentos. Dessa forma podemos afirmar que as Autoridade Monetárias, por meio da regulação dos juros, também contribuíram para a dispersão de agências.

A Resolução 43, de 28/12/66, e a Circular 67, de mesma data, estabeleciam que os bancos que quisessem abrir novas agências nas maiores cidades deveriam ter os menores índices de imobilização (inferior a 70% no Rio de Janeiro e em São Paulo e, no outro extremo, inferiores a 100% nas localidades pioneiras). Além disso, essa Resolução desestimulava as transferências de agências localizadas em cidades de categorias inferiores para as superiores (a classificação destas era feita pelo BC, e estipuladas pelo valor médio de depósitos, numa escala que ia de 1ª a 5ª categorias. Além dessas, existiam as praças especiais - RJ e SP - e, na extremidade oposta, as pioneiras). “O índice de imobilização, dados os investimentos, decorrentes da instalação de agências ou filiais, não será aumentado até 31/12/73”²⁷⁶. A abertura de novas dependências, em 1967, será condicionada, além do que foi anteriormente mencionado, a bancos que “operem à taxa de juros de até 1% ao mês, acrescida de comissões e despesas que não ultrapassem a mesma percentagem”²⁷⁷.

Em 03 de fevereiro de 1969, pela Resolução nº 107, o Governo Federal permite transferências de agências desde que “visem à redução do número global de suas dependências”²⁷⁸. Segundo Mendes: “Permitiu-se o intercâmbio entre agências localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e entre as principais capitais brasileiras, não sendo mais possível transferir agências localizadas em municípios inferiores para outras de classificação superior. Autorizou-se também o deslocamento de agências para praças cujo volume médio de depósitos fosse superior a Cr\$ 600 mil, desde que nos locais de origem o número de dependências em funcionamento fosse superior àquele da localidade pretendida. E, por fim, possibilitou-se a isenção de depósito compulsório, por dois anos, para agências transferidas para praças pioneiras”²⁷⁹. Ainda nesse ano, a Resolução 114, de 07 de maio,

²⁷⁵ Ibidem, p.61.

²⁷⁶ MENDES, A L., op. cit, p. 112.

²⁷⁷ Idem, p. 112.

²⁷⁸ Ibidem, p. 112

²⁷⁹ Ibidem, p. 80.

proibiu qualquer abono de juros aos depósitos à vista, o que contribuiu ainda mais para lucratividade dos bancos.

O BC, por meio da Resolução nº 141, de 23 de março de 1970, suspende a concessão de novas autorizações para a instalação de agências (exceto Bancos Oficiais Estaduais)²⁸⁰, até 30 de junho de 1971, prazo que foi sucessivamente prorrogado até 30 de junho de 1977²⁸¹. O objetivo principal dessa Resolução foi viabilizar a intensificação da centralização do capital bancária, uma vez que os bancos, proibidos de expandir suas redes por meio da abertura de novas agências, ficavam restritos às incorporações e fusões. Além disso, com essa medida o Governo estabeleceu regras de dispersão de agências, pois essa Resolução permitia transferências de agências desde que fossem para regiões que o governo julgasse menos assistidas. “Se uma determinada instituição, por exemplo, fechasse as portas de uma de suas dependências instaladas na cidade de São Paulo, ou no Rio de Janeiro - classificadas como praças especiais - poderia abrir em troca quatro novas agências em áreas pioneiras”²⁸².

Dessa forma, observamos que com uma única Resolução as autoridades monetárias intervieram tanto na centralização do capital bancário-financeiro, quanto na dispersão territorial da rede de agências bancário-financeiras. Conforme o noticiário da rede bancária da Revista Bancária Brasileira, o Bradesco e o Banco Real foram as primeiras instituições a remanejarem agências para o interior do País, beneficiando-se desta Resolução do BC. “O Bradesco pretende instalar 12 agências em cidades do Rio Grande do Sul, principalmente na região do plantio de soja e trigo. (...) O Bradesco teve no primeiro semestre” de 1973 “uma participação considerável no financiamento do plantio e da comercialização das safras agrícolas do sul, e a determinação da sua diretoria é expandir ainda mais estas operações”²⁸³.

Em maio de 1971, foram apartadas as parcelas decorrentes da correção monetária de “Imóveis em Uso”, tanto na apuração dos “Recursos próprios para aplicação”, como na apropriação das “Imobilizações, Imobilizado” para o cálculo do índice de imobilização. Ainda, nesse caso, de acordo com a Circular nº 159 de maio de 1971, “as participações dos bancos comerciais em outras instituições financeiras, de categoria diferente, com vistas à

²⁸⁰ Ibidem, p.112.

²⁸¹ MENDES, A L., op. cit, p.80.

²⁸² Idem, p.80.

²⁸³ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 490, Ano 41, 30-10-73, p. 75.

formação de conglomerados financeiros” foram “excluídas do composto das imobilizações tradicionais, sendo-lhes dispensado tratamento idêntico àquele previsto para os investimentos tecnológicos”²⁸⁴.

O ano de 1971 pode ser considerado ímpar em relação à centralização do capital bancário-financeiro, pelo menos cinco, dentre os principais instrumentos pelos quais as Autoridades Monetárias visavam conceder estímulos às incorporações e fusões podem ser detectadas. Com relação à implantação desses instrumentos Antonio Delfim Netto, assim declara: “O objetivo era criar grandes bancos nacionais que pudessem se transformar em bancos internacionais. (...) A lógica era visível: que o mundo estava expandindo, que a internacionalização crescia muito depressa. Se você tinha a pretensão de ser um *global player*²⁸⁵, você precisava ter um sistema bancário nacional sólido, principalmente no varejo. A verdade é isso, essas objeções finais”²⁸⁶.

O Decreto - Lei nº 1.182, de 16 de Julho de 1971, Art. 1º - diz que as pessoas jurídicas, para fins de fusão ou incorporação consideradas de interesse para a economia nacional, poderão reavaliar os bens integrantes do ativo imobilizado acima dos limites da correção monetária, até o valor de mercado, com isenção do imposto de renda incidente sobre o acréscimo de valor, decorrente dessa reavaliação. Esse artigo permitia, além de uma certa “superavaliação” dos ativos da empresa incorporada, também uma “sub-avaliação” da depreciação dos ativos da incorporadora, sendo que sobre os ganhos dessas operações não incidia imposto de renda, tornando mais atraente para os bancos o processo de centralização. A isenção prevista neste artigo, de acordo com o Parágrafo 1º, aplicava-se desde que as transferências de controle de capital de sociedades se efetivassem juridicamente dentro de um prazo de 180 dias a contar da transferência do controle acionário. Isso vem comprovar o porquê dos processos de incorporações depois desta data terem ocorrido num prazo mais rápido, como mais adiante exemplificaremos com as incorporações feitas pelo Bradesco. No Parágrafo 2º fica estabelecido que as disposições desse artigo aplica-se também às empresas que assumirem, de acordo com normas e prazos

²⁸⁴ Ibidem, p.103.

²⁸⁵ Esta expressão pode ser traduzida como competidor mundial

²⁸⁶ DELFIM NETTO, A. Entrevista concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, o compromisso de proceder a abertura de seu capital²⁸⁷.

A portaria GB-286, de 20 de agosto de 1971, regulamentou a COFIE (Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas), integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Indústria e do Comércio, e do Planejamento além dos Bancos Central e do Brasil. A COFIE, presidida pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda e sendo um instrumento de caráter fiscal, visava apreciar os processos de reavaliação, fusão e incorporação de empresas em atividade no País, ao mesmo tempo que objetivava estimular o processo de centralização na área empresarial privada.²⁸⁸

A Resolução nº 201, do CMN, de 20 de dezembro de 1971, previa que as instituições financeiras privadas poderiam emitir ações do tipo preferencial ao portador, sem direito a voto, até 50% do capital social, tornando-se mais fácil a tarefa de capitalização dos grandes bancos²⁸⁹.

Simultaneamente, a Resolução nº 204 de 20/12/71 estabelecia o capital mínimo para que os bancos comerciais pudessem continuar em operação, de acordo com a localização de suas sedes, da quantidade e da categoria das agências que possuíssem²⁹⁰.

Por fim tem-se a Resolução nº 205, também editada em 20/12/71 pelo CMN, que estipulava a captação de depósitos à vista e a prazo, a partir de julho de 1973, ficando limitada a 10 vezes o capital integralizado, mais 5 vezes as reservas livres então existentes. "Na eventualidade do total de depósitos ultrapassar o teto determinado, tais recursos seriam "esterilizados" em Letras ou Obrigações do Tesouro, a serem custodiadas pelo Banco Central até que recompuessem as proporções acima apontadas"²⁹¹.

Com a publicação deste Decreto-Lei nº 1.182, de 16 de Julho de 1971, fica revogado o Decreto-Lei nº 285, de 28 de fevereiro de 1967. Pode-se concluir, então, que essas medidas praticamente "proíbiam" a permanência de bancos de pequeno porte no mercado, conseqüentemente contribuíam para a intensificação da centralização do capital bancário-financeiro. Numa avaliação do Governo Federal tem-se que "por meio de incentivo e

²⁸⁷ MENDES, A. L., op. cit., p.73-4

²⁸⁸ MENDES, A. L., op. cit., p.72. & *Revista Bancária Brasileira*, "Encorajadas por Decreto-Lei as Fusões e Incorporações", nº 463, Ano 39, 30-07-71.

²⁸⁹ MENDES, A. L. op. cit., p.74.

²⁹⁰ Idem. p.74.

²⁹¹ Ibidem. p.74.

Legislação adequada, promoveram-se fusões e incorporações, remanejamento e fechamento de agências, reduzindo-se o número de bancos comerciais privados nacionais de 164, em 1969, para 86, ao final de 1973”²⁹².

Embora a Reforma Financeira não tenha contribuído decisivamente para elevar de forma substancial o volume da poupança interna, ou mesmo tornado mais eficiente a mobilização de recursos financeiros com efeitos reprodutivos, a sua principal contribuição foi a diversificação e intensificação da intermediação financeira no País.

O processo de fusões e incorporações de empresas, no final do anos 60 e início dos anos 70, não foi particular do sistema financeiro e nem do Brasil, muito pelo contrário foi um processo que aconteceu em diferentes tipos de empresas e em muitos países do chamado Primeiro Mundo. O Sr. Friedhelm Rentrop, conferencista de um simpósio sobre fusões e incorporações traz um perfil do clima de fusões na República Federal Alemã. Rentrop²⁹³ diz que o processo de fusões continuam em grande desenvolvimento na Alemanha, sobretudo com o Departamento de Cartéis, que segundo ele é a autoridade mais apropriada para aglutinações por contratos únicos. Demonstra que, de janeiro a outubro de 1971, havia registrado 166 pedidos de fusões na Alemanha, número inferior ao ano anterior que havia ficado em 305 casos. Ressalta ainda que as principais empresas que realizaram fusões foram os institutos de créditos (76 institutos) e as empresas de química e de máquinas. Entretanto, Rentrop aponta que já no início dos anos 70, na Alemanha, a euforia de fusões estava diminuindo um pouco, pois já haviam tido a experiência de que grandes aglomerações criam grandes problemas. Aponta também que nos Estados Unidos estava havendo fusões na perspectiva de as empresas aumentarem sua participação no mercado. Com relação a esse fato de o processo de centralização em diferentes empresas, e em muitos outros países ter acontecido simultaneamente ao Brasil, e se isto influenciou o processo de centralização do sistema financeiro brasileiro, Antonio Delfim Netto, declarou: “Não, não, nos anos 70 não. (...) No sistema bancário era muito menor, no caso brasileiro era uma política deliberada, a idéia era constituir um sistema bancário forte”²⁹⁴.

²⁹² Brasil. Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1974, p.27.

²⁹³ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES – Federação Brasileira das Associações de Bancos e Instituto de Organização Racional do Trabalho, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972, p.113.

²⁹⁴ DELFIM NETTO, A. Entrevista concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

O processo de centralização bancária brasileira já estava em curso desde os anos 40, pois o número de matrizes de bancos comerciais caiu de 477 em 1940 para 328 em 1964. A partir de então, o processo de centralização se acelera e atinge 280 matrizes em 1968, mas o período de maior intensificação das fusões e incorporações ocorre mesmo durante o período chamado “Milagre Brasileiro”, ou seja nos 5 anos que compõem esse período, o número de matrizes diminuiu em 45%, como o desaparecimento de 163 instituições financeiras. No início de 1974, só restavam 117 bancos comerciais, sendo 4 públicos, 25 oficiais estaduais, 8 estrangeiros e 80 do setor privado nacional. O processo de centralização também se deu muito acentuadamente nas sociedades financeiras, passando de 275 em 1966 para 152 em 1973. Das 185 sociedades seguradoras em 1970 restaram 110 em 1973.²⁹⁵

Os depósitos e empréstimos também se concentraram entre os maiores bancos. Em 1973 os 18 maiores bancos participavam com 75,8% dos depósitos e 71,5% dos empréstimos, porcentagem que aumentou para 76,6% dos depósitos e 73,3% dos empréstimos em 1974. É importante ressaltar que a presença dos bancos oficiais nessa composição distorciam um pouco esses resultados, pois só o Banco do Brasil respondia por aproximadamente 40% dos depósitos e empréstimos da rede.²⁹⁶

No início dos anos 70, já havia sido implantada toda uma teoria e prática de centralização de empresas a nível internacional e nacional²⁹⁷. No caso do Sistema Bancário do Brasil havia toda uma política deliberada de centralização bancária, principalmente após os instrumentos decretados no ano de 1971, os quais visavam estimular as incorporações, as fusões e a abertura de capitais.

Nessa perspectiva foi realizado, em fins de 1971, um simpósio sobre fusões e incorporações, patrocinado pela Federação Brasileira das Associações de Bancos e Instituto de Organização Racional do Trabalho, que tinha por objetivo “despertar os interesses dos

²⁹⁵ BANDEIRA, M. op. cit., p. 85-90.

²⁹⁶ Idem., p. 86.

²⁹⁷ O empresário Flávio Almeida Prado foi um dos maiores entusiastas, divulgador, teórico e promotor do processo de centralização de empresas no Brasil. Experiente empresário que durante os anos 60-70 se dedicou, exclusivamente, ao seu escritório especializado em fusões e incorporações de empresas. Ele é autor do livro: *Fusão! Por que não?* Este livro tem como conclusão que o empresário brasileiro deve cuidar de formar conglomerados econômicos para enfrentar as vicissitudes do mercado ou, do contrário, arrisca-se a depauperar-se.²⁹⁷

empresários para os novos recursos de desenvolvimento, através de fusões e incorporações; revelar e avaliar experiências atuais; ativar o interesse dos participantes na planificação e na implantação do processo; esclarecer a legislação e a política governamental nesse aspecto das fusões e incorporações”²⁹⁸. Representando o Governo Federal estava o Sr. José Flávio Pécora, o qual disse que esse processo de centralização que estava sendo implantado no Brasil era de “cunho universal”:

“As empresas vêm-se aglomerando sob diversos aspectos, sob diversos estímulos, oficiais ou puramente de mercado, e é justamente a sensação que o empresário tem, de que pelo maior tamanho ele consegue mais eficiência. Evidentemente, o Brasil não escapou a isso e temos sentido, mesmo antes que o Governo se empenhasse na implantação de um certo decreto, que pudesse obviar certas dificuldades de fusão, já no Brasil se iniciava, espontaneamente, por parte dos empresários as tentativas e as concretizações de diversas fusões. O que talvez não se tenha ainda alcançado é um grau de dimensão e um número de fusões já desejável. O Governo, nesse ponto – por assim dizer – não inova; ele apenas dá mais um passo ao lado daqueles que a iniciativa privada vem dando nos últimos tempos.

“Há, é claro, limitações nas fusões de empresas e muitas delas se resumem num julgamento de temor quanto às consequências monopolísticas que possam advir de uma grande concentração de empresas.”²⁹⁹

Pécora diz que, dentre essas consequências, tem-se o problema da “dimensão ótima” de uma empresa, que pode ter implicações tanto para a própria empresa, bem como para o setor dessa empresa, ou seja, o preço para a sociedade. Ele diz que essa “dimensão ótima” seria aquele ponto em que a empresa atinge o máximo de ganho de produtividade que possa obter. “O que se pretende através do processo de fusão é conseguir que a empresa consiga produzir a preços mais baixos. (...) No caso dos bancos, com diversos banqueiros presentes, uma das motivações que surgem, no caso do sistema bancário é o aproveitamento da computação eletrônica, totalmente inacessível para os pequenos bancos, mas que se torna econômica, como gerador de eficiência, nas organizações bancárias cujas dimensões ou tamanho seja de molde a permitir o pagamento de um serviço de custo absoluto mais alto. Essas fusões permitem, em segundo lugar, ainda, através desse fenômeno de economia de

²⁹⁸ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES – Federação Brasileira das Associações de Bancos e Instituto de Organização Racional do Trabalho, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972, p.11.

²⁹⁹ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, op. cit., p. 13.

escala, a transmissão de posições mais evidentes que decorrem da diminuição dos custos fixos pela quantidade produzida ou pelas unidades produzidas. (...) Mas, isso não é uma regra permanente (...), porque haverá momentos em que esses processos de ganho com o crescimento passam a estagnar e até gerar perdas. É o fenômeno das deseconomias de escala.”³⁰⁰

Além das portarias estabelecidas em 1971 dificultarem a abertura de novas agências bancárias, o processo de incorporação pode também ser uma imposição para o ganho de um novo mercado. Um novo mercado pode ser mais facilmente obtido pela incorporação de um outro banco do que pela entrada de um banco novo, ou pela disputa do mercado com outros bancos existentes numa determinada região.

As Autoridades Monetárias, embasadas no argumento de que era necessário desencadear uma “política saneadora” em relação às pequenas instituições de crédito, promoveram as incorporações e fusões dessas instituições. No entanto, as Autoridades Monetárias reconhecem, através do Sr. José Flávio Pécora, que “é evidente que o risco da concentração do poder econômico nas mãos de poucas empresas, a condução de um sistema monopolista, traz para o sistema risco substancial”. Pécora também reconhece que ao contrário do que o próprio Governo Federal pregava, ou seja, o risco ao sistema que os pequenas instituições de crédito poderiam trazer ao sistema financeiro, as pequenas instituições “também envolvem menos riscos globais, porque um insucesso de uma empresa pequena ou média traz para o sistema uma massa menos importante que o de uma grande empresa. Então, o sistema fica mais seguro na medida que tem um volume razoável de empresas distribuídas entre médias, pequenas e grandes”³⁰¹.

Para alguns banqueiros, entre eles o Sr. Olavo Egydio Setúbal (Presidente do Banco Itaú), um dos fatores que mais contribui para acelerar o processo de fusões e incorporações de instituições de crédito no Brasil foi a reformulação das agências, cujo objetivo era cobrir uma área maior, com maior produtividade. Segundo Setúbal: “talvez seja mesmo o fator que mais as impulsionou. A primeira providência que tem quer ser tomada é a definição da política a ser seguida na relocação das cartas patentes. O banco vai cobrir uma região? Vai

³⁰⁰ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, op. cit., p. 15-16.

³⁰¹ Idem. P. 23- 24.

cobrir as Capitais de Estados? Há um grande número de opções e uma delas precisa ser adotada”³⁰².

Essas decisões de reformulação de agências geralmente foram tomadas por departamentos competentes para tomar tais decisões, como departamentos de engenharia e de racionalização de operações de agências. Geralmente foram feitos levantamentos do potencial bancário de cada região para as quais foram transferidas cartas-patentes, como forma de subsidiar de informações esses departamentos. Segundo Setúbal, “a fusão é um processo extremamente oneroso, que exige a mobilização de recursos financeiros e humanos enormes. Os resultados dos primeiros tempos da fusão são decepcionantes; todos esperam aumento de rentabilidade e de eficiência operacional do Banco e o que na verdade acontece é o oposto. Mas, passada essa primeira fase, o resultado das fusões bem planejadas são Bancos altamente eficientes, capazes de serem a base do desenvolvimento da empresa privada nacional”³⁰³.

Notamos nessas declarações de um grande banqueiro nacional, o Sr. Olavo Egydio Setúbal, que o início das fusões incorporações de empresas não foi compensador, mas depois tornou-se um bom negócio. Isto talvez contribua para entender o enorme número de incorporações e fusões que houve no Brasil nesse período, sobretudo com as “doações” de dinheiro público a partir dos “generosos” financiamentos para essa finalidade.

Dentre os critérios de avaliação dos processos de fusões e incorporações por parte do Governo Federal, segundo Pécora³⁰⁴, quatro avaliações são consideradas: *econômica*, onde são considerados os termos de ganho, de produtividade e de eficiência; *financeira*, onde são avaliados as condições financeiras de manutenção daquele processo de fusão e de seus objetivos; *fiscal* onde é analisada a situação fiscal de cada empresa; *dos valores de ativo* que envolvem os critérios desse processo. Para avaliação desse processo cada empresa deve apresentar um laudo realizado por técnico de reputação reconhecida.

Entretanto, como vamos apresentar com maior detalhes mais adiante, quando demonstraremos o processo de incorporação de bancos pelo Bradesco, verificaremos que esses critérios de avaliação não seguiam regras e padrões uniformes. “A pretexto de assegurar a estabilidade do mercado e garantir seu fortalecimento, as autoridades

³⁰² Ibidem. P. 70-71.

³⁰³ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, op. cit, p. 72-73.

³⁰⁴ Idem, P. 27.

econômicas se permitiram a concessão, com recursos públicos, dos mais descarados favores e subsídios a grupos e pessoas, escolhidos por critérios subjetivos e discricionários, só conhecidos dos íntimos da Corte. Não se seguiam regras ou padrões uniformes. Cada arranjo comandava suas próprias normas”³⁰⁵.

Nessa perspectiva de que esses critérios de avaliação não seguiam regras e padrões uniformes, a declaração do Sr. Friedhelm Rentrop vem somar e confirmar que essas normas foram estabelecidas pela Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas (COFIE) para cada caso. “Acredito, e o meu pensamento é comprovado pela experiência obtida no campo internacional, que os fundamentos da COFIE não são suficientemente definidos, deixando-se mais as experiências para definir quais as decisões a serem tomadas em cada caso”³⁰⁶.

Dessa maneira, o processo de incorporações e fusões de empresas no Brasil não atendeu somente a objetivos de eficiência e competitividade das empresas, como defenderam alguns economistas interpretando esse processo a partir da teoria de economia de escala. Ele atendeu muito mais a preocupações ligadas à questão de poder nacional, de controle de área interna, de decisões tomadas internamente. “Esses objetivos e essas limitações não são mutuamente exclusivos, mas é claro que têm uma certa área, digamos assim, de competição em que cada decisão atende mais a um objetivo e menos a outro. Essa avaliação, é claro que aí já sai do terreno estritamente econômico ou administrativo e entra no terreno essencialmente de decisão política”³⁰⁷.

Em síntese, verificamos que o crescimento dos bancos e a difusão da rede de agências bancário-financeira, pelo menos, entre os anos de 1964 a 1973, está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que ao próprio processo espontâneo de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica brasileira. Isso se justificou porque nesse período houve uma maior intervenção estatal no processo de centralização do capital bancário-financeiro e no processo de difusão territorial das agências bancário-financeiras. A partir de um Estado forte, centralizador e realizador das “aspirações nacionais”, Governo Federal, no que se refere ao sistema bancário-financeiro brasileiro, objetivou um sistema constituído de bancos com menos problemas sazonais de liquidez e a ampliação da atuação dos bancos por

³⁰⁵ ASSIS, J. C. de. *A sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o Sistema Bancário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 119.

³⁰⁶ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, op. cit., p. 179.

³⁰⁷ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, op. cit., p. 181.

diversas localidades do território nacional. E para atingir tal objetivo, o Estado implantou uma série de regulamentações e incentivos fiscais, principalmente a partir de 1971, que resultaram na centralização do capital bancário-financeiro, ou seja, nas incorporações e nas fusões de instituições bancário-financeiras, ao mesmo tempo que no controle e na orientação da dispersão territorial das agências de tais instituições. Nessa perspectiva verifica-se que houve a diminuição do número de matrizes e a ampliação do número de agências bancário-financeiras, ao mesmo tempo que houve a transformação de muitos pequenos bancos que tinham uma atuação local-regional em poucos grandes bancos de atuação nacional. A seguir, demonstraremos o processo de incorporações do Bradesco, uma vez que nesse período ele incorporou 14 bancos.

3. “Milagre Brasileiro” de Descontos S/A: os bancos incorporados pelo Bradesco

Uma vez contextualizada as condições da política de intervenção estatal ao processo de centralização do capital bancário-financeiro e de orientação e controle da difusão territorial das agências, demonstraremos que o “Banco Brasileiro” de Descontos S/A - Bradesco, privilegiado por esta política de intervenção estatal, incorporou 14 bancos. Essas incorporações permitiram ao Banco ampliar a sua rede de agências, fazendo com que ele deixasse de ser um banco de atuação local-regional e se tornasse um banco de atuação nacional.

Como já dissemos no item anterior, parece clara a intervenção estatal no processo de centralização do capital e na difusão territorial das agências bancário-financeiras. Um documento oficial do governo Castelo Branco trata desse assunto nos seguintes termos:

“a orientação seguida anteriormente pela SUMOC e mantida pelo Banco Central tem sido a de promover a expansão dos serviços bancários, que deve acompanhar a evolução do País, mediante o aumento da rede dos estabelecimentos existentes (agências), evitando-se uma proliferação de sedes, o que tenderia a dificultar a orientação do Sistema Bancário pelas Autoridades. Com esse sentido são, inclusive, promovidos entendimentos com bancos interessados na incorporação do ativo e passivo de estabelecimentos cuja situação não é considerada suficientemente sólida”³⁰⁸.

³⁰⁸ BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, EPEA, p.183.

Referindo-se ao processo de centralização do capital bancário-financeiro e às incorporações do Bradesco, Antonio Delfim Netto declarou: “Depois do programa de estabilização de 64-67, havia uma crise bancária, uma dificuldade bancária e havia dois ou três bancos que tinham se preparado. (...) Essa crise era de liquidez, alguns bancos tinham feito algumas operações equivocadas, como toda crise bancária. O que acontece aí então é que tanto o Itaú como o Bradesco foram absorvendo os bancos. O processo de crescimento foi muito rápido, não só os dois, mas também o Unibanco. Tanto é verdade que chegou em 72, eu mesmo fiz uma tentativa de fundir” [o Bradesco e o Unibanco]. “O Valter Moreira Sales e o Amador eram os dois extremos. O Valter era um banqueiro refinadíssimo, internacional e o Amador um banqueiro prático. Só que a cultura dos dois não dava certo. Aí, com certeza, não vingou. Eles chegaram a assinar, mas não deu certo, a cultura das empresas não deu certo. (...) Havia como objetivo a expansão do Sistema Bancário Nacional”³⁰⁹.

Na perspectiva de centralização do capital bancário-financeiro, o Banco Central, somente no ano de 1966, aprovou 45 processos de incorporações entre bancos comerciais e, entre 1964 a 1970, autorizou 113 incorporações.³¹⁰ O Bradesco, no período entre 1965 e 1973, incorporou 14 bancos. A seguir faremos algumas considerações sobre esses 14 bancos incorporados pelo Bradesco, respectivamente na ordem de sua incorporação:

1) Banco Comercial do Estado de Goiás S/A, Carta Patente nº 2.636 de 28 de maio de 1942, era o mais antigo banco do Estado de Goiás, com sede em Anapólis e agências em: Céres, Golândia, Golás, Inhúmas, Iaberaí e Jaraguá. Este pequeno banco regional do Estado de Goiás passou para o controle acionário do Bradesco em agosto de 1961. A partir daí o Bradesco aumentou o capital desse Banco de Cr\$ 10.000.000,00 para Cr\$ 50.000.000,00 (para fazer uma comparação, nesta mesma data o Bradesco aumentou o seu capital de Cr\$ 700.000.000,00 para Cr\$ 1.000.000.000,00) e passou a abrir novas agências. Conforme comunicado, em janeiro de 1962, de abertura da 9ª agência do Banco Comercial do Estado de Goiás S/A na cidade de São Paulo. Em março de 1963 foram estabelecidas e aprovadas reformas no estatuto social do Banco Comercial do Estado de Goiás S/A, inclusive a sua mudança de denominação para **Banco Brasileiro de Goiás S/A**. Durante o ano de 1963, o Bradesco continuou abrindo agências do Banco Brasileiro de Goiás S/A.

³⁰⁹ DELFIM NETTO, A. *Entrevista* concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

Foram abertas agências no Estado de Goiás: Goianésia, Rubiataba, Uruaçu, Porangatu, Jataí, Itapuranga; no Estado de Mato Grosso: Três Lagoas e Rondonópolis; e no Estado de São Paulo, na capital. Dessa forma verificamos que o Bradesco expandiu suas agências na Região Centro-Oeste a partir desse Banco tradicionalmente regional. Para se ter uma idéia da dimensão do Banco Brasileiro de Goiás S/A, analisando a relação de 31-12-1963 dos estabelecimentos bancários com depósitos superiores a 1 bilhão de cruzeiros verificamos que este Banco, com saldo de depósitos de Cr\$ 1.207 bilhão, ocupava o 139º lugar num total de 152 estabelecimentos. No ano seguinte, dados de 31-12-1964, a sua performance melhorou, talvez com abertura das agências realizadas pelo Bradesco, com um saldo de depósitos de Cr\$ 2.661 bilhões, passou para 118º lugar num total de 205 estabelecimentos. Este Banco foi definitivamente incorporado pelo Bradesco em maio de 1965.³¹¹

2) Banco Cícero Prado S/A, Carta Patente nº 2.678 de 07-071952, sediado em São Paulo. Este pequeno banco local, com capital de Cr\$ 120.000.000,00 e uma única agência, passou o seu controle acionário para o Bradesco em dezembro de 1961. No início do ano de 1962 foram abertas cinco agências deste Banco na cidade de São Paulo: Bairro do Limão, Barão de Limeira, Cidade Vargas, Vila Gustavo, e Guaianazes. Em fevereiro de 1963, foram aprovadas reformas no estatuto social e mudanças de denominação para **Banco Brasileiro de São Paulo S/A**. Logo após foi aprovado o aumento de capital para Cr\$ 240.000.000,00. Para demonstrarmos a importância econômica deste Banco verificamos a relação do total dos estabelecimentos bancários com depósitos superiores a 1 bilhão de cruzeiros em 31-12-1963. Nessa relação o Banco Brasileiro de São Paulo S/A, com saldo de depósitos de Cr\$ 1.431 bilhão, aparece em 126º lugar num total de 152 bancos. No ano seguinte, dados de 31-12-1964, o Banco, com um saldo de depósitos de Cr\$ 3.270 bilhões, aparece em 104º lugar num total de 205 bancos, o que denota uma melhora de sua performance. Este perfil de melhora continua para os próximos anos, em 31-12-1965, com um saldo de Cr\$ 7.359 bilhões, passa para 100º lugar num total de 196 bancos. Em 31-12-1966, com um saldo de NCr\$ 11.216 milhões (ou seja 11 bilhões de Cr\$ antigos), passa para 88º lugar num total de 143 bancos. Toda essa boa performance deve-se à abertura de

³¹⁰ BRASIL, *Banco Central do Brasil, Boletim Mensal*, Brasília, 6 de fev. 1970, anexo especial, p. 46-51.

³¹¹ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 343, Ano 29, 30-07-61, p. 220 & nº 344, Ano 29, 30-08-61, p. 130. & nº 345, Ano 29, 30-09-61. & nº 349, Ano 30, 30-01-62. & nº 363, Ano 31, 30-03-63, p. 56. & nº 365, Ano 31, 30-05-63, p.46. & nº 368, Ano 31, 30-08-63, p. 43. & nº 365, Ano 31, 30-05-63, p.46. & nº 368, Ano 31, 30-08-63, p. 43. & nº 375, Ano 32, 30-03-64. & nº 386, Ano 33, 28-02-65

diversas agências na cidade de São Paulo e no interior do Estado, chegando a 16 agências no total. Este Banco foi definitivamente incorporado pelo Bradesco em abril de 1967.³¹²

3) Banco Corrêa Ribeiro S/A, fundado em 1933, com sede em Salvador capital do Estado da Bahia. Este pequeno banco regional, com capital de Cr\$ 125.000.000,00, teve o seu controle acionário adquirido pelo Bradesco em outubro de 1963. Era constituído de 7 agências, sendo que três dessas localizavam-se em Salvador e quatro no interior do Estado da Bahia (Ilhéus, Ipiau, Itabuna e Feira de Santana). A incorporação desse banco permitiu ao Bradesco iniciar a difusão da sua rede de agências neste Estado. Baseado na relação dos estabelecimentos bancários com depósitos superiores a 1 bilhão de cruzeiros verificamos que, em 31-12-1963, o Banco Correia Ribeiro S/A, com um saldo de depósitos de Cr\$ 1.547 bilhão, ocupava o 120º lugar num total de 152 bancos. Entretanto, essa posição do Banco Correia Ribeiro S/A, com um saldo de depósitos de Cr\$ 2.360 bilhões em 31-12-1964, diminuiu para o 133º lugar num total de 205 estabelecimentos. Este Banco, com um capital de Cr\$ 400.000.000,00, foi definitivamente incorporado pelo Bradesco em maio de 1965.³¹³

4) Banco Mercantil de Pernambuco S/A, Carta Patente nº 2,443, de julho de 1941, sediado em Recife capital do Estado de Pernambuco. Baseado em informações dos maiores bancos do País, com saldo de depósitos superiores a Cr\$ 2 bilhões em 31-12-65, o Banco Mercantil de Pernambuco S/A, com um saldo de Cr\$ 5.278 bilhões ocupava o 121º lugar num total de 196 bancos. Em 30-12-1966 este Banco, com um saldo de NCr\$ 5.475 milhões (ou seja 5 bilhões de Cr\$ antigos), ocupava o 135º lugar num total de 143 bancos. Este pequeno banco local com duas agências em Recife e capital de NCr\$ 1.008.000,00 foi incorporado pelo Bradesco em abril de 1967. A partir daí o Bradesco iniciou a difusão das agências no Estado de Pernambuco.³¹⁴

5) Banco Segurança S/A, Carta Patente nº 2.391 de 22-04-1941, sediado em Campinas-SP e com 14 agências localizadas na região de Campinas e na cidade de São

³¹² FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 348, Ano 30, 30-12-61, p. 271. & nº 350, Ano 30, 28-02-62, p. 12 & nº 364, Ano 31, 30-04-63. & nº 362, Ano 31, 28-02-63, p. 35 & nº 363, Ano 31, 30-04-63, p. 55. & nº 375, Ano 32, 30-03-64, p. 41-3. & nº 386, Ano 33, 28-02-65, p. 29-32. & nº 398, Ano 34, 28-02-66, p. 9-12. & nº 410, Ano 35, 28-02-67, p. 23-5. & nº 412, Ano 35, 30-04-67, p. 49.

³¹³ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 370, Ano 32, 30-10-63, p. 337. & nº 375, Ano 32, 30-03-64, p. 41-3. & nº 386, Ano 33, 28-02-65, p. 29-32. & nº 390, Ano 33, 30-06-65, p. 46.

³¹⁴ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 398, Ano 34, 28-02-66, p. 9-12. & nº 410, Ano 35, 28-02-67, p. 23-5. & nº 412, Ano 35, 30-04-67, p. 49.

Paulo. Em 31-12-65 ocupava o 127º lugar num total de 196 bancos com depósitos superiores a Cr\$ 2 bilhões. Este pequeno banco local-regional com capital de NCr\$ 560.000,00 foi incorporado pelo Bradesco em abril de 1967.³¹⁵

6) Banco Porto Alegre S/A, Carta Patente nº 2.135 de 27-07-1961, sediado em Porto Alegre-RS com duas agências metropolitanas. Em fins de 1966 este Banco passou o seu controle acionário para o Bradesco. Na relação de 30-12-66, dos maiores bancos com depósitos superiores acima de NCR\$ 5 milhões, verificamos que o Banco Porto Alegre S/A não contava na lista dos 143 maiores bancos. Isso denota que este Banco era um pequeno banco local com um capital de Cr\$ 600.000.000,00, ou seja NCR\$ 600.000,00, um capital inferior ao exigido para estar na relação acima citada. Este Banco foi definitivamente incorporado pelo Bradesco em abril de 1967.³¹⁶

7) Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A – “INCO”, Carta Patente nº 1,283 de 8-10-1935, sediado em Itajaí-SC, com 104 agências distribuídas como a seguir: 1 agência em Florianópolis e 53 agências no interior do Estado de Santa Catarina, 1 agência na cidade de Curitiba e 8 agências no interior do Estado do Paraná, 5 agências na cidade de São Paulo e 32 agências no interior do Estado de São Paulo, 1 agência na cidade do Rio de Janeiro e 1 agência no interior do Estado do Rio de Janeiro, 1 agência em Brasília-DF, 1 agência em Porto Alegre-RS. Como podemos observar, diferentemente dos bancos anteriormente analisados, o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A era um grande banco regional, com agências distribuídas em diversas localidades do Brasil. Este Banco, com um capital de NCR\$ 9.000.000,00 e possuindo, em 29-12-1967, um saldo de depósitos na ordem de NCR\$ 107.207 milhões ocupava 37º lugar num total de 146 bancos com saldos superiores a NCR\$ 5 milhões. Em maio de 1968, o seu controle acionário passou para o Bradesco e a sua incorporação definitiva ocorreu no mês seguinte. Com essa incorporação o Banco Brasileiro de Descontos S/A reformou os seus estatutos e aumentou o seu capital de NCR\$ 36 milhões para NCR\$ 45 milhões e pode difundir e ampliar as suas agências no Brasil, principalmente no Estado de Santa Catarina, uma vez que até esta data não possuía nenhuma agência neste Estado.³¹⁷

³¹⁵ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 398, Ano 34, 28-02-66, p. 9-12 & nº 412, Ano 35, 30-04-67, p. 49.

³¹⁶ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 407, Ano 35, 30-11-66, p. 330 & nº 410, Ano 35, 28-02-67, p. 23-5. & nº 412, Ano 35, 30-04-67, p. 49.

³¹⁷ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 422, Ano 36, 29-02-68 & nº 425, Ano 36, 30-05-68, p. 36 e 275 & nº 426, Ano 36, 30-06-68, p. 45.

8) Banco Agrícola da Alta Mogiana S/A, Carta Patente nº 843 de 25-02-1948, com sede em Ribeirão Preto-SP e 4 agências em sua região. Na relação dos 131 maiores bancos com depósitos superiores a Cr\$ 10 milhões de 31-12-1970 este Banco não constava da lista. Isso indica que se tratava de um pequeno banco local-regional com um capital de CR\$ 2.000.000,00, ou seja, com capital inferior ao exigido para constar dessa relação. Foi incorporado pelo Bradesco em fevereiro de 1971.³¹⁸

9) Banco Nova América S/A, Carta Patente nº 1.900 de 11-11-1938, sediado em São Paulo. Na relação dos 131 maiores bancos com depósitos superiores a Cr\$ 10 milhões de 31-12-1970 este Banco não constava da lista. Isso demonstra que tratava-se de um pequeno banco local com um pequeno capital de Cr\$ 500.000,00, ou seja, com capital inferior ao exigido para constar dessa relação. Este Banco foi incorporado pelo Bradesco em fevereiro de 1971.³¹⁹

10) Banco Villarino S/A, Carta Patente nº 2.773 de 8-12-1942, sediado na cidade do Rio de Janeiro, com 3 agências. Em dezembro de 1962 o Banco Bhering S/A passou a ser denominado Banco Villarino S/A. Na relação de 31-12-1970 dos 131 maiores bancos com depósitos superiores a Cr\$ 10 milhões este Banco, com um saldo de Cr\$ 10.091, ocupava o 131º lugar. Este pequeno banco local da cidade do Rio de Janeiro, com um capital de Cr\$ 3.400.000,00, foi incorporado ao Bradesco em maio de 1971.³²⁰

11) Banco de Crédito Comercial S/A, Carta Patente nº 1.459 de 24-02-1928, sediado em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Em novembro de 1972 possuía 7 agências no interior do Estado. Na relação de 30-06-72, dos 126 maiores bancos com depósitos superiores a Cr\$ 10 milhões este Banco, com um saldo da ordem de Cr\$ 11.736, ocupava o 123º lugar. Este pequeno banco local, com um capital de Cr\$ 3.000.000,00, foi incorporado pelo Bradesco em novembro de 1972, o que permitiu ao Bradesco difundir as suas agências no Estado do Ceará.³²¹

12) Banco dos Importadores e Exportadores do Ceará S/A, Carta Patente nº 2.639 de 06-06-1952, sediado em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Este pequeno banco

³¹⁸ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 457, Ano 39, 30-01-71, p. 65 & nº 458, Ano 39, 28-02-71, p. 53.

³¹⁹ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 457, Ano 39, 30-01-71 p. 442 & nº 458, Ano 39, 28-02-71, p. 53.

³²⁰ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 458, Ano 39, 28-02-71 & nº 460, Ano 39, 30-04-71, p. 72 e 411.

³²¹ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 476, Ano 40, 30-08-72 & nº 478, Ano 40, 30-10-72, p. 95 e 208.

local, com um capital de Cr\$ 3.614.000,00, foi incorporado pelo Bradesco em dezembro de 1972.³²²

13) Banco Mineiro do Oeste S/A, Carta Patente nº 3.066 de 29-09-1943, sediado em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Em novembro de 1972, com um capital de Cr\$ 40.000.000,00, possuía 13 filiais em 13 capitais de Estado e 19 agências distribuídas por diversos Estados do Brasil. Este Banco centralizava um pequeno conglomerado, com mais dois Bancos de Investimentos: Banco Mineiro do Oeste de Investimentos S/A, sediado em Belo Horizonte-MG e com uma filiais em mais 6 capitais de Estado, com um capital de Cr\$ 26.035.000,00 em novembro de 1972; Fundo de Investimentos C.C.A Minas Oeste. Na relação dos estabelecimentos bancários com saldos de depósitos superiores acima de Cr\$ 10 milhões em 29-12-1972 o Banco Mineiro do Oeste S/A, com um saldo de depósitos de Cr\$ 421.683 milhões, ocupava 39º lugar num total de 115 bancos. Este banco foi incorporado definitivamente pelo Bradesco em abril de 1973.³²³

14) Banco da Bahia S/A, Carta Patente nº 67, fundado em 1858, sediado em Salvador-BA, um dos Bancos mais tradicionais do País. Possuía sucursais em São Paulo e Rio de Janeiro. O Banco da Bahia S/A pode ser considerado um grande Banco possuindo, em outubro de 1973, 211 agências no total: 14 agências em Salvador; 52 no Estado da Bahia; 20 em São Paulo; 18 no Estado de SP; 14 na Guanabara; 5 no Estado do RJ; 1 em Rio Branco-AC; 3 em Maceió; 3 no Estado de AL; 1 em Manaus-AM; 2 em Fortaleza; 4 no Estado do CE; 1 em São Luiz-MA; 2 em Belém; 2 no Estado da PB; 10 em Recife; 7 no Estado de PE; 1 Teresina-PI; 2 em Natal; 1 no Estado do RN; 1 Porto Velho-RO; 2 Aracaju; 4 no Estado de SE; 1 em Brasília-DF; 1 em Vitória-ES; 2 no Estado de GO; 10 no Estado de MG; 3 no Estado de MT; 6 no Estado do PR; 6 em Porto Alegre-RS; 9 no Estado do RS; 3 no Estado de SC. O seu capital em outubro de 1973 era de Cr\$ 100.000.000,00. Analisando a relação dos estabelecimentos bancários, baseada em dados de 29-12-1972, com saldos de depósitos superiores a Cr\$ 10 milhões verificamos que o Banco da Bahia S/A, com um saldo de depósitos de Cr\$ 860.032, ocupava o 18º lugar num total de 115 bancos. O Banco da Bahia S/A também possuía outras empresas associadas, como o Banco da Bahia – Investimentos S/A, com sede em Salvador e sucursais em São Paulo e Rio de

³²² FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 479, Ano 40, 30-11-72, p. 408 & nº 482, Ano 41, 28-02-73, p. 56.

³²³ FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 479, Ano 41, 30-11-72, p. 337-39. & nº 480, Ano 41, 30-12-72, p. 363. & nº 482, Ano 41, 28-02-73 & nº 484, Ano 41, 30-04-73, p.63.

Janeiro, possuindo um capital de Cr\$ 33.000.000,00. Como podemos perceber, este Banco era um grande banco e foi incorporado pelo Bradesco em setembro de 1973. A partir dessa incorporação o Banco Central aprovou a alteração do contrato social do Bradesco, onde foi aumentado o seu capital social de Cr\$ 418.750.000,00 para Cr\$ 600.000.000,00. No mês de novembro de 1973 o Grupo Bahia Bradesco, como passou a ser denominado, anunciou a inauguração de diversas agências em diversos Estados.³²⁴

O Bradesco, ao incorporar esse 14 bancos, também incorporou 400 agências, que corresponderam à soma de todos as agências de todos os bancos incorporados. Isso fez com que, por um lado, o Bradesco ampliasse muito seu o número de agências, pois correlacionando o total de agências do Banco, dos anos de 1964 e 1973, verificamos que o número de agências do Banco passou de um total de 230 agências em 1964 para um total de 717 agências em 1973, ou seja, ampliou em 487 agências a sua rede de atendimento. Por outro lado, o Bradesco difundiu a sua rede de agências por diversas localidades brasileiras ampliando consideravelmente a sua rede de atuação, atingindo diversas localidades que até aquele momento não haviam aberto nenhuma agência. Dessa maneira, verificando que o Banco ampliou em 487 o número de agências e que desse total 400 agências pertenciam aos banco incorporados, demonstramos que o crescimento e a difusão da rede de agências do Bradesco neste período esteve muito mais relacionada à intervenção estatal no processo de centralização do capital bancário-financeiro do que às regras espontâneas de captação e intermediação da atividade econômica brasileira.

Faz-se se necessário ressaltar que apesar de ter existido uma série de regulamentações, como demonstramos no item anterior (Resolução 43, de 28/12/66, a Circular 67 da mesma data, a Resolução 107, de 03/02/69, principalmente a Resolução 141, de 23/03/70, que suspendeu a concessão de cartas patentes – exceto bancos oficiais e estaduais - até 30 de junho de 1971, prazo que foi sucessivamente prorrogado até 30/06/77), que tiveram por objetivo orientar e controlar a abertura de agências, verificamos que o Bradesco, comparando o número de agências do ano de 1964 a 1973, abriu 87 novas agências, excluindo, é lógico, as agências dos bancos incorporados. Esse fato nos sugeriu indagar quais as condições que permitiram ao Bradesco abrir tantas agências num período de “proibições” de cartas-patentes. Então, uma declaração do ex-ministro Antonio Delfim

³²⁴ FONTE: Revista Bancária Brasileira, nº 482, Ano 41, 28-02-73 & nº 490, Ano 41, 30-10-73, p.112-13-14.

Netto nos dá um indicativo dessas condições que fizeram com que o Bradesco pudesse ter aberto essas agências. Assim ele declara: “A carta patente era instrumento de negociação para a absorção. Um banco estava com dificuldade financeira, (...) o Bradesco ia absorvê-lo. Ia absorvê-lo porque o patrimônio líquido do banco era negativo. Então, uma das compensações era você dar mais algumas cartas-patentes. De tal forma para que ele pudesse incorporar outro.” Isso não era exclusividade do Bradesco, mas era concedido “para o Itaú, para todos os outros que fossem incorporando. Tanto que mudou completamente” o Sistema Bancário. Quando o processo de centralização do capital bancário-financeiro “terminou em 74, nós tínhamos concentrado o Sistema Bancário. Era uma preparação, era um sonho que se queria construir um país independente”³²⁵.

Nessa perspectiva, conforme Mendes, o Governo Federal, “embasado no argumento de que era necessário desencadear uma ‘política saneadora’ em relação às instituições de crédito, (...) forneceu explicitamente subsídios financeiros à concentração bancária através de operações especiais de crédito que favoreciam a compra e venda de cartas-patentes entre as instituições”³²⁶.

Essas “operações especiais”, normalmente aprovadas pela diretoria do BC, não seguiam qualquer norma escrita. Em última análise, essas “operações especiais” acarretavam em ganhos patrimoniais e financeiros justamente para as instituições mais sólidas do sistema.

Com relação a essas operações de crédito, o ex-ministro Antonio Delfim Netto, assim declarou: “Esses acordos eram estabelecidos dentro do Banco Central. (...) Não tinha nada de critério político, tudo critério técnico, o banco que podia, absorvia. Tinha que mostrar que podia moer, tinha que ser um britador, suficientemente forte para moer o caroço que tinha sobrado do outro banco. As pessoas se qualificavam, não tinha publicação no diário oficial – quem quiser que compareça –, mesmo porque são negócios sigilosos. Se você fizesse uma coisa dessa, o banco quebrava antes de ser incorporado. Você só sabia que ele ia ser incorporado no dia que ele tinha sido incorporado. Agora isso aí foi distribuído, tanto

& nº 491, Ano 42, 30-11-73, p. 56. & nº 492, Ano 42, 30-12-73, p. 46.

³²⁵ DELFIM NETTO, A. *Entrevista* concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

³²⁶ MENDES, H. O P., *op. cit.*, p.76.

é verdade que se deixou todos crescerem paulatinamente, se não queria um único banco, se queria um Sistema Bancário com uma meia dúzia, como era visto por todo o mundo”³²⁷.

Foi a partir da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Câmara dos Deputados Federais sobre o Sistema Financeiro e Bancário, no ano de 1986, que tais operações foram resgatadas dos arquivos mortos do BC. O relatório da CPI abrange o período de 1973 a 1985, e identifica 27 diferentes operações de compra e venda de cartas-patentes intermediadas pelo BC. “Não abarca a fase anterior, das intervenções brancas e fusões estimuladas por Delfim Netto, quando se estruturam as bases da conglomeração financeira”³²⁸, período conhecido como “Milagre Brasileiro” que vai de 1968 a 1973. Porém, nos “dá uma dimensão sugestiva da ética do desenvolvimento bancário no Brasil na época em se consolidavam os conglomerados.”³²⁹.

Assis apresenta-nos alguns exemplos desse favoritismo, entre eles o da transferência do controle acionário do Banco Mineiro do Oeste S/A para o Bradesco. Neste caso o BC concedeu dois empréstimos, ambos datados de 20-07-73 e aditados em 10-07-81. O primeiro, ao incorporador, no valor de CR\$335.363.245,68 (US\$ 54,7 milhões ao câmbio da época), o segundo, ao incorporado, no valor de CR\$ 428.367.647,34 (US\$ 69,9 milhões). “As condições fazem jus à fama do ex-ministro Delfim Netto, patrocinador do acordo, como grande amigo dos banqueiros: prazo de 15 anos, com 12 de carência, e juros de 3% ao ano. O pagamento era previsto em seis parcelas semestrais, vencível a primeira em 20-01-86”³³⁰.

Segundo o autor, o favorecimento implícito nas condições de prazos e juros, permitiu que a inflação transformasse os US\$ 124,6 milhões em meros US\$ 90 mil em janeiro de 1986. Portanto, avalia que o Bradesco “ganhou” só do BC US\$ 123,7 milhões sem contar o rendimento alternativo (custo oportunidade) desses créditos.

Com relação a estes acordo e financiamentos, o ex-ministro Antonio Delfim Netto assim declarou: “Isso tudo era uma coisa negociada, porque eu tenho um caroço de um metro de diâmetro. Então, precisava um britador muito forte para fazer isso, e nenhum banco vai fazer isso sozinho. Porque não tem interesse. Não tem interesse de desorganizar o Sistema Bancário, porquê não vão deixar eles quebrarem. Então, o que acontece é que eu

³²⁷ DELFIM NETTO, A. *Entrevista* concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

³²⁸ ASSIS, J. C. de. *A sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o Sistema Bancário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 119.

³²⁹ Idem, p. 119.

³³⁰ Ibidem, p. 120.

tinha uma negociação interna no Banco Central, de que se avaliava realmente qual era o patrimônio líquido, porque fazia uma separação dos créditos que eram bons, dos créditos que eram menos bons, maus, e os que eram incobráveis. Chegava-se, na verdade, num patrimônio líquido adequado. E aí ele praticamente ia administrar isso. Ele não ia incorrer nos prejuízos correspondentes a isso. Então, resolvia-se via créditos, via alguma facilidade de compulsório, concessão de algumas agências. Isso tudo era uma negociação que permitia, digamos, chegar a um ponto que se equilibrasse os custos que você supunha que iam ter e os benefícios que você estava dando”.

Antonio Delfim Netto, quando perguntado, sobre os prazos de carência e juros desses financiamentos concedidos aos bancos incorporadores, assim justifica: “É evidente, teve mesmo, porque se tinha que avaliar o que o sujeito tinha que engolir, o sujeito não ia querer. Eu tenho um banco podre, quando encosta o banco podre no banco rígido, apodrece o rígido, porque aí é exatamente a termodinâmica, o calor vai do mais quente para o mais frio, não tem como fazer o calor ser reversível. De forma que eu ponho um banco quente perto de um frio, o calor vai do quente para o frio. (...) Então, essa é uma questão óbvia, quer dizer, se obrigo um banco rígido a engolir um banco podre, eu apodreço o banco rígido”³³¹.

Perguntado se existiu uma contrapartida do Bradesco pedir esses financiamentos como condição para que ele pudesse incorporar os bancos “podres”, assim declarou o ex-ministro Antonio Delfim Netto: “Não, isso era uma negociação, que era permitida por uma avaliação dos passivos do banco que estava sendo absorvido. Frequentemente essa avaliação era até à posteriori, porque não podia deixar o mercado saber que você ia fazer incorporação”.

Com relação ao fato de que se os objetivos da política estatal de intervenção no processo de centralização do capital bancário-financeiro haviam sido alcançados, ou seja, se a “política saneadora” havia transformado o Sistema Bancário brasileiro num sistema centralizado e forte e por que o Bradesco não incorporou mais bancos depois de 73, assim declarou Antonio Delfim Netto: “Depois de 73, você não tinha mais o que incorporar, você tinha um Sistema Bancário extremamente rígido, na verdade 10 bancos”.

Em síntese, demonstramos que os longos prazos de carência e as baixas taxas de juros confirmam as “doações” ou, como declarou Antonio Delfim Netto, “as compensações” de

³³¹ DELFIM NETTO, A. *Entrevista* concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

recursos públicos, não só para os bancos que foram incorporados, mas também aos “sólidos” incorporadores. No entanto, a nós cabe questionar a relação custo-benefício dessas “operações de saneamento”. O Bradesco, favorecido por esta política de incentivos fiscais e “doações” do Governo Federal, deixa de ser um banco de atuação num território regional (1964) para se tornar o maior banco privado de atuação no território nacional (1973). Desse modo, em pleno processo de “proibição” de abertura de novas agências, o Bradesco utilizou da estratégia de incorporação de 14 bancos que somavam 400 agências no total para difundir sua rede de agências em regiões onde possuía poucos postos de atendimento. Além do mais, essas incorporações permitiram ao Banco permutar as agências em excesso, situadas em cidades de atuação anterior, por outras agências em regiões pioneiras, resultando na intensificação da difusão da rede de agências. Apesar das regulamentações das Autoridade Monetárias que tinham por objetivo orientar e controlar as cartas-patentes, que por sua vez, “proibiram” a concessão dessas cartas para os bancos, verificamos que o Bradesco abriu 87 novas agências nesse período. Isso porque as Autoridades Monetárias concederam essas cartas-patentes para o Bradesco – um “banco rígido” – como forma de “compensar” os prejuízos da incorporação dos bancos “podres” com o patrimônio líquido negativos. A seguir apresentaremos a transição da difusão da rede de agências do Bradesco de território regional para nacional no período entre 1964 e 1973.

4. A transição da difusão regional à nacional do Bradesco

Demonstraremos que houve, no período entre 1964 a 1973, uma transição da difusão da rede de agências do Bradesco, difundidas num território regional para a difusão no território nacional. Como apresentamos anteriormente, esse processo de difusão da rede de agências do Bradesco foi acelerado a partir da incorporação de 14 bancos que somavam 400 agências no total, ou seja, do processo de centralização do capital, que por sua vez, permitiu ao Banco tornar-se o maior banco e a maior rede de agências privada do Brasil. Desse modo, como verificamos anteriormente, esse processo de centralização foi a principal condição, nesse período, que permitiu ao Bradesco ampliar o seu capital e a rede de agências. Esse processo de centralização do capital bancário não somente ocorreu no

Bradesco, mas no Sistema Bancário como um todo. Por um lado, permitiu a diminuição do número de bancos, e por outro lado, a ampliação do número de agências dos bancos incorporadores. Assim, juntamente com a demonstração da difusão rede de agências do Bradesco por regiões, vamos demonstrar a difusão da rede de agências do total dos outros estabelecimentos bancários. A seguir, apresentaremos uma tabela sobre a distribuição dos estabelecimentos bancários divididos por regiões nos anos de 1964 e 1972.

TABELA 12

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DIVIDIDOS POR REGIÕES³³²

1964/1972 (em números)

| | 1964 | | | | | 1972 | | | |
|--------------|-------|----------|----------|-------------|----------|-------|----------|----------|----------|
| | Total | Matrizes | Agências | Escritórios | Bradesco | Total | Matrizes | Agências | Bradesco |
| Norte | 93 | 6 | 87 | X | X | 155 | 6 | 149 | 4 |
| Nordeste | 734 | 58 | 672 | 4 | X | 939 | 30 | 909 | 31 |
| Sudeste | 4.338 | 226 | 4.097 | 15 | 186 | 4.747 | 72 | 4.675 | 293 |
| Sul | 1.409 | 29 | 1.239 | 141 | 37 | 1.602 | 9 | 1.593 | 100 |
| Centro Oeste | 304 | 9 | 294 | 1 | 7 | 392 | 6 | 386 | 28 |
| Brasil | 6.878 | 328 | 6.389 | 161 | 230 | 7.835 | 123 | 7.712 | 456 |

Fonte: Movimento Bancário do Brasil, Min. da Fazenda, RJ e Brasília, 1965/66/67/71/72. & Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, 1973.

Essa tabela 12 demonstra a divisão regional dos estabelecimentos bancários, divididos por matriz, agências, escritórios e agências do Bradesco, dos anos de 1964 e 1972. Esse período, compreendido entre esses dois anos, é muito significativo porque houve a maior parte do processo de centralização bancária incentivada pelas Autoridades Monetárias. Assim, podemos observar primeiramente que houve num período de apenas oito anos, uma significativa diminuição do número de matrizes bancárias, passando de 328 em 1964 para 123 em 1972, ou seja, houve uma diminuição de 205 matrizes, significando um decréscimo de 62,5% aproximadamente. Essa diminuição das matrizes aconteceu mais intensamente nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste e vem confirmar o processo de

³³² Adaptado de TAVARES, M. A. R. & CARVALHEIRO, N. O Setor Bancário Brasileiro: alguns aspectos do crescimento e da concentração. São Paulo: FIPE/USP, 1985, p. 58. As informações do Bradesco foram extraídas de Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, 1969, 1974 e 1982.

centralização bancária. Em segundo, podemos observar que houve um aumento do número de agências em todas as regiões, confirmando que apesar do controle da difusão das agências por parte do Estado, o processo de difusão territorial das agências continuou em curso, passando de 6.389 agências em 1964 para 7.712 agências em 1972, ou seja, houve um aumento de 1323 agências, significando um crescimento de 20% aproximadamente.

No que se refere ao Bradesco, observamos que houve um imenso crescimento do número de agências, sobretudo devido ao processo de incorporação de outros bancos, passando de 230 agências em 1964 para 456 em 1972, ou seja, houve um aumento de 226 agências, significando um crescimento de 100% aproximadamente.

Nessa perspectiva, comparando os dados de crescimento das agências do total de todos os bancos que foi de apenas 20% e o dados do crescimento das agências do Bradesco que foi de 100%, verificamos que o crescimento desse último banco foi cinco vezes superior ao crescimento de total dos outros bancos, confirmando que o Bradesco foi um dos grandes beneficiários de todo esse processo de centralização bancária incentivado pelas Autoridades Monetárias.

TABELA 13

DISTRIBUIÇÃO DE DEPENDÊNCIAS DOS BANCOS COMERCIAIS E BANCO DO BRASIL³³³

1956-1981 (em números)

| Anos | Bancos Comerciais | | | Banco do Brasil | Total Geral | Média (4) |
|------|-------------------|--------------|-----------|-----------------|-------------|-----------|
| | Sede (1) | Agências (2) | Total (3) | | | |
| 1956 | 403 | 3714 | 4117 | 362 | 4479 | 10 |
| 1967 | 262 | 7060 | 7322 | 697 | 8019 | 28 |
| 1973 | 114 | 7139 | 7253 | 793 | 8046 | 64 |
| 1981 | 110 | 10296 | 11036 | 1271 | 12307 | 100 |

(1) Inclui as sedes de representações de bancos estrangeiro

(2) Inclui as filiais de bancos estrangeiros.

(3) = (1) + (2)

(4) = (3) / (1)

Fonte: Banco Central do Brasil, Conjuntura Econômica - FGV e Banco do Brasil

³³³ Adaptado de TAVARES, M. A. R. & CARVALHEIRO, N. O Setor Bancário Brasileiro: alguns aspectos

Podemos observar na tabela 13 que o número de sedes dos bancos comerciais diminuíram de 403 em 1956 para 110 em 1981, ou seja, passados 25 anos, diminuiu para um quarto do total do ano de 1956. No que se refere ao número de agências, verificamos que houve um expressivo aumento, passando de 3.714 em 1956 para 10.296 em 1981, ou seja, aumentou quase o triplo do ano de 1956. O Banco do Brasil acompanhou essa tendência. Quanto ao número médio de agências por instituição bancária, houve um multiplicação de 10 vezes, passando de 10 agências em média no ano de 1956 para 100 agências em 1981.

Dessa maneira, os dados, por um lado, reafirmam a tese da centralização ocorrida no setor, ou seja, que a política de incentivos às fusões e as incorporações estabelecidas pelas Autoridades Monetárias foram responsáveis, em grande parte, por essa mudança no quadro da distribuição de dependências bancárias entre 1956 e 1981. Por outro lado, os dados reafirmam a difusão territorial dos estabelecimentos bancários, uma vez que houve um enorme crescimento no número de agências.

TABELA 14

PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS DOS MAIORES BANCOS SOBRE TOTAL DE DEPÓSITOS (exclusive Banco do Brasil)

1964/1976 (%)

| Número de maiores bancos | 1964 | 1976 |
|--------------------------|------|------|
| 5 | 20,9 | 37,1 |
| 10 | 34,7 | 56,6 |
| 15 | 44,3 | 66,6 |
| 20 | 52,1 | 75,2 |
| 25 | 59 | 82,1 |

FONTE: CARVALHEIRO, N. Bancos Comerciais no Brasil – 1964/1976 – Crescimento e Concentração. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1982, p. 59.

Na tabela 14 verificamos uma comparação entre os anos de 1964 e 1976 da participação dos maiores bancos no volume de depósitos, excluindo os depósitos do Banco

do crescimento e da concentração, op. cit., p. 56.

do Brasil. Com essa tabela queremos demonstrar que não somente houve uma centralização do número de agências, mas também no volume de depósitos dos maiores bancos. A comparação foi feita por grupos de cinco bancos considerando um total dos 25 maiores bancos do País. Assim, notamos que em todos os grupos dos maiores bancos houve um crescimento da participação no total de depósitos. Observamos que, em 1976 mais de 50% do total dos depósitos concentravam nos 10 maiores bancos, chegando a mais de 80% quando somamos o total dos depósitos dos 25 maiores bancos. Desse modo, esses dados comprovam o processo de centralização de capital entre os maiores bancos do Brasil.

TABELA 15

NÚMERO MÉDIO DE AGÊNCIAS POR BANCO³³⁴

1965-1981 (em números)

| Anos | Bancos Comerciais Privados | | | | Bancos Comerciais (1) | | |
|------|----------------------------|-----------|-----------|----------|-----------------------|-----------|-----------|
| | Total | 4 maiores | 7 maiores | Bradesco | Total | 4 maiores | 7 maiores |
| 1965 | Xx | 254 | 219 | 275 | 20 | 215 | 188 |
| 1968 | 31 | 315 | 279 | 436 | 33 | 259 | 221 |
| 1973 | 65 | 494 | 383 | 717 | 64 | 482 | 396 |
| 1981 | 94 | 809 | 682 | 1305 | 100 | 796 | 681 |

(1) Exceto Banco do Brasil

Fonte: Banco Central do Brasil

Com relação à tabela 15, podemos verificar a comparação do número médio de agências por bancos. Esses bancos foram divididos em bancos comerciais privados e bancos comerciais, tendo como referência os anos de 1965, 1968, 1973 e 1981. Por sua vez foram sub-divididos em quatro categorias: total dos bancos, 4 maiores, 7 maiores e do Banco Bradesco. Considerando o intervalo entre o ano de 1965 e 1981, verificamos um acréscimo de aproximadamente 3 vezes no número médio de agências dos principais bancos do país. No que se refere ao Bradesco, verificamos que esse crescimento do número de agências aumentou aproximadamente 5 vezes. Essa informação vem contribuir para a

³³⁴ Adaptado de TAVARES, M. A. R. & CARVALHEIRO, N. O Setor Bancário Brasileiro: alguns aspectos do crescimento e da concentração, op. cit., p. 58 & Revista: Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1965/1969/1974/1982.

comprovação de que nesse período houve um acelerado processo de ampliação do número de agências bancárias dos principais bancos do país. Ao mesmo tempo também vem contribuir para confirmar o destacado processo de crescimento do número de agências do Bradesco. Outro ponto importante a ser destacado é que, se compararmos a média nacional de todos os bancos com a média dos 4 maiores bancos, considerando o intervalo entre 1965 e 1981, verificamos que os maiores 4 bancos apresentavam uma média de agências 8 vezes maior que a média de todos os bancos. E se essa comparação for feita considerando o número de agências do Bradesco verificamos que ele chegou a ter o número de agências aproximadamente 14 vezes maior que a média de todos os bancos.

TABELA 16

NÚMERO DE SEDES DE BANCOS POR TIPO DE CAPITAL³³⁵

1964-1976 (em números)

| Tipo de Capital | 1964 | 1976 |
|--------------------------------|------|------|
| Público Federal | 3 | 4 |
| Público Estadual | 21 | 23 |
| Exclusivamente Estrangeiro | 8 | 10 |
| Exclusivamente Nacional | 285 | 50 |
| Maioria de Capital Nacional | 13 | 13 |
| Maioria de Capital Estrangeiro | 6 | 6 |
| Total | 336 | 106 |

FONTE: Banco Central do Brasil & Revista Bancária Brasileira

Nesta tabela 16, verificamos que o processo de centralização bancária ocorreu entre as sedes de bancos por tipo de capital exclusivamente nacional, ou seja, houve uma diminuição de 285 sedes em 1964 para 50 sedes em 1976, isto é houve um decréscimo de 80% aproximadamente. Isso vem comprovar que o processo de centralização bancária atingiu diretamente os bancos de capital nacional. Comparando esta tabela 14 com os números da tabela 10 (a qual faz referência à comparação de todas as matrizes considerando os anos de 1964 e 1972), observamos que na comparação da tabela 10 houve uma diminuição de 62% aproximadamente do total das matrizes bancárias, no caso da

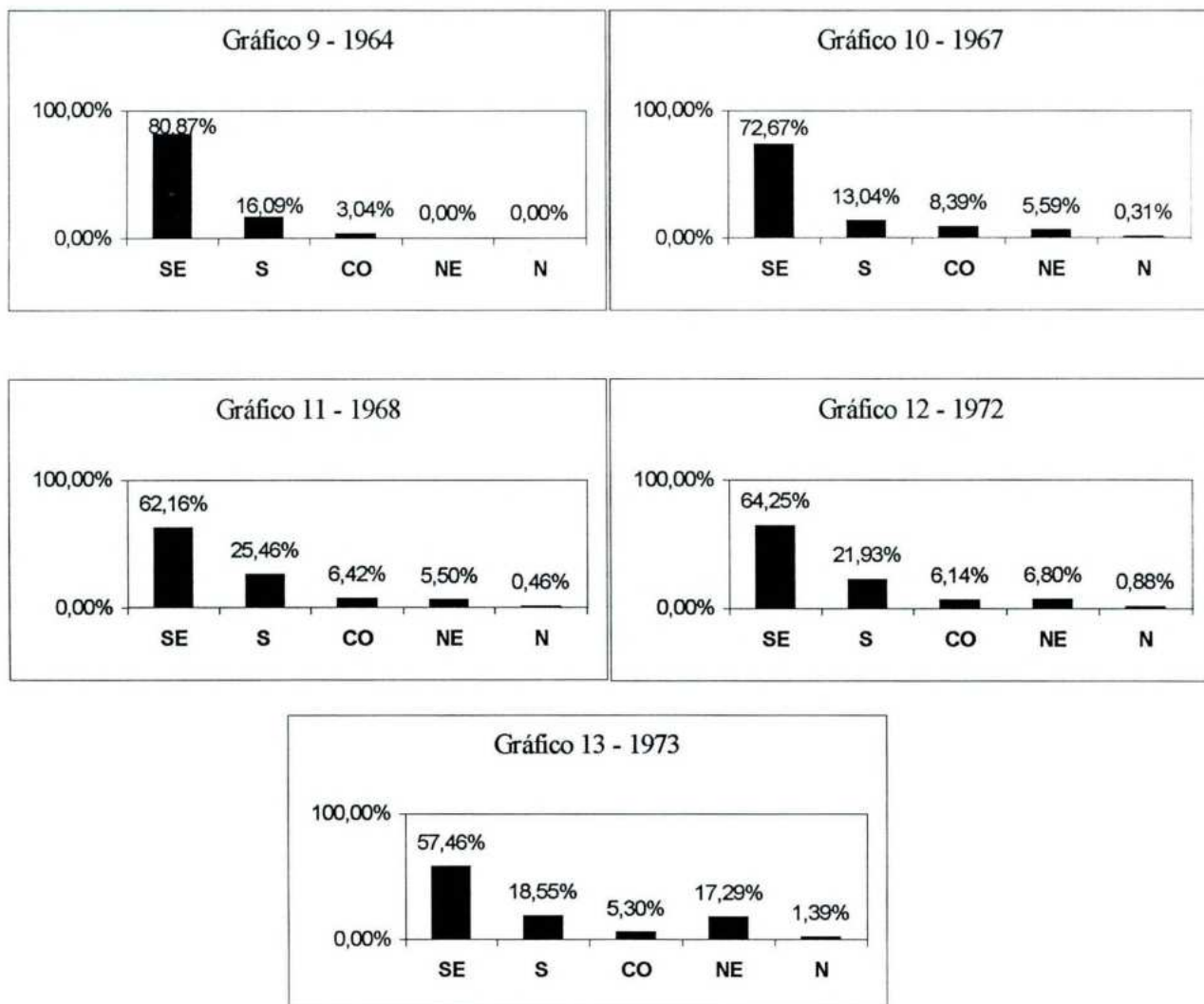
³³⁵ Adaptado de TAVARES, M. A. R. & CARVALHEIRO, N. O Setor Bancário Brasileiro: alguns aspectos do crescimento e da concentração, op. cit., p. 78 & Revista: Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1965. 1977.

comparação da tabela 14 houve uma diminuição de 80%. Isso demonstra que o processo de centralização do capital bancário ainda continuou nos anos 70. A seguir, apresentaremos 5 gráficos sobre a distribuição das agências do Bradesco por regiões.

GRÁFICOS 9, 10, 11, 12, 13.

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1964/1967/1968/1972/1973 (%)



FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro: 1965, 1968, 1969, 1973, 1974.

Analisando os gráficos podemos observar que até o ano de 1964 o Bradesco era um banco de atuação regional, possuía 80,8% de agências na Região Sudeste, ou seja, em números absolutos das 230 agências, que possuía em todo o território nacional, 175 encontravam-se nessa região. Entretanto, antes de ser um banco regional da Região Sudeste, o é do Estado de São Paulo. De todas as agências dessa região 94% encontravam-se no Estado de São Paulo. Em números absolutos, isto significa que das 186 agências da região, 175 encontravam-se nesse Estado. Até 1973 o Bradesco mantém sua expressiva atuação no Estado de São Paulo; das 412 agências localizadas na Região Sudeste 332 localizavam-se no Estado de São Paulo, ou seja, 80% de atuação nesse Estado. Faz-se necessário destacar que a participação das agências do Estado de São Paulo é muito expressiva, não somente no total de agências da Região Sudeste, mas também no total das agências do Bradesco como um todo. Apesar da porcentagem das agências do Estado de São Paulo decrescer com relação ao total geral, ainda, em 1996, representava aproximadamente 36,6% do total do país.

A porcentagem da participação da Região Sudeste no total das agências do país decresce com o passar do tempo. Analisando os gráficos verificamos que diminui de 80,8% em 1964 para 72,7% em 1967. No período entre 1968 e 1972 a porcentagem se mantém em equilíbrio, com aproximadamente 63%. Nesse período, faz-se necessário destacar que esse equilíbrio pode ser resultado das políticas de restrições à abertura de agências e aos incentivos fiscais para incorporações e fusões de outros bancos. Verificamos que durante esse período o número de agências nos estados que compõem essa região se mantém estável. Como exemplo observamos o número de agências na capital metropolitana de São Paulo: em 1968 o Bradesco possuía 71 agências e em 1972 continuava com 72 agências.

Em 1973, apesar da porcentagem da participação da Região Sudeste no total de agências do país decrescer aproximadamente 10%, passando de 64,3% em 1972 para 57,5% em 1973, o número de agências na capital paulista, no mesmo período, cresceu 50%. Aqui está um exemplo claro da expansão do número de agências do Bradesco a partir da incorporação de outros bancos, pois com a incorporação do Banco da Bahia S/A no ano de 1973, o Bradesco passou a contar com mais 20 agências na capital paulista. Essa centralização bancária era uma estratégia que o Banco adotou para poder continuar expandindo sua rede de atuação, uma vez que a proibição à abertura de novas agências

(Resolução n.º 141, de 23 de março de 1970) foi sucessivamente prorrogada até 30 de junho de 1977.

Ainda com relação à região Sudeste, é importante assinalar que no Estado de Minas Gerais, apesar de fazer limite com São Paulo (Estado de origem e maior difusão de agências do Bradesco), até o ano de 1972, o Bradesco possuía apenas 1 agência na capital mineira e 4 agências no interior do Estado. A não penetração do Bradesco no Estado de Minas Gerais deve-se ao fato de que até esse momento os bancos eram regionais e o Bradesco preferiu não enfrentar a concorrência dos vários bancos originários deste Estado que por sua vez tinham domínio praticamente absoluto das transações bancárias realizadas nele. Essa posição dos bancos mineiros pode ser verificada na classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos.³³⁶ Foi a partir do ano de 1973, com a incorporação do Banco Mineiro do Oeste S/A que o Bradesco ampliou sua rede de agências no Estado de Minas Gerais, incorporando 6 agências na capital e 17 agências no interior. No Estado do Rio de Janeiro, até 1972, possuía 13 agências na capital e 7 agências no interior. No ano de 1973 observamos um enorme aumento das agências no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na capital, o Bradesco passa a atuar com 35 agências na capital e 15 no interior. A partir de 1968, o Bradesco passa a atuar no Estado de Espírito Santo, com uma única agência na capital. No ano de 1973 passa a atuar com 2 agências, quantidade que será praticamente inalterada até 1976.

Na região Sul, apesar de existir 37 agências em 1966 (participava com 16,6% do total de agências), todas as agências localizavam-se no Estado do Paraná, sobretudo na região cafeeira do Norte do Estado. O Bradesco amplia sua rede para os outros dois estados da região. No ano de 1967 incorporou o Banco Portoalegrense S/A com 4 agências na capital e 2 no interior, mas nesse ano a porcentagem da Região Sul no total de agências decresce, ficando com 13%. É importante assinalar que, em 1968, o Bradesco difunde significativamente sua rede na região Sul com a incorporação do Banco Ind. e Com. de Santa Catarina S/A passando a atuar em 2 agências na capital catarinense e 54 agências no interior do Estado. Esse número será reduzido para 44 no ano de 1972 e se manterá inalterado até 1976. No ano de 1968 em decorrência da incorporação desse Banco a participação da Região Sul no total de agências do Bradesco aumenta aproximadamente

³³⁶ Para maiores informações sobre a atuação dos bancos mineiros ver: DA SILVA, C. A. F. op. cit.

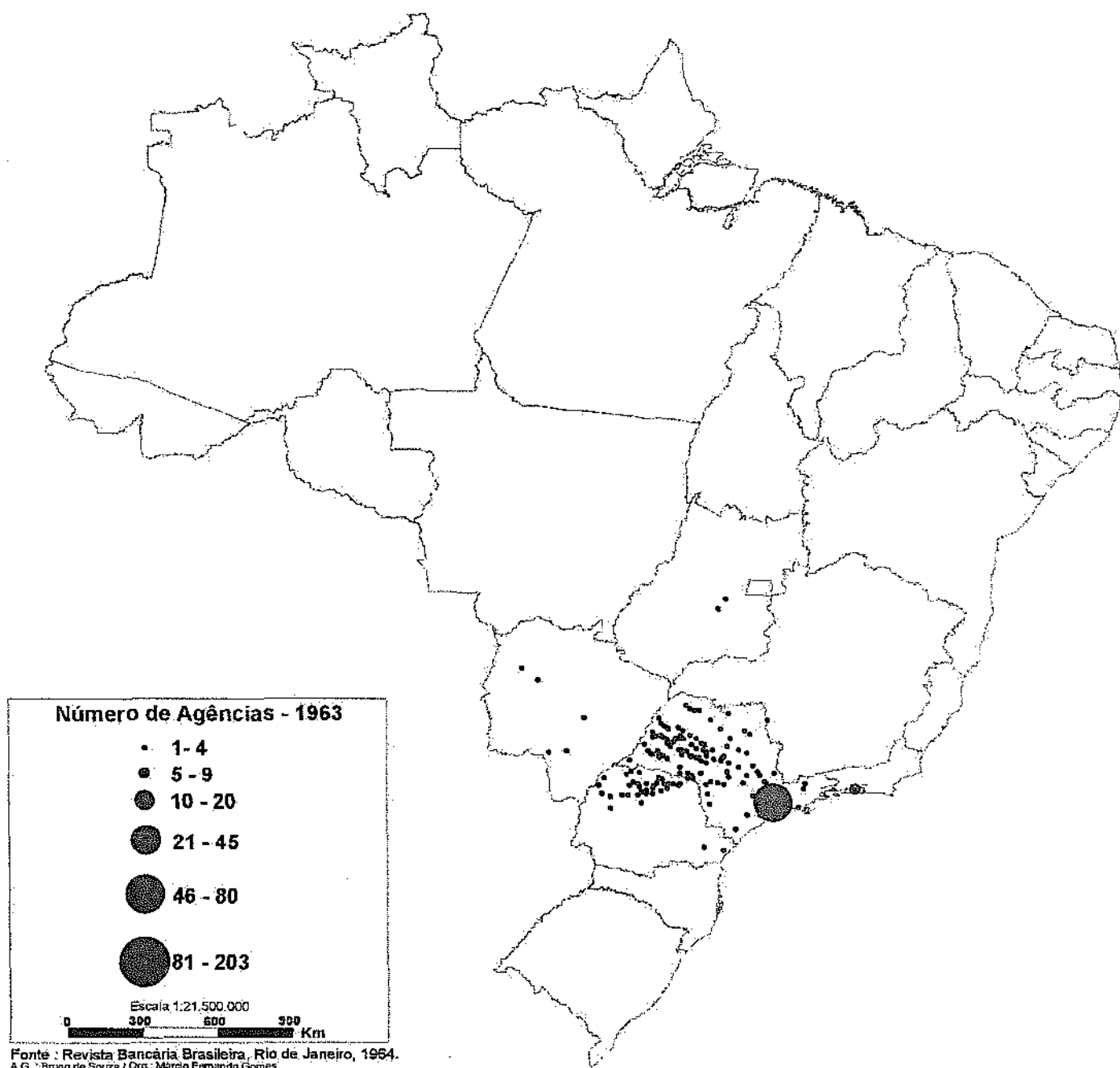
10% em relação o ano anterior, ficando com 25,5% do total. Entretanto, com a incorporação de outros bancos nas demais regiões, a porcentagem da participação da Região Sul no total de agências, em 1973, decresceu para 18,5% do total.

Como demonstramos anteriormente, até meados dos anos 60, o Bradesco possuía 8 agências na região Centro-Oeste e nenhuma agência na região Norte e Nordeste. Como demonstramos, a partir dos incentivos fiscais à centralização bancária, o Bradesco incorporou outros bancos. No ano de 1965 adquiriu o Banco Brasileiro de Goiás S/A, com 1 agência na capital goiana e 15 agências no interior do Estado. No ano de 1967 adquiriu o Banco Mercantil de Pernambuco, com 4 agências na capital pernambucana, número que será inalterado até 1973. Em 1973, o Bradesco adquiriu o Banco da Bahia S/A com atuação em 17 agências na capital baiana e 45 no interior do Estado; além de atuar em outros estados do Nordeste e alguns do Sudeste. Nesse ano o Bradesco está difundido por todo o Brasil, possui 717 agências e é considerado o maior Banco privado nacional, mas é importante assinalar que essa difusão se restringe, sobretudo nos estados do Norte e muitos outros do Nordeste, às capitais dos estados.

No ano de 1973, o Bradesco apresentava uma atuação de 76% de suas agências na região Sudeste e Sul. Ainda, referindo-se às incorporações, verificamos que o Bradesco no ano de 1972 adquiriu o Banco dos Importadores do Ceará S/A, com 2 agências na capital e 6 agências no interior. Analisando os gráficos verificamos que até 1972 as porcentagens das regiões: Centro Oeste, Nordeste e Norte, no total de agências do país é muito pequena, ficavam respectivamente em: 6,1%, 6,8% e 0,9%. Como dissemos anteriormente, a partir da incorporação do Banco da Bahia S/A, a porcentagem do Bradesco cresce nas regiões Nordeste e Norte passando, respectivamente, para 17,3% e 1,4%.

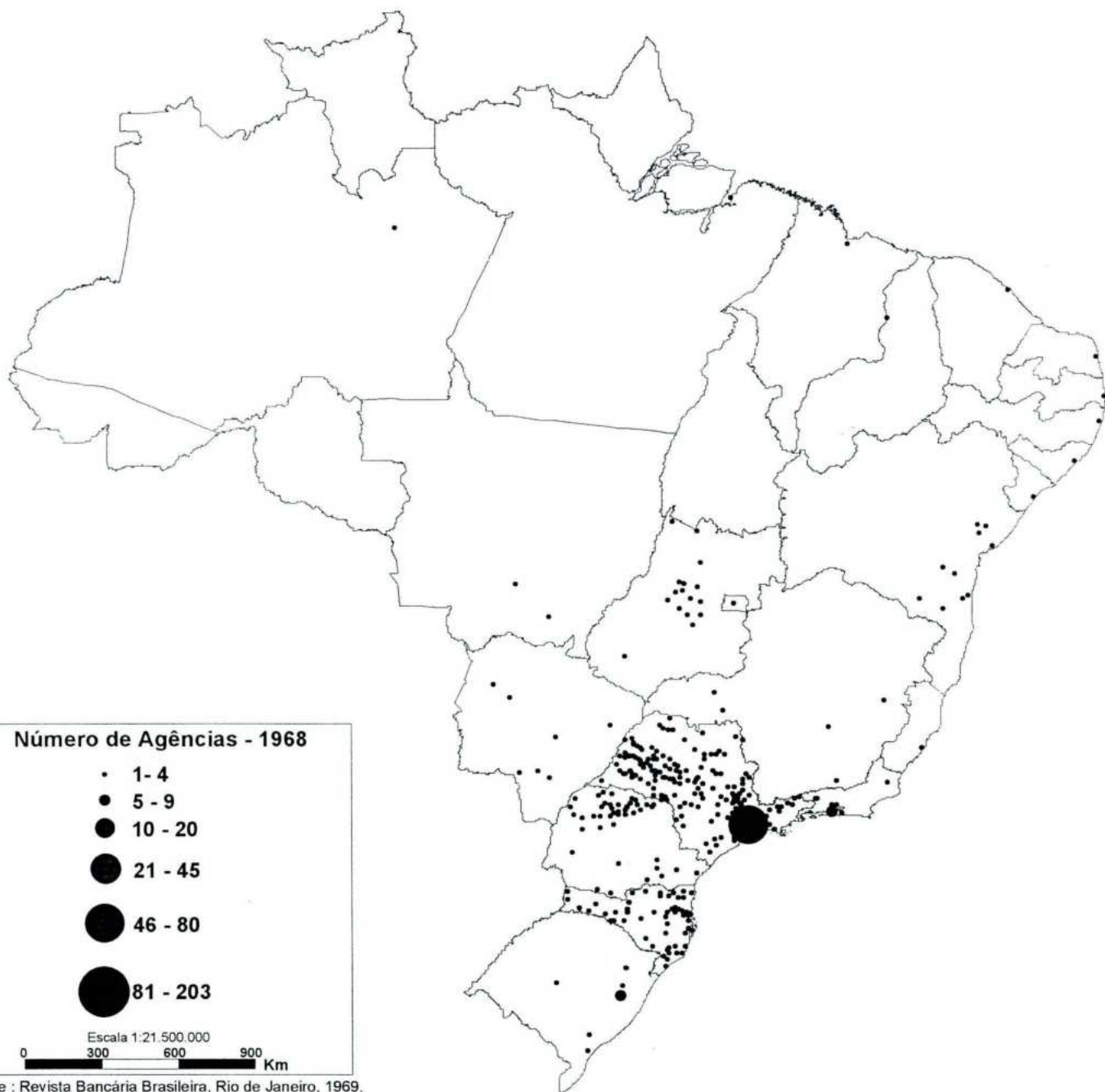
Para melhor visualizarmos essa transição da distribuição das agências do Bradesco de um território regional para nacional, principalmente a expansão da rede de agências nos estados da região Nordeste e Norte, depois da incorporação dos bancos acima descritos, a seguir apresentaremos os mapas de número 4, 5 e 6, respectivamente, nas páginas 161, 162 e 163, que representam a distribuição das agências do Banco no ano de 1963, 1968 e 1973.

MAPA 4 - BRADESCO : Agências bancárias em 1963

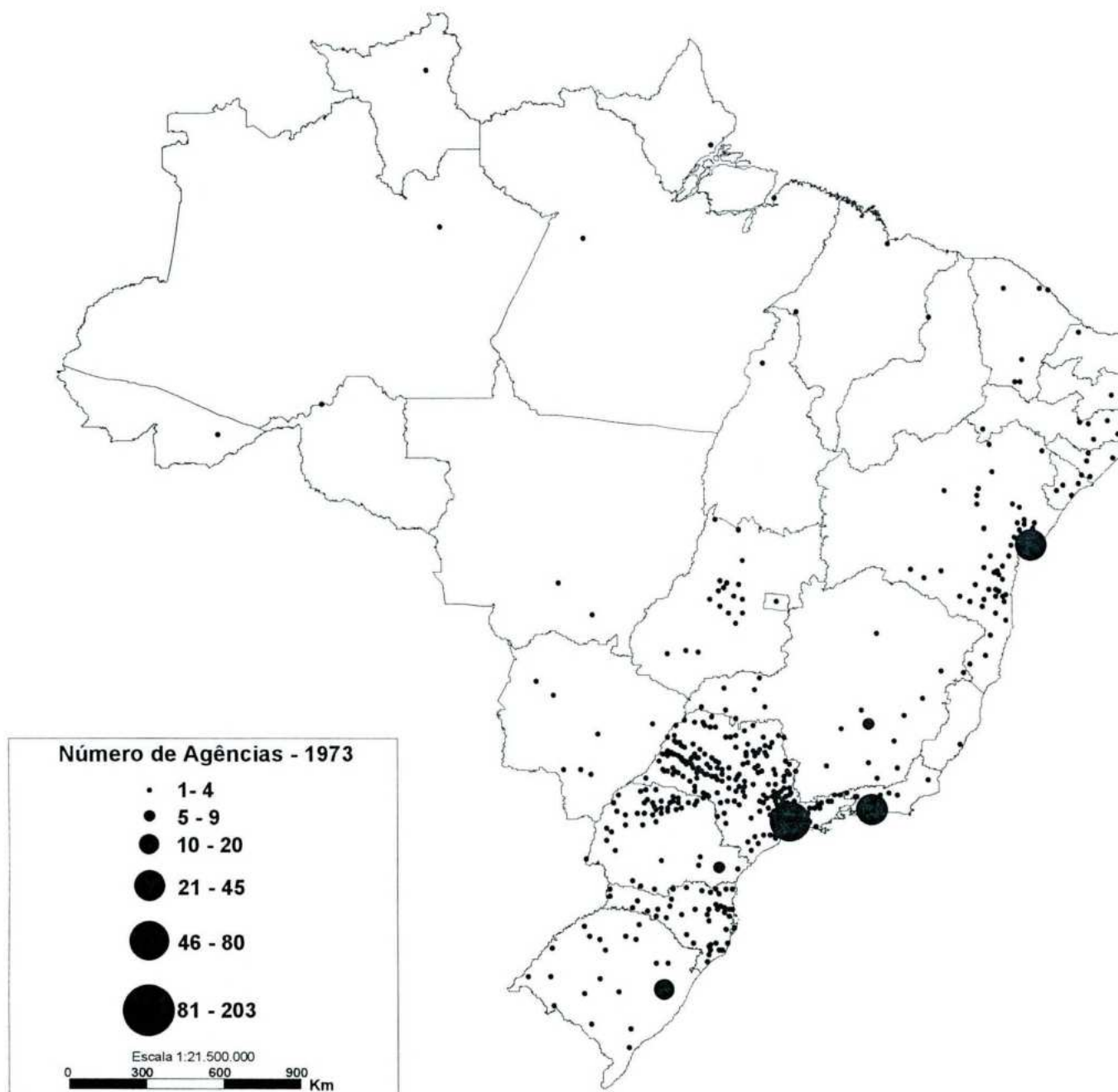


Fonte : Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
A.G. : Bruno de Souza / Org.; Márcio Fernando Gomes

MAPA 5 - BRADESCO : Agências bancárias em 1968



MAPA 6 - BRADESCO : Agências bancárias em 1973



Fonte : Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.
A.G. : Bruno de Souza / Org. : Márcio Fernando Gomes

O conjunto das três tabelas seguintes: 15, 16 e 17 representam a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos nos respectivos anos: 1964, 1968 e 1973. Esse conjunto de três anos refere-se ao período em que as Autoridades Monetárias implantaram a Reforma Financeira e as leis de incentivos ao processo de centralização do capital bancário. Ao mesmo tempo, foi nesse período que o Bradesco incorporou 14 bancos tornando-se o segundo maior banco e o maior banco privado do Brasil.

TABELA 17

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1964 – (milhões de cruzeiros)

| | |
|----------------------------------|-----------|
| 1 – Banco do Brasil | 2.792.515 |
| 2 – Banespa | 178.206 |
| 3 – Banco de Crédito Real de MG | 134.346 |
| 4 – Banco da Lavoura de MG | 129.623 |
| 5 – Banco Nacional de MG | 113.561 |
| 6 – Bradesco | 109.298 |
| 7 – Banco Mercantil | 104.009 |
| 8 – Banco Moreira Salles | 98.854 |
| 9 – Banco Com. e Ind. de SP | 83.946 |
| 10 – Banco do Nordeste do Brasil | 79.195 |

Fonte: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

Como podemos observar na tabela 17, sobre a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos num total de 205 bancos, referente ao ano de 1964, o Bradesco apesar de ser ainda um Banco de atuação regional ocupava a sexta posição com um volume de depósitos da ordem de Cr\$ 109.298 milhões. Podemos observar ainda que, ocupando a terceira, quarta e quinta posição encontramos bancos regionais oriundos do Estado de Minas Gerais. O Banespa vem em segundo e o Banco do Brasil vem em primeiro lugar na classificação.

TABELA 18

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1968 (milhões de cruzeiros novos)

| | |
|------------------------------------|------------|
| 1 – Banco do Brasil | 10.338.592 |
| 2 – Banespa | 1.068.572 |
| 3 – Bradesco | 1.010.544 |
| 4 – Banco do Nordeste do Brasil | 831.135 |
| 5 – Banco da Lavoura de MG | 609.731 |
| 6 – Banco Nacional de MG | 597.944 |
| 7 – Unibanco | 531.037 |
| 8 – Banco do Est. da Guanabara | 465.267 |
| 9 – Banco Mercantil de SP | 439.258 |
| 10 – Banco Fed. Itaú Sul Americano | 427.939 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

Referente à tabela 18 sobre a classificação dos 10 maiores bancos no volume de depósitos num total de 155 bancos do ano de 1968, o destaque fica com o Bradesco que passa a ocupar a terceira posição da classificação, com um volume de depósitos da ordem de NCr\$ 1.010.544, que está praticamente próximo ao valor de depósitos do Banespa, que vem em segundo lugar. Esse crescimento do Banco pode estar associado diretamente às primeiras incorporações feitas pelo Bradesco nesse período. O primeiro lugar foi mantido com o Banco do Brasil, que possuía um volume de depósitos dez vezes maior que os do Banespa e Bradesco. Ainda é importante ressaltar que o Banco Itaú, que será um grande concorrente de posições do Bradesco no futuro, aparece neste ano de 1968 na décima posição da classificação.

TABELA 19

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1973 (milhões de cruzeiros)

| | |
|---------------------------------|------------|
| 1 – Banco do Brasil | 33.478.373 |
| 2 – Banespa | 6.749.559 |
| 3 – Bradesco | 6.638.741 |
| 4 – Itaú | 4.056.328 |
| 5 – Unibanco | 2.844.352 |
| 6 – Real | 2.631.368 |
| 7 – Nacional | 2.624.015 |
| 8 – Banco União Comercial | 2.443.257 |
| 9 – Banco Mercantil de SP | 2.200.398 |
| 10 – Banco Bamerindus do Brasil | 2.140.915 |

FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, Rio de Janeiro, 1973.

No que diz respeito à tabela 19 sobre a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos num total de 107 bancos do ano de 1973, o destaque é para o Banco Itaú que passa a ocupar a quarta posição na classificação. Este Banco, juntamente com o Bradesco, será um dos grandes beneficiários desse processo de centralização do capital bancário implantado pelas Autoridades Monetárias. O Banco do Brasil continuou ocupando a primeira posição na classificação. O Banespa e o Bradesco ocupavam, respectivamente, o segundo e terceiro lugar, possuindo um volume de depósitos praticamente iguais. Faz-se necessário ressaltar que a classificação desses 10 maiores bancos em volume de depósitos do Brasil do ano de 1973 ficou praticamente inalterada nos 20 anos seguintes, apenas alternando de posição entre eles em alguns momentos.

Com relação ao conjunto de tabelas, sobre a classificação dos dez maiores bancos em volume de depósitos dos anos de 1964, 1968 e 1973, podemos destacar que o que o Banco do Brasil sempre esteve na primeira colocação com destacada posição em relação aos outros bancos. O Banco Bradesco S/A apresentou saltou da sexta posição em 1964 para a terceira em 1968. Esta posição foi mantida até 1973. Observamos que os bancos originários do Estado de Minas Gerais perderam posições dentre os dez maiores bancos em volume de depósitos. Faz-se necessário ressaltar que o Banco Itaú, um dos beneficiados desse processo

de centralização do capital, não constava da classificação dos dez maiores bancos no ano de 1964 e passou a ocupar a quarta posição da classificação em 1973.

Em síntese, verifica-se que sobretudo ao longo desse período compreendido entre os anos de 1964 e 1973, as Autoridades Monetárias tendo como perspectiva um sistema bancário-financeiro constituído de bancos com menos problemas sazonais de liquidez e a ampliação da atuação dos bancos por diversas localidades do território nacional, implantou uma série de regulamentações, que tiveram por objetivo incentivar a centralização do capital bancário-financeiro, ao mesmo tempo controlar e orientar as cartas-patentes que autorizavam a abertura de agências bancárias no território brasileiro. Assim, por um lado, o Governo Federal, preocupado em impedir o continuado crescimento do número de estabelecimentos bancários nas cidades de categorias superiores, proibiu a abertura de novas agências. Os maiores bancos impedidos de abrir novos postos de captação de depósitos/recursos, usaram a estratégia de incorporação de outros bancos menores (os quais, segundo as Autoridades Monetárias, tinham dificuldade de se adaptar as novas regras da Reforma Financeira), para expandir suas redes de atendimento, o que resultou na centralização bancária (que também, segundo defendem alguns economistas, tinha por objetivo criar economia de escala nas empresas privadas). Por outro lado, o Governo Federal procurou direcionar a expansão da rede de agências para regiões consideradas menos assistidas, o que implicou na difusão de agências dos bancos por todo o território brasileiro. Nessa perspectiva verifica-se que houve a diminuição do número de matrizes e uma ampliação do número de agências bancário-financeiras, ao mesmo tempo que houve a transformação de muitos pequenos bancos que tinham uma atuação local-regional em poucos grandes bancos de atuação nacional. O Bradesco, beneficiado por esses incentivos fiscais, incorporou 14 bancos com um total de 400 agências tornando-se a partir daí o maior banco e a maior rede de agências privada do Brasil. Apesar das regulamentações das Autoridades Monetárias que “proíbem” a concessão dessas cartas-patentes para os bancos, verificamos que o Bradesco abriu 87 novas agências nesse período. Isso porque as Autoridades Monetárias concederam essas cartas-patentes para o Bradesco – um “banco rígido” – como forma de “compensar” os prejuízos da incorporação dos bancos “podres” com o patrimônio líquido negativos. Portanto, conforme demonstramos neste capítulo, fica evidenciado que a centralização do capital bancário-financeiro, bem como a dispersão

territorial bancária, pelo menos, nesse período entre 1964 e 1973, está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que o próprio processo espontâneo de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica.

CAPÍTULO III – A consolidação da difusão do Bradesco no território nacional: novas tecnologias informacionais e organizacionais (1974-1996)

Neste capítulo vamos demonstrar a consolidação do processo de difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional, possibilitado a partir da implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais. Juntamente com esses elementos vamos verificar também que o Estado diminuiu os incentivos fiscais à centralização do capital e, conseqüentemente, diminuiu a regulamentação que orientava e controlava a dispersão territorial das agências bancárias no Brasil. Ao mesmo tempo, vamos demonstrar a formação do Conglomerado Bradesco, pois o Banco, tornado o segundo maior banco e a segunda maior rede de agências bancárias do Brasil, formou um enorme conglomerado financeiro, com atuação em 30 empresas de diferente tipos. A formação deste Conglomerado tornou-se uma condição necessária para o Banco continuar reproduzindo o seu próprio capital.

Este capítulo examina qual a relação entre a consolidação do processo de difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional, juntamente com a formação do Conglomerado do Banco e a implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais, associadas com as políticas do Estado.

Demonstraremos que a consolidação do processo de difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A, entre os anos de 1974 a 1996, no território nacional está intimamente relacionada com implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais. Nesse período, o Estado diminuiu sua intervenção na centralização do capital e no controle da dispersão das agências bancário-financeiras, porque houve restrições da política monetária e creditícia, agravadas pela dívida externa. Isso permitiu uma mobilidade própria dos bancos. O Bradesco aproveitou-se dessa mobilidade e abriu agências pioneiras, aumentando o lucro com o *spread* financeiro, possibilitado pela alta inflação do período. Após o Plano Cruzado, o Banco refluíu e se preparou para uma futura estabilização da economia, ou seja, imediatamente diminuiu 10% das suas agências e manteve o total de agências do ano de 1987 até o ano de 1991. Além do que, o Banco gestou uma enorme reestruturação empresarial, que acabou integrando a rede nacional de agências e interferiu no perfil e no quadro de funcionários. Neste período, o Estado diminuiu a importação de tecnologia

informacional para controlar a balança de pagamentos e criar uma reserva de mercado para proteger a indústria em surgimento no país. O Bradesco criou e desenvolveu uma fábrica de tecnologia informacional. A concentração de capital e a rede de atuação nacional do Bradesco possibilitou-o formar um dos maiores conglomerados financeiros e empresariais do Brasil, com atuação em 39 empresas de diferentes tipos. Tal conglomeração não apenas foi possível a partir da concentração de capital e da rede de agências com atuação nacional, mas também tornou-se necessária para a reprodução do próprio capital do Banco.

1. A integração econômica brasileira e a formação de instituições bancárias integradas nacionalmente, juntamente com a política macroeconômica

Antes de contextualizarmos as condições que permitiram a consolidação da difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional no período entre 1973 e 1996, ou seja, a implantação das novas tecnologias informacionais e organizacionais, vamos contextualizar as condições da integração econômica brasileira e a formação de instituições bancárias integradas nacionalmente, juntamente com as considerações sobre a política macroeconômica do Brasil.

Logo após o momento de grande expansão da economia brasileira, durante o período 1968-73, conhecido como “milagre brasileiro”, as políticas territoriais do Estado estiveram em mutação. Assim, as políticas voltadas para as superintendências regionais cediam lugar para as políticas dos pólos de desenvolvimento sugeridas pelo Plano Decenal (1967-76).

Desse modo, a partir do ano de 1973, conforme Silva (1997), “a crise do petróleo e o início da fase de reestruturação produtiva e financeira da economia internacional permitiram uma integração da economia nacional através de circuitos financeiros, tornando secundárias as políticas de desenvolvimento regional promovidas pelo Estado brasileiro, já que a competição entre os países para atrair firmas e capitais externos desqualificava as políticas macrorregionais. Com efeito, o Nordeste, assim como as demais periferias, que antes era tratado como região-problema, passou a ser considerado um ‘problema menor’ diante dos objetivos atualizados a partir do ‘milagre’. Assim, o planejamento regional via superintendências foi substituído por programas específicos capazes de explorar o potencial da região dentro de uma escala que ultrapassasse os limites regionais e atendesse aos

interesses do Estado autoritário e da grande empresa oligopólica e sustentasse os níveis de crescimento do país”³³⁷.

Conforme Cano³³⁸, a partir de 1962, verificou-se no processo de formação do mercado nacional uma integração produtiva, consolidando-se a implantação da indústria pesada e as novas formas de “articulação inter-regional”. O Estado brasileiro na perspectiva de inserir-se na economia-mundo, buscou através do ideário dos pólos de desenvolvimento implantar no território nacional as forças motrizes da economia internacional.

Desse modo, observamos que o I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-74, desqualificava as políticas regionais e enfatizava a necessidade de identificar potencialidades microlocalizadas nas regiões e explorá-las dentro da órbita da área do país. Conforme o I PND (1971), “a integração nacional se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, notadamente agrícola-mineral, e complementando dessa forma o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte”³³⁹.

Assim, conforme Silva (1997), havia uma estratégia de complementaridade entre as regiões através de diversos programas: PIN, PROTERRA, PROVALE, PRODOESTE. Estes programas davam ênfase na manutenção das taxas de crescimento da economia via expansão do mercado interno e promoção das exportações.

As conseqüências desse I PND foram a implantação de um sistema de rodovias de articulação regional, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Outras transformações ocorridas a partir de então foram os planos de irrigação do Nordeste, os planos de colonização oficial através do INCRA, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola da Amazônia.

Na perspectiva de complementar e dar continuidade ao I PND, o Estado elaborou o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-79, “criando as condições financeiras ideais à expansão geográfica do capitalismo brasileiro através dos incentivos fiscais e da participação do capital externo, capital privado nacional e dos recursos públicos na

³³⁷ SILVA, CARLOS A. F. da. *Dinâmica Espacial do Capital Bancário – Difusão, Integração e Crise: Estudo de Caso do Banco Nacional S/A*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, UFRJ, 1997, p. 89-90.

³³⁸ CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970*. op. cit.

³³⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *I – Plano Nacional de Desenvolvimento*. Diário Oficial, 17/12/71, p. 28.

consecução do projeto de integração econômica e de Brasil Potência”³⁴⁰. Por um lado, o Plano visava a integração do país como um todo, mas também privilegiava as particularidades sub-regionais através da especialização regional de vários programas criados e geridos pelas superintendências: Polamazônia, Polocentro, Polonordeste, Prodegran, Codevasf, Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, etc. Por outro lado, o ímpeto do processo de industrialização brasileiro durante o período do “milagre brasileiro” expôs o estrangulamento do setor de bens de produção e de insumos básicos.

Numa conjuntura de elevação dos preços do petróleo, agravadas pela crise de 1973, tornaram difícil a expansão das importações de equipamentos. O Estado, procurando enfrentar esse impasse, mudou o eixo dinâmico da economia, direcionando para a etapa final do processo de substituição de importações, ou seja, os de bens intermediários de produção e bens de capital, passando a investir no Pólo Petroquímico do Nordeste, do Complexo Mineral Petroquímico Regional (Salvador-Aracaju-Maceió), Pólo de Fertilizantes do Nordeste e Complexo Metal-Mecânico e Eletro-Mecânico. Entretanto, diante das dificuldades financeiras do Estado e da necessidade de manter elevadas taxas de crescimento num contexto de crise internacional, os investimentos financeiros nesse setor somente foi possível através de endividamento externo que, naquela época, favorecia a necessidade de reciclagem dos petrodólares em poder dos bancos supranacionais.³⁴¹

Faz-se necessário ressaltar que o II PND objetivava a dinamização do núcleo industrial do Centro-Sul, mas procurando não apenas concentrar as atividades econômicas nas principais áreas metropolitanas. Conforme Becker e Egler³⁴² a partir de um novo processo de urbanização, apoiado em base logística para a implantação da modernização acelerada e conservadora, o Estado intensificou a mobilidade do capital e da força de trabalho, ao mesmo tempo que da difusão das informações através de grandes investimentos em redes técnicas, tais como: comunicações, energia elétrica, transportes, oleodutos, aeroportos, portos, telecomunicações.

A lógica desse planos nacionais de desenvolvimento era ordenar o território, a partir de pólos de desenvolvimento e de integração econômica promovidos pela transferência de capital produtivo do Sul-Sudeste para as regiões periféricas, com base nos incentivos fiscais

³⁴⁰ SILVA, CARLOS A. F. da, op. cit., p. 90.

³⁴¹ Idem

³⁴² BECKER, B. K. & EGLER, C. op.cit.

e financeiros oferecidos pelo Estado às empresas que investissem na Amazônia, Centro Oeste e Nordeste. Assim, a industrialização dessa periferia foi caracterizada, por um lado, pelos investimentos de grupos monopolistas, oligopólicos, que objetivavam reserva de mercado ou posições hegemônicas em setores específicos. Por outro lado, houve um desregionalização do capital industrial do Sudeste, a região mais dinâmica e industrializada da economia brasileira, na perspectiva de novos espaços produtivos.

A expansão do mercado interno através da integração produtiva e da complementaridade entre as economias regionais e a acelerada urbanização do país ampliaram os fluxos comerciais inter-regionais e, conseqüentemente, envolveram o setor financeiro do país. Nesse contexto insere-se a transformação dos bancos de atuação regional em verdadeiros bancos de atuação nacional, difundidos por todo o território brasileiro, até mesmo nas recentes áreas de fronteira agrícola. “O primeiro estímulo direto à ocupação bancária da Amazônia decorreu da Resolução 193/71 que se inscrevia no processo de colonização dirigida do Estado via PIN. A resolução autorizava a concessão de cartas-patentes para a abertura de agências ao longo da rodovia Transamazônica, nos centros urbanos já instalados e/ou que viessem a ser instalados”³⁴³. Esses incentivos à abertura de agências pioneiras na área de fronteira agrícola foram acompanhados por outros incentivos à apropriação de terras e investimentos no setor agropecuário. Conforme a Resolução 493, de 19 de outubro de 1978, essas agências funcionavam como “postos avançados de captação de crédito rural” e de ampliação das “zonas de oportunidades” e do espaço de atuação dos grandes conglomerados financeiros.

Nessa perspectiva de integração do território nacional, não é surpreendente que a região Amazônica, apesar da baixa densidade de povoamento, tenha sido integrada ao sistema bancário doméstico. Uma das condições que permitiram aos bancos fazerem as suas conexões entre as agências bancárias locais e as sedes dos bancos, localizados no Centro-Sul do país, foram os altos investimentos estatais em serviços de telecomunicações, que aliás foi uma das condições mais importantes para a política de integração nacional.

Ainda com relação ao desenvolvimento das atividades bancário-financeiras na Amazônia faz-se necessário abrir um parêntese e ressaltar um importante aspecto dessa

³⁴³ BECKER, B. K. & EGLER, op. cit., p. 93.

intermediação de capital nessa região. Lia Osório Machado³⁴⁴, num excelente artigo, procurou fazer uma correlação entre o movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. A questão central que se colocou neste contexto (e que não é respondida com precisão neste trabalho) foi se o comércio da droga e a lavagem de dinheiro tem tido um papel na evolução econômica da região, ou seja, no financiamento de atividades produtivas absolutamente legais. “Se isso ocorre na região e *onde* ocorre são questões que permanecem por ora em aberto. O que se pode afirmar a partir dos dados disponíveis é que o movimento de dinheiro através do sistema bancário é, em muitos casos, incompatível não só com a maioria das economias urbanas como das economias sub-regionais”³⁴⁵.

Baseado em informações do Banco Central, esta autora fez um mapeamento do movimento de cheques compensados, durante todo o ano de 1995, classificados por praça bancária, ou seja, por cidades onde existiam agências de bancos privados e públicos. Desse mapeamento pode-se verificar que o valor total dos cheques compensados nestas localidades era muito alto se comparado com o valor de dinheiro transacionado nas atividades legais desenvolvidas nestas localidades. Um dos exemplos pode ser verificado na cidade de Tefé, localizada no rio Solimões (Oeste do Estado do Amazonas), com um população de aproximadamente 60.000 habitantes (72,3% urbana). Tefé é considerada uma cidade que cresce e apresenta um desenvolvimento das atividades econômicas sem apresentar a origem do dinheiro, um dos indícios pode ser verificado correlacionando o volume de cheque compensados e a arrecadação federal. Segundo Lia Osório Machado, no ano de 1995, “o movimento de cheques compensados nas três agências bancárias da cidade foi de R\$ 4.877.002,00 e a arrecadação federal de R\$ 692.858,00, um valor similar a Cláudia, no norte de Mato Grosso, em plena zona de produção da soja (R\$ 697.333,00)”³⁴⁶. Aqui se faz necessário ressaltar que, verificando a relação de agências do Bradesco do ano de 1995, notamos que ele possuía uma agência na cidade de Tefé, aberta em 1977. Ainda com relação a esta cidade, Osório Machado diz que “Tefé é um dos mais antigos (e conhecidos) pontos de trânsito no comércio de cocaína no vale do Amazonas. Apesar de existirem repetidos indícios de que seja ponto de trânsito para o comércio da cocaína

³⁴⁴ OSÓRIO MACHADO, L. *Movimento de Dinheiro e Tráfico de Drogas na Amazônia* IN: Hegemonia do Cinismo. Coord. Maurides de Melo Ribeiro e Sérgio Dário Saibel, São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

³⁴⁵ Idem, p. 233.

³⁴⁶ Ibidem, p. 236.

através da rede de circulação aérea, Tefé também está bem posicionada em relação à circulação fluvial, fato conhecido desde a época pré-colombina. (...) De certo modo, Tefé representa o grupo de cidade onde os lucros indiretos com o tráfico talvez esteja incentivando o surgimento de atividades econômicas absolutamente legais, com base urbana”³⁴⁷.

Neste artigo, Osório Machado ainda apresenta outros exemplos, entre eles o da cidade de Cruzeiro do Sul, uma espécie de cidade “boca do sertão” do Estado do Acre. Aqui enquanto o movimento dos cheques foi de R\$ 17.213.386,00, a arrecadação federal foi de R\$ 1.511.862,00. Do mesmo modo que o verificado na cidade de Tefé, o Bradesco possui um agência na cidade de Cruzeiro do Sul desde 1979. Um outro caso discrepante que a autora apresenta é o do CESEC (Centro de Compensação de Cheques do Banco do Brasil) de Cacoal (cidade localizada na região centro-sul do Estado do Acre). Este CESEC compensa os cheque de 19 cidades da região de Cacoal. Assim, enquanto o valor total dos cheques foi de R\$ 1.318.775.265,00, a arrecadação total de impostos federais foi de R\$ 42 milhões. Igualmente ao verificado em Tefé e Cruzeiro do Sul, o Bradesco possui agência em Cacoal desde 1977.

Constatando que os dados sobre compensação de cheques não dão o quadro completo de movimentação de dinheiro na região Amazônica a autora apresenta dois mapas (ver em anexo) da remessa eletrônica, baseada em informações e dados da Embratel, especificamente da rede de telecomunicações por satélite (Datsat-BI), e conclui que: “os bancos são os principais clientes do Datsat-BI e, como mostram os mapas, as cidades da região, em sua maioria, estão diretamente conectadas a São Paulo, sede dos principais bancos”³⁴⁸.

Retornando ao aspecto do processo de integração produtiva e às novas articulações inter-regionais, verificamos que a partir da segunda metade da década de 70, o Estado perdeu a sua capacidade de apoiar, financiar e investir no processo de integração produtiva. No que se refere a região Amazônica, o Governo Federal, diante da crise vivida naquele momento, retraiu os investimentos e apoios às políticas de assentamento e implantação de infraestrutura, que teve por conseqüência um agravamento dos problemas sociais e econômicos dessa região, tais como: o processo de apropriação de terras; a disponibilidade

³⁴⁷ OSÓRIO MACHADO, L., op. cit., 236.

restrita de crédito a juros baixos; a baixa capacidade de endividamento dos pequenos produtores rurais. No outro pólo oposto, as atividades ligadas ao mercado internacional apresentaram um maior grau de capitalização, destacando: a agroindústria da soja, que se desenvolveu no cerrado de Mato Grosso; os projetos de mineração, sobretudo o Projeto Carajás, Oriximiná; a indústria de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus; e a indústria madeireira.

A capacidade de gestão da economia do Estado tornou-se reduzida porque o Brasil também sofria os impactos da reestruturação produtiva e financeira da economia mundial. A internacionalização da produção de serviços financeiros, bem como a globalização da concorrência nas finanças internacionais provocaram a expansão dos fluxos globais de capitais especulativos. A partir de 1979, com a elevação dos juros internacionais em decorrência da política monetária dos EUA, elevando o valor do dólar a fim de fechar o balanço de pagamentos, houve uma polarização dos fluxos financeiros em favor dos países desenvolvidos, sobretudo EUA e uma conseqüente contração dos empréstimos externos para os países em desenvolvimento.

Desse modo os países como o Brasil entraram na longa crise da dívida externa. Isso tudo levou a economia brasileira a ter menores taxas de crescimento e, conseqüentemente, debilitou o Estado do ponto de vista fiscal, sobretudo no que diz respeito a sua capacidade de financiar a industrialização e os projetos de integração produtiva. Nessa perspectiva, não somente o Estado passou a contrair empréstimos no exterior, mas também os empresários nacionais, pois a necessidade de aumentar as reservas internacionais por conta da crise da dívida, principalmente entre 1977 a 1980, fez com que o Governo Federal implantasse uma política monetária que tinha por objetivo estancar os empréstimos internos, a partir de juros altos a fim de incentivar a captação dos empréstimos externos.

Em 1980, a política macroeconômica, elaborada pelo então Ministro Antonio Delfim Netto, depois de um período de oito meses de relativa folga de liquidez e taxas de juros fixas, promoveu um aperto no crédito e uma elevação de juros sobrepostos a taxas internacionais. Com relação a este fato Assis diz que “a mesma política se manteve após a moratória mexicana de setembro de 1982, quando os bancos comerciais privados internacionais privados virtualmente suspenderam a concessão de novos empréstimos em

³⁴⁸ OSÓRIO MACHADO, L., op. cit., p.239.

moeda aos países endividados do Terceiro Mundo. Não havia mais desculpa da necessidade de induzir a tomada de crédito externo, pois este se tornaria indisponível. Era necessário, porém, ajustar-se a política monetária aos critérios do FMI, que tão logo baixou a poeira das eleições de novembro de 1982, foi chamado a abençoar o programa recessivo, o mais agudo da História econômica do País³⁴⁹. Em 1983, a recessão foi tão grande que houve uma queda de 3,6% do PIB.

O Sistema Bancário foi duplamente beneficiário dessa política. Por um lado, como mediador dos créditos externos ganhavam um *spread* que, em algumas situações, chegou a 8% e, em geral, nunca ficava inferior a 4%. Por outro lado, os bancos se tornaram o intermediário para o endividamento interno do setor público. “Captando depósitos à vista a taxas negativas e aplicando os recursos no *open*, a taxas reais que chegaram a alcançar 21% ao ano, transformaram-se no mais lucrativo cartório de negócios sem risco, dentro da economia³⁵⁰. Nessa perspectiva, a relação que se estabelece com ampliação da rede de agências dos bancos, nesse período, está no fato de que quanto maior o número de agências maior a possibilidade de captação de depósitos e, conseqüentemente, maior a lucratividade desses bancos.

Esta prática de intermediação ao setor público fez com que diminuísse os empréstimos ao setor privado. “Privatistas na retórica, os banqueiros nacionais tornaram-se na prática, mediadores privilegiados do financiamento extorsivo ao setor estatal (...) Entre 1978 e 1984 o volume real de empréstimos ao setor privado pelo sistema monetário decresceu à espantosa taxa anual de 10,5%. A contração dos empréstimos do Banco do Brasil foi ainda mais aguda, da ordem de 21% ao ano. O setor agrícola, essencialmente privado, e a pequena e média empresas nacionais, que constituem os tradicionais clientes desse banco, sentiram o impacto direto do estrangulamento de crédito. As grandes empresas privadas, nacionais e estrangeiras, tinham o recurso ao mercado externo de empréstimo³⁵¹. Assim, verificamos que os bancos, por um lado, diminuíram os empréstimos ao setor privado, e por outro aumentaram os empréstimos ao setor público. Os empréstimos destinados ao setor privado, passaram de 75% em 1980, para 55,6% em 1984. Em

³⁴⁹ ASSIS, J.C. op. cit., p. 22.

³⁵⁰ ASSIS, J. C. op. cit., p. 23

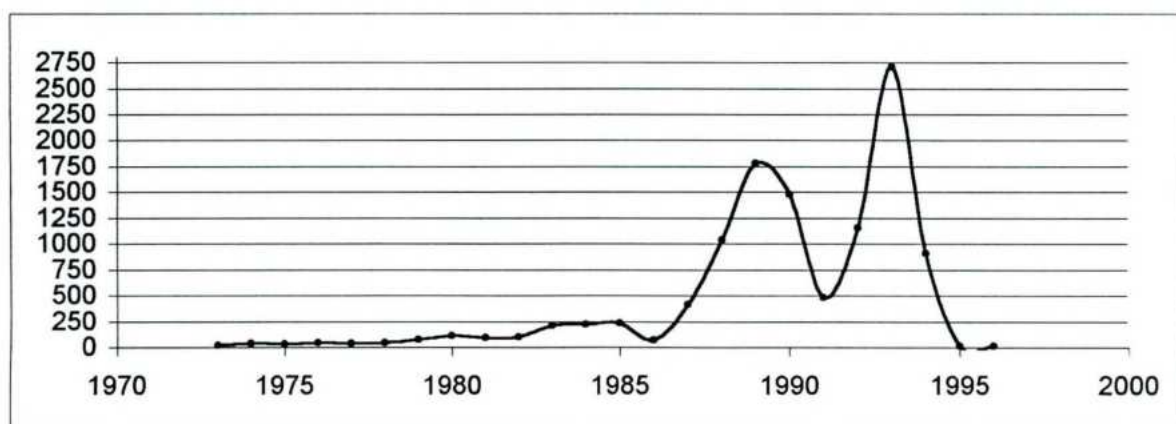
³⁵¹ ASSIS, J. C. op. cit., p. 44.

contrapartida, os empréstimos dos banqueiros privados ao setor público passaram de 24% em 1980, para 44% no ano de 1984.

A partir deste contexto de crise recessiva, o Banco Mundial sugeriu um receituário baseado na desregulamentação dos mercados, privatização de empresas públicas, controle da inflação e redução do Estado. Nessa perspectiva, o Estado brasileiro orientado pelo FMI implantou vários planos antiinflacionários, também conhecidos como Planos de Estabilização: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990).

Faz-se necessário ressaltar que apesar dos esforços para controlar os índices de inflação, verificamos que estes atingiram índices estratosféricos, atingindo 2.708,55% em 1993, o maior índice de toda a história, desde de que começou a ser contabilizado em 1945. A seguir apresentamos um gráfico referente ao período entre 1973 e 1996 para comprovarmos que apesar dos esforços de estabilização econômica os índices inflacionários estiveram muito altos.

GRÁFICO 14
ÍNDICE DE INFLAÇÃO
1973-1996 (%)



FONTE: IGP-DI (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS) DA FGV³⁵²

³⁵² CONTRERAS, L. R. Z. op. cit.

Com relação às informações deste gráfico podemos observar que o índice geral de preços apresenta um movimento ascendente na medida em que passamos dos anos 70 para os anos 80 e 90. Durante os anos 70 o índice geral dos preços saiu de um patamar de 15, % em 1973, para atingir 77% em 1979. Na primeira metade da década de 80, saiu de um patamar de 100% aproximadamente, para chegar a 235% em 1985. No ano de 1986 (Plano Cruzado), verifica-se uma queda acentuada, atingindo 65%. A partir daí, como se pode verificar claramente no gráfico, houve um aumento acelerado do índice geral de preços. No período entre 1988 a 1990 o índice atingiu patamares acima de 1000%. Nota-se que houve uma expressiva queda do índice geral de preços no ano de 1991, chegando a cair para 480%. No ano de 1992 volta a subir e atingiu 1.157%. O ápice do descontrole inflacionário foi no ano de 1993, quando atingiu 2.708%. A partir do ano de 1994 (Plano Real) voltou a diminuir, chegando ao patamar de 900%. Somente no ano de 1995 o controle da inflação foi alcançada, pois o índice geral de preços de 1996 ficou em 9%.

Esses planos de estabilização da economia, ao controlar a inflação, mesmo que tenha sido por um período curto, revelaram a debilidade do sistema financeiro, o qual tinha como um dos seus pilares de sustentação a inflação. Como constatamos durante essa pesquisa os bancos brasileiros sempre foram beneficiários de períodos inflacionários, pois os depósitos não remunerados (depósito à vista e tributos) aplicados no mercado com correção monetária e juros rendem altas taxas de lucratividade para os bancos.

A partir dessa perspectiva de estabilização da economia as Autoridades Monetárias implantaram uma série de medidas para socorrer os bancos, dentre elas: a) redução do custo dos empréstimo de liquidez aos bancos e caixas econômicas (o chamado redesconto); b) permissão de recolhimento do depósito compulsório em títulos públicos até 10% de exigibilidade de cada instituição; c) redução do horário de atendimento ao público, na perspectiva de diminuir os custos dos bancos; d) criação do certificado de depósito interbancário (CDI) para melhorar o uso de recursos disponíveis pelas instituições financeira; e) aprovação da cobrança de tarifas máximas por serviços prestados pelos bancos³⁵³. Além desse apoio do Estado, os bancos implantaram reestruturações empresariais, apoiados em novas tecnologias organizacionais e informacionais, que diminuíram o número de agências e interferiram no perfil e no quadro de funcionários.

³⁵³ ACCORSI, A. Automação: Bancos e Bancários. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1990, 24.

Mais adiante, vamos demonstrar a reestruturação implantada pelo Bradesco, que por sua vez diminuiu o número da sua rede de agências e interferiu no perfil e no quadro dos seus funcionários.

Na perspectiva de examinar a evolução do desenvolvimento produtivo e a novas articulações regionais a partir dos anos 70, abaixo apresentamos uma tabela sobre a distribuição regional do PIB³⁵⁴, correlacionadas com a distribuição das agências do Bradesco.

TABELA 20

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DAS AGÊNCIAS BRADESCO

1970/1980/1991 (%)

| | 1970 | | 1980 | | 1991 | |
|--------------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
| | PIB | AB | PIB | AB | PIB | AB |
| Norte | 0,022 | 0,68 | 0,033 | 4,27 | 0,049 | 5,00 |
| Nordeste | 0,119 | 5,25 | 0,122 | 19,28 | 0,142 | 12,90 |
| Sudeste | 0,652 | 64,38 | 0,622 | 47,87 | 0,590 | 53,40 |
| São Paulo | 0,395 | 59,36 | 0,378 | 31,10 | 0,367 | 35,60 |
| Sul | 0,179 | 23,29 | 0,173 | 17,94 | 0,152 | 17,20 |
| Centro Oeste | 0,036 | 6,40 | 0,050 | 10,64 | 0,067 | 11,50 |
| Brasil | 1,000 | 100,00 | 1,000 | 100,00 | 1,000 | 100,00 |

FONTE: O PIB foi extraído de AZZONI (1997) e a AB foi extraído de Revista Bancária Brasileira (1970-80-91)

Com relação à tabela 20, sobre a distribuição regional do produto interno bruto (PIB) e das Agências Bradesco S/A (AB), podemos analisar as diferenças regionais que existem no Brasil, comparando os anos de 1970, 80 e 91, tanto no que diz respeito à distribuição do valor, aqui analisado a partir do PIB, bem como da distribuição regional das agências do Bradesco.

Analisando o PIB verificamos que ao longo desse período de 21 anos houve uma pequena alteração dos índices do PIB pelas diferentes regiões. Entretanto, analisando os

³⁵⁴ AZZONI, C. R. *Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: Análise a Partir de Séries Históricas Estaduais de PIB, 1939-1995*. p. 341- 440 IN: Estudos Econômicos vol. 27 nº 3 São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1997.

anos isoladamente verificamos que ainda há uma forte centralização do PIB na Região Sudeste com aproximadamente 60% do PIB.

Comparando os índices do PIB referente aos três anos verificamos que houve uma diminuição da participação das regiões Sudeste e Sul, principalmente no Estado de São Paulo, a favor de um acréscimo da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Isso talvez contribua para confirmar o processo de integração produtiva que ocorreu a partir de 1962, consolidado a partir da implantação da indústria pesada e as novas formas de articulação regional.

No que se refere à distribuição regional das agências do Bradesco, verificamos que houve um processo difusão da rede de agências pelo território nacional. Nesse sentido houve uma diminuição da participação da Região Sudeste de um patamar de 64% em 1970 para 47% em 1980. Entretanto, essa participação da Região Sudeste volta a crescer em 1991 para um patamar de 53%, mas ainda confirma-se a difusão da rede das agências por todo o território nacional.

O mesmo processo acontece no Estado de São Paulo, pois é o Estado que concentra o maior número de agências do Bradesco, ao mesmo tempo é o Estado mais dinâmico da economia nacional. Neste Estado, o Banco saiu de um patamar de 59% das agências em 1970, passando para 31% em 1980 e atingindo o patamar de 35% em 1991. Esse crescimento da participação da Região Sudeste, bem como do Estado de São Paulo em particular, entre o ano de 1980 e 1991, deve-se ao processo de reestruturação empresarial que o Banco passou logo após o Plano Cruzado em 1986, com o fechamento de muitas agências nas regiões menos dinâmicas da economia nacional.

Isso pode ser comprovado analisando a participação da Região Nordeste, que passou de 5% em 1970, atingiu aproximadamente 20% em 1980 e retornou para 13% em 1991. Por meio dos incentivos fiscais, principalmente durante os anos 70, o Bradesco passou a abrir muitas agências pioneiras na Região Nordeste. Mas, tratando-se de uma região mais vulnerável aos desequilíbrios econômicos, com a implantação do Plano Cruzado e, conseqüentemente, diminuição da inflação, essas agências abertas sobretudo no interior dessa região foram fechadas. Esse fechamento das agências do Bradesco nessa região atingiu uma proporção de 43% do total das agências do Banco.

Outro região que teve a sua participação, no total das agências do Bradesco, diminuída foi a Região Sul. Com um patamar de 23% em 1970, passa para aproximadamente 18% em 1980 e, mantendo-se esse patamar praticamente inalterado, chegou a 17% em 1991. No que se refere às outras regiões, houve um crescimento da sua participação no número de agências, com destaque para a Região Norte que passou de 0,68% em 1970, para 5% em 1991. O mesmo acontece com a Região Centro Oeste passando de 6% em 1970, para 11% em 1991.

Correlacionando os dados regionais do produto interno bruto aos das agências do Bradesco, referente a esses três momentos, verificamos que o Banco acompanhou a tendência do desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, numa perspectiva de integração regional e de nacionalização da economia. Desse modo, verificamos uma diminuição na participação da Região Sudeste, mais desenvolvida, a favor de uma maior participação das regiões menos desenvolvidas, ou periféricas, sobretudo Norte, Nordeste e Centro Oeste.

Com relação ao processo de integração produtiva e a novas articulações inter-regionais, verificamos que apesar de ter havido uma retração dos investimentos governamentais na região da Amazônia, como demonstramos acima, durante os anos 80 e início dos anos 90, os processos de integração produtiva e articulação comercial inter-regionais, implantados sobretudo na década de 70, estavam quase consolidados. “A espacialidade resultante é marcada pela emergência de frentes de modernização em áreas da Amazônia e do Nordeste, bem como pela implantação de um cinturão agroindustrial no Centro Sul e fortalecimento de determinados complexos urbano-industriais. Além disso, o processo de integração econômica, via desconcentração concentrada das atividades produtivas, era comandado pela cidade mundial paulista e estava atrelado à internacionalização da economia nacional e aos acordos firmados para a exploração de recursos naturais e aos incentivos às monoculturas de exportação”³⁵⁵.

Em síntese, a partir dos anos 60, na perspectiva da formação do mercado nacional, verificou-se que houve uma integração produtiva, consolidando-se a implantação da indústria pesada e as novas formas de articulação regional. A lógica dos planos nacionais de desenvolvimentos (I PND e II PND) era ordenar o território, a partir de pólos de

³⁵⁵ SILVA, CARLOS A. F. da, op. cit., p. 164.

desenvolvimento e de integração econômica promovidos pela transferência de capital produtivo do Sul-Sudeste para as regiões periféricas, com base nos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Estado às empresas que investissem na Amazônia, Centro Oeste e Nordeste. A expansão do mercado interno através da integração produtiva e da complementaridade entre as economias regionais e a acelerada urbanização do país ampliaram os fluxos comerciais regionais e, conseqüentemente, envolveram o setor financeiro do país. Nesse contexto insere-se a transformação dos bancos de atuação regional em verdadeiros bancos de atuação nacional, difundidos por todo o território brasileiro, até mesmo nas recentes áreas de fronteira agrícola. Nessa perspectiva de integração do território nacional, não é surpreendente que a região Amazônica, apesar da baixa densidade de povoamento, tenha sido integrada ao sistema bancário doméstico. Uma das condições que permitiram os bancos fazerem as suas conexões entre as agências bancárias locais e as sedes dos bancos, localizados no Centro-Sul do país, foram os altos investimentos estatais em serviços de telecomunicações, que aliás foi uma das condições mais importantes para a política de integração nacional. Com essa ampliação do sistema bancário na Amazônia, surgiu a questão central de que se o comércio da droga e a lavagem de dinheiro têm tido um papel na evolução econômica da região, ou seja, no financiamento de atividades produtivas absolutamente legais. Demonstramos também que o Bradesco passou a abrir agências bancárias na região Amazônica desde os anos 70. Correlacionando os dados regionais do produto interno bruto aos das agências do Bradesco, referente aos anos 70, 80 e 91, verificamos que o Banco acompanhou a tendência do desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, numa perspectiva de integração regional e de nacionalização da economia. Desse modo, verificamos uma diminuição na participação da Região Sudeste, mais desenvolvida, a favor de uma maior participação das regiões menos desenvolvidas, ou periféricas, sobretudo Norte, Nordeste e Centro Oeste. A seguir, demonstraremos as condições que permitiram a consolidação da difusão da rede de agência do Bradesco no território nacional

2. A emergência de novos circuitos e novas redes de telecomunicações no Brasil e as tecnologias informacionais e organizacionais do Bradesco

Uma vez contextualizado as condições da integração econômica brasileira e a formação de instituições bancárias integradas nacionalmente, juntamente com as considerações sobre a política macroeconômica do Brasil, agora vamos contextualizar as condições que permitiram a consolidação da difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional no período entre 1973 e 1996, ou seja, à implantação das novas tecnologias informacionais e organizacionais.

Muitos dos problemas e atuações que envolvem a emergência de novos circuitos ou redes de telecomunicações entre os lugares parecem ser manifestações dessas mudanças que ocorrem no regime de acumulação³⁵⁶. Nessa perspectiva, o nosso interesse particular é centrado no maior usuário das telecomunicações, ou seja, o setor financeiro e, especificamente, no Banco Bradesco S/A, um dos maiores usuários de telecomunicações do Brasil.

Durante os primeiros anos da década de 70 as economias capitalistas estavam com enorme capacidade excedente e, com poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. Procurando frear essa inflação, as economias capitalistas ocidentais provocaram uma crise no mercado imobiliário. Este cenário foi agravado a partir de 1973, com a decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e embargar as exportações para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense. Essa crise, primeiro aumentou os custos levando as organizações a economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e depois levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, exacerbando a instabilidade dos mercados financeiros.³⁵⁷

Para enfrentar essa crise internacional o FMI (Fundo Monetário Internacional), a partir do segunda emenda do Convênio Constitutivo do FMI, delineada na Jamaica (1976) e aprovada no México (1978), procurou institucionalizar um sistema monetário internacional instável, ao permitir a “flutuação” generalizada das moedas e a prescindir do ouro como

³⁵⁶ Um dos autores que mais se destaca, nos estudos sobre transformação político-econômica do capitalismo e nas mudanças no regime de acumulação, é o geógrafo David Harvey, principalmente com o seu livro: *Condição Pós-Moderna* (1992).

³⁵⁷ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5^o ed. São Paulo: Loyola, 1992, p.137-8.

unidade monetária internacional, eliminando o preço oficial para esse metal. “Abandonou-se, assim, o princípio de paridades fixas entre as moedas por outro de paridades flexíveis. Esta mudança, que se associa às políticas altistas das taxas de juros e à prática de sua correção periódica nos empréstimos internacionais, dotou o sistema de condições propícias para que se desencadeasse uma maior especulação e uma crescente valorização dos capitais financeiros”³⁵⁸. Esse caminho adotado a partir desse acordo internacional em 1978 – utilizando-se de paridades flexíveis – fez com que o poder do Sistema Financeiro Internacional aumentasse absurdamente nos últimos 20 anos e, o que é pior, de uma forma desregrada.

A grave recessão de 1973 retirou o mundo capitalista ocidental da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços), e pôs em movimento uma série de processos que solaparam o compromisso fordista. “Em conseqüência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político (...). No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta”³⁵⁹.

Essas transformações ocorridas nas décadas de 70 e 80 e que parece apresentar um novo regime de acumulação foi chamado, primeiramente, por Harvey de “acumulação flexível”. E esta é marcada, sobretudo, por um confronto direto com a “rigidez” do fordismo. Apoiado na “flexibilidade” dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, faz surgir setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, extraordinário aumento de inovações comerciais, tecnológicas, informacionais e organizacionais. Provoca mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, criando novas regiões industriais em diferentes e diversas partes do globo; além de transferir uma série de trabalhadores do setor secundário para o setor terciário (setor de serviços). A acumulação flexível também possibilitou um

³⁵⁸ LICHTENSZTEJN, S. e BAER, M. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – Estratégias e Políticas do Poder Financeiro. Ed. Brasiliense, 1987, p.47.

³⁵⁹ HARVEY, D., op. cit., p.140.

novo movimento que Harvey denominou de “compressão do espaço-tempo”³⁶⁰, ou seja, perpétuos esforços de aniquilamento do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro. Aqui os bancos eletrônicos e o “dinheiro de plástico” são importantíssimas inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro no espaço. Os grandes bancos nacionais foram os maiores consumidores dessa nova tecnologia, sobretudo, a de automação.

Segundo Lipietz e Leborgne, o ponto principal da atual revolução tecnológica “é a invasão do microprocessador e das interfaces eletrônicas não somente em novos produtos, mas também no próprio processo de trabalho. (...) É principalmente do lado da inovação em processos que a eletrônica aporta transformações significativas, pois aqui a microeletrônica redefine o próprio sentido da automação”³⁶¹. Ainda com relação à eletrônica Lipietz e Leborgne dizem que oferece maior “flexibilidade” aos equipamentos, significando a possibilidade de mudança de operatório de máquinas padronizadas, mesmo automaticamente. No caso dos bancos são inúmeros os serviços que podem ser executados a partir de um único equipamento eletrônico: aplicações, saques, depósitos, pagamentos, emissão de talões de cheques, etc.

O poder das empresas aumentado, a partir da flexibilidade e mobilidade, permitiu que os empregadores exercessem pressões mais fortes de controle sobre os trabalhadores, o que implicou mudanças nas estruturas sindicais – de confronto e combativas – levando ao retrocesso do poder sindical. A acumulação flexível parece, ainda, implicar em altos índices de desemprego “estrutural”.

Nessa perspectiva, com a acumulação flexível surge uma recombinação simples das duas mais-valias definidas por Marx. Por um lado, a mais-valia absoluta, cuja objetivo apóia-se na extensão da jornada de trabalho associada com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários, o chamado “fordismo periférico”. Por outro lado, a mais-valia relativa, cujo objetivo apóia-se na mudança organizacional e tecnológica, que por sua vez tem a finalidade de diminuir os custos. A junção das mais-

³⁶⁰ HARVEY, op. cit., p. 257.

³⁶¹ LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D., *O pós-fordismo e seu espaço*. Trad. Regina Sívila Pacheco, IN: *Espaço & Debate* 25. Reestruturação: econômica e território. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII, 1988, p.16.

valias absoluta e relativa foi um aspecto deveras visível da acumulação do capital nos anos 80, pois cortou o emprego e os custos do trabalho em diversas empresas industriais e de serviços. Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias, ou seja mais-valia relativa, gerou excedentes de força de trabalho que fizeram com que tivesse o retorno de estratégias de mais-valia absoluta, mesmo nos países capitalistas avançados. O mais surpreendente de todo esse novo modelo de acumulação é que essas novas tecnologias organizacionais e informacionais permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado³⁶².

A partir dessa contextualização do novo regime chamado de “acumulação flexível” procuraremos fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento das técnicas de informação. Sabemos que essas transformações ocorridas a partir de 1973 trouxeram novidades para o mundo do trabalho, mas é importante notar que a sucessão dessas transformações não foram necessariamente cronológica e não atingiram ao mesmo tempo todos os espaços.

A emergência de novos circuitos ou redes de telecomunicações entre os lugares não é um fenômeno particular do Brasil, mas mundial, pois está diretamente ligada às profundas mudanças que estão ocorrendo com a sociedade mundial nos últimos tempos. Essa sociedade, cada vez mais mediada pela técnica da informação, vem caracterizando-se como a “sociedade da informação”. A partir desse contexto Albertin³⁶³ inicia sua dissertação citando dois autores. Primeiramente cita Naisbitt (1982): “A sociedade de informação é uma realidade econômica, não uma abstração intelectual”; em seguida, cita Synnott (1987): “A sociedade de informação está tendo um profundo impacto nos negócios e na competição”.

A informação não é um fenômeno da atualidade, antes esteve presente em todas as organizações; porém, a partir da complexidade dos negócios o seu volume e valor cresceram muito. Nessa perspectiva fez-se necessário mudar o seu tratamento, que estava se tornando mais um problema que uma solução para as organizações.

³⁶² HARVEY, D. op. cit., p. 173-5.

³⁶³ ALBERTIN, A. L. Administração de Informática Um Estudo Sobre Seus Fatores Críticos de Sucesso no Setor Bancário Privado Nacional. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1993.

Leila Dias³⁶⁴, referindo-se à história do desenvolvimento das técnicas de informação no Brasil, diz que podemos dividi-la em duas partes: “A primeira começa nos anos sessenta e se estende ao longo da década de setenta. Neste estado, como observa o relatório de Nora-Minc ‘A informática tinha status particular no seio das grandes organizações: isolada porque se apoiava em máquinas reunidas em um mesmo lugar; centralizada já que reconstituía todas as informações de serviços utilizados; traumatizante enfim, pois entregava um produto final após uma operação com aparência de alquimia.’ A segunda fase, na qual nos encontramos ainda imersos, começa nos anos 70 e adquire uma particularidade pela introdução de microcomputador e pela utilização de redes em tempo integral. A unidade central e os fichários situam-se no seio de um sistema complexo onde os pontos de acesso se multiplicam e onde os terminais, cada vez mais numerosos, dialogam entre si e com os computadores”.

Muitos autores sustentam a posição de que com a evolução da técnica de informação diminuem-se as restrições geográficas. Leite³⁶⁵ diz que estamos “assistindo ao fim das barreiras geográficas nos serviços bancários, como resultado do uso de tecnologias microeletrônicas [e para referendar tal posição, cita Liwei et alii, 1989, p.34]:

‘Antes do uso generalizado da tecnologia de informação, o setor [financeiro] era altamente fragmentado. A maioria das empresas operavam dentro de estreitos limites geográficos e eram limitados pelo contato físico com pessoas e papéis. À medida que os computadores tornaram-se mais presentes, o papel tornou-se mais fácil de processar, mas o crescimento das telecomunicações foi a chave que destravou as restrições geográficas”.

Na busca de uma melhor compreensão das implicações da técnica da informação no processo produtivo e suas conseqüências no entendimento do espaço-tempo, recorremos a Ana Fani A. Carlos, onde diz que “o desenvolvimento da técnica vem implicando em profundas transformações no processo produtivo, as mudanças nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras coloca, antes de mais nada uma necessidade de repensarmos a natureza do espaço num contexto em que uma relação espaço-tempo se transforma de modo incontestável. Na

³⁶⁴ DIAS, L. C. Les Researiz de Telecommunication et L. Organization et Urbaine ou Brasil. Paris: These de Doctorat de Université de Paris, IV Maas, 1991, p.119.

³⁶⁵ LEITE, J. C. Tecnologia e organizações: um estudo sobre os efeitos da introdução de novas tecnologias no setor bancário brasileiro. São Paulo: Tese de Doutorado, FEA/USP, 1996, p.161.

realidade o que Harvey chama de compressão espaço-tempo não faz mais do que apontar uma tendência de eliminação do tempo e não do espaço (...) os fluxos sejam eles materiais ou imateriais deslocam-se num espaço concreto a ser percorrido.”³⁶⁶

No caso brasileiro um outro fator que contribuiu para a emergência de sistemas técnicos de informação foi o longo período inflacionário que viveu o Brasil, pois “o crescimento dos ativos e papéis que impulsionava a inflação, requereu o monitoramento da tecnologia de informação, e a informática já era reconhecida ‘como a espinha dorsal’ do setor de que mais lucrou com a inflação e ‘operações financeiras especulativas’, o setor bancário”³⁶⁷. Durante a década de 80, um período inflacionário, o setor de informática, principalmente a automação bancária, cresceu e se sofisticou de maneira impressionante, pois os bancos nacionais tinham a propriedade ou o controle acionário de seis das dez maiores empresas de computadores nacionais.

Conforme Becker & Egler (1994)³⁶⁸, após os anos 60, apesar da recessão global, a descentralização industrial e o excesso de crédito mundial oferecidos pelos grandes bancos internacionais, combinadas com condições particulares de cada lugar, produziram uma semi-periferia – Brasil, México, China, Índia e os Tigres Asiáticos – no sistema mundial.

Esses autores ainda afirmam que a transformação do Brasil nesse período foi alcançada graças a condições preexistentes, tais como: “um grande território, um mercado interno significativo, e uma sólida base industrial estabelecida na fase anterior. Mas foi também fruto de uma política deliberativa promovida por um regime autoritário socialmente excludente: os militares conquistaram o Estado, que tomou para si a execução de um projeto geopolítico para a modernidade. (...) A combinação do projeto geopolítico com o autoritarismo histórico resultou numa modernização conservadora, implicando profundas transformações e contradições que acabaram desestabilizando o regime no início dos anos oitenta”³⁶⁹.

Essa estratégia de adequar a estrutura territorial a uma proposta de industrialização estava concebida no Plano de Metas, mas foi a partir do I PND (1972-74), e principalmente

³⁶⁶ CARLOS A. F. A. Lugar na “Era das Redes”. Aracaju mimeo, 1995, p.01.

³⁶⁷ PIRES, H. F. *Reestruturação Industrial e Alta-Tecnologia no Brasil, as Indústrias de Informática em São Paulo*. Tese de Doutorado, São Paulo: Depto. de Geografia, FFLCH/USP, 1995, p. 137.

³⁶⁸ BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

³⁶⁹ Idem, p. 124.

a partir do II PND (1975-79), que se consolidou o projeto de ordenar o território nacional segundo a lógica do projeto geopolítico. “Uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolveu, impondo no espaço nacional uma poderosa *malha de duplo controle, técnico e político* – correspondente aos programas e projetos governamentais - a que chamamos ‘malha programada’ ou ‘projetada’. Ela se concretizou principalmente: a) na extensão de todos os tipos de redes – viária, urbana, de comunicação, de informação, institucional, bancária, etc.; b) na criação de novos territórios superpostos à divisão político-administrativa vigente, geridos por instituições estatais, para as quais foram canalizados os investimentos”³⁷⁰.

Nessa perspectiva, a urbanização do país surge como estratégia para a formação das redes nacionais. Assim, “assumem um novo significado como base logística da modernização acelerada. Por um lado, asseguram a intensificação da mobilidade do capital e da força de trabalho; por outro lado, são o *locus* das instituições estatais e da difusão da informação controlada”³⁷¹. A partir de uma rede nacional de telecomunicações, os maiores centros urbanos estão interligados à circulação rápida de informações a longa distância. Essa rede iniciada e intensificada, respectivamente, durante os anos 60 e 70, mostra os efeitos da centralização dos processos decisórios na cidade mundial, ou seja, São Paulo, e atende, principalmente, às demandas do setor financeiro, que depende de ligações rápidas e confiáveis a longa distância para ser competitivo.

Conforme Pires³⁷² os processos de automação da gestão do trabalho e dos fluxos financeiros no Brasil, no período de 1964 a 1993, podem ser divididos em três sub-períodos: de 1964-73, sub-período de implantação da automação bancária; de 1974-86, sub-período de expansão da automação bancária; e de 1987-93, sub-período de oligopolização da automação bancária. Com relação à gestão e crescimento territoriais o autor a subdividiu a partir desses três sub-períodos, respectivamente: gestão centralizada baseada na concentração territorial das atividades e na ampliação da escala de atuação; gestão descentralizada e territorialização da automação bancária baseada na segmentação, integração vertical e na continuação da ampliação da escala de atuação; e gestão

³⁷⁰ BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*, op. cit., p. 145.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 145-6.

³⁷² PIRES, H. F. Reestruturação Industrial e Alta-Tecnologia no Brasil: as Indústrias de Informática em São Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo: Depto. de Geografia, FFLCH/USP, 1995, p. 155.

instantânea e reestruturação territorial, baseada na desintegração vertical, na diferenciação e na ampliação do escopo de atuação.

Para Becker & Egler a empresa financeira multilocal é a materialidade espacial da forma mais avançada de operação capitalista. “É neste sentido que é possível compreender o rápido desenvolvimento do sistema nacional de comunicações a longa distância que, em duas décadas, interligou todo o território nacional, sem que a grande maioria da população tenha acesso sequer a um aparelho telefônico”³⁷³.

Juntamente com essa perspectiva, os militares brasileiros recebiam terem o sistema geopolítico de defesa nacional vinculado à tecnologia proveniente de outro país. Isso os instigou a procurarem estabelecer formas de alianças e intercâmbio com produtores internacionais do segundo nível para o desenvolvimento nacional da produção de novas tecnologias, como é o caso das associações de empresas como a Ferranti, de capital inglês, e a empresa Sycor, de capital estadunidense.

Albertin³⁷⁴ cita Barbosa (1985) para relatar a Política Nacional de Informática. Este diz que em 1961 quatro engenheiros do ITA se empenharam no primeiro esforço na perspectiva de construir um computador brasileiro – o Zezinho. Esse computador tinha fins didáticos em laboratórios e foi construído a partir da utilização de material nacional, mas devido às dificuldades das condições tecnológicas e de mercado o projeto foi abandonado.

Segundo Barbosa citado por Albertin em 1971 “começou a implantação da indústria de computação no Brasil com a assinatura de um contrato entre o Grupo de Trabalho Especial (GTE) da Marinha, juntamente com o BNDE (em nome do Ministério do Planejamento), e com auxílio de agente financeiro – FINEP”³⁷⁵. A partir daí surgiu o projeto “GTE-FUNTEC 111”, com orçamento inicial de US\$ 2 milhões e que possibilitou o início do “Projeto Guarany” com a finalidade da construção do microcomputador G-10. O hardware ficou sob responsabilidade da USP e o software da PUC-RJ.

A Presidência da República, através do decreto-lei de 05 de abril de 1972, criou a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), que tinha por finalidade a criação de um órgão normativo da área da indústria de computadores

³⁷³ BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 198-199.

³⁷⁴ ALBERTIN, A. L., op. cit., p.7.

³⁷⁵ Idem, p. 7.

e dar início às definições de uma Política Nacional de Informática (PNI). Em 1973 foi criado a Eletrônica Digital Brasileira, a qual tornaria-se em 1974 uma empresa pública denominada Digibrás S/A, com objetivo principal de ser um instrumento de intervenção estadual para incentivar e participar no desenvolvimento de eletrônica.

Albertin, citando Barbosa, diz que durante os anos de 1975 e 1976 “o Conselho de Comércio Exterior (CONCEX) estabeleceu as necessidades de anuência prévia da CAPRE para a emissão de guias de importação de equipamentos de processamentos de dados”.

A CAPRE estabeleceu um programa de Hardware que continha três medidas básicas:

“1 – Controle da importação, não apenas com o objetivo de corrigir a balança de pagamentos, mas também para proteger a indústria em surgimento;

“2 – Criação de uma empresa nacional de computação, a COBRA, com 56% das ações para o governo, 39% para a holding dos bancos particulares do Brasil (AEDB) e os 5% restantes distribuídos em pequenos acionistas; e

“3 – Adoção de uma esquema de proteção, reservando o mercado de micro e minicomputadores, assim como equipamentos periféricos, em benefício das corporações nacionais e tecnologia local. Na estrutura do programa, as corporações nacionais obtiveram permissão para adquirir tecnologia estrangeira, partes acessórios e componentes com base num plano progressivo de nacionalização do produto, enquanto se estabeleciam como fabricantes de equipamentos de processamento de dados”³⁷⁶.

Esse mesmo autor diz que a exemplo de outros países, apesar de não ser uma política explícita no Brasil, a COBRA, fundada em 1974, desempenhou o papel de modelo para a indústria de computadores no Brasil. Nesse sentido, a CAPRE estabeleceu cinco critérios para habilitar empresas na fabricação de computadores e periféricos: tecnologia local; incorporação dos componentes de fabricação local; quota de mercado das empresas; participação local; e balança do comércio exterior. No ano de 1976, através da Resolução nº 1 do Decreto nº 77.118, foi criada a Reserva de Mercado e passaram-se a exigir as “genéricas” guias de importação. “Munida deste instrumento jurídico e imbuída de novas funções organizacionais (...), a CAPRE recomendou a reserva de mercado para o segmento de minicomputadores (*sic*) microcomputadores, segmento este que apresentava fortes perspectivas de crescimento e desenvolvimento, principalmente, porque a IBM parecia não

³⁷⁶ ALBERTIN, A. L., op. cit., op. cit., p. 8.

estar empenhada com a política de investir competitivamente em P&D, para a aquisição do Hewlett Packard, Data General (EUA), Nixdorf (RFA), que chegaram a faturar de US\$ 250 milhões a US\$ 1 bilhão (*sic*) por ano, neste segmento”³⁷⁷.

Com essa política a CAPRE selecionou as firmas locais para fabricar microcomputadores no Brasil com tecnologias diversas. “Na época, as empresas de minicomputadores brasileiras mais favorecidas foram: a Cobra, empresa do setor público; a Labo, a Medidata, a Prológica e a Scopus, empresas do setor privado, constituídas no período anterior da resolução; e as empresas de minicomputadores e microcomputadores recém criadas: a SID, a Edisa e a Sisco, constituídas no final dos anos 70”³⁷⁸. Isso resultou na exclusão das empresas multinacionais criando-se a partir daí a “Política de Reserva de Mercado”, servindo para proteger e fortalecer o corporativismo das indústrias, que estavam efetuando a informatização das instituições bancárias, e para preservar algumas empresas emergentes dos grandes conglomerados financeiros nacionais e corporações da concorrência internacional, dentre eles do Conglomerado Bradesco.

Dessa forma esta resolução significou, pelo menos em parte, “a transformação política do domínio territorial e tecnológico das forças econômicas nacionais no mercado de mini e microcomputadores, e representou, também, a consolidação do poder de regulação estatal, onde o Estado, de forma corporativa, passou a ser, através de seus burocratas, o gestor político do mercado da informática nacional”³⁷⁹.

Segundo Albertin, logo após um período de “indefinição” sobre a política a ser traçada, no ano de 1979, a CAPRE “foi substituída pela Secretária Especial de Informática (SEI), responsável por todo o programa de Informática, incluindo autorização para importação de peças e equipamentos eletrônicos para computadores. A SEI foi institucionalmente criada como parte do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República”³⁸⁰. Nessa perspectiva, durante os primeiros anos da década de 80, os atos normativos da SEI, visaram também à dependência tecnológica como característica da área de informática como questão de soberania nacional. Assim, o mercado de microcomputadores foi totalmente atendido por empresas locais, mas o desenvolvimento de

³⁷⁷ PIRES, H. F. Reestruturação Industrial e Alta-Tecnologia no Brasil: as Indústrias de Informática em São Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo: Depto. de Geografia, FFLCH/USP, 1995, p. 133.

³⁷⁸ Idem, p. 133.

³⁷⁹ Idem, p. 133.

³⁸⁰ ALBERTIN, A. L., op. cit. p. 9.

tecnologia de computação foi insuficiente para fazer com que o Brasil fosse autônomo tecnologicamente. “Devido à falta de instrumentos por parte do governo e das empresas nacionais, o parque industrial aplicado ‘sempre foi desfalcado’ em termos de tecnologia”. Conforme Barbosa, citado por Albertin, diante do quadro estabelecido pela PNI, “os beneficiados, acabam sendo os grupos econômicos, e mais particularmente os bancos privados nacionais, que possuem o controle acionário das principais indústrias de computadores, como a Labo-Unibanco, Edisa-Banco Iochpe de Investimentos S.A., SID-Bradesco e Sisco-Grupo Meridional. O interesse dos grupos econômicos do Brasil pelo setor dos computadores é devido ao crescimento desta área e das perspectivas que oferece para novos instrumentos (como os supermicros). Para uma economia em recessão, como a do Brasil, a indústria de Informática, ao oferecer a possibilidade de aumento de taxas de lucratividade para as empresas que atuam nesse mercado, despertam também o interesse do capital bancário”³⁸¹.

No ano de 1984, através da Lei 7.232, tem-se a legitimação da regulação estatal do mercado de informática com a implantação da Política Nacional de Informática – PIN e da Lei de Reserva de Mercado. O Governo Federal “apesar de não mencionar explicitamente a reserva de mercado, reafirma a orientação da política de proteger as empresas nacionais e reservá-las o mercado interno nas áreas e segmentos em que tenham capacidade para atuar, (...) reafirma princípios já utilizados, cria outros e estabelece como objetivo do PNI a capacitação nacional nas atividades de Informática, com proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira”. Essa lei estabelece que “o Conselho de Informática e Automação (CONIN) só autorizará a aquisição de tecnologia no exterior quando houver reconhecido interesse de mercado e não existir empresa nacional tecnicamente habilitada para atender a demanda”³⁸².

O fim da “política de reserva de mercado para informática” foi decretado em 28 de outubro de 1992. Nesse dia deixaram de ter validade as restrições que orientaram o setor por oito anos e passou a ser facilitada a compra de um “computador assinado por uma grife internacional”. Com relação a implantação da Reserva de Mercado, ex-ministro Antonio Delfim Netto, quanto perguntado sobre até que ponto os bancos acharam interessante essa

³⁸¹ ALBERTIN, A. L., op. cit, p. 9.

³⁸² *Ibidem*, p. 10.

política de reservas de tecnologia, assim ele respondeu: “Não, para eles era muito mais barato importar”³⁸³.

Durante os anos 80, considerados por muitos economistas como a década perdida, não foram tão perdidos assim para o setor de informática brasileiro, pois os avanços e inovações conquistadas na automação dos serviços financeiros no Brasil foram relativamente maiores que os alcançados nos EUA e em muitos países da Europa.³⁸⁴ Entretanto, hoje, analisando essa política de reserva de mercado da informática, observamos que os resultados não foram muito satisfatórios. Podemos verificar que o setor de informática, no Brasil, conseguiu catalizar diversos interesses contraditórios. Por um lado, o Governo associa o desenvolvimento da tecnologia à política de segurança nacional e incentiva o fortalecimento do parque industrial; porém não dá prioridade em investimentos governamentais para esta área. Por outro lado, as empresas privadas locais que haviam prometido desenvolver tecnologia própria num prazo de cinco anos, não cumpriram o prometido, o que acabou beneficiando ainda mais os grupos econômicos que não investiram em pesquisa e desenvolvimento, significando mais lucros e menos custos. Isso resultou em perdas aos usuários e à sociedade, que adquiriram um equipamento obsoleto a um custo maior. Ao mesmo tempo, podemos dizer que os incentivos fiscais à implantação de empresas nacionais de informática, ao lado das restrições à importação de equipamentos de informática, alteraram a antiga estrutura oligopólica, controladas por empresas de capital transnacional, principalmente pela IBM, que até meados dos anos 70 controlava 63% da produção de computadores no Brasil, para um outra forma de oligopolização internamente diferenciada e confinada que procurava integrar-se verticalmente

Em síntese, verificamos que a partir dos anos 70 ocorreram manifestações de mudanças do regime de acumulação, chamado de acumulação flexível. Na perspectiva de enfrentar a crise internacional agravada a partir de 1973 com a crise do petróleo, o FMI procurou institucionalizar um sistema monetário internacional instável, ao permitir a “flutuação” generalizada das moedas e a prescindir do ouro como unidade monetária internacional, eliminando o preço oficial para esse metal. A acumulação flexível

³⁸³ DELFIM NETO, A. *Entrevista* concedida a Marcio Fernando Gomes, em 27/11/2000.

³⁸⁴ CASSIOLATO, J. *The user-producer connection in hi-tech: a case-study of banking automation in Brazil*. IN: SCHMITZ, H & CASSIOLATO, J. *Hi-tech for industrial development: Lessons from the Brazilian experience in electronics and automation*, Routledge, London, 1992. Apud: PIRES, H. F. op. cit., p. 168.

possibilitou um novo movimento que Harvey denominou de “compressão do espaço-tempo”³⁸⁵, ou seja, perpétuos esforços de aniquilamento do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro. Aqui os bancos eletrônicos e o “dinheiro de plástico” são importantíssimas inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro no espaço. Os grandes bancos nacionais foram os maiores consumidores dessa nova tecnologia, sobretudo a de automação. À medida que os computadores tornaram-se mais presentes, o papel tornou-se mais fácil de processar, mas o crescimento das telecomunicações foi a chave que destravou as restrições geográficas. A empresa financeira multilocal é a materialidade espacial da forma mais avançada de operação capitalista. Neste sentido é possível compreender o rápido desenvolvimento do sistema nacional de comunicações a longa distância que, em duas décadas, interligou todo o território nacional, sem que a grande maioria da população tenha acesso sequer a um aparelho telefônico. Um dos motivos que fizeram com que essa tecnologia fosse implantada no país foi o fato de que os militares brasileiros receavam terem o sistema geopolítico de defesa nacional vinculado à tecnologia proveniente de outro país. Isso os instigou a procurarem estabelecer formas de alianças e intercâmbio com produtores internacionais do segundo nível para o desenvolvimento nacional da produção de novas tecnologias. Nesse contexto por um lado, os bancos criaram fábricas de computadores nacionais. Por outro lado, o Estado implantou uma série de conselhos de coordenação desse programa de criação de tecnologia nacional, culminando com a Reserva de Mercado, que por sua vez vigorou de 1984 até 1992. A partir dessa contextualização do novo regime chamado de “acumulação flexível” procuraremos fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento das técnicas de informação. Sabemos que essas transformações ocorridas a partir de 1973 trouxeram novidades para o mundo do trabalho, mas é importante notar que a sucessão dessas transformações não foram necessariamente cronológica e não atingiram ao mesmo tempo todos os espaços. A seguir apresentaremos o desenvolvimento da tecnologia informacional no espaço e tempo do Bradesco.

³⁸⁵ HARVEY, op. cit., p. 257.

2.1. A tecnologia informacional no espaço e tempo do Bradesco

Uma vez contextualizada a emergência de novos circuitos ou redes de telecomunicações no Brasil, agora vamos contextualizar as condições que permitiram a consolidação da difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional no período entre 1973 e 1996, ou seja, à implantação das novas tecnologias informacionais.

Resolvemos privilegiar a busca pelo entendimento de como o Bradesco desenvolveu suas estratégias e decisões na introdução de técnicas de automação e na espacialização da rede de informação. Conforme Leila Dias: “A introdução de novas técnicas que pretendem um domínio do tempo não é uniforme - nem entre as nações, nem no meio do setor econômico. Entretanto, mesmo lá onde elas são mais difundidas, sua capacidade de integrar todos os pontos do espaço, qualquer que seja a distância que os separa é apenas virtual - ela se materializa ‘em função de decisões e de estratégias’³⁸⁶ .

Os anos 50 apresentavam um acelerado crescimento econômico, mas o sistema financeiro não era compatível com essa aceleração, pois suas formas de crédito, financiamentos e técnicas, ainda imprimiam as do início do século. Na exigência de transformações, a partir do “Golpe Militar” de 1964, as Autoridades Monetárias passaram a se preocupar com as administrações pouco eficientes. Nesse sentido, em 1967, o presidente do BC, observou a “necessidade dos bancos em se reestruturarem, que adotassem medidas de redução de custo e racionalização, pois aqueles que se adaptaram a altas taxas de inflação, terão que se reestruturar para que possam operar mais tranqüila e seguramente em uma economia estável”³⁸⁷ A partir de então, o Governo Federal implantou uma série de regulamentações que visaram “um controle rígido sobre as operações dos bancos, ao mesmo tempo que incentivaram a redução de custos exigiam informações mais rápidas de qualidade melhor, o que forçava a modernização dos bancos através de técnicas de administração que iam desde as práticas comerciais, desenvolvimento de recursos humanos, até a utilização de equipamento de processamento de dados, novidade difundida na época”³⁸⁸ .

³⁸⁶ DIAS, L. C., op. cit., p.

³⁸⁷ LEME, R. A S. *Revista Bancário Brasileiro*, maio de 1967, p21-2.

³⁸⁸ ALMEIDA, S. R. P. *A concentração de capital nos bancos comerciais brasileiros: 1964-1981*. São Paulo, 1983, PUC-SP.

O Bradesco, a partir de então, passou a investir na modernização, como forma de se diferenciar de outros bancos, uma vez que a competição entre elas se dá, principalmente, ao nível de diferenciação de seus produtos: o uso intensivo de informática, marketing agressivo, atendimento personalizado, inovação na prestação de serviços, desenvolvimento de recursos humanos e outros.

No recorte histórico que fizemos sobre o Bradesco, com relação a introdução de técnicas e automação, observamos que 22.02.1958 o Banco criou o Contec – Conselho Técnico do Banco, formado por 10 funcionários, nomeados pela Diretoria, tendo por objetivo dinamizar e manter constante o empenho do Banco no aperfeiçoamento de seus serviços. Procurando intensificar e aperfeiçoar esses serviços foi criado, em 1968, o Setor de Sistemas e Métodos, que mais tarde passou a ser denominado de Departamento de Organização e Métodos, cujo objetivo era racionalizar os serviços e minimizar os custos.

O Bradesco, numa atitude pioneira, em dezembro de 1962 adquiriu um computador IBM 1401, composto de uma unidade de processamento, com 4.000 posições de memória, 1 unidade de leitura e perfurações de cartões, 1 unidade impressora com capacidade para imprimir 600 linhas por minuto e 4 unidade de fichas magnéticas, com velocidade de leitura e gravação de 62.500 caracteres alfanuméricos por segundo e capacidade ilimitada de registros. O computador foi instalado na matriz, Cidade de Deus, Osasco – SP³⁸⁹. Sendo a primeira empresa privada do Brasil a possuir um computador, o Bradesco iniciava o que será uma de suas marcas: pioneirismo em inovações tecnológicas.

Referente aos anos 60, encontramos nos arquivos do Sindicato dos Bancários de São Paulo, um impresso, sem fonte ou data, que expressa que o Banco havia adquirido seis computadores eletrônicos IBM da 3ª geração e que existia “um Conselho Técnico, composto por onze altos funcionários, que analisa as sugestões apresentadas por qualquer funcionário visando ao aperfeiçoamento dos serviços. Se a sugestão é aprovada, então o funcionário é bem recompensado e o banco dá mais um passo no sentido de tornar-se ainda mais eficiente”³⁹⁰.

O impresso traz, ainda, uma observação interessante para a época e que parece estar atualizada para uma análise do que acontece hoje, expressava que “os bancários do Bradesco lutam por rivalizar sua eficiência e produtividade com o trabalho dos

³⁸⁹ FONTE: Revista do Museu Histórico Bradesco, op. cit.

computadores”. Nesse impresso podemos ver, ainda, que enquanto houve um acréscimo de 480% no número de acionistas do banco, nesse mesmo período houve um decréscimo de 50% no número de funcionários do departamento que controla o setor das ações.

Hoje, nos anos 90, fazendo uma referência ao passado, encontramos num impresso do Banco que “o objetivo da iniciativa pioneira do Bradesco era antecipar o futuro, trazendo maior agilidade para o dia-a-dia dos negócios. Essa determinação, intimamente associada ao dinamismo da expansão da Rede de Agências, permitiu ao Banco galgar, degrau a degrau, elevado estágio de modernização”³⁹¹. O significado desse primeiro computador também é revelado neste impresso: “Hoje, o pioneiro computador, exibido na entrada do prédio onde fica o Conselho Superior de Administração e a Diretoria Executiva do Banco, é o símbolo da determinação modernizadora”³⁹². Vemos que para o Bradesco tecnologia tem realmente o significado do “determinismo tecnológico”, expresso por Francisco de Oliveira (1996)³⁹³, onde a tecnologia é vista pelas empresas como irreversível e sua implantação é uma determinação.

Os anos 70 foram um marco para o Bradesco, pois ele passa de um banco de atuação regional, nos anos 60, para um banco de atuação nacional. Conforme Leila Dias, nos anos 70, com a centralização financeira o banco passa a multiplicar seus serviços, incorporando o trabalho de outras empresas do grupo como “companhias de seguro, sociedades de investimentos, de crédito imobiliário, de turismo, etc. Lembramos que os bancos no Brasil realizam outros trabalhos além de suas funções clássicas: eles recebem o pagamento das contas de luz, telefone, mais igualmente de compras a crédito de toda espécie, como de qualquer comprador. Essa multiplicidade de trabalhos ocasiona a circulação de uma massa considerável de documentos entre as agências e a sede social. Neste movimento existe um degrau intermediário entre a sede e as agências, que são os sub-centros de serviços. Cada sub-centro faz comunicação com diversas agências e sua localização é em função das distâncias e das facilidades de comunicação com a sede (...) Nesta organização fortemente

³⁹⁰ Arquivo do Museu Histórico Bradesco.

³⁹¹ FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1996, p.04.

³⁹² Idem, p.09.

³⁹³ OLIVEIRA, F. *Relações de Trabalho: Novas Formas e Novas Questões* IN: Mesa Redonda do 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo: USP, maio de 1996.

centralizada e hierarquizada, a implantação das agências vai depender evidentemente da existência de meios de transportes eficazes”³⁹⁴.

No ano de 1976, a participação de alguns bancos privados e estatais na Empresa Digital Brasileira, representava aproximadamente 39% do total das ações da Cobra. Dentre os bancos privados, faziam parte desse consórcio: Banco Bradesco, Banco Bamerindus, Banco Itaú, Banco Nacional, Banco Econômico, Banco de Crédito Nacional, Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e Bolsa de Valores de São Paulo. Com relação aos bancos estatais, faziam parte desse consórcio: Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Banco Auxiliar de São Paulo, Banco do Estado da Bahia, Banco do Estado de São Paulo, Banco Noroeste do Estado de São Paulo. Outras instituições financeiras que compunham o capital dessa empresa eram: Caixa Econômica Federal, com 13% de participação nas ações; o Banco do Brasil, com mais 13%; o BNDE, com 12%, a SERPRO, com 13%, Digibrás, com 5%, e o restante com outros. Entretanto, essa composição acionária foi desfeita no final dos anos 70, pois alguns bancos privados, dentre eles o Bradesco e o Itaú, resolveram criar suas próprias empresas acirrando ainda mais a concorrência e a competitividade entre as empresas do setor de informática brasileiro.

Na perspectiva de maximizar e fluir esse imenso volume de informações, o Bradesco, no anos 70, cria o Laboratório Digital, o qual foi o embrião da Digilab. No ano de 1978, juntamente com a Sharp, ajudou a fundar a SID Informática S/A, com a fábrica em Curitiba, desenvolveu a produção da automação bancária, da automação comercial e da minicomputação. Em 1979, o Bradesco, cria a Digilab – Laboratório Digital S/A, sediada em São Paulo, cujo objetivo era incentivar as “pesquisas e desenvolvimento de projetos destinados à produção de equipamentos eletrônicos de que necessitava”³⁹⁵. Inicialmente a Digilab passou a produzir impressoras de grande porte, equipamentos de automação bancária (terminais de caixa, terminais de extratos, terminais dispensadores de dinheiro, terminais de vídeo, interface de comunicação, servidores de disco e *winchester*), e equipamentos de proteção de transmissão. Iniciava-se, assim, o Projeto do Sistema Bradesco Instantâneo, viabilizado pela Digilab, “empresa da Organização Bradesco, criada especialmente para atuar na área de informática e telecomunicações, estabelecendo parcerias, desenvolvendo tecnologia local e transferindo tecnologia do exterior para o

³⁹⁴ DIAS, L. C., op. cit., p.112.

Brasil. Posteriormente, a Digilab transformou-se na *holding* que centralizou os investimentos do Banco nesse importante setor até 1994, quando então foi incorporada pela União de Comércio e Participações Ltda., também empresa da Organização Bradesco³⁹⁶.

Abaixo, apresentaremos um tabela sobre a participação da Digilab em diversas empresas do setor de informática brasileiro. Como poderemos verificar, a Organização Bradesco tinha um participação acionária significativa em diversos empresas de diferentes produtos do setor informacional.

TABELA 21

EMPRESAS CONTROLADAS PELA DIGILAB – ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1992 (%)

| Empresas | Controle Acionário | Produtos |
|----------|--------------------|---------------------|
| Scopus | 96 | Micros |
| CPM | 72 | Mainframes Hitachi |
| PDV | 50 | Automação Comercial |
| Mantel | 48 | Telecomunicações |

Fonte: KANITZ, S. C, *Vitória em Nicho Bits Bancários*, Revista Exame, 1992:32-33³⁹⁷

Amador Aguiar, fundador e presidente do banco, foi um dos idealizadores das inovações tecnológicas implantadas pelo Bradesco. Entre suas idéias, destaca-se a do “ancestral” BDN (BRADESCO DIA E NOITE). Laudo Natel (1973), referindo-se a Amador Aguiar, diz que “muitos dos serviços hoje prestados pela rede bancária brasileira resultaram de suas idéias e de sua experiência. Entre elas, o SOS Bradesco, que foi pioneiro no serviço de saque fora do expediente”³⁹⁸. Assim, em 29 de maio de 1970, o Bradesco lança, no país, a pioneira Caixa Pagadora Automática: o SOS Bradesco, funcionando dia e noite, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Inicialmente foi instalada em postos de gasolina. Os clientes recebiam um jogo de três cartões e cada cartão, inserido na máquina e digitado o código próprio, permitia o saque de uma determinada importância. O cartão

³⁹⁵ FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1996, p.10.

³⁹⁶ *Idem*, p.10-1.

³⁹⁷ Apud PIRES, H. F.op.cit., p. 150.

³⁹⁸ FONTE: Revista Exame 04/73, op. cit.

utilizado era devolvido posteriormente ao cliente³⁹⁹. Esses cartões são aperfeiçoados e no ano de 1978 começaram os testes da tecnologia do cartão magnético.

Assim, observamos que o Bradesco orientado por uma política de incentivos à modernização, ainda nos anos 50 criou o Contec, cujo objetivo era dinamizar os serviços do Banco, e em 1962 adquiriu o primeiro computador do Brasil imprimindo um caráter modernizador do sistema financeiro. Entretanto, “a observação do modo de atuar dos agentes do sistema financeiro e da complexidade dos instrumentos que os mesmos utilizam revela que a forma bastante moderna deste sistema permanece associada a um caráter arcaico”⁴⁰⁰.

Dentre nossas preocupações, indagamos se existiu uma certa articulação do poder do Estado com os bancos, como forma de viabilizar o acesso à comunicação. Verificamos que o Bradesco em vários momentos esteve articulado com o Estado. Nessa perspectiva, segundo Leila Dias: “É a pedido dos bancos que são instaladas ligações nacionais e internacionais especializadas: onde a criação da rede TRANSDATA e a extensão da rede de transmissão de dados da *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications (SWIFT)* do Brasil. Paralelamente, os bancos, de usuários das telecomunicações, rapidamente se transformam em seus produtores. Este é o caso do Bradesco. Após ter tido, em 1981, uma participação minoritária na Digilab (firma de produção eletrônica), o Bradesco adquire a totalidade do capital em 1983”⁴⁰¹. Podemos observar, mais uma vez, uma certa articulação do poder do Estado com o Bradesco, como forma de viabilizar a comunicação, quando do convênio, em 1985, com a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na implantação da Franquia Eletrônica, cujo caráter pioneiro viabilizava maior rapidez na expedição de extratos de contas correntes.⁴⁰²

Referente ao início dos anos 80, o Bradesco possuía 1359 agências espalhadas em todo o Brasil. Desse total, 1000 estavam localizadas no interior, das quais 373 em praças pioneiras de atuação exclusiva do Bradesco e 177 concorrendo apenas com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil⁴⁰³. Nesta perspectiva, o Banco investe altas cifras no

³⁹⁹ FONTE: *Revista do Museu Histórico Bradesco*, op. cit.

⁴⁰⁰ CASTRO, H. O. P. de. *As causas econômicas da concentração bancária*, Rio de Janeiro: IBMEC, 1981, p.14.

⁴⁰¹ DIAS, L. C., op. cit., p. 114.

⁴⁰² *Ibidem*

⁴⁰³ FONTE: *Jornal Gazeta Mercantil de São Paulo*, 18.11.1981.

campo da teleinformática, por um lado, como forma de minimizar o tempo diante do espaço conquistado e, por outro, para poder acompanhar o crescimento de informações negociadas e difundidas. Com relação a esse período, respondendo a uma questão sobre a perspectiva do futuro do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão (1980), sucessor de Amador Aguiar na presidência do Banco, diz: “Temos também um projeto de mecanização bastante ousado, desenvolvido no Laboratório da Fundação Bradesco. Ele será desencadeado a partir de janeiro de 1981 e possibilitará agilizar os serviços prestados ao cliente, que continuam sendo o ponto alto do banco. Uma das inovações, por exemplo, serão os cheques com caracteres magnetizados, que permitirão maior rapidez e segurança nas operações com a clientela”⁴⁰⁴.

Dando continuidade ao recorte histórico que fizemos sobre o Bradesco verificamos que, em 10 de abril de 1981, foi instalado o Sistema Bradesco Instantâneo, segundo o Banco, com a inauguração pioneira da Agência Bradesco Instantâneo, na Praça Panamericana, Urb-SP, onde as operações eram processadas instantaneamente, em tempo real, “*on line - real time*”. “Pela primeira vez o brasileiro usa um Cartão Magnético do dia-a-dia dos negócios bancários, o Cartão Bradesco Instantâneo”⁴⁰⁵. Neste caso, porém, o Bradesco, até certo ponto, não foi pioneiro, pois a Revista Negócios em Exame de 18.01.1981 traz no artigo: O Tempo Real Muda a Vida dos Bancos⁴⁰⁶, que em “agosto do ano anterior, o Itaú, seu adversário mais próximo, abria ao público a primeira unidade de ‘tempo real’, a agência Mercúrio, em São Paulo, com protótipos fabricados pela Itautec, sua subsidiária. Em novembro do mesmo ano era a vez do Banorte, um banco de porte médio (tem 91 agências), sediado em Recife, acionar, na agência da praça Maciel Pinheiro, os equipamentos eletrônicos fabricados pela Digirede – indústria nacional especializada no sistema bancário e que fornecerá as máquinas a serem instaladas ainda este ano na agência-piloto do Unibanco”. Esse exemplo nos coloca a dúvida se todas as declarações do Bradesco com relação às inovações pioneiras realmente são verdadeiras.

Durante a década de 80, o ritmo de instalação de agências *on-line* cresceu aceleradamente. Um dos motivos que incentivou os bancos a implantar essa tecnologia foi o

⁴⁰⁴ FONTE: *Negócios em Exame*, 19.11.1980, p. 19-20.

⁴⁰⁵ FONTE: *Revista Bradesco* nº 1, 1996, p. 11.

⁴⁰⁶ Este trecho foi transcrito por JINKINGS, Nise. *O Mister de Fazer Dinheiro – Automatização e Subjetividade no Trabalho Bancário*, São Paulo, BOITEMPO EDITORIAL, 1995, p.52-3.

processo inflacionário do Brasil nesse período. “A uma aceleração da inflação corresponde maior investimento em automação, tanto pelo que significa em termos de agilidade na obtenção de informações para a tomada de decisão, como em termos de controle. É bom lembrar que são nos períodos de inflação alta que os bancos obtêm os maiores lucros, o que quer dizer disponibilidade para investir”⁴⁰⁷. Para o Bradesco, o ano de 1986 é muito significativo, pois marca o momento em que a rede de agências está totalmente difundida no território nacional. Podemos observar um Bradesco que, após um núcleo fortemente constituído pelo Estado de São Paulo, norte do Estado do Paraná, sul de Minas Gerais e a aglomeração do Rio de Janeiro, projeta seus tentáculos sobre todo o território, até seus limites extremos. Portanto, a proliferação das agências não deve esquecer sua heterogeneidade: seu poder e suas funções variam muito.

A partir desse estágio alcançado pelo Bradesco, os investimentos são massivos na área de informática, pois o banco se difundiu por todo o “espaço concreto”, agora seus objetivos são difundir num “espaço virtual”, cuja preocupação é disseminar a automação dos fluxos informacionais. A exigência é de uma maior fluidez, porque a lógica do Banco é minimizar o tempo diante do espaço conquistado, uma vez que a partir dos anos 80 o Banco está difundido por todo o território brasileiro. Nesse sentido, fala Milton Santos (1994) que: “A exigência da fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro”⁴⁰⁸. Na Revista do Bradesco, em comemoração aos 50 anos do Banco, referente ao presidente da Organização, dizem que o “Brandão assumiu o comando do Bradesco em 1981 e, desde então, encarou duas revoluções. Na primeira, o Banco conheceu um crescimento sem precedentes, com a rede de Agências mudando de tamanho todos os dias. Na revolução atual, a pedra filosofal é a construção de um novo Banco, totalmente informatizado, com forte personalidade popular, que seja capaz de ser ágil e produtivo”.

Assim, nos parece claro que essa “pedra filosofal” foi posta por volta da metade dos anos 80 e corresponde ao esforço central sobre o qual o Banco vai se debruçar, apoiar-se para manter-se como o maior banco privado nacional e galgar novos estágios de crescimento. Na perspectiva de identificar o que permanece, termina, inicia e diminui de intensidade no Banco, torna-se fundamental observarmos que, sobretudo a partir do ano de

⁴⁰⁷ ACCORSI, A.. op. cit., p. 39.

1986, o Bradesco tem por orientação dois eixos: no primeiro, por ter conquistado um enorme número de agências espalhadas por todo o Brasil, vem diminuindo sua difusão da rede de agências “tradicional”⁴⁰⁹; segundo, o Banco começa a disseminar uma concepção diferente de banco, que aliás se dá numa velocidade sem precedentes na história, que são os quiosques de auto-atendimento 24 horas, os BDN (Bradesco Dia e Noite), que por sua vez, necessitam de um número bem reduzido de funcionários para abastecê-los e de um complexo sistema de tecnologia informacional e de processamento de dados.

No Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, foi instalado, em 18 de julho de 1986, o primeiro “Banco Automático Bradesco Instantâneo Dia e Noite”, composto de: Banco Dia e Noite, Teleseguros Bradesco, Telebradesco Residência, Terminal de Extratos, Cofre Noturno, Alô Bradesco, SOS Bradesco⁴¹⁰. A partir de então, o Bradesco passou a disseminar o BDN numa velocidade muito significativa, a partir da primeira instalação, passados 4 anos o Banco havia aberto mais 500 BDN. Essa velocidade acentuou-se ainda mais, pois em 1996, o BDN já estava difundido por 2.500 lugares.

No mês de fevereiro de 1987 o Banco adquire o Núcleo Alphaville, no município de Barueri-SP, com uma área total de 200.477 m² e 42.710 m² de área construída, representando importante incorporação à expansão da Organização Bradesco. Esse núcleo e um centro de processamento que, juntamente com o Núcleo Matriz (Cidade de Deus-Osasco) “se completam, e podem se alternar como suporte de segurança um do outro. Estão distantes, entre si, 18,5 quilômetros, interligados através de fibras ópticas-laser, a maior conexão do gênero, de um ponto a outro, numa empresa privada na América Latina”⁴¹¹. Esses dois núcleos tornaram-se fundamental para a difusão *on line* da rede de agências do Banco. Em 26 de junho, com a centralização da Agência 1266-1/Porto de Moz, PA, completou-se o programa de centralização de agências através da Rede de Processamento Distribuído, composta de 13 Centros Regionais, 122 Subcentros e 9 Microcensos⁴¹². Conforme Leila Dias, em fins de 1987, “mais de 800 agências bancárias e 300 caixas automáticas são religadas ao Centro de Osasco diretamente ou por intermédio dos centros

⁴⁰⁸ SANTOS, M. O. *Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 18.

⁴⁰⁹ Consideramos tradicional porque elas tem funcionários, atendimento personalizado, menos mecanização-automação.

⁴¹⁰ FONTE: *Revista do Museu Histórico Bradesco*, op. cit.

⁴¹¹ FONTE: *Revista Bradesco* nº 1, 1996, p. 10.

⁴¹² FONTE: *Revista do Museu Histórico Bradesco*, op. cit.

regionais; as outras agências, as mais distantes, são depois religadas aos sub-centros em tempos diferentes. A rede permite a descentralização das operações de contas corrente (...) as informações são tratadas e estocadas nos centros regionais, elas não são mais transmitidas ao centro. Em contrapartida, as informações de clientes e as operações de crédito continuam centralizadas em Osasco”⁴¹³. Na Matriz, em 30 de agosto, foi instalado o maior computador em operação na América Latina, o IBM 3090/40E, tendo capacidade para operar até 59 milhões de instruções diferentes por segundo (59 MIPS) e 64 canais de entrada e saída. Armazena até 128 milhões (128 megabytes) de caracteres. Em 30 de setembro foi instalada outra unidade do IBM 3090/40E, no Núcleo Alphaville⁴¹⁴.

A velocidade com que acontecem as inovações das tecnologias informacionais no Bradesco até nos confunde, uma tecnologia nem foi implantada, a outra está sendo lançada. Nessa perspectiva da corrida tecnológica, o “determinismo tecnológico” se acentua pois, conforme Milton Santos, falando de uma outra forma o que Marx falou há muito tempo, a Nova Ordem Mundial se constrói numa competitividade sem limites morais. Essa “competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária” e ela “não seria possível, nem seria viável sem os progressos técnicos recentes e a correspondente fluidez do espaço”⁴¹⁵. Marx, falando num outro contexto sobre a competitividade, diz que: “As únicas forças propulsoras reconhecidas pela Economia Política são a avareza e a guerra entre os gananciosos, a competição”⁴¹⁶. E nessa lógica incessante da competitividade, segundo Ana Fani A. Carlos, “para Guehemo (...) o essencial ‘não é mais dominar um território mas ter acesso a uma rede’. (...) Na realidade (...) temos uma massa sempre crescente de capital errante que gira pelo globo em velocidades nunca vistas permitindo a captação de recursos e investimentos e aplicações nos pontos mais remotos do planeta”⁴¹⁷.

Nessa perspectiva, a lógica do Bradesco é a de poder participar da captação desses recursos e por isso justifica todo os seus investimentos em tecnologias informacionais. Com a entrada do Bradesco na Internet no ano de 1995, ficou difícil saber onde inicia e onde termina a sua territorialidade, ou seja, o seu território de atuação, pois a partir dessas

⁴¹³ DIAS, L. C., op. cit., p. 117.

⁴¹⁴ FONTE: *Revista do Museu Histórico Bradesco*, op. cit.

⁴¹⁵ SANTOS, M. O., op. cit., p. 18.

⁴¹⁶ MARX, K. *Primeiro Manuscrito: Trabalho Alienado*, in FROM, E. *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro. Zahar, 1962, p. 90.

⁴¹⁷ CARLOS, A. F. A. *O Lugar na “Era dos Redes”*, op. cit., p. 08.

tecnologias qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, bastando ter uma senha do Banco, pode ter acesso a sua rede e, conseqüentemente, usufruir de praticamente todos os serviços oferecidos por ele. Nesse sentido, Ana Fani A. Carlos diz que: “Para Pierre Veltz (...) o conjunto compõe uma paisagem na qual não se sabe mais onde começam e onde acabam as fronteiras da empresa que no limite não passam de uma ficção jurídica”⁴¹⁸.

O presidente do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão, quando indagado sobre até que ponto o fim da Reserva de Mercado de tecnologias de informação, em outubro 1992, facilitou a modernização do Banco, respondeu que “o leque de opções se abriu. A emissão automática de talões de cheques, por exemplo, é feita em máquinas italianas que antes não poderíamos importar. Com a Lei da Informática, havia uma dependência total do mercado local e era grande o risco quanto à continuidade da evolução em relação aos equipamentos importados. Tanto que tivemos de investir na área de equipamentos eletrônicos para garantir o auto-abastecimento. Era um conflito. A abertura proporcionou melhor incorporação de tecnologia, com melhores preços. Há forte competição entre os fornecedores, o que não era comum”⁴¹⁹. Como podemos observar, muitos dos investimentos na produção de sua própria tecnologia, produzidos pela Digilab, se justificavam pela Reserva de Mercado que o Governo Federal manteve com relação as tecnológicas de informação.

Podemos observar que, principalmente nos últimos anos, a lógica do Banco é investir altas cifras em tecnologias. O “Bradesco vem investindo, historicamente, de US\$ 120 a US\$ 150 milhões por ano”⁴²⁰. Um exemplo é a Estação Master Alphaville, com uma antena parabólica de nove metros de diâmetro. Como dissemos anteriormente, nesta localidade o Bradesco implantou um centro de processamento de dados. O Bradesco expressa o custo e a importância desta Estação para interligação da rede de agências do Banco, na seguinte declaração: “Em primeiro lugar, há o sistema de interligação direta por Satélite (US\$ 27 milhões) que se estende por 600 Agências, distribuídas por 505 cidades, das quais 11 capitais. Em números redondos, isto significa a duplicação da Rede Interligada por Satélite.

“A segunda parte, é a Rede de Pacotes (US\$ 26 milhões). Por esse sistema, as informações transmitidas por linha telefônica ficam concentradas num único tronco, de onde são redistribuídas via satélite. Assim, serão atendidas 428 Agências, instaladas em 11

⁴¹⁸ CARLOS, A. F. A. *O Lugar na “Era dos Redes”*, op. cit., p. 09.

⁴¹⁹ FONTE: *Revista Bradesco*, 01, 1993 - Comemoração dos 50 anos do Banco.

⁴²⁰ FONTE: *Revista Bradesco* nº 4, 1994, p. 05.

grandes cidades e 14 capitais”⁴²¹, que são: Barueri, SP; Belém, PA; Belo Horizonte, MG; Brasília, DF; Campinas, SP; Campo Grande, MS; Curitiba, PR; Diadema, SP; Fortaleza, CE; Goiânia, GO; Guarujá, SP; Manaus, AM; Niterói, RJ; Osasco, SP; Porto Alegre, RS; Recife, PE; Rio de Janeiro, RJ; Salvador, BA; Santo André, SP; Santos, SP; São Bernardo do Campo, SP; São Caetano do Sul, SP; São Paulo, SP; Sorocaba, SP; Vitória, ES.

Um outro aspecto da articulação do poder do Estado e dos bancos, no caso específico do Bradesco, pode ser verificado com a implantação da Estação Máster Alphaville. Na inauguração desta estação esteve presente o Ministro das Comunicações, Hugo Napoleão. A Revista Bradesco, em cobertura do evento, expressa que o Ministro Napoleão, entre outras coisas, “destacou o resultado do projeto como uma demonstração da importância das parcerias entre o poder público e a iniciativa privada no campo das telecomunicações”⁴²².

O Bradesco, como outros bancos, processa uma imensa quantidade de arrecadações, como água, luz e telefone. Com os progressos tecnológicos ficou mais fácil o manuseio dessa quantidade de papel, que era transportada todos os dias para os sub-centros. “Onde havia pilhas e pilhas de papéis, com funcionários se revezando dia e noite para escrutinar documentos que iam e vinham em caminhões, agora viceja um moderno sistema de informatização, com os cálculos dos valores feitos por computador, de qualquer ponto da Rede de Atendimento Bradesco”⁴²³.

Em 05 de abril de 1995, a Rede Bradesco “*on line, real time*”, com 99,58% das transações realizadas em tempo real, atingiu o seu maior índice de aproveitamento das transações do sistema. Em números, significa que das suas 1.858.125 transações realizadas em todo o país, naquele dia, 1.850.320 foram executadas instantaneamente. É o ano que expressa a conquista da implantação da sua Rede de Comunicações de Alta Velocidade, com uso inédito no país, opera com 13 multiplexadores, que são equipamentos que organizam o fluxo de informações maximizando as transmissões, os quais tem por novidade a rapidez e a eficácia da operação. Em 1995, o novo sistema envolvia o Centro Administrativo da Matriz, o Núcleo de Alphaville, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Campinas. Quanto a Estação Master de Alphaville, de tecnologia TDMA (Time Division Multiple Access), controla 579 microestações. No caso específico do Cell Relay,

⁴²¹ FONTE: Revista Bradesco nº 4, 1993, p. 26.

⁴²² FONTE: Revista Bradesco nº 4, 1993, p. 27.

⁴²³ FONTE: Revista Bradesco nº 3, 1994, p. 28.

as características da organização do fluxo de informações são ampliadas devido ao ecletismo no processamento dos diferentes meios de informação, ou seja, quando um usuário de voz não está falando, os canais ficam disponíveis na Rede Bradesco para a transmissão de dados ou de vídeo. A forma como os equipamentos foram distribuídos e interligados capacita o “sistema de refazer rotas, escolhendo os melhores caminhos para fazer circular as informações. Explicando melhor, se o tráfego estiver eventualmente congestionado nas linhas que ligam o Rio de Janeiro diretamente a Alphaville e a rota Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Alphaville estiver livre, o sistema escolherá instantaneamente a segunda opção. Na prática, é isso que significa a expressão maximizar a disponibilidade”. A nova Rede de Comunicações de Dados exigiu investimentos da ordem de US\$ 53 milhões e significa, como o próprio Banco declara: “Um sistema, de elevadíssima velocidade de transmissão de dados que é a porta do futuro das supervias de telecomunicações”⁴²⁴.

Em 25 de maio 1995, o Bradesco é a primeira instituição financeira do país a integrar a Rede Mundial Internet. “Com a Internet está começando uma nova etapa de difusão de informações em escala planetária”⁴²⁵. Relembrando Pierre Veltz, citado por Ana Fani A. Carlos, “o conjunto compõe uma paisagem na qual não se sabe mais onde começam e onde acabam as fronteiras da empresa”. Nesse sentido o Bradesco vislumbra tal paisagem quando diz: “Paralelamente, os vínculos com esse *network* global que é a Internet, com expansão contínua de novos usuários, demonstram que o Bradesco está no caminho certo para ocupar espaços na globalização dos mercados. Hoje, como evidencia a geografia das consultas, as fronteiras entre os computadores dos Clientes Bradesco, dentro e fora do país, tornaram-se de fato imperceptíveis”⁴²⁶.

Num primeiro momento, dentre as informações que podiam ser encontradas na Internet estavam relacionadas com a História do Banco, Produtos, Tecnologia, Relatórios de Administração e Demonstrações Financeiras, Ação Social da Fundação Bradesco e, também, os clientes podiam solicitar os Cartões de Crédito Bradesco. “Consultas de diferentes continentes revelam que os canais de comunicação foram ampliados, atendendo, em particular, o cliente que vive no exterior e deseja acompanhar, mais de perto, o dia-a-dia

⁴²⁴ FONTE: Revista Bradesco nº 2, 1995, p. 25-6.

⁴²⁵ FONTE: Revista Bradesco nº 4, 1995, p. 25.

⁴²⁶ Idem.

da Organização⁴²⁷. O presidente do Banco, Lázaro de Mello Brandão, com relação à integração do Bradesco na Internet, diz que a “inserção na globalização dos mercados financeiros” é uma “linha estratégica dominante” do Banco, cuja meta essencial é “oferecer aos clientes e investidores produtos e serviços de classe mundial”⁴²⁸.

Conforme Leila Dias, no ano de 1988 se estabelecem associações entre as grandes empresas de telecomunicações com o objetivo de pressionar o Governo Federal a quebrar o monopólio das telecomunicações. “Assim, a Victori, nascida de uma associação entre o grupo de mídia Globo, a NEC e o Bradesco, faz pressão em 1988 para a privatização do serviço de transmissão de dados por satélite”⁴²⁹. Essa atitude fez com que anos mais tarde se quebrasse o monopólio. Em 13 de setembro de 1995 o Bradesco, as Organizações Globo e a AT&T, uma das maiores operadoras de telefonia do mundo, formaram uma *joint venture*, para atuar em serviços de telecomunicações sem fio como telefonia celular, rádio frequência e serviços de mensagens eletrônicas. “A *joint venture* é a primeira parceria formalmente criada para operar telefonia celular no país, depois do Congresso Nacional ter aprovado a participação da iniciativa no setor”⁴³⁰. Dentre suas vantagens, apontam que “ganharão novo impulso os serviços de telemensagem (*paging*) e serviços de comunicação via rádio para áreas e grupos de pessoas específicas (*trunking*)”⁴³¹. Em 6 de dezembro de 1988, podemos notar também uma certa articulação do Banco com relação ao poder do Estado, como forma de viabilizar o fluxo de informações, pois a Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - assina com o Bradesco contrato para prestação de serviço interativo de comunicação de dados em baixa velocidade, primeira Rede Privada Via Satélite, cujo lançamento foi em 1989, iniciando pelas agências Bradesco de Arujá e Santa Isabel, no Estado de São Paulo⁴³².

No dia 29 de setembro de 1995 o Bradesco, mais uma vez pioneiro, lança o *Smart Card* Bradesco, o Cartão Inteligente. No Cartão, um chip poderá armazenar milhares de informações relativa à vida financeira e dados pessoais do cliente. “Na era da informática, os *bites* devem aposentar as moedas e as notas de papel. A base desta revolução é o chip, o

⁴²⁷ FONTE: *Revista Bradesco* nº 4, 1995, p. 25.

⁴²⁸ FONTE: *Revista Bradesco* nº 3, 1995, p. 27.

⁴²⁹ DIAS, L. C., *op. cit.*, p. 115.

⁴³⁰ FONTE: *Revista Bradesco* nº 4, 1995, p. 20.

⁴³¹ *Idem*, p. 21.

⁴³² *Ibidem*.

microprocessador que agora acoplado ao cartão magnético bancário, vai transformá-lo num microcomputador de bolso (...). Com capacidade multiplicada, ele armazenará, por exemplo, 128 mil caracteres - ou 128 Kbytes. (...) Será possível inserir uma fotografia digitalizada do proprietário, os dados de suas carteiras de identidade, motorista, trabalho, saúde, passaporte, cartões de crédito e, sobretudo, uma soma em dinheiro para as pequenas compras do dia-a-dia”⁴³³.

O programa piloto foi desenvolvido na Grande São Paulo, eram 1,5 mil cartões, que seus funcionários utilizavam como carteira eletrônica em 50 lugares de compras. “Basta abastecer o cartão inteligente com uma determinada quantia num terminal comum do banco e, a cada compra eletrônica, o saldo diminui automaticamente (...). ‘Haverá uma circulação menor de moedas, num sistema mais seguro e eficiente. Será o fim dos problemas com o troco’, prevê Odécio Gregio, diretor de tecnologia do Bradesco”⁴³⁴. Se depender do custo do sistema, parece ser um processo encantador para o mercado uma vez que: “Da emissão à compensação, todo o processamento de uma única folha do talão custa cerca de R\$ 0,80, enquanto uma operação com um cartão magnético sai por R\$ 0,25 e a de uma carteira eletrônica, como essa que está sendo desenvolvida, apenas R\$ 0,07”⁴³⁵. No Brasil, esse projeto só pôde ser implantado depois do controle da inflação, pois a desvalorização da moeda era um obstáculo.

Com exclusividade no Brasil, no dia 31 de outubro, o Bradesco lança, via software da Microsoft, o Money for Windows 95, integrando-o ao Telebradesco Residência - Home Banking, e ao Telebradesco Empresa - Office Banking. Foi um dos quatro Bancos em todo o mundo a participar do lançamento, entre eles o Bradesco, no Brasil; o Bank of Boston, Chemical Bank e Centure Bank, nos EUA. É “uma extensão da Rede de Agências do Banco à disposição na casa ou no escritório dos clientes”⁴³⁶. Dentre as operações, o cliente, pessoa física ou jurídica, pode obter saldos e extratos de conta corrente e poupança, verificar investimentos, fazer transferências de valores entre contas, acompanhar as movimentações do Cartão de Crédito Bradesco, solicitar talões de cheques. Quanto às pessoas jurídicas, podem verificar a posição de títulos liquidados e em cobrança, dar instruções sobre a

⁴³³ FONTE: Revista Isto É 1375, de 07.02.96, p. 108.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Ibidem, p. 109.

⁴³⁶ FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1996, p. 12.

carteira , sobre o sistema de Ações Escriturais. Além de fazer planejamento e simulações financeiras, com análise de rentabilidade e cálculo de juros: “Racionalização, eis a grande vantagem do novo software”⁴³⁷.

Simultaneamente ao lançamento do *software* Money For Windows 95, o Bradesco, na perspectiva da disseminação desse programa de computação, tem como estratégia a criação um sistema de linhas de crédito para financiamento de microcomputadores, os quais podem ser adquiridos através do sistema de Leasing. Os clientes adquirem os equipamentos acompanhados com o Kit Telebradesco, na versão em português.

Hoje o Bradesco tem um “parque de computação” com capacidade de processamento de 1345 MIPS (milhões de instruções por segundo). Possui um moderno Sistema de Comunicações de Dados, via satélite e via Rede de Pacotes, no que se refere a esta rede dizem que “os dados são transmitidos por linha telefônica e concentrados num único tronco, de onde são redistribuídos por satélite. O sistema seria reforçado em 1995 com a implantação, inédita no Brasil, da Rede de Comunicação de Alta Velocidade, com tecnologia Cell Relay, que permite a integração de voz, dados e imagem numa única estrutura de longa distância, à velocidade de dois milhões de bits por segundo. Ou o equivalente a 208 vezes uma transmissão normal”⁴³⁸.

Atualmente a Rede de Auto-Atendimento Bradesco e o BDN (Bradesco Dia e Noite) permitem a realização de diversas operações. “Essa evolução criou uma cultura que alia excelência tecnológica e especialização, envolvendo investimentos que nos últimos 10 anos foram superiores a US\$ 1 bilhão”⁴³⁹. É a Rede que realiza o maior número de operações bancárias, mas de 26 milhões nos BDNs e 600 mil Talões de Cheque Expresso, isto só em dezembro de 1995. Reúne 13 mil Terminais Eletrônicos, dispostos principalmente nas salas de Auto-Atendimento, shoppings, empresas, aeroportos, ruas, avenidas e praças. “As Redes, combinadas com o parque de computadores, permitem que as operações sejam processadas *on line, real time* entre os mais de 4.800 Pontos de Atendimento do Bradesco. São mais de 38 milhões de transações por dia, colhidas de um extremo ao outro do país. Essa sucessão

⁴³⁷ FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1996, p. 15.

⁴³⁸ *Idem*, p. 10-1.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 11.

de acontecimentos impulsionou a disseminação da informática por toda a Organização Bradesco, transformando-a numa instituição de tecnologia integrada”⁴⁴⁰.

Em síntese, sabemos que o Bradesco, desde que a informática possuía “aparência de alquimia”⁴⁴¹, acompanha as inovações tecnológicas, principalmente a partir do novo regime de acumulação, o qual exige uma maior fluidez para “eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro”⁴⁴². Nesse sentido, difunde sua rede informacional porque o essencial “não é mais dominar um território mas ter acesso a uma rede (...) permitindo a captação de recursos e investimentos e aplicações nos pontos mais remotos do planeta”⁴⁴³. E para constituir-se como tal, estabelece estratégias, decisões: mecanismos de apropriação da “mais-valia relativa” e a “mais-valia absoluta”, porque em “condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço”⁴⁴⁴. Portanto:

“A inovação nos sistemas financeiros parece ter sido um requisito necessário para superar a rigidez geral, bem como a crise temporal, geográfica e até política peculiar em que o fordismo caiu no fim da década de 60. Duas conclusões básicas (embora provisórias) se seguem. Em primeiro lugar, se quisermos procurar alguma coisa verdadeiramente peculiar (em oposição ao ‘capitalismo de sempre’) na atual situação, deveremos concentrar o nosso olhar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito. Em segundo, se deve haver alguma estabilidade de médio prazo no atual regime de acumulação, é nos domínios das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial que é mais provável encontrar elementos”⁴⁴⁵

Nessa perspectiva, procuramos demonstrar que uma das condições que permitiram a difusão da rede de agências do Bradesco pelo território brasileiro foi ele ter implantado as tecnologias informacionais. A seguir apresentaremos as tecnologias organizacionais implantadas pelo Bradesco.

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹ DIAS, L. C., op. cit., p. 119.

⁴⁴² SANTOS, M. O. *Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização*, op. cit., p. 18.

⁴⁴³ CARLOS, A. F. A. *Lugar na “Era das Redes”* Aracaju, mimeo, 1995, p. 09.

⁴⁴⁴ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*, op. cit., p. 173-5.

⁴⁴⁵ Idem, p. 184.

2.2. A tecnologia organizacional na Organização Bradesco: o ideário disciplinar

Um vez contextualizada a tecnologia informacional no Bradesco, agora vamos demonstrar a tecnologia organizacional na nesta mesma Organização. Como demonstramos no início desta dissertação, a conjunção da origem caipira e do ideário disciplinar do seu fundador – Amador Aguiar – contribuíram para a formulação de princípios do Banco Bradesco S/A e para sua transformação no maior banco e na maior rede de agências privada do Brasil. Nessa perspectiva, com o passar do tempo, o Bradesco foi implantando uma forma particular de organizar o trabalho bancário em sua Organização, objetivando a maximização do trabalho e, conseqüentemente, a lucratividade.

Esses princípios do Bradesco baseia-se na disciplina e na dedicação ao trabalho bancário. Podemos observar a expressão desse ideário disciplinar na máxima – só o trabalho pode produzir riquezas –, que sempre foi usada por Amador Aguiar e que foi escrita em vários papéis do Banco. Para expressar esse ideário disciplinar do Banco, Amador Aguiar implantou, em 12 de março de 1983, uma Declaração de Princípios. Compromisso que todos os funcionários do Banco firmavam quando eram designados para ocupar cargo de chefia e quando os diretores tomavam posse de seus cargos. Essa manifestação expressa somente foi extinta após a morte de Amador em 15-01-1992, “pois os conceitos dela emanados de há muito estavam incorporados ao cotidiano e à filosofia de trabalho da Organização”⁴⁴⁶. A Declaração de Princípios⁴⁴⁷ foi manuscrita e assinada pelo Amador Aguiar como a seguir:

⁴⁴⁶ FONTE: Revista do Museu Histórico do Bradesco. Depto. de Marketing, Cidade de Deus, Osasco, SP, 1993.

⁴⁴⁷ FONTE: Revista do Museu Histórico do Bradesco. Depto. de Marketing, Cidade de Deus, Osasco, SP, 1993.

Declaração de princípios

Eu, Amador Aguiar, prometo, solene e fielmente, com firmeza e entusiasmo, que seguirei e defenderei os princípios que a seguir debruço:

- 1.) amar o Brasil, dedicando-me integralmente a ele e trabalhando sempre mais e melhor, até onde minhas forças permitirem;
- 2.) colocar os interesses públicos, os do Banco e das demais empresas do conglomerado Bna deus acima dos meus próprios interesses;
- 3.) dentro da expressão de que os o trabalho pode produzir riquezas", agir com plena dedicação a ele, com todo o meu amor, minha disciplina e justa humildade;
- 4.) respeitar e manter o princípio da hierarquia, condição essencial, quer no Estado, na família e na sociedade, para o aprimoramento do homem;
- 5.) com o mais sincero sentimento de amor à Pátria e sempre inspirado nos princípios cristãos, colaborar para a formação de um Brasil melhor, através das Fundações mantidas pelo Banco e empresas ligadas, educando, alimentando, curando, resgatando, formando melhores técnicos e, dentro das possibilidades permitidas, promovendo oportunidades a jovens brasileiros desafortunados;
- 6.) dedicar-me a atividades constantes a de bem coletivo, entrelaçadas com as que o Banco e demais empresas do conglomerado Bna deus sem mantendo, ou a outras, com a aprovação do Conselho Superior de Administração do Bradesco;
- 7.) responder, moral e materialmente, pelos eventuais - mesmo involuntários - erros que venha a cometer;
- 8.) tratar a todos com urbanidade e respeito, principalmente os mais humildes e necessitados;
- 9.) integrar-me totalmente à filosofia de vida e de trabalho do Banco, respeitando e fazendo respeitar seu estatuto e regulamentos internos, bem como os das empresas a ele ligadas

São Paulo, 12 de março de 1983
Amador Aguiar

Como podemos verificar com essa Declaração de Princípios do Bradesco, a disciplina e dedicação ao trabalho, bem como a obediência à hierarquia do Banco, eram preceitos fundamentais para que o funcionário pudesse galgar os postos de chefia e da diretoria na Organização. Como apresentamos no primeiro capítulo, segundo Liliana Segnini⁴⁴⁸, o suporte deste ideário disciplinar está constituído na Declaração de Princípios da Organização Bradesco. Expressa, de acordo com Weber⁴⁴⁹, os valores contidos ‘no espírito do capitalismo’. Segundo Segnini, “O autor não define conceitualmente o que entende por espírito de capitalismo. Afirma que a clara compreensão do objeto, pode ser um conjunto genético de relações, deve se dar através de descrições. Para tanto, utiliza-se do documento escrito por Benjamin Franklin posto que ‘contém aquilo que procuramos numa pureza quase clássica’”⁴⁵⁰. A autora também acrescenta que a correlação entre a Declaração de Princípios criada pelo Bradesco e a descrição weberiana propicia alguns pontos de reflexão. “Essa correlação centra-se na idéia do ‘dever profissional’ como aspecto mais característico, ou seja, base fundamental da ‘ética social’ na cultura capitalista”.

A organização do trabalho nos bancos em geral pouco se altera, no período anterior a 1964, pois as tecnologias organizacionais e de racionalização do trabalho centravam-se muito mais no trabalho manual de escrituração. Nesse período, o perfil dos funcionários do Bradesco pode ser comparado aos agentes autodidatas, estudados pelo sociólogo Grün⁴⁵¹. Entende-se por bancário autodidata aquele que possui um “capital-confiança”, realiza serviços que se estendem além dos limites da jornada de trabalho e não reivindica o pagamento direto por essas horas extras. Essa prática de extensão da jornada de trabalho era uma prática de todos os bancos e só foi diminuindo a partir das pressões e conquistas trabalhistas dos bancários. “Os bancos trabalhavam de segunda a sábado. A conquista do sábado livre só acontece em 1962. Eram comum o bancário prorrogar sua jornada, sem receber as horas-extras devidas, para 9 a 10 horas por dia, enquanto a jornada legal estipulava 6 horas. Os motivos alegados eram necessidade de conclusão de serviço (o cálculo dos juros consumia tempo considerável), o sentimento de realização no trabalho e o

⁴⁴⁸ SEGNINI, L. *A Liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina*. São Paulo: EDUC, 1988, p.114.

⁴⁴⁹ WEBER, M. *Textos Selecionados*. Seleção e traduções de Maurício Tragtenbeg et alii. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores) Apud SEGNINI, L. op. cit.

⁴⁵⁰ SEGNINI, L. *A Liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina*, São Paulo, EDUC, 1988., p.114.

⁴⁵¹ GRÜN, R. *Taylorismo e Fordismo no Trabalho Bancário: Agentes e Cenários*, RBCS n 2 vol.1 out.1986.

ambiente de trabalho agradável”⁴⁵². Para Grün o agente autodidata “aprende observando seus colegas mais adiantados e o conteúdo dos trabalhos concretos é apreendido no mesmo bloco que a assimilação dos comportamentos pessoais dos imitados”⁴⁵³. Essas ações os possibilitam “comprar” suas próprias promoções, derivadas de sua enorme disciplina e dedicação ao trabalho.

Podemos observar, no caso do Bradesco, uma certa valorização desse bancário autodidata pelo próprio presidente do Banco, Amador Aguiar, quando desvalorizava o conhecimento adquirido no exterior, na academia e, ao contrário, supervalorizava o conhecimento apreendido internamente no Banco a partir do trabalho – “só o trabalho produz riquezas”:

“Mais do que no diploma, acredito no bom senso e no trabalho perseverante; senão como poderíamos explicar o grande número de intelectuais fracassados? (...) A minha formação se resume aos estudos do grupo escolar. Eu só tenho o primário. Tudo o que sei aprendi no dia a dia e é esse tipo de experiência que valorizamos aqui no banco. Não damos muita importância a uma pilha de diplomas. Hoje eu diria a um jovem de 20 anos, que só tenha o curso primário, que ele pode ser o que ambicionar, até ser presidente. Basta ter sorte, trabalhar muito e estudar sempre. Estudar, porém, no trabalho. Na escola perde-se muito tempo e, não raramente, o aluno sai sem saber ao menos redigir uma carta. No banco, como nas empresas em geral que dão apoio aos seus funcionários, aprende-se muito mais. O Bradesco é como se fosse uma universidade, a melhor que existe”⁴⁵⁴.

A Organização Bradesco privilegia como critério de admissão o segmento da população com elevado grau de carência, encontrando neste uma capacidade de submissão ao processo que se pretende moralizar, disciplinar. Essa submissão é imposta sob o pretexto da “perda do emprego” e a conseqüente sujeição do trabalhador ao “caos urbano” e à miséria em que se encontra o Brasil. Esse processo disciplinar fundido entre os funcionários, entre a “Grande Família Bradesco”, através de seus princípios, parece estar sobre a estrutura de conceitos como Tradição, Família e Propriedade. Portanto, um dos pré-requisitos que é exigido para admissão na Fundação Bradesco e, conseqüentemente, na

⁴⁵² ACCORSI, A. *Automação: Bancos e Bancários*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1990, p. 46.

⁴⁵³ GRÜN, R., op. cit., p.15.

⁴⁵⁴ BARROS, Antonio Machado. *O repouso do banqueiro*. Revista Veja, São Paulo, (806): 8, fev.15, 1984. In: SEGNTINI, L. *A Liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina*, São Paulo, EDUC, 1988., p.78.

Organização, é o aluno ter “Família” pois, conforme seu ideário disciplinar, o Banco acredita que é na família que o aluno aprende a ter disciplina, respeitar o “chefe familiar”, ou seja, ter submissão à hierarquia e, especificamente em relação ao Banco, respeitar a carreira fechada.

Com a incorporação de novas tecnologias informacionais e organizacionais os bancos estabelecidos no Brasil em geral passam a recrutar funcionários mais qualificados, geralmente contratam “universitários de áreas técnicas (engenharia, administração, economia) que serão treinados para ocuparem funções que exigem especialização, como gerência de agência e informática”. Entretanto, a “única exceção entre os bancos privados é o Bradesco, que mantém uma carreira fechada”⁴⁵⁵.

Diferentemente da maioria dos outros bancos, o Bradesco não contrata funcionários que tenham trabalhado em outro banco e a promoção de seus funcionários, geralmente, obedece o critério da carreira fechada, ou seja, ser um funcionário virgem e ter que ingressar no Banco como escriturário e ir galgando sua promoção degrau a degrau, sem saltar de cargos de forma a poder implantar seu ideário disciplinar de trabalho. É importante ressaltar que toda a obediência e dedicação ao trabalho faz com que o ex-bancário do Bradesco seja preterido para ocupar cargos em outros bancos.

Conforme Liliana Segnini, a “promoção na carreira é ‘função do mérito do funcionário’. A sua mensuração é realizada pela chefia imediata, através da observação quanto à produtividade, obediência às normas e valores da empresa, dedicação ao trabalho (entendida como disponibilidade para realização de qualquer tipo de tarefa) e cumprimento de jornadas de trabalho mais longas do que as previstas em lei.

“A presidência do banco é insistentemente apontada como o limite a que qualquer contínuo pode aspirar na carreira. O atual presidente constitui um exemplo sempre lembrado desta possibilidade, posto que começou a trabalhar no banco, como escriturário, desde sua fundação em 1943”⁴⁵⁶. Nesse momento, faz-se necessário ressaltar que Liliana Segnini cometeu um erro ao dizer que o presidente do Banco – Amador Aguiar – havia começado a trabalhar no Bradesco como escriturário pois, em 1943, ele foi chamado para trabalhar no Bradesco como diretor-gerente. No entanto, ele começou sua carreira de banqueiro no Banco Noroeste S/A, no ano de 1925, ocupando o cargo de contínuo.

⁴⁵⁵ ACCORSI, A. op. cit., p. 54.

Durante as décadas de 60 e 70, os bancos passaram a investir na racionalização do trabalho bancário. “Entramos no período da ‘racionalização taylorista’ do trabalho bancário. Um número elevado de estudos voltados aos bancos, utilizando Organização e Métodos, foram publicados nas décadas de 60 e 70. Os interessados podem encontrar vários destes trabalhos na biblioteca da Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP. Estudam-se as rotinas e o fluxo de trabalho, o *layout* das agências, o dimensionamento de pessoal, os impressos e outros itens próprios de todo processo de racionalização. O crescimento dos bancos e do volume de serviços prestados, a necessidade de redução dos custos operacionais, eram os principais motivos alegados para justificar as alterações efetuadas”⁴⁵⁷.

A partir da introdução das novas tecnologias informacionais e organizacionais, houve uma reconversão dos funcionários das funções que estavam sendo diminuídas, extintas e, até mesmo das novas funções que estavam sendo abertas. “As rápidas e intensas transformações na base técnica no mundo do trabalho bancário, destroem, para em seguida (re)construir, atividades e funções. A profissão bancária transforma-se de forma acentuada. Novos produtos e serviços são ofertados. Cresce a produtividade. Muda o conceito de agência (canal de atendimento) e os bancos revolucionam as formas de contato com o público/clientela”⁴⁵⁸. Essa reconversão dos funcionários se expressa por um lado, em investimentos pessoais, os quais passam a adquirir titulação de grau superior em cursos de frequência noturna, que se disseminaram no nosso panorama escolar na época do “Milagre Brasileiro”. Os bancários passam a se interessar por novidades tecnológicas organizacionais e informacionais. Por outro lado, o Bradesco passa a investir na educação e treinamento de seus funcionários.

De acordo com Liliana Segnini o treinamento de pessoal, nas grandes organizações capitalistas, no caso do Bradesco, têm por objetivo “a formação ou aperfeiçoamento da força de trabalho para a realização da tarefa. Além disso, e mais do que isso, o treinamento objetiva a formação de valores, idéias, comportamentos em conformidade com a lógica organizacional”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ SEGNINI, L. op. cit., p. 75.

⁴⁵⁷ ACCORSI, A. op. cit., p. 46.

⁴⁵⁸ RODRIGUES, A. C. O Emprego Bancário no Brasil e a Dinâmica Setorial (1990-1997). São Paulo, Dissertação de Mestrado, Depto. de Economia, PUC-SP, 1999, p. 16.

⁴⁵⁹ SEGNINI, L. op. cit., p. 74.

Numa perspectiva de objetivar um melhor atendimento, o Banco procura difundir seu ideário disciplinar em seus funcionários. Conforme Liliana Segnini, a Organização Bradesco, através de um sistema de “poder disciplinar” todo articulado no espaço, tem como objetivo, sobre o trabalhador, a dominação. E para viabilizar a construção do homem disciplinado os “esquemas utilizados anteriormente para o adestramento do homem à necessidade de maximização da produção também são utilizados e recriados para serem aplicados ao serviço escritural, ao serviço bancário”⁴⁶⁰.

Torna-se importante assinalar que o treinamento profissional vai ser objeto de incentivo governamental: integrando-se aos propósitos expressos pelo Estado Militar, a Lei 5.692/71 incentivou a expansão educacional objetivando a “qualificação para o trabalho” e o “preparo para o exercício consciente da cidadania”⁴⁶¹. Nesse sentido, foi estabelecida uma série de isenções fiscais e uma estrutura de ensino governamental a ser utilizada pelas empresas, “o que induz a pensar que a nova configuração do campo empresarial é um objetivo implícito da estratégia seguida pelo governo federal”⁴⁶². O Bradesco, a partir de 1971, dedica-se efetivamente à formação de sua própria força de trabalho.

Em 1962, na Cidade de Deus, em Osasco, foi criada a primeira escola Bradesco, que objetivava educar os filhos dos funcionários para posterior ingresso na Organização. “Porém, a Fundação Bradesco, até 1971, não amplia o número de escolas. É a partir desta data que, utilizando-se dos incentivos fiscais criados pelo Estado no sentido de persuadir o capital privado a assumir a educação profissionalizante, inicia a expansão de sua rede de ensino (...). Dessa maneira engaja-se no movimento articulado do Estado, caracterizado pelo incentivo à expansão educacional como forma de obtenção de força de trabalho disciplinado, controlado e integrado (Covre, 1983)”⁴⁶³.

A Fundação Bradesco tem por objetivo a “integração do homem na força de trabalho”⁴⁶⁴.

Divide-se em quatro unidades:

- . Pronam - Programa Nacional de Alimentação;
- . Pecplan - Inseminação Artificial;

⁴⁶⁰ SEGNINI, L. op. cit., p. 74.

⁴⁶¹ Idem, p. 38

⁴⁶² GRÜN, R., op. cit., p.19.

⁴⁶³ SEGNINI, L., op. cit., p. 39.

⁴⁶⁴ FONTE: Fundação Bradesco - Estatutos.

- . Centrefor - Centro de Treinamento e Formação Profissional;
- . Centro Educacional.

Liliana analisa o Centro Educacional “tendo em vista a relevância que assume na determinação de tecnologia disciplinar e por representar o primeiro elo na construção do funcionário Bradesco”⁴⁶⁵. Assim, “a educação, de acordo com as especificidades que assume na Organização, constrói um trabalhador ‘dócil e produtivo’. Por esta razão é entendida como mecanismo de produção e intensificação de mais valia”⁴⁶⁶.

Ao localizar as unidades da Fundação Bradesco em regiões de extrema pobreza, segundo Liliana, torna-se uma estratégia bem sucedida em decorrência de dois fatores: por um lado a Organização se promove através da “benemerência” que realiza e por outro as aulas práticas transformam os educandos em força de trabalho. “À educação é atribuído o papel de equalizador social (Saviani, 1985) posto que, a partir do instante em que integra os ‘marginais’ na força de trabalho, articula o discurso democrático de desenvolvimento para todos”⁴⁶⁷.

Os recursos aplicados em educação são originários de empresas da própria Organização. O Top Club Bradesco, particularmente, reverte toda a sua renda para a Fundação Bradesco.

O Centrefor foi criado, em 1976, como decorrência da Lei 6297 (dezembro de 1975) através do qual os custos com treinamento de funcionários pode ser deduzido, “em dobro”, do imposto de renda devido pela empresa. O Centrefor possui, em 1985, uma estrutura de treinamento descentralizada, isso em conformidade à extensa rede de agências do Bradesco. “O Planejamento e controle dos programas são realizados na matriz (Cidade de Deus), e a execução através de 10 centros de treinamento, distribuídos a partir de critérios de divisão geográfica da rede de agências: Osasco, Campinas, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Goiânia, Salvador, Recife e Belém”⁴⁶⁸. Dessa forma, observamos que o treinamento de pessoal, hoje uma exigência das novas gestões de trabalho, foi preocupação do Bradesco desde os anos 70. Conforme Liliana, seu objetivo “é treinar os novos funcionários assim como reciclar periodicamente os mais velhos, adequando-os às

⁴⁶⁵ SEGNINI, L., op. cit., p. 40.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ Ibidem, p. 44.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 81.

especificidades das relações de produção que se desenvolvem no seu interior. (...) Durante o treinamento, além de palestras e recursos audiovisuais, os funcionários realizam dramatização dos problemas que poderão ser vivenciados no cotidiano, recebendo instruções de como deverão se comportar face a cada um deles”⁴⁶⁹.

Podemos pensar que as formas e os conteúdos dos programas de treinamento, “estabelecem um sistema dialético em relação aos nexos constitutivos do sistema social no qual se inserem. (...) Objetivam a minimização do campo de conflitos e maximização da produtividade”⁴⁷⁰.

Conforme Grün⁴⁷¹, o treinamento profissional é revelado como uma expropriação da autoconfiança do bancário autodidata, por significar a criação de uma dinâmica que retira do bancário suas certezas.

O Centrefor realizava uma série de cursos técnicos, que tinha por objetivo auxiliar o funcionário na habilitação das diversas funções que tinha que exercer durante sua vida de bancário. A rotatividade das funções do bancário era muito alta: primeiro, por ser pré-requisito para receber suas promoções; segundo, pelo fato de o bancário ver o emprego bancário como temporário (um meio que o possibilitasse financiar seus estudos até se tornar um outro profissional)⁴⁷²; terceiro, esses cursos técnicos tiveram sua importância antes da difusão do auto-atendimento (período no qual exige-se um funcionário polivalente, que execute diversas funções ao mesmo tempo, apoiado em novas tecnologias), quando os parcelamentos da função e os limites de cada bancário eram bem definidos e a utilização da informática ainda não havia incorporado algumas das obrigações dos bancários.

O conteúdo desses cursos eram destinados ao aprendizado dos aplicativos técnicos de execução de diversas tarefas: caixa, aplicação, abertura de contas, talão de cheques, cobrança, FGTS, tesouraria, compensação, telex, contadoria, etc. O enfoque ao “bom atendimento” ficava em segundo plano. A mudança mais significativa dos cursos de treinamento se deu a partir dos anos 90, quando a informática e a nova gestão de trabalho incorporou os aplicativos técnicos dessas tarefas (tendo como consequência a diminuição do número dos funcionários e a extinção de muitos cargos). Nesse período, a orientação dos

⁴⁶⁹ SEGNINI, L., op. cit, p. 80-1.

⁴⁷⁰ Idem, p.74.

⁴⁷¹ GRÜN, R., op. cit.

⁴⁷² Aqui é importante ressaltar que o bancário, a partir dos anos 90, deixa de ver o emprego bancário como temporário, devido às mudanças no perfil do bancário e na política de emprego do Brasil.

curso é que foi mudada, não a quantidade de horas de treinamento, pois o Bradesco passou a ter uma maior preocupação com o “bom atendimento” de seus clientes e implantou os cursos de pré-atendimento e relacionamento humano.

O Bradesco também implantou, no início dos anos 90, o curso produtos e vendas; foi um curso elaborado para o Banco ajustar e orientar seus funcionários com relação às mudanças ocorridas na economia pós-Plano Real, ou seja, a estabilização da moeda, período em que diminuiu a margem de lucro decorrente dos baixos índices de inflação e aumentou a necessidade de encontrar novas fontes de lucro para manter o equilíbrio financeiro do Banco. E entre essas novas fontes estão a venda dos “produtos” do Bradesco: títulos de capitalização, seguros, *leasing*, cartão de crédito, pagamentos de contas, etc. É importante ressaltar que esses “produtos” não são novidades no Banco, uma vez que sua disseminação ocorreu simultaneamente à introdução dos computadores centrais, tornando os bancos, na linguagem de Grün, verdadeiros “supermercados de serviços”. O que os diferencia hoje é o atendimento. Antes não precisava ser oferecido com qualidade, porque o Banco ganhava muito dinheiro com a inflação, hoje, diante da escassez dessa fonte de lucro, necessita oferecê-los com qualidade e um bom atendimento. Além disso, o Bradesco concorre com outros bancos nesse segmento, pois os preços e a segurança desses produtos são muitas vezes semelhantes entre os grandes bancos.

Acreditamos que se estão havendo transformações nos treinamentos dos bancários, mas estão longe de assinalar mudanças significativas que contribuam para afirmar um novo regime de acumulação. Na interpretação de Swyngedown⁴⁷³, ele verifica que antes havia “pouco ou nenhum treinamento” e que hoje, ao contrário, tem-se um “longo treinamento no trabalho”. No caso do Bradesco, observamos que o Banco tem um programa de treinamento desde o início dos anos 70, mas esse treinamento se dava em módulos de duração de poucos dias, uma ou duas semanas no máximo. Inicialmente, o funcionário recebia um treinamento num “curso de integração” – a chamada lavagem cerebral – no qual o funcionário recebia de boas vindas à ‘filosofia do Banco: só o trabalho pode produzir riquezas’. Esse curso deixou de ser aplicado a partir dos anos 90, devido à diminuição da contratação de funcionários pelo Bradesco.

⁴⁷³ HARVEY, D. op. cit., p. 163.

Portanto, acreditamos que o treinamento, na instituição enfocada, de diversas formas, permeando momentos e espaços diferenciados: primeiro, como um aprendizado autodidata, quando o funcionário observa seus colegas mais adiantados e o conteúdo do trabalho é apreendido ao mesmo tempo que a assimilação dos comportamentos, no caso, do ideário disciplinar; segundo, voltado para a assimilação das tarefas técnicas que seus contínuos funcionários temporários têm que executá-las; terceiro, como necessidade de aumentar a captação de recursos diante da estabilidade monetária; quarto, como adequação às novas tecnologias informacionais e organizacionais, ou seja, maximização da produtividade.

Notamos que a Organização Bradesco, através de um sistema de “poder disciplinar” todo articulado no espaço tem como objetivo, sobre o trabalhador, a dominação. “Foucault (1978) define a tática do poder disciplinar em relação a três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); fazer com que os efeitos desse poder social seja levado ao seu máximo de intensidade e estendidos a tão longe quanto possível, sem fracasso nem lacuna; ligar, enfim, esse crescimento econômico de poder e o rendimento dos aparelhos dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma, fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema”⁴⁷⁴.

Conforme Segnini, o Bradesco através de uma dinâmica espacial-geográfica procura distribuir seus funcionários no espaço sob três formas: “Quanto à organização interna na agência ou departamento, fixa o funcionário em uma função que corresponde a um posto de trabalho durante um determinado tempo. Posteriormente, promove sua rotatividade em diferentes funções no interior da mesma agência, procurando fazer com que o funcionário encontre ‘sua vocação’.

“A terceira forma de organização do funcionário no espaço se refere às transferências para qualquer localidade onde esteja instalada uma agência ou departamento do Bradesco”⁴⁷⁵, sendo esta transferência, em muitos casos, sem que o funcionário tenha o direito de opinar.

⁴⁷⁴ SEGNINI, L., op. cit., p.17.

⁴⁷⁵ Idem, p.99-100.

Conforme Foucault, assim transcrito por Segnini⁴⁷⁶: “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. (...) Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade”.

No Bradesco, a dinâmica espacial-geográfica (que permite a visibilidade de movimentos no espaço) possibilita a vigilância hierárquica. Os funcionários, por causa da carreira fechada, vigiam-se mutuamente, independente de seus cargos, denunciando até seus superiores, caso estes cometam alguma infração ao Regulamento Interno. Portanto, a arquitetura das agências e departamentos, bem como a competição entre os funcionários, servem ao poder disciplinar, como forma de controle. No Bradesco existem poucos espaços fechados, as agências sempre estão contidas em espaços geometricamente amplos, de visibilidade sob todos os ângulos. Assim, podemos indagar com este trabalho até que ponto o Bradesco incorporou essa arquitetura como forma de controle dos funcionários, pois conforme Foucault⁴⁷⁷, a arquitetura é feita hoje para permitir um controle interior, para tornar visível os que lá se encontram, além de ser um operador para a transformação dos indivíduos: dar domínio sobre seu comportamento. Essa problemática parte da proposição de que a arquitetura é feita para permitir o controle ou é incorporada pelas empresas e instituições como instrumento de dominação.

Com relação a essa problemática Richard Sennett parece estar de acordo com Foucault quando diz que o espaço público está morto. A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado. “Arquitetos que projetam arranha-céus e outros edifícios de grande porte e alta densidade se veem forçados a trabalhar com as idéias a respeito da vida pública, no seu estado atual, e de fato se incluem entre os poucos profissionais que por necessidade expressam e tornam esses códigos manifestos para outrem. (...) A Escola Internacional dedicava-se a uma nova idéia de visibilidade na construção de grandes edifícios. Paredes quase inteiramente de vidro, emolduradas por estreitos suportes de aço, fazem como que o interior e o exterior de um edifício se dissolvam, até o menor ponto de diferenciação; essa tecnologia permite a

⁴⁷⁶ SEGNINI, L., op. cit., p.99.

⁴⁷⁷ Idem, p.122.

realização daquilo que S. Giedion chama o ideal da parede permeável, o máximo de visibilidade”⁴⁷⁸.

Sennett acrescenta que, além do controle, essa arquitetura diminui a sociabilidade entre as pessoas que convivem nesse espaço: quando “todos estão se vigiando mutuamente, diminui a sociabilidade, e o silêncio é a única forma de proteção. O projeto do escritório em andar aberto leva ao extremo o paradoxo da visibilidade e do isolamento, um paradoxo que pode também ser enunciado inversamente. (...) Em outros termos, diríamos: os seres humanos precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis. Aumentam o contato íntimo e diminuirão a sociabilidade. Esta é a lógica de um tipo de eficiência burocrática”⁴⁷⁹.

Nesse conceito de projeto, a estética da visibilidade e o isolamento social se fundem. No caso do Bradesco, suas agências sempre foram um bom exemplo, mas a partir da criação das Agências “Padrão 2.001” essa concepção se torna mais evidente. A primeira instalação de uma Agência “Padrão 2001” foi na Agência Praça Panamericana-Urb-SP e segundo o Banco tinha por finalidade iniciar um programa de inovações funcionais, com maior espaço de circulação, fila única para os caixas e dotados de todos os recursos informatizados. Essa reformulação das agências não foi particular do Bradesco, mas de todo o Sistema Bancário. Conforme Accorsi, podemos “dizer resumidamente que passamos de um modelo de agência ‘tradicional’ (gerente isolado, com poucos caixas e pequena área de atendimento) para um modelo de agência ‘atendimento’ (gerência exposta, vários caixas e grande área de atendimento). A nova agência passava a executar basicamente quatro funções: encaminhamento de clientes, atividade de tesouraria, atividade de aplicações e empréstimos, prestação de serviços diversos”⁴⁸⁰.

Segundo Liliana, a automação bancária se revela uma aliada da vigilância hierárquica na medida em que proporciona o controle de registros. “Toda autenticação realizada através do caixa automático informa o computador. Quando queremos verificar a produtividade de um caixa qualquer, de uma agência qualquer basta solicitar ao computador e teremos a informação em segundos”⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público – As Tirantias da Intimidade*, São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.26.

⁴⁷⁹ Idem, p.29.

⁴⁸⁰ ACCORSI, A. op. cit., p. 48.

⁴⁸¹ SEGNINI, L., op. cit., p. 130.

A grande inovação do Bradesco no ano de 1985 foi o “Alô Bradesco”. Instituído, em 01 de abril, era um serviço de atendimento telefônico abrindo um canal direto de comunicação entre o cliente e a presidência do Banco, que tem por objetivo, segundo o Banco informar, orientar e esclarecer os clientes. “Em cada dez telefonemas, nove ficam nessas rubricas”, hoje chamado de Fone-Fácil Bradesco, que recebe mais de 3.200.000 ligações mensais⁴⁸². Entretanto, uma pesquisa feita por Iades, citada por Jinkings, identificou que os clientes mais que as chefias pressionam o ritmo e a produtividade do trabalho dos bancários. “As oscilações de intensidade de trabalho durante períodos determinados, as exigências dos clientes, as grandes filas nos dias de movimentação intensa e inadequação entre a quantidade de trabalho e a de funcionários foram os motivos mais abordados como caracterizadores da pressão exercida sobre os trabalhadores das agências bancárias”⁴⁸³.

Com esse serviço o Banco une duas vantagens: a primeira prestando um serviço de atendimento telefônico para seus clientes, e a segunda utilizando-se desse instrumento como forma de controle dos funcionários. O controle dos funcionários liga-se diretamente ao serviço de atendimento telefônico, uma vez que o mesmo pode ser utilizado para reclamação quanto ao serviço prestado. Assim, “o cliente se soma à rede de controle articulada sobre o funcionário”⁴⁸⁴.

Essa interpretação de controle de funcionários exercida indiretamente pelo cliente é, no entanto, negada pela Organização que insiste que é uma forma de atender melhor o cliente preconizando, seis anos antes, uma espécie de Código de Defesa do Consumidor no Brasil⁴⁸⁵. Referindo-se ao atendimento, na mensagem aos acionistas do Relatório Anual de 1985, expressa que o objetivo é “através dos subsídios que nos são trazidos”, manter “o elevado padrão de atendimento oferecido à clientela (...).

“No final do expediente, é elaborado um relatório, no Sistema Instantâneo *on-line*, que vai para as mãos do Diretor Executivo do Banco e todas as áreas envolvidas com o ‘Alô Bradesco’”⁴⁸⁶, com o objetivo de sistematizar as informações para viabilizar um melhor atendimento.

⁴⁸² FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1996.

⁴⁸³ JINKINGS, Nise. op. cit., p.87.

⁴⁸⁴ Idem. p. 80.

⁴⁸⁵ FONTE: Revista Bradesco nº 4, 1994, p. 17.

⁴⁸⁶ Idem, p. 16-7.

Partindo de que esta relação banqueiro-bancário é dialética (ou seja, conceitos entram em movimento recíproco), o poder disciplinar que a Organização pretende totalizar no espaço, reflete-se através de formas de resistências, criadas pela força de trabalho. “Por resistência se entende não só o ‘discurso da ação’ (Maroni, 1982), mas toda e qualquer prática que introduza ‘a desordem na ordem’ (Chauí, 1986), indicativa da não submissão do trabalhador à pretensa totalização do controle organizacional”⁴⁸⁷. Assim, conforme Segnini, essas resistências podem ter duas categorias de análise: a “resistência institucional” se refere às denúncias contidas no discurso dos jornais sindicais e aos movimentos grevistas organizados pelo sindicato da categoria e a “resistência espontânea” é compreendida tanto na ação (paralisações), como também no discurso do próprio bancário sem a mediação do sindicato.

Como dissemos anteriormente, a partir dos anos 90 o Bradesco acentua os seus investimentos em cursos de relacionamento humano para aumentar a qualidade de atendimento do Banco. Primeiramente, faz-se necessário dizer que a Gerência de Qualidade Total (GQT) é um instrumento gerencial desenvolvido no Japão após a Segunda Guerra Mundial, a partir das idéias de especialistas americanos, com destaque para os professores Deming e Juran. Assim, difunde-se no meio empresarial o conceito de qualidade total, que objetiva um atendimento satisfatório das necessidades do cliente (produtos e serviços) e implica transformações em todas as etapas do processo de produção, especialmente nas políticas de recursos humanos. No Bradesco, a partir dos anos 70 cresceram as preocupações com a introdução de novas tecnologias informacionais e organizacionais. Nesse sentido, o Banco passou a ter um programa de treinamento de seus funcionários, porém as reformulações que ocorreram nesse programa de treinamento a partir dos anos 90, estão longe de representar qualquer mudança do regime de acumulação fordista-taylorista, pois o que mudou foi sua forma, hoje estão mais preocupados com um melhor atendimento.

Em 1976, o Bradesco implanta a Moça Bradesco, tendo por relevância o contato inicial que se estabelece com o cliente. Conforme Liliana Segnini, o Curso de Orientação para a Moça Bradesco constitui “um exemplo significativo do processo de treinamento desenvolvido pela Fundação Bradesco (...). A Moça Bradesco constitui o grande

⁴⁸⁷ SEGNINI, L. *op. cit.*, p.159.

instrumento de personificação do bom atendimento que o Banco possui, para as boas vindas e encaminhamento do cliente que adentra na Agência, cuja adoção o Bradesco foi pioneiro.

“Lembramos que o folheto ‘Uniformização das Moças Bradesco’, enviado anexo à Circular n.º 39/649 de 08.12.81, estabeleceu o padrão visual das Moças Bradesco e capacitação obrigatória através de treinamento pelo Centrefor, complementando nestas funcionárias os padrões de procedimento e comportamento que elevam ainda mais o seu gabarito”⁴⁸⁸. “Todos os funcionários, e não só a Moça Bradesco, deverão ser treinados para conhecer e saber atender diferentes tipos de clientes. Procura-se maximizar a venda dos produtos do banco”⁴⁸⁹. O primeiro desses cursos é chamado “curso de integração”, através do qual os funcionários recebem “um banho sobre o Bradesco”⁴⁹⁰.

“O cuidado com o atendimento é um processo em espiral que começa com treinamento e se consolida num sistema de comunicação interna voltado para a valorização do trabalho em equipe, disseminando o conceito de que o êxito do Banco depende da ação organizada de todos. Por isso, há cuidados especiais com a ênfase para a filosofia corporativa, a qualidade do atendimento e o uso das modernas tecnologias para melhor satisfação dos clientes”⁴⁹¹.

Nos últimos anos, observando as transformações que vêm ocorrendo no processo de trabalho, “paradigma industrial”, o Bradesco busca aproximar-se cada vez mais da “qualidade total” nos seus serviços. Assim, acelera um processo que pretende totalizar para todos seus funcionários e faz uma reciclagem de treinamento elaborando um programa objetivando proporcionar “uma ampla visão dos princípios e técnicas de relacionamento humano tão essenciais ao (...) aprimoramento profissional e pessoal” dos seus funcionários⁴⁹².

O Banco considera que atender “é agir criativa e efetivamente na satisfação das pessoas” e o atendente “é qualquer funcionário, independente do cargo (...), oferecendo os produtos, serviços ou idéias procurados pelos clientes”. Nesse sentido, o funcionário precisa atentar a dois princípios: conhecimento e reconhecimento. O trabalho em equipe, também, é

⁴⁸⁸ SEGNINI, L. op. cit., p. 83.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 86.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 90.

⁴⁹¹ Revista Bradesco n° 3, 1995, p. 05.

⁴⁹² FONTE: Apostila do Curso de Atendimento e Relacionamento Humano - Departamento de Treinamento.

tema das discussões dos cursos: “ninguém desempenha funções isoladas dentro da Organização”. Portanto, “use o bom senso e a empatia”⁴⁹³.

Nessa perspectiva, buscando aprimorar seu atendimento, o Bradesco, em 13.09.1993, conforme CIG 93/1379, implanta o Pré-Atendimento, tendo como objetivo “agilizar o atendimento nos Caixas, uma vez que os documentos em poder do cliente são preparados antecipadamente, quando este ainda se encontra na fila”⁴⁹⁴. Visando à padronização do novo sistema de atendimento, estabelece uma série de instruções e distribui para todas as suas agências. Dentre elas, a que destacou como relevante é que diz respeito à efetuação dos serviços: “será efetuado por funcionários-caixas, que demonstrem aptidão para o serviço, adotar a forma de rodízio”. Assim, atentamos em observar que esse sistema não é nada além da extensão da função da antiga Moça Bradesco para os caixas, pois a função desta era recepcionar o cliente, esclarecendo suas dúvidas e encaminhá-los para os diversos setores dos quais pudesse necessitar. Dentre as mais recentes implantações que o Departamento de Recursos Humanos implantou foi Acompanhamento Funcional, que tem por objetivo obter “informações e o perfil de cada funcionário, que servirá como um instrumento gerencial”⁴⁹⁵.

Conforme Segnini, citado por Jinkings⁴⁹⁶: a competição pela conquista de grandes ou médios clientes, potencialmente investidores, num contexto de alta concentração de renda (em 1993, somente 18% da população brasileira possuía conta em bancos), ocasiona o direcionamento das estratégias mercadológicas dos bancos para o atendimento personalizado e a comodidade dos clientes. Na busca por um atendimento mais personalizado e voltado para assegurar as empresas que tem relações globais o Bradesco, numa atitude que diferencia a de sua história, a qual é de banco varejo e popular, passa a partir de então a investir na implantação de agências para uma clientela mais selecionada. É o caso da Agência Torre Rio Sul, localizada no 17º andar do Edifício Torre do Sul, em Botafogo-RJ, inaugurada em 18 de abril de 1994, vista como “uma agência diferente” cujo “número de clientes é pouco superior a uma centena, a grande maioria empresas (...) de alto nível de renda”⁴⁹⁷.

⁴⁹³ FONTE: Apostila do Curso de Atendimento e Relacionamento Humano - Departamento de Treinamento.

⁴⁹⁴ FONTE: Matriz, 20.10.1993, CIG 93/1586.

⁴⁹⁵ FONTE: Documento interno do banco, que serviu para coleta das informações.

⁴⁹⁶ JINKINGS, Nise, op. cit., p.59.

⁴⁹⁷ FONTE: Revista Bradesco nº 3, 1994, p. 22.

Encontramos um outro exemplo no 16º andar da Torre do World Trade Center, na Avenida das Nações Unidas, no bairro Brooklin Novo, entre a marginal do Rio Pinheiros e a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, em São Paulo, inaugurada em 10 de outubro de 1995. Entre seus clientes encontram-se empresas que atuam no “mercado global”. A finalidade do Bradesco é “prestar assessoria ao exportador e ao importador”⁴⁹⁸.

Em 1991, mais precisamente em 26 de fevereiro, o Bradesco apoiado nessa nova orientação de atender os clientes que atuam no “mercado global” implantou a emissão do “Bradesco Business Card” para pessoas jurídicas, com validade no Brasil e no exterior, sendo associado à Visa Internacional, o maior sistema de cartões de crédito do mundo. No dia 15 de abril, iniciou-se a emissão dos cartões “World Card Bradesco” para pessoas físicas, válido no Brasil e no exterior, e o “Bradesco Visa Empresarial” para pessoas jurídicas e “Cartão Bradesco Visa” para pessoas físicas, com validade somente no Brasil.

Em entrevista à Revista Bradesco, em comemoração aos 50 anos do Banco, o presidente Lázaro de Mello Brandão diz no artigo “A Sedução das Massas”, que o segredo do Bradesco não parar de crescer é que “a performance está mais ligada a um processo aguerrido de trabalho para a conquista de mercados, a profissionalização e, sobretudo, o avanço da informática”. Ao mesmo tempo responde que os avanços de produtividade se justificam pela “qualidade do pessoal, aliada à informatização”, produzindo “uma capacidade competitiva melhor aprimorada”. Nessa perspectiva, na mesma entrevista, perguntaram até que ponto as Agências 2001 se encaixam na busca da ampliação dos mercados e Brandão responde que “um número maior de máquinas diminuirá a pressão sobre os caixas. A idéia é conquistar maiores fatias de mercado incentivando o auto-atendimento”.

Com relação à inovação do ano de 1992, destacamos o Terminal de Auto-Atendimento-Depósitos, que é uma máquina exclusiva para depósitos. Em novembro de 1992 foi instalada uma unidade na Agência Matriz, sob o caráter de testes. Em março de 1993 implantaram uma segunda máquina na Agência Centro Osasco. Passado um ano do teste inicial, 50 terminais estavam em funcionamento, com algumas agências apresentando 1.000 transações diárias. Conforme o Bradesco, hoje “os equipamentos são estrategicamente instalados nas salas de Auto-Atendimento, o que quer dizer que mesmo antes da abertura e

⁴⁹⁸ FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1996, p. 23.

depois do fechamento das Agências, o cliente pode fazer depósitos, sozinho, sem complicação”⁴⁹⁹.

Na perspectiva das novas gestões de administração, na busca pela qualidade total e do *just in time*, o Bradesco, mais uma vez, articulado com o Estado implanta, em julho de 1993, o sistema de entrega de talões de cheque em domicílio. A distribuição é feita pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. “Um ano depois, 1.270.000 clientes utilizam essa rotina e os talões de cheques entregues pelos Correios somam 1.000.000, mensalmente, números que traduzem ampla aceitação da novidade (...). A segurança é total. A rapidez também”⁵⁰⁰. As entregas são feitas via SEDEX - Serviço de Encomenda Expressa Nacional, “mediante documento de fé pública. Os protocolos são guardados nos Correios e ficam à disposição do Bradesco, para eventuais esclarecimentos que se façam necessários”⁵⁰¹. Hoje, os pedidos de talões de cheques podem ser feitos via computador, “com a diminuição do fluxo de pessoas, as Agências passam a ter maior flexibilidade para outras operações que exigem acompanhamento personalizado”. Dessa maneira, para o Bradesco, a terceirização, que é uma forma da chamada “acumulação flexível”, veio para ficar, pois “os resultados demonstram que o processo de terceirização, uma realidade no Brasil, tem permitido associações bem sucedidas como esta. Para o êxito do sistema foi primordial o alto grau de confiabilidade que a ECT conquistou nos últimos anos”⁵⁰².

Entre as inovações do ano de 1994, o Bradesco investe nas salas de Auto-Atendimento, que “são como um Banco na entrada das Agências”, composta da “combinação de múltiplos equipamentos, num único espaço nobre, onde o cliente pode, ele próprio, fazer operações como saques, depósitos, verificação de extratos, pedidos e retiradas de talões de cheques. O objetivo é conciliar a rapidez com a segurança e conforto no atendimento ao cliente Bradesco”⁵⁰³. Neste ano, lançou o Telecompras Pré-Datado, onde a operação é feita com o Cartão Bradesco Instantâneo e apontando suas vantagens o Bradesco declara que “os valores devem estar no limite do Cheque Especial e os prazos de pagamento

⁴⁹⁹ FONTE: Revista Bradesco nº 1, 1994, p. 34.

⁵⁰⁰ FONTE: Revista Bradesco nº 3, 1994, p. 17.

⁵⁰¹ *Idem*, p. 17.

⁵⁰² *Ibidem*.

⁵⁰³ FONTE: Revista Bradesco nº 2, 1994, p. 23.

chegam até a 120 dias. Os débitos serão feitos na conta do cliente somente na data combinada com o lojista”⁵⁰⁴.

Ainda nesse ano, o Bradesco investe na Central de Atendimento a Clientes, que é composta de equipamentos modernos de informatização e atendentes especializados. Entre seus serviços inclui atendimento aos portadores de Cartão de Crédito e dos Cartões Bradesco Instantâneo, informa valores de débitos, limite de compras e cotação do dólar. Ao mesmo tempo, possui um sistema de atendimento mais personalizado, como mudança de endereço, mudança de data de pagamento, solicitação de 2ª via do número de senha personalizada de cartões adicionais. Depois da expansão do número de Cartões de Crédito, 14% em 1994, a Central de Atendimento foi renovada, entre as novidades está a implantação da URA - Unidade Resposta Audível, “que dá suporte aos serviços automatizados e assegura agilidade no atendimento aos clientes”⁵⁰⁵.

Nos últimos anos, o Bradesco vem também investindo alto em marketing. No dia 04 de dezembro de 1989 o Banco recebeu o Marketing Best - Edição 1989, com o caso “Brasil Instantâneo”, por ser pioneiro na introdução da automação bancária no Brasil e por seu avançado estágio tecnológico alcançado⁵⁰⁶.

Conforme o ranking The Global 100, do Computerworld, jornal americano especializado em informática, em maio de 1995 o Bradesco alçou a posição de uma das cem melhores companhias do mundo no uso da informática. A seleção inicial foi de 500 empresas, distribuídas por 40 países. Em julho o Banco foi distinguido duas vezes pela “prestigiosa” Revista Euromoney: “Melhor Banco Brasileiro”, pelo terceiro ano consecutivo, e “Melhor Banco Doméstico em Mercado Emergente”. “Tudo isso evidencia, em outras palavras, o reconhecimento de uma filosofia voltada para a qualidade, a competitividade e a flexibilidade nas relações com as pessoas e os diversos segmentos do mercado”⁵⁰⁷.

Com relação à qualidade total do Bradesco podemos dizer que o Banco passou a se preocupar mais com o atendimento, sobretudo a partir dos anos 90. Entretanto, essa preocupação se manifesta antes devido à estabilização da economia e o conseqüente

⁵⁰⁴ FONTE: Revista Bradesco n° 4, 1994, p. 20.

⁵⁰⁵ FONTE: Revista Bradesco n° 1, 1995, p. 23.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ FONTE: Revista Bradesco n° 3, 1995, p. 05.

decrécimo na taxa de lucro (provocada pela queda da inflação) e a necessidade de encontrar outras fontes de lucro para manter o equilíbrio do Banco do que uma consciência do bom atendimento.

Partindo das informações colhidas de Harvey, a “acumulação flexível” parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas mais-valias: a relativa e a absoluta. Esta por sua vez permite a volta de formas de trabalhos pretéritas que Marx tendia a supor que desapareceriam no capitalismo avançado. Apoiada na extensão da jornada de trabalho, em sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista. Nessa perspectiva surge a terceirização que “é um movimento que transfere para uma outra empresa – daí a denominação de terceira - tarefas, atribuições, partes da produção, serviços administrativos, de planejamento, que no estágio anterior, geralmente denominado de fordista, eram realizadas internamente, num processo de verticalização, por uma única unidade empresarial, e em muitos casos, na maioria, na mesma unidade produtiva”⁵⁰⁸.

“Com a gestão da produção feita por computadores permite organizar o trabalho em sessões separadas e entre estabelecimentos de uma mesma forma, entre firmas através da subcontratação – tarefas autônomas e subordinadas – que se amplia cada vez mais indo da concepção à comercialização do produto. Isto produz no espaço o fenômeno da desintegração vertical de grandes formas em formas especializadas que Lipietz¹³ trata como consequência da automação flexível e de gestão informatizadas, que gesta uma rede de firmas ou várias firmas contratantes, mudando a relação do espaço pois gera a desintegração espacial das unidades produtivas, o que requer uma maior articulação entre parcelas do espaço, a partir de uma rede de transportes eficiente e rápido, além da comunicação via satélite para difusão imediata da decisão num espaço cada vez mais amplo”⁵⁰⁹.

Na perspectiva de terceirização, no Bradesco foram eliminados os carros-fortes, as Kombi que faziam o transporte dos advogados do Banco da Cidade de Deus, Osasco (SP), para o centro da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, teve-se diminuição de aviões e helicópteros usados pela Diretoria, de 15 para 5 unidades. A marcenaria do Banco foi fechada e os móveis das novas Agências de Padrão 2001 são comprados no mercado pelo sistema de concorrência.

⁵⁰⁸ MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org. *Terceirização: Diversidade e Negociações no Mundo do Trabalho*. São Paulo, Hucitec, CEDI/NETS, 1994.

⁵⁰⁹ FONTE: O Lugar na “Era das Redes”, op. cit., p. 09-10.

Com relação à opinião do Bradesco sobre a terceirização, encontramos impressos numa publicação do Banco que a “abertura para a terceirização tem produzido uma excelente safra de resultados. Está sendo usada no transporte de valores, na segurança, na assistência técnica às Agências, nos restaurantes, na limpeza, nos serviços médicos e na compra de móveis.

“A equação que justifica a mudança se traduz na noção de que a busca da auto-suficiência foi necessária numa época em que os serviços no Brasil eram incipientes e sem meios para operar grandes escalas. Hoje em dia não há mais motivos para preocupações.

“Mas o ciclo da terceirização veio para ficar. Não apenas porque simplifica as coisas, mas também porque poupa custos e abre espaço para maiores ganhos de produtividade”⁵¹⁰.

Na primeira metade dos anos 90, o Bradesco acentuou o processo de terceirização. Em 01 de julho de 1995 transferiu as atividades industriais e comerciais da Gráfica Bradesco Ltda. para a empresa americana American Bank Note Company Gráfica e Serviços Ltda.⁵¹¹.

Heloisa de Souza Martins diz que os sindicatos e suas assessorias, particularmente na CUT, tem produzido significativo material sobre o assunto e suas implicações para o movimento sindical. Entre os problemas que afetam o movimento sindical estão “a degradação das condições de trabalho, a redução das conquistas sindicais, a diminuição do número de empregados e a ‘guerra de conhecimentos’ em torno da organização do processo industrial”⁵¹².

Conforme Heloisa, o movimento sindical reconhece hoje que deve estabelecer um novo tipo de relação trabalhista, passado o tempo em que era mais contestador, que marca o final da década de 70. Nesse sentido, expressa a CUT: “somos um movimento sindical que se estruturou nacionalmente em torno de uma concepção racionalmente nova de mobilização e organização dos trabalhadores (CUT/SMABC, 1993:16)”⁵¹³. Com relação ao significado dessa “nova” concepção, Heloisa destaca que o sindicato busca ampliar o conhecimento da organização do processo industrial bastando, além da experiência dos trabalhadores, também a sustentação e legitimidade dadas pela ciência. Atesta, ainda, que esta não é nova, pois a criação do DIEESE em 1955 foi uma expressão disso. Heloisa

⁵¹⁰ FONTE: *Revista Bradesco*, 01, 1993 – Comemoração dos 50 anos do Banco.

⁵¹¹ FONTE: *Revista Bradesco* nº 3, 1995.

⁵¹² MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org., op. cit., p. 13.

⁵¹³ *Idem*, p. 14.

afirma, ainda, a disposição do desenvolvimento de uma nova tática que alie firmeza e flexibilidade, não aceitando “nem a postura conformista e submissa, nem a radical de rejeição ao debate e à negociação. Demonstram-se dispostos a interferir e influenciar no desenvolvimento da indústria e discutir a respeito da produção, da modernização, das inovações tecnológicas ou das novas formas de gestão empresarial, como a terceirização. Reconhecem, portanto, a necessidade da negociação”⁵¹⁴.

A terceirização no caso brasileiro, para Heloisa, ocorre “procurando acompanhar as tendências da economia mundial, principalmente para responder às exigências de maior produtividade, custos mais baixos, maior qualidade, garantindo assim maior competitividade para os nossos produtos no mercado”⁵¹⁵.

Nessa perspectiva, se a “reconversão industrial”, ao mesmo tempo a terceirização torna-se inevitável, cabe ao sindicato, segundo Heloisa, conhecê-la e procurar definir meios de interferir na maneira pela qual elas se processam. A crítica não é contra a terceirização, dirige-se à “terceirização à brasileira” que deforma o verdadeiro processo de terceirização.

Nas negociações coletivas, a questão da diversidade tem-se refletido segundo as pesquisas feitas por Heloisa. Parece claro, no interior do sindicalismo cutista, que a tendência da “nova” concepção é o acordo por ramo e, em determinados momentos, por empresa. “A busca de um referencial teórico, o conhecimento adquirido com os contatos com o movimento sindical internacional, fazem com que (...) possam elaborar um discurso diferente daquele que acentava o confronto com a única saída para o movimento sindical”⁵¹⁶.

“No caso do movimento sindical temos aqui um dos seus maiores dilemas pois, ao reconhecer o direito à diferença, corre o risco de perder a afirmação da igualdade. Por outro lado, a ênfase posta na igualdade pode anular as diferenças existentes entre os trabalhadores, sejam as diferenças de gênero, geração, etnia e principalmente as diferenças no comportamento, no caráter, no desejo, na subjetividade e na experiência histórica”⁵¹⁷.

“Mas os empresários, nas relações que estabelecem com os trabalhadores, apropriam-se do discurso diferençalista no sentido de acentuar a diversidade no interior do processo de

⁵¹⁴ MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org., p. 15.

⁵¹⁵ *Idem*.

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 22.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 25.

trabalho e afirmar a existência da hierarquia, a desigualdade e a impossibilidade da constituição de uma identidade coletiva dos trabalhadores”⁵¹⁸.

Para o Sindicato dos Bancários, a discussão da terceirização aparece por volta do ano de 1992. “Antes disso, acumularam-se umas poucas experiências sobre ‘Interposição Fraudulenta de mão-de-obra’, um nome mais apropriado para quase tudo que hoje chamam de Terceirização. Constatou-se que a terceirização nos bancos, um pouco diferente do que acontece na indústria e até mesmo no setor primário da economia, se dá de diversas formas”⁵¹⁹.

Segundo Blanco (diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, coordenador da Comissão de Estudos sobre Terceirização), a questão da terceirização passa pelo sigilo bancário, tributos, saúde do trabalhador, condições de trabalho, legislação. “Essa discussão tem acarretado desgastes, mas também tem trazido algumas vitórias, porém nenhuma delas veio essencialmente pela negociação. A negociação funciona desde que seja acompanhada por algum outro instrumento de pressão, seja a organização dos trabalhadores, seja a própria denúncia ou utilização de instituições como a Delegacia Regional de Trabalho ou o Ministério Público”⁵²⁰.

Lembrando a discussão sobre o IPMF e a flexibilização do sigilo bancário, Blanco refere ao presidente da Febraban, Alcides Tápias, que também, na época, era vice-presidente do Bradesco, dizendo que ele “percorreu todo o Brasil realizando seminários, simpósios, palestras defendendo a não-flexibilização do sigilo bancário, colocando o sigilo como um dos pilares que sustentam a segurança dos bancos. O argumento era de que o cliente deixava seu dinheiro em ativos bancários pelo fato de esse dinheiro estar seguro. Essa segurança implicava também a segurança da informação. Portanto, não era possível flexibilizar o sigilo bancário sob pena de os clientes recorrerem a dólares, ou a outros ativos, como o ouro, levando a uma grande evasão de dinheiro para a economia informal ou para mercados paralelos”⁵²¹.

⁵¹⁸ MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org, p. 26-7.

⁵¹⁹ Idem, p. 76.

⁵²⁰ Ibidem, p. 78-9.

⁵²¹ Ibidem, p. 79.

Para nós essa declaração é muito interessante, porém parece estranho que o vice-presidente do Banco tivesse tal posição, uma vez que o Bradesco está implantando a terceirização em diversos departamentos do Banco, como na compensação.

Entre as “vitórias” deste processo de terceirização alcançadas pelo sindicato, está o enquadramento de trabalhadores na categoria bancária. “Para os bancários não importa quem é o patrão, o que interessa é a condição do trabalhador: o piso, a jornada, os benefícios, o enquadramento sindical, etc”.

Com relação às condições de trabalho nos serviços terceirizados, Blanco alerta que a partir da NR-17 (Nota Regulamentar), que dispõe sobre um conjunto de normas sobre saúde e condições de trabalho, tem-se um acréscimo do “desrespeito” por parte das empresas terceirizadas. “Exemplo disso é a limitação em 8.000 toques por hora dos digitadores. Na categoria bancária, esses toques, que ainda ferem a norma, chegam até a 11.000 e nessas empresas terceiras chegam até a 20.000, o que é um absurdo. As pessoas trabalham com um salário fixo por conta dos 8.000 toques e o excesso vem a título de produtividade e do esforço. Dessa forma se cria a competição dentro dessas empresas, o que provoca um número fantástico de casos de tenossinovite, tendinite, e outras doenças ligadas ao grupo LER - Lesões por Esforços Repetitivos”⁵²².

No que diz respeito aos ambientes das empresas terceirizadas, Blanco expressa que “o sindicato não tem acesso à informação das condições do local, e tanto o sindicato quanto o próprio Estado não têm como fazer a fiscalização”⁵²³.

Segundo Blanco, a proposta do sindicato é a seguinte: “Acreditamos que não é inteligente ser meramente contra a terceirização. O movimento sindical deve debruçar-se sobre a questão e analisar os reflexos que tal processo acarreta às conquistas dos trabalhadores.

“Em tese não há problema algum em quem vai administrar essa ou aquela empresa. Não pode ser esse o referencial do sindicato. O que não pode fugir da atenção é a relação que esse novo patrão vai estabelecer com os funcionários, qual será o salário, a jornada, os benefícios e as demais conquistas sindicais. A discussão da terceirização passa obrigatoriamente pelo aprofundamento da discussão sobre o modelo sindical e pelo Contrato Coletivo de Trabalho. (...) A questão é que essas novas técnicas, aliadas à

⁵²² MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org., p. 80-1.

mentalidade mesquinha e imediatista do empresariado brasileiro, nos induz de antemão a acreditar no pior. Isso não se dá gratuitamente. Quaisquer mudanças nas relações de trabalho por parte dos empresários têm levado, invariavelmente, ao aumento de jornada, redução de salários e de postos de trabalho, e à drástica eliminação de benefícios. (...) Ser contra a terceirização é negar a tendência mundial de gestão, que envolve a qualidade, e a capacidade de competir no mercado internacional. Ser a favor significa concordar com os absurdos que vêm ocorrendo. Aí a grande pergunta que deve ser feita é possível terceirizar sem causar danos às conquistas e à organização sindical? Nos parece que sim. A saída estabelece relação direta com o ramo de produção, principalmente nas categorias mais fortes e organizadas. São os Acordos Coletivos que garantem as conquistas. Os trabalhadores, que até pouco estavam registrados na empresa-mãe, passam a exercer suas funções numa outra, quase sempre mudando de categoria profissional -geralmente mais fracas e desorganizadas. De outro modo, se a contratação fosse por ramo, os direitos e condições de uma forma geral, estariam assegurados.

“Evidentemente que não estamos esperando que isso ocorra para combater os problemas que surgem. O esforço do sindicato até o presente momento é de por fim às fraudes, às formas mais explícitas de exploração através do processo de terceirização”⁵²⁴.

Portanto, observamos que a terceirização é uma questão que permanece em aberto, é um processo em franco curso que afeta direta e indiretamente os bancários e os sindicatos. É importante reafirmar que existia duas contradições entre o processo de terceirização dos bancos e a discussão sobre o IPMF (Imposto Sobre Movimentação Financeira) e a conseqüente flexibilização do sigilo bancário pois, por um lado, o presidente da Febraban e vice-presidente do Bradesco, Alcides Tápias, defende a não-flexibilização do sigilo bancário justificando a segurança dos bancos. Nesse caso, a contradição se manifesta quando, com a terceirização, empresas terceiras têm acesso às informações bancárias e, conseqüentemente, ao sigilo bancário. Por outro lado, a contradição se manifesta quando o mesmo Alcides Tápias, não defendia a flexibilização do sigilo bancário, quando da discussão do IPMF, mas estava empenhado na implantação da terceirização no Bradesco.

A apropriação da ciência e da tecnologia por parte do capitalista não é recente. Podem ser encontradas nas análises de Marx no *Capital*, particularmente nos capítulos: “A

⁵²³ MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org., p. 81.

Maquinaria e a Grande Indústria” e; “Trabalho Alienado”. Marx analisa a introdução da maquinaria na indústria, no final do século XVIII, e revela o processo de adequação do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às tendências de expansão do capital.

Historicamente a introdução de novas tecnologias sempre reduziu o número de empregos. A propósito da escrituração à máquina e de seu impacto no trabalho bancário Jinkings⁵²⁵ diz que é significativa a carta circular número 57 emitida pela administração do Banco do Brasil em outubro de 1932, assim transcrita por Canêdo:

“Tendo em vista os resultados obtidos nesta Matriz com a escrituração à máquina dos livros Diário e Caixa, já em uso, com êxito, também em alguns de nossas Agências de grande movimento, resolvemos tornar tal prática extensiva a todas as nossas Agências, a fim de que sejam igualmente beneficiadas com um serviço melhor, mais rápido e com menor número de funcionários”.

Essa diminuição do número de funcionários e aumento de produtividade também foi identificada no Bradesco já nos anos 60. Com demonstramos anteriormente no tópico sobre a tecnologia informacional, um impresso referente aos anos 60 dizia que houve um acréscimo de 480% no número de acionistas do Bradesco e que, nesse mesmo período, houve um decréscimo de 50% no número de funcionários do departamento que controla o setor de ações.

Como podemos observar nessa pesquisa, o Bradesco amplia muito suas agências depois dos anos 60 e atinge o número de 1978 agências em 1986. O número de funcionários não poderia ser diferente, também cresceu muito nesse período, conforme Liliana Segnini, passou de 4 mil funcionários em 1964 para 158.983 mil em 1985. É importante assinalar que o aumento de bancários, sobretudo na primeira metade dos anos 80, não é uma particularidade do Bradesco, mas do setor bancário brasileiro como um todo. Essa discussão é tema da Folha Bancária, nº 1365, 14/07/86, assim transcrita por Jinkings⁵²⁶:

“No setor bancário, devido à extraordinária expansão do mercado nos últimos anos, o número de empregos cresceu em termos absolutos (segundo dados da Fenaban, passou de

⁵²⁴ MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. org., p. 82-4.

⁵²⁵ JINKINGS, N. O Mister de Fazer Dinheiro – Automatização e Subjetividade no Trabalho Bancário. São Paulo, BOITEMPO EDITORIAL, 1995, p.28.

⁵²⁶ Idem, op. cit., p.93.

372.717 em dezembro de 1979 para 629.398 em 1983), pelo menos, até a decretação do pacote econômico. Mas, ao mesmo tempo, houve um grande aumento da produtividade do trabalho bancário. Entre dezembro de 1979 e dezembro de 1982, por exemplo, o emprego na categoria cresceu 24,3% enquanto o volume de cheques compensados aumentou 61,3% no mesmo período, a poupança cresceu 81,1%, os empréstimos 24,4% e o recolhimento de impostos e encargos sociais 19,9%. Ou seja, o crescimento do emprego foi menor que o crescimento do setor.”

O impresso da Folha Bancária também revela que, no mesmo período, houve um aumento da produtividade. Esse aumento de produtividade está aliado ao aumento de tecnologia e à conseqüente intensificação do trabalho bancário. Jinkings, analisando o impacto das novas tecnologias no setor bancário, baseando-se em uma pesquisa de Iades feita com bancários, diz que “com relação às condições de trabalho, a imensa maioria (81,3% na administração e 86,7% nas agências) considera que se intensificou o ritmo de trabalho e sua produtividade aumentou”⁵²⁷.

Para muitos autores, entre eles Jinkings, os altos investimentos dos conglomerados financeiros em informática num momento de crise econômica no país, na primeira metade dos anos 80, parece ser paradoxal. Entretanto, dizem que esta crise justificou tal procedimento: “é exatamente o cenário econômico da época que explica o fenômeno”⁵²⁸. É possível que a justificativa desses autores não esteja incorreta, mas incompleta. Devemos correlacionar à essa justificativa outros fatores como: necessidade de interligar todos os pontos de atendimento (agências) numa rede de informações *on line*; aumento do volume de pagamentos efetuados sobre intermediação bancária; necessidade de controle das informações financeiras; agilidade de informações para responder à rotatividade dos índices inflacionários, entre outros.

Durante os primeiros anos da década de 80 o Brasil passava por uma crise, esse período foi “marcado por uma conjuntura recessiva e inflacionária, pela instabilidade dos fluxos financeiros, das taxas de juros e das regras de indexação, além da contração nas políticas monetária e creditícia, dívida externa, e déficit público”⁵²⁹. Como vimos anteriormente nesse trabalho, o sistema bancário brasileiro diferentemente dos outros países

⁵²⁷ JINKINGS, N, op. cit., p.86.

⁵²⁸ Ibidem, op. cit., p.54.

⁵²⁹ Ibidem, op. cit., p.55.

tem altas taxas de lucro com a inflação e nesse período não foi diferente, ganharam muito com o *spread* financeiro (diferença entre taxas de juros no mercado de captação e as no mercado de empréstimo) gerando a chamada “ciranda financeira”. A inflação aproximada do ano de 1985 atingiu 234% ao ano. Diante dessa grave crise, o Governo Federal, eleito indiretamente em 1985, implantou um programa de estabilização econômica em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, o qual entre suas medidas congelou os preços, extinguiu a correção monetária e proibiu os contratos com prazos inferiores a um ano. Esse plano tinha por finalidade, entre outras, eliminar os mecanismos especulativos.

Os conglomerados financeiros não estavam preparados para enfrentar mudanças tão bruscas nas regras do sistema monetário e creditício do país. Por um lado, acostumados com as altas taxas de lucros proporcionadas pela “ciranda financeira” e, por outro lado, “liberados” das restrições de abertura de agências a partir de 1976, aumentaram muito suas redes de captação de depósitos (agências). O Bradesco em particular passou de 793 agências em 1976 para 1978 agências em 1986. Como demonstraremos mais adiante o Bradesco aumenta sua rede de agências sobretudo na região Norte e Nordeste, especialmente nas cidades pequenas do interior. Nessa perspectiva de estabilização econômica os bancos iniciaram diversos procedimentos de redução de custos operacionais: passaram a fechar agências, intensificar a utilização de informática, reduzir o número de funcionários, preocupar-se mais com a qualidade de atendimento, entre outros.

Essa estabilidade econômica não durou muito tempo: as “dificuldades econômicas enfrentadas para a manutenção das medidas de controle à inflação implementadas no Plano Cruzado e a vitória eleitoral dos partidos conservadores em novembro de 1986 contribuíram para a queda daquele programa de estabilização no primeiro semestre de 1987, quando as taxas inflacionárias atingiam níveis mensais superiores a 25%, acompanhadas de um evidente processo recessivo. No mercado financeiro retomavam-se os mecanismos especulativos e a assimetria entre a acumulação produtiva e a acumulação financeira, mais visível nos momentos de crise econômica, continuava a rondar a economia brasileira”⁵³⁰. Entretanto, os bancos não abandonam os procedimentos adotados a partir de 1986, de redução dos custos operacionais. O Bradesco, em particular, atingiu um total de 1687 agências após reduzir 10% do total suas agências entre 1985 e 87 (esse índice atingiu

⁵³⁰ JINKINGS, N, op. cit., op. cit., p.57.

43% na região Nordeste). A partir de então, o Bradesco passou a se preparar para uma futura estabilização da economia (que de fato ocorreu em 1994 com o Plano Real), mantendo esse total de agências até 1991, investindo altas cifras em novas tecnologias informacionais e organizacionais e reduzindo drasticamente o número de funcionários.

No decorrer da década de 90, tanto o PIB do Brasil, quanto o nível de emprego diminuí suas taxas de crescimento anual. No entanto, o nível de diminuição de emprego acentua-se muito mais. “Na década de 80, em particular entre 1984/89, (...) o PIB cresceu em média 4,5% ao ano, enquanto o emprego regular e regulamentado cresceu a taxas médias anuais de 1,85%. Na década de 90, ocorreu algo muito distinto: ao mesmo tempo que o PIB, entre 1990/96, apresentou crescimento médio anual de 1,13%, o emprego regular e regulamentado apresentou taxas negativas de quase dois por cento ao ano. (...) Com efeito, as taxas de desemprego na década de 90 apresentaram expressivo crescimento, sem que, em 1990, em plena recessão (-4,3% de variação do PIB) a taxa média de desemprego anual na Grande São Paulo foi de 10,3%, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, e desde então vem se elevando, culminando em 16,0% em 1997.”⁵³¹. O Bradesco, seguindo esta tendência, vem diminuindo muito o número de seus funcionários. Em apenas seis anos, ou seja entre 1990 e 1996, o Banco diminuiu 50% do quadro de funcionários. Em média, o número de funcionários do Banco decresce em torno de 10% ao ano, em números absolutos foram extintos 45.776 postos de trabalho. A situação se agrava quando comparamos o número de funcionários do ano de 1985 e do ano de 1996, nesse período verificamos que o Bradesco diminuiu 70% de sua força de trabalho, ou seja, quase 2/3 de seus funcionários. Em números absolutos foram extintos 113.207 postos de trabalhos.

De um maneira geral essa redução de bancários acontece em todos os bancos, Jinkings, baseando-se em dados do Dieese (1994) diz que a proporção de trabalhadores na PIA (População em Idade Ativa), decresceu de 2,7% para 1,8%, entre 1985 e 1993, significando a redução de 1/3 dos postos de trabalho.

A partir de 1986, além de verificarmos uma mudança no quadro de bancários, observamos uma mudança no perfil dos mesmos. O trabalho considerado de suporte ao atendimento das agências, o chamado “de retaguarda”, segundo vários autores, diminui de

⁵³¹ RODRIGUES, A. C. O Emprego Bancário no Brasil e a Dinâmica Setorial (1990-1997). São Paulo,

importância à medida que se automatizam as operações bancárias. “Nos momentos iniciais do processo informático, esse trabalho foi transferido em grande parte para os CPDs, onde auxiliares de escritório, digitadores e conferentes preparavam os dados enviados das agências. Com a introdução do *on line*, diversas rotinas efetuadas na retaguarda das agências iam sendo eliminadas, enquanto se reduzia fortemente a quantidade de papéis a serem manipulados, ante sua absorção pelo computador”⁵³². Inúmeros postos de trabalhos foram atingidos pela disseminação do uso de informática, até mesmo aqueles que foram criados a partir dela.

Analisando uma pesquisa feita pelo Dieese, em julho de 1997, referente às mudanças no perfil da categoria bancária na cidade de São Paulo, no período entre 1986 a 1995, observamos que algumas mudanças estão intimamente relacionadas a diversos fatos. Entre eles, podemos destacar os efeitos da aceleração inflacionária e dos diversos planos econômicos, altos investimentos em informática e telecomunicações, as inovações dos produtos e serviços financeiros e a conseqüente diminuição do número de bancários. Abaixo identificamos as principais mudanças no perfil da categoria bancária:

Direção e Gerência: este grupo ocupacional passou de 5,75% do total de postos de trabalho, em 1986, para 9,86%, em 1995. O crescimento do número de gerentes, pode estar associado a uma estratégia de atendimento personalizado num determinado número de contas ou segmento de clientes visando a um melhor atendimento. Os dados apontam um crescimento da participação da mulher nesse grupo, passando de 10% em 1986 para 24% em 1995;

Chefias Intermediárias: em 1986, ocupavam cerca de 16% do total de postos de trabalho, e em 1994 decresceram para 11,62%. Essa diminuição parece se justificar nas novas organizacionais que eliminam níveis hierárquicos. Os dados apontam um crescimento da participação da mulher nesse grupo, passando de 22% em 1986 para 30% em 1995;

Analistas e Programadores: em 1986, ocupavam 0,44% do total de postos de trabalho, e em 1994 cresceram para 1,83%. Esse crescimento parece se justificar em função dos aumentos na utilização das novas tecnologias, sobretudo a informática. Aqui, também, a

Dissertação de Mestrado, Depto. de Economia, PUC-SP, 1999, p. 18-19.

⁵³² RODRIGUES, A. C., op. cit., p.53.

participação das mulheres tem um acréscimo, passando de 24% em 1986 para 29% em 1995;

Escriturários e Auxiliares: em 1986, ocupavam 52% do total de postos de trabalho, e em 1995 decresceram para 40%. Por constituir o maior grupo da categoria é importante ressaltar que em termos absolutos, houve uma redução de 45% desses profissionais. A justificativa nesse caso pode ser considerada sobre diversos aspectos, mas destacamos o fato da disseminação das novas tecnologias diminuir drasticamente o volume de papéis e, conseqüentemente, dos serviços de retaguarda;

Caixas, Pagadores e etc.: em 1986, ocupavam 14,04% do total dos postos de trabalho, cresceram para 16,57%, em 1995. Apesar desse aumento observamos que, a partir de 1992, houve um decréscimo e este parece se justificar depois da introdução do serviços de auto-atendimento (*home banking, office banking, quiosques 24 horas*) e a tendência à crescente seletividade da clientela, com a “expulsão” dos clientes de baixa renda e dos usuários de canais alternativos de pagamentos. Entretanto, os pesquisadores consideram esse decréscimo como relativo.

Podemos observar que, apesar da maciça presença do sexo masculino na categoria bancária, houve um crescimento da participação da mulher em diversos grupos da categoria bancária. Entretanto, essa mudança no perfil dos bancários pode ser verificada a partir dos anos 60, logo após a introdução da automação bancária. “A introdução massiva de mulheres nos bancos, após o advento do computador, foi outra medida de economia adotada. Os bancos privados aumentaram o número de mulheres entre os escriturários e caixas, enquanto os bancos estatais passaram a aceitar mulheres nos concursos após a metade da década de 60. (...) As mulheres, portanto, foram a mão-de-obra barata que os bancos contrataram para suprir o aumento dos serviços surgidos após 1964. Os homens passaram a concentrar-se nos cargos de maior responsabilidade, explicando o diferencial encontrado para os salários”⁵³³. Conforme os dados da RAIS de 1985, as mulheres representavam 40% do categoria bancária, demonstrando a enorme participação da mulher no trabalho bancário. Entretanto, esses dados também apontam que as mulheres ocupam os cargos inferiores da estrutura administrativa dos bancos, ou seja, escriturárias, caixas e digitadoras.

⁵³³ ACCORSI, A. op. cit., p. 50.

Com a introdução da tecnologia informacional, também temos uma diminuição da idade média dos bancários, passando de 30 anos, antes de 1964, para 26 anos, em 1985. Conforme Accorsi, a partir de informações da RAIS de 1985, a “juventude dos bancários está acompanhada de pequeno nível de responsabilidade na sustentação de uma família; apenas 32% são casados. Cerca de 65% dos trabalhadores do setor ainda moram com os pais ou parentes, configurando uma situação de dependência em relação ao núcleo familiar primário. O baixo salário recebido pelos cargos iniciais permite entender o porquê deste fato”⁵³⁴. No entanto, essa idade aumenta quanto mais elevado o cargo ocupado pelo bancário.

Um fator positivo identificado por esta pesquisa da RAIS de 1985 é o nível de instrução dos bancários, que é elevado se comparado ao dos trabalhadores dos setores primário e secundário, e mesmo ao do setor terciário. “Cerca de 51,4% possuem 2º grau completo/incompleto e 25,0% curso superior completo/incompleto”⁵³⁵. Esse nível de instrução é maior na medida em que subimos na hierarquia da categoria bancária.

Com relação à renda familiar dos bancários, esta pesquisa da RAIS de 1985, revela por um lado que a maioria dos bancários, ou seja, 70% contribuíam com o seu salário para a composição da renda familiar. Por outro lado, revela que cerca de 11% da categoria exerciam outra atividade remunerada, demonstrando a insuficiência do salário para manter um padrão de vida adequado. A independência dos bancários em relação aos pais está diretamente relacionada ao cargo ocupado, pois subindo na pirâmide hierárquica da categoria bancária encontramos salários mais elevados e um maior percentual de casados.

Conforme Jinkings, a partir de 1982 as minutas de reivindicações das convenções coletivas dos trabalhadores bancários passam a conter cláusulas sobre a automação. Primeiramente, as preocupações referem-se às demissões, ao treinamento adequado às novas funções, a participação nos lucros e outras vantagens decorrentes do aumento de produtividade. Com o passar do tempo, as reivindicações foram tomando novos contornos e resultaram na gratificação do caixa, pausas de descanso para trabalhos expostos à grandes esforços repetitivos (que aliás nunca são respeitadas), horários dos caixas, gratificação de CPD, etc. No ano de 1989, os dirigentes sindicais incluíram na pauta de reivindicações a cláusula referente à participação dos bancários no processo decisório de introdução de

⁵³⁴ ACCORSI, A. op. cit., p. 56.

novas tecnologias, mas não obtiveram sucesso. Os bancos, sobretudo os privados, alegam que esse assunto faz parte da sua autonomia gerencial, e que não cabe ao sindicato interferir em tal assunto.

Com relação à mudança no perfil e no quadro dos funcionários das instituições bancário-financeiras como um todo destacamos que, até a metade dos anos 60, o bancário possuía um respeito social, devido à complexidade dos trabalhos efetuados e a sua alta remuneração. Nos vinte anos seguintes, até primeira metade dos anos 80, a categoria bancária ficou caracterizada por elevada segmentação, pela grande rotatividade de pessoal e pela baixa remuneração. A partir de então, com a massiva incorporação de tecnologia organizacional e informacional, a categoria bancária passa por algumas mudanças significativas, ou seja, diminuição do quadro de funcionários, recondução de alguns bancários para ocupar posições privilegiadas e polivalência dos funcionários atuando em diversos setores do banco ao mesmo tempo. Isso resulta numa intensificação do trabalho bancário para a maior parte das ocupações, à exceção da gerência, que acumula maior responsabilidade gerencial dos negócios e, conseqüentemente, maior capacidade criativa.

Dessa forma identificamos que houve mudanças no perfil dos bancários a partir da incorporação de tecnologia organizacional e informacional, apresentando o seguinte perfil: à medida que subimos na estrutura administrativa dos bancos encontramos um maior percentual de homens, um maior percentual de casados, uma idade média maior e um maior nível de instrução formal. Ocorrendo o inverso para os cargos da base da pirâmide organizacional. Nessa perspectiva, destacamos que apesar de terem ocorrido mudanças significativas no perfil e no quadro dos funcionários de instituições bancário-financeiras, esse processo de reestruturação dessas instituições ainda está inconcluso.

Em síntese, a intensificação da automatização e a difusão de novas gestões de trabalho, como o auto-atendimento, vêm diminuindo drasticamente o número de trabalhadores bancários e a eficácia das greves enquanto instrumento de pressão. Nos últimos anos, diversas mudanças estão ocorrendo no mundo do trabalho bancário. Num momento de greve são enormes as possibilidades de continuar o atendimento bancário. O Banco pode continuar seu atendimento através das máquinas e serviços de auto-atendimento, de alguns funcionários que ocupam cargos de gerência, de funcionários

⁵³⁵ ACCORSI, A. op. cit., p. 56.

terceirizados que não possuem nenhum vínculo orgânico com a categoria bancária. Portanto, esse “novo” banco totalmente automatizado e com poucos funcionários parece aprofundar os problemas que afetam a capacidade de resistência dos bancários e sua consciência sindical. Assim, no caso do Bradesco, identificamos que, juntamente com essas mudanças que ocorreram no perfil e no quadro de funcionários da categoria bancária como um todo, houve a incorporação da tecnologia organizacional própria, baseada na origem caipira e no ideário disciplinar do fundador do Bradesco – Amador Aguiar – que permitiu a “maximização do trabalho bancário”, através da disciplina e dedicação ao trabalho bancário, bem como da obediência à hierarquia do Banco. Dessa forma, demonstramos que a incorporação dessa tecnologia de organizacional é uma das condições, sobretudo nos últimos vinte anos, que permitiu à consolidação da difusão das agências do Banco no território nacional, bem como à formação do Conglomerado Bradesco. A seguir demonstraremos a consolidação da difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional.

3. A consolidação da difusão do Bradesco no território nacional

Antes de demonstrarmos a consolidação da difusão da rede de agências do Bradesco pelo território nacional, vamos contextualizar o Sistema Financeiro Nacional no ano de 1994. A relevância está no fato de verificarmos como estava difundido o Sistema Bancário como um todo no território nacional, no momento em que a difusão da rede de agências do Bradesco estava totalmente consolidada.

Conforme informações de um estudo da SESE – Secretaria de Estudos Sócio-Econômicos do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, podemos analisar a distribuição do Sistema Financeiro no Brasil referente ao ano de 1994.

Com informações do Guia Bancário do Brasil do ano de 1994, o Sistema Financeiro Nacional possuía 248 instituições, sendo 207 instituições privadas e 41 estatais, perfazendo um total de 17.045 agências em todo o território nacional. Dentre as 207 instituições privadas dividiam-se em 146 nacionais com 7.153 agências e 61 estrangeiras com 574 agências. Com relação às 41 instituições estatais, dividiam-se em 34 bancos estaduais com 3.865 agências e 7 bancos federais com 5.543 agências. Ainda com relação aos bancos

estatais entre os estaduais e federais, subdividiam-se: o primeiro, em 25 bancos múltiplos com 3.219 agências, 02 caixas econômicas com 637 agências e 07 bancos de desenvolvimento com 09 agências; o segundo, 01 Banco Central com 10 agências, 04 bancos múltiplos com 3.639 agências, 01 caixa econômica (CEF) com 1.800 agências e 01 banco de desenvolvimento (BNDES) com 04 agências.

O Brasil possui em 1994 um total de 5.045 municípios, distribuídos pelos 27 estados, incluindo o Distrito Federal. Desse total de municípios no País, 3.458 eram servidos por bancos, o que representava 69% do total de municípios. No que se refere aos 1.587 municípios restantes, que representavam os outros 31% do total dos municípios, não possuíam nenhuma agência bancária.

Com relação à presença dos bancos nesses municípios, se analisarmos considerando a presença de bancos estatais e privados verificaremos que: os primeiros estavam presentes em 3.262 municípios, representando 65% do total de municípios do Brasil e 94% do total de municípios servidos por bancos; os segundos estavam presentes em 1.608 municípios, representando 32% do total dos municípios do Brasil e 47% do total de municípios servidos por bancos. Faz-se necessário ressaltar que a presença dos bancos privados era mais significativa nos municípios dos estados mais dinâmicos da União e que os bancos privados estrangeiros estavam presentes somente em 106 municípios brasileiros.

Referente aos bancos privados, ainda é importante ressaltar que dos 1.608 municípios servidos pelo total de 207 bancos privados (nacionais e estrangeiros), existiam 7.727 agências, sendo que apenas o Bradesco, Bamerindus e Itaú estavam presentes nos 27 estados da União e se distribuíam da seguinte forma: o Bradesco possuía 1.832 agências, em 1.235 municípios dos 27 estados; o Bamerindus possuía 1.340 agências, em 934 municípios dos 27 estados; o Itaú possuía 891 agências, em 449 municípios dos 27 estados. Essa posição do Bradesco somente era superada pela posição do Banco do Brasil que possuía 3.101 agências, em 2.387 municípios dos 27 estados. Dessa forma, confirmamos a primeira posição de banco nacional do Bradesco dentre os bancos privados e a segunda posição em relação a todos os bancos.

A concentração bancária nos municípios mais dinâmicos do Brasil é notável, pois este estudo aponta que 382 municípios do total de 3.458 municípios, ou seja 11,05% do total dos municípios servidos pelos bancos, possuíam no mínimo sete agências em cada um

deles. Dessa modo totalizavam 9.850 agências que representavam 58% do total das agências bancárias dos País.

Nessa perspectiva, era evidente que a maioria dos municípios brasileiros eram servidos por bancos estatais. A nós cabe uma questão: com essa política de privatização dos bancos estatais será que grande parte desses municípios antes atendidos por bancos estatais deixaram de ser servidos por bancos, agravando a concentração de renda e prática de agiotagem ou seus prepostos, que se tornam a única alternativa de crédito nos municípios não servidos por bancos? A seguir apresentaremos uma tabela, referente à distribuição dos estabelecimentos bancários divididos entre bancos estatais, bancos privados e o Bradesco, distribuídas por regiões brasileiras no ano de 1994.

TABELA 22
AGÊNCIAS DOS ESTABELECEMENTOS BANCÁRIOS POR REGIÕES
1994 (números e porcentagem)

| | Número de Municípios | Total | (%) | Bancos Estatais | (%) | Bancos Privados | (%) | Bradesco | (%) |
|--------------|----------------------|-------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|----------|--------|
| Norte | 404 | 706 | 4,14 | 416 | 4,46 | 290 | 3,75 | 88 | 4,80 |
| Nordeste | 1.605 | 2.852 | 16,74 | 1.978 | 21,23 | 874 | 11,31 | 223 | 12,17 |
| Sudeste | 1.547 | 8.375 | 49,13 | 3.794 | 40,72 | 4.581 | 59,29 | 1.015 | 55,41 |
| Sul | 1.061 | 3.691 | 21,65 | 2.389 | 25,64 | 1.302 | 16,85 | 305 | 16,65 |
| Centro Oeste | 428 | 1.421 | 8,34 | 741 | 7,95 | 680 | 8,80 | 201 | 10,97 |
| Brasil | 5045 | 17045 | 100,00 | 9318 | 100,00 | 7727 | 100,00 | 1832 | 100,00 |

FONTE: FETEC/CUT-SP, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, 01/03/95 & Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 01/95.

Analisando a tabela 22, sobre a distribuição dos estabelecimentos bancários por regiões, verificamos que há um predomínio da difusão territorial das agências dos bancos privados e do Bradesco na Região Sudeste, registrando 59,29% no primeiro caso e 55,41% no segundo caso. No que se refere ao total dos bancos, podemos verificar ainda a predominância da difusão na Região Sudeste, uma vez que o índice atinge 49,13% do total dos estabelecimentos. Com relação aos bancos estatais, podemos verificar também um predomínio das agências na Região Sudeste, apesar de menor, registrando 40,72%. Quanto à Região Nordeste, região com o desenvolvimento vulnerável, fica evidente uma

participação maior dos bancos estatais, pois aqui a participação no total das regiões atinge 21,23%, enquanto que os bancos privados e o Bradesco atingem, respectivamente, 11,31% e 12,17%. A Região Sul vem a seguir na diferença da participação dos estabelecimentos bancários dos bancos estatais com relação à participação dos bancos privados e do Bradesco, pois registram-se, respectivamente, 25,64%, 16,85% e 16,65%.

O Bradesco, com relação à Região Centro-Oeste, destaca-se tanto do total geral e do total dos bancos estatais, bem como dos bancos privados. A sua participação nesta região é de 11% aproximadamente, enquanto que dos demais concentram-se em torno de 8%. No que se refere à Região Norte em todos os níveis a participação concentra-se em torno de 4% do total dos estabelecimentos.

Com essa tabela comprovamos que, apesar dos estabelecimentos bancários estarem difundidos por todas as regiões brasileiras, está predominantemente concentrado na Região Sudeste, confirmando-a como centro dinâmico da economia e centro polarizador do Sistema Financeiro Brasileiro. Ao mesmo tempo, por um lado, podemos verificar a comparação da distribuição regional do total dos estabelecimentos bancários com os do Bradesco, em particular. Por outro lado, comprovar que a distribuição regional das agências do Bradesco não difere muito da distribuição do total dos estabelecimentos bancários como um todo, principalmente tratando-se da distribuição regional dos bancos privados brasileiros. Agora vamos demonstrar três tabelas referentes à classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos.

O conjunto das três tabelas seguintes: 23, 24 e 25 representam a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos nos respectivos anos: 1974, 1975 e 1980. Esse conjunto de três anos refere-se ao período que compreende os anos 70, logo após o período áureo conhecido como “Milagre Brasileiro”. Durante os anos 70, as Autoridades Monetárias deixaram os bancos fluírem com muito mais independência, ou seja, diminuíram o excessivo controle do período do Milagre, sobretudo no que diz respeito ao controle de abertura de novas agências bancárias.

TABELA 23

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1974 – (milhões de cruzeiros)

| | |
|----------------------------------|------------|
| 1 – Banco do Brasil | 52.821.696 |
| 2 – Banespa | 10.378.436 |
| 3 – Bradesco | 10.317.777 |
| 4 – Itaú | 7.320.376 |
| 5 – Real | 4.359.302 |
| 6 – Unibanco | 3.869.303 |
| 7 – Nacional | 3.383.764 |
| 8 – Banco do Estado da Guanabara | 3.197.188 |
| 9 – Bamerindus | 3.066.651 |
| 10 – Banco Com. Ind. De SP | 2.726.769 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.

No que diz respeito à tabela 23, sobre a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos num total de 107 bancos do ano de 1974, observamos que o volume de depósitos do segundo e terceiro lugar, respectivamente, Banespa e Bradesco, estavam crescendo muito em relação aos anos anteriores. Comparando o volume de depósitos desses dois bancos aos Banco do Brasil, que ocupava a primeira posição da classificação, verificamos que a diferença entre eles era de 5 vezes superior para o Banco do Brasil. Mas a diferença entre o Banco do Brasil, o Banespa e o Bradesco está diminuindo, pois se compararmos com os dados do ano de 1968, demonstrado anteriormente, verificamos que neste ano a diferença a favor do Banco do Brasil tinha sido de praticamente 10 vezes superior a estes.

TABELA 24

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1975 (milhões de cruzeiros)

| | |
|----------------------------------|------------|
| 1 – Banco do Brasil | 71.956.795 |
| 2 – Bradesco | 15.421.627 |
| 3 – Banespa | 11.100.752 |
| 4 – Itaú | 9.837.400 |
| 5 – Nacional | 6.902.520 |
| 6 – Real | 6.703.095 |
| 7 – Unibanco | 5.552.795 |
| 8 – Banco do Estado da Guanabara | 5.306.916 |
| 9 – Bamerindus | 5.192.489 |
| 10 - Banco Ind. E Com. de SP | 4.209.479 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

Com relação à tabela 24, sobre a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos num total de 102 bancos do ano de 1975, o destaque fica para o Bradesco, que passou a frente do Banespa e agora ocupa a segunda posição na classificação. A partir deste ano de 1975, essa segunda posição do Bradesco não será mais alterada até os dias de hoje. Ainda é importante ressaltar que o Bradesco se distancia um pouco em relação ao Banespa e sua posição em relação ao Banco do Brasil diminuiu. O Banco Itaú, quarta posição na classificação, aproxima-se do Banespa com uma diferença muito pequena.

TABELA 25

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1980 (milhões de cruzeiros)

| | |
|---------------------------------------|-------------|
| 1 – Banco do Brasil | 434.419.088 |
| 2 – Bradesco | 150.982.316 |
| 3 – Itaú | 92.907.721 |
| 4 – Banespa | 79.075.778 |
| 5 – Real | 57.754.404 |
| 6 – Nacional | 57.621.307 |
| 7 – Unibanco | 54.948.264 |
| 8 – Banco do Estado do Rio de Janeiro | 48.586.093 |
| 9 – Bamerindus | 41.238.373 |
| 10 – Econômico | 29.235.528 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

Com relação à tabela 25, sobre a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos num total de 105 bancos do ano de 1980, o destaque é para o Banco Itaú que também ultrapassou o Banespa e agora ocupa a terceira posição da classificação. A diferença do Bradesco em relação ao Banco do Brasil diminui ainda mais e agora é menor que três vezes.

Em síntese, verificamos nesses três momentos um aumento do volume de depósitos de todos os bancos. Isso talvez tenha ocorrido devido aos altos índices de inflação do período. Faz-se necessário ressaltar que o Banespa, um banco que tradicionalmente esteve na segunda posição, passou para a quarta no ano de 1980. O Bradesco, a partir de 1974 passou a ocupar a segunda posição ultrapassando o Banespa. A seguir, vamos demonstrar quatro tabelas referentes à classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos que representam os anos 80 e 90.

O conjunto das quatro tabelas seguintes: 26, 27, 28 e 29 representam a classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos nos respectivos anos: 1985, 1987, 1990 e 1993. Esse conjunto de quatro anos refere-se ao período que antecede o Plano Cruzado (1986) aos demais Planos de estabilização implantados pelas Autoridades Monetárias, no decorrer da segunda metade dos anos 80 e início do anos 90. Esse período é marcado pelas várias tentativas de estabilização da economia e por diversas instabilidades econômicas e

financeiras ocorridas no Brasil. Esse período de instabilidade coincide com as reestruturações empresariais feitas por grande parte dos bancos para responder às iniciativas de estabilização da economia. Essas reestruturações acabaram interferindo no perfil e no quadro de funcionários, ao mesmo tempo que na reorganização geográfica do Sistema Bancário, conseqüentemente fechamento de muitas agências e de muitos bancos. Um observação curiosa que ainda pode ser verificada neste conjunto de tabelas são os valores de depósitos que de um ano para outro estão representados com muitos algarismos, demonstrando o elevado nível de inflação ocorrido no Brasil neste momento.

TABELA 26

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1985 (milhões de cruzeiros)

| | |
|---------------------|----------------|
| 1 – Banco do Brasil | 47.063.776.336 |
| 2 – Bradesco | 20.665.454.445 |
| 3 – Itaú | 15.512.852.857 |
| 4 – Nacional | 9.472.104.365 |
| 5 – Banespa | 8.969.809.580 |
| 6 – Banerj | 8.166.024.783 |
| 7 – Real | 7.370.662.644 |
| 8 – Unibanco | 7.226.701.963 |
| 9 – Safra | 6.130.045.031 |
| 10 – Citibank | 4.988.534.505 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1985.

No que diz respeito à tabela 26, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total de 93 bancos do ano de 1985, observamos que o volume de depósitos do Banco do Brasil foi o dobro do volume do Bradesco. Essa diferença entre esses dois bancos no ano de 1985 diminuiu se compararmos à do ano de 1980, pois comparando-as verificamos que ela passou de cinco vezes superior a favor do Banco do Brasil em 1980, para apenas o dobro em 1985. O destaque é para perda de posição do Banespa na classificação ficando neste ano de 1985 na quinta posição, atrás do Banco Nacional. Faz-se necessário ainda ressaltar o retorno de um banco estrangeiro, o Citibank, ocupando posição dentre os 10 principais bancos em volume de depósitos.

TABELA 27

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1987 (milhões de cruzados)

| | |
|--------------------------------|-------------|
| 1 - Banco do Brasil | 837.912.265 |
| 2 - Bradesco | 140.147.216 |
| 3 - Itaú | 116.829.368 |
| 4 - Banespa | 75.142.978 |
| 5 - Unibanco | 70.869.765 |
| 6 - Nacional | 44.632.305 |
| 7 - Banco Francês e Brasileiro | 44.495.599 |
| 8 - Real | 37.597.914 |
| 9 - Bamerindus | 34.013.107 |
| 10 - Safra | 33.480.538 |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1987.

Com relação à tabela 27, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total de 79 bancos do ano de 1987, é importante destacar que o Bradesco sofreu as conseqüências do Plano Cruzado e a sua diferença em relação ao Banco do Brasil sobe para seis vezes a favor deste. O Banespa volta a ocupar a quarta posição na classificação, e o Banco Nacional retorna à sexta posição. Deve-se notar ainda a presença na sétima posição do Banco Francês Brasileiro, que nunca esteve anteriormente dentre as dez primeiras posições.

TABELA 28

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1990 (milhões de cruzeiros)

| Tabela I - Classificação dos 10 principais bancos em volume de depósitos num total de 93 bancos | |
|---|-------------|
| 1990 | |
| Referência: milhões de Cr\$ | |
| 1 – Banco do Brasil | 921.863.063 |
| 2 – Bradesco | 721.873.741 |
| 3 – Banespa | 507.814.553 |
| 4 – Itaú | 456.283.758 |
| 5 – Bamerindus | 294.223.714 |
| 6 – Nacional | 274.897.368 |
| 7 – Real | 261.198.777 |
| 8 – Unibanco | 169.574.570 |
| 9 – Safra | 163.449.512 |
| 10 - Banco de Crédito Nacional | 147.427.133 |
| Fonte: Revista Bancária Brasileira | |

FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1990.

A tabela 28, sobre a classificação dos dez principais bancos em volume de depósitos num total de 93 bancos no ano de 1990, demonstra que a diferença do volume de depósitos entre o Bradesco e o Banco do Brasil volta a diminuir e, aliás, nunca esteve tão pequena. Essa conquista do Bradesco deve-se ao enorme processo de reestruturação empresarial implantado a partir de 1987, onde o Banco incorporou um série de tecnologias organizacionais e informacionais, que acabaram culminando com bom resultado para o Banco. O Banespa recupera mais uma posição e volta a ocupar a terceira classificação. O Banco Itaú passa a ocupar a quarta posição na classificação.

TABELA 29

CLASSIFICAÇÃO DOS 10 MAIORES BANCOS EM VOLUME DE DEPÓSITOS

1993 (em milhões cruzeiros)

| | |
|--------------------------------|---------------|
| 1 – Banco do Brasil | 3.622.241.600 |
| 2 – Bradesco | 2.347.377.204 |
| 3 – Banespa | 2.233.426.527 |
| 4 – Unibanco | 1.855.072.222 |
| 5 – Itaú | 1.784.019.239 |
| 6 – Bamerindus | 1.444.596.278 |
| 7 – Nacional | 902.683.004 |
| 8 – Safra | 898.980.999 |
| 9 – Real | 870.569.266 |
| 10 - Banco de Crédito Nacional | 714.413.733 |

FONTE: Revista Bancário Brasileira, Rio de Janeiro, 1993.

Esta tabela 29 diz respeito a volume de depósitos dos 10 principais bancos num total de 122 bancos do ano de 1993. Nesta tabela, podemos observar, como destaque, a posição alcançada pelo Unibanco que saiu da oitava posição na tabela anterior (1990) e agora ocupa a quarta posição, passando à frente do Bamerindus e Itaú, que agora ocupam, respectivamente, a sexta e quinta posição. O Banespa mantém a sua terceira posição e se aproxima do Bradesco no volume de depósitos. O Bradesco se distancia um pouco do Banco do Brasil, mas ainda mantém incontestável a sua segunda posição.

Desse modo, verificamos neste conjunto de quatro tabelas, nesses quatro momentos (1985/1987/1990/1993), referente ao volume de depósitos do 10 maiores bancos, que foi um período de razoável instabilidade para os bancos. Este conjunto de quatro anos refere-se ao período que antecede ao Plano Cruzado aos demais Planos de estabilização implantados pelas Autoridades Monetárias. Esse período de instabilidade coincide com as reestruturações empresariais feitas por grande parte dos bancos para responder às iniciativas de estabilização da economia. Isso pode ser verificado na alternância de posições na classificação dos bancos, com exceção do Banco do Brasil e do Bradesco, que ocuparam, respectivamente, a primeira e segunda posição na classificação nos quatro momentos. Outro indício de que esse período compreendeu um momento de instabilidade do Brasil são os valores de depósitos que de um ano para outro estão representados com

muitos algarismos, demonstrando o elevado nível de inflação ocorrido no Brasil neste momento. Faz-se necessário ressaltar que o Bradesco manteve a posição na classificação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos. Isso vem confirmar que o Bradesco, desde de 1975, quando passou a ocupar esta posição, é o segundo maior banco do Brasil e o primeiro maior banco dentre os bancos privados. Uma vez contextualizada a participação dos 10 maiores bancos em volume de depósitos nesses quatro momentos, agora vamos demonstrar de fato como o Bradesco consolidou a difusão da sua rede de agências por todo o território nacional.

No período compreendido entre 1973 e 1996, podemos considerar que o Bradesco consolida a sua difusão da rede de agências pelo território nacional. A partir de 1973, depois de ter incorporado 17 bancos, o Bradesco deixa de ser um banco de atuação regional e passa a ser considerado um banco de atuação nacional. Entretanto, observamos que pelo menos em números absolutos, de pontos de atendimento, essa difusão espacial ainda não estava completa, pois nesse ano o Banco possuía 717 agências em todo o território nacional. Essa difusão nacional no nosso entendimento pode ser visualizada a partir dos anos 80, sobretudo no período entre 1985 e 1986. Nesse período, o Banco abriu muitas agências em regiões pouco assistidas, principalmente no interior da Região Nordeste e Norte, chegando em 1986 a atuar em 1978 localidades.

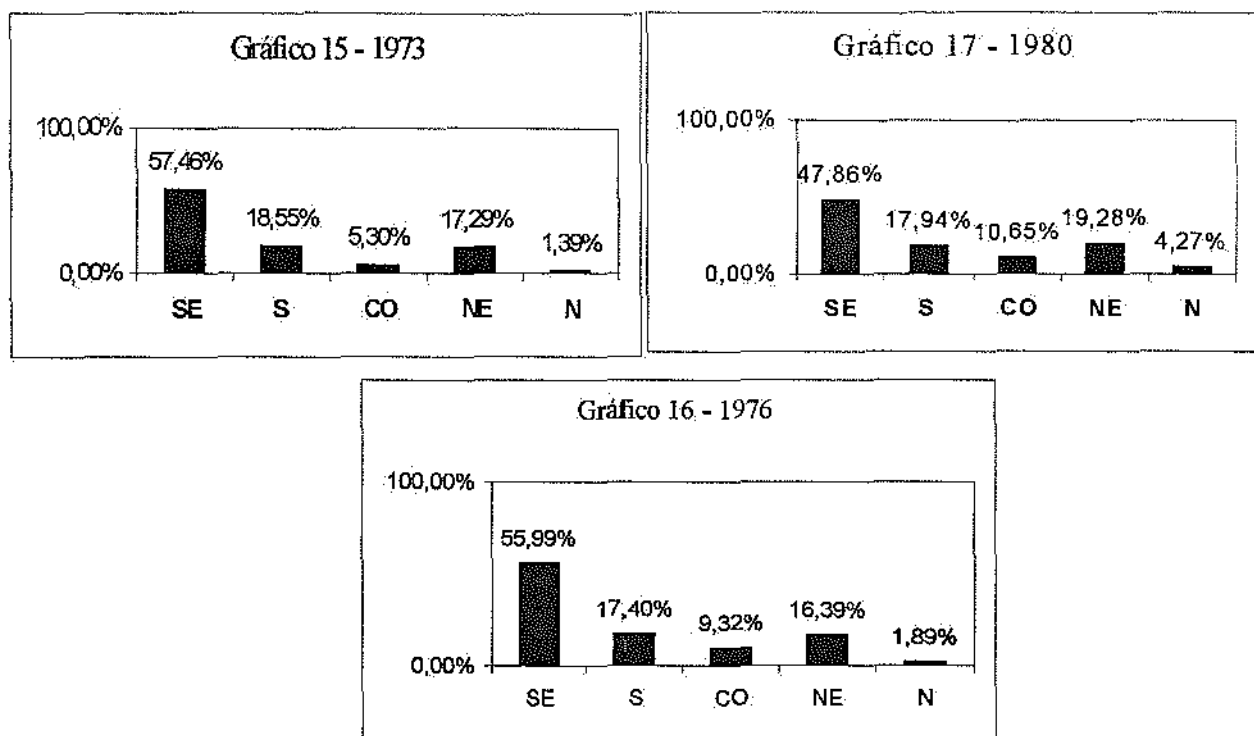
Como dissemos anteriormente, os bancos ficaram proibidos de abrir novas agências até 1977 (Resolução n.º 141, de 23 de março de 1970, que suspende a concessão de novas autorizações para instalação de agências até 30 de junho de 1971, prazo que foi sucessivamente prorrogado até 30 de junho de 1977). Comparando os gráficos do Bradesco referente ao ano de 1973 e 1976 observamos que o número de suas agências permanece praticamente o mesmo, pois em 1973 possuía 717 e em 1976 possuía 793 agências. Como verificamos anteriormente na declaração de Antonio Delfim Netto a abertura de agências num período de “proibições” somente foi possível porque a concessão de cartas-patentes que autorizavam a abertura de agências serviu de instrumento de negociação para as incorporações do bancos que estavam com patrimônio líquido negativo. No entanto, o Bradesco, no período entre 1973 e 1976, não incorporou nenhum banco. Assim, as 76 novas agências abertas nesse período de “proibições” podem, por um lado, estar relacionadas a permutas do fechamento de agências das cidades de categorias superiores, como São Paulo,

e a abertura de agências em cidades pioneiras. Por outro lado, podem representar os privilégios que este Banco possui junto às Autoridades Monetárias. Analisando a porcentagem da participação de agências por regiões, nesse período observamos que também, permanece praticamente inalterada. A seguir, demonstramos os gráficos da distribuição regional das agências do Bradesco, referente aos anos de 1973, 1976 e 1980.

GRÁFICOS 15, 16 e 17

DISTRIBUIÇÃO DAS AGENCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1973/1976/1980 (%)



FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1974, 1977 e 1981.

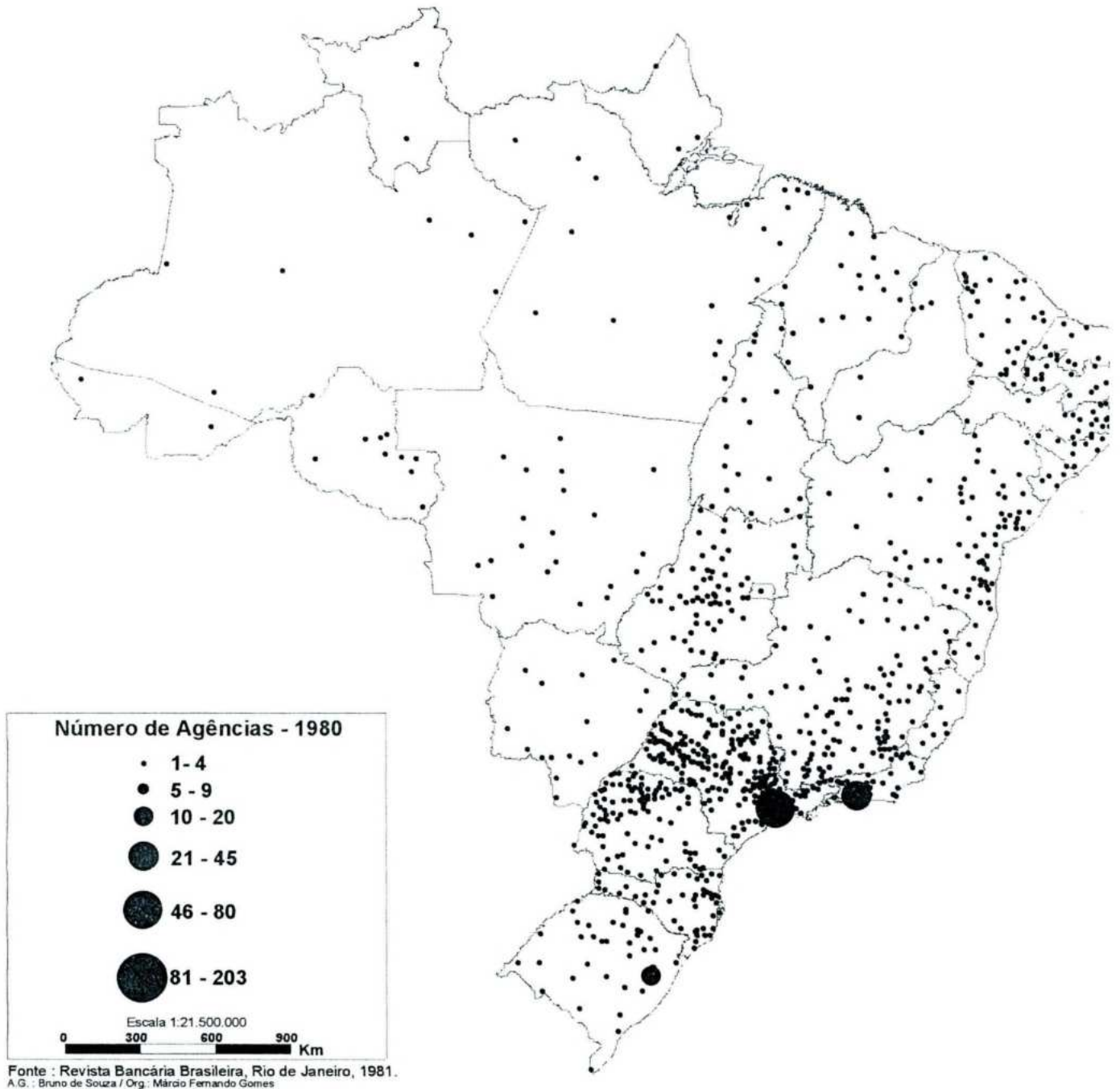
Com relação ao período entre 1976 e 1980, observamos um significativo aumento das porcentagens de participação de agências nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, passando respectivamente: de 8,3% em 1976 para 10,6% em 1980; de 16,4% em 1976 para 19,3% em 1980 e de 1,9% para 4,3. Esses aumentos se justificam porque com a “liberação”

das concessões de abertura de novas agências, ocorrida a partir de 1977, o Bradesco passa a abrir agências em áreas pioneiras, sobretudo em praças pouco assistidas do Nordeste e Norte. Particularmente, na Região Norte o Bradesco, mais uma vez, através de incentivos fiscais instala agências nas regiões pioneiras do projeto de colonização da Amazônia. Aqui ele não somente abriu agências mas também participou do projeto de colonização, comprando fazendas, sobretudo na região de fronteira agrícola dos Estados de Tocantins e Pará, assunto que será melhor explorado mais adiante quanto demonstramos a formação do Conglomerado Bradesco. Faz-se necessário ressaltar que se calcularmos a porcentagem do aumento de agências levando em consideração o número absoluto de agências observamos que houve um aumento nas regiões Centro Oeste, Nordeste e Norte de respectivamente: 73%, 76% e 240%.

Analisando os dados dos anos de 1972, 1976 e 1980 faz-se necessário ressaltar que, no caso dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por causa das restrições a abertura de novas agências o número de agências permanece praticamente inalterado, são respectivamente: 109, 113 e 116 na capital e 223, 222 e 248 no interior do Estado de São Paulo; 35, 35 e 38 na capital e 15, 20 e 33 no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse período, entre 1976 e 1980, a Região Sudeste diminui aproximadamente 8% na participação no total de agências, passa de 56% em 1976 para 47,9% em 1980. Isso pode ser explicado entre outras coisas pelo crescimento da participação das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A Região Sul permanece inalterada com 17,4% em 1976 e 17,9% em 1980. A seguir, apresentaremos o mapa 7 da localização das agências do Bradesco do ano 1980.

MAPA 7 - BRADESCO : Agências bancárias em 1980



Referente ao período de 1980 a 1985, observamos que a participação de agências por regiões, sem exceção, permanece praticamente inalterada. Entretanto, em números absolutos tem-se um enorme crescimento, foram abertas 681 agências passando de um total de 1.193 em 1980 para 1874 em 1985. A maioria dessas agências foram abertas em pequenas cidades do interior do país. Na Revista do Bradesco em comemoração aos 50 anos do Banco dizem que a partir de 1981, com a mudança de presidente (Lázaro de Mello Brandão), o Bradesco passou por duas revoluções: na primeira, o Banco conheceu um crescimento sem precedentes, com a rede de agências mudando de tamanho todos os dias; a segunda, diz respeito à incorporação das novas tecnologias informacionais. É importante ressaltar os números das agências, comparando o ano de 1980 aos de 1985, os números a seguir referem-se respectivamente às regiões: Sudeste, Sul, Centro Oeste, Nordeste e Norte. Assim, passaram: de 571 para 846; de 214 para 290; de 127 para 247; de 230 para 392; de 51 para 99. Ainda com relação a essas regiões faz-se necessário destacar que entre esse crescimento as regiões Centro Oeste e Norte obtiveram o maior índice de crescimento relativo, pois cresceram respectivamente 94% cada uma. Esse crescimento pode estar associado ao crescimento de algumas cidades dessas regiões que, em muitos casos, receberam incentivos fiscais apoiados em programas de planejamento governamental. Em segundo lugar nessa classificação fica a Região Nordeste com 70%. A Região Sudeste teve 48% de crescimento e a Região Sul obteve o menor índice, um crescimento de 35%.

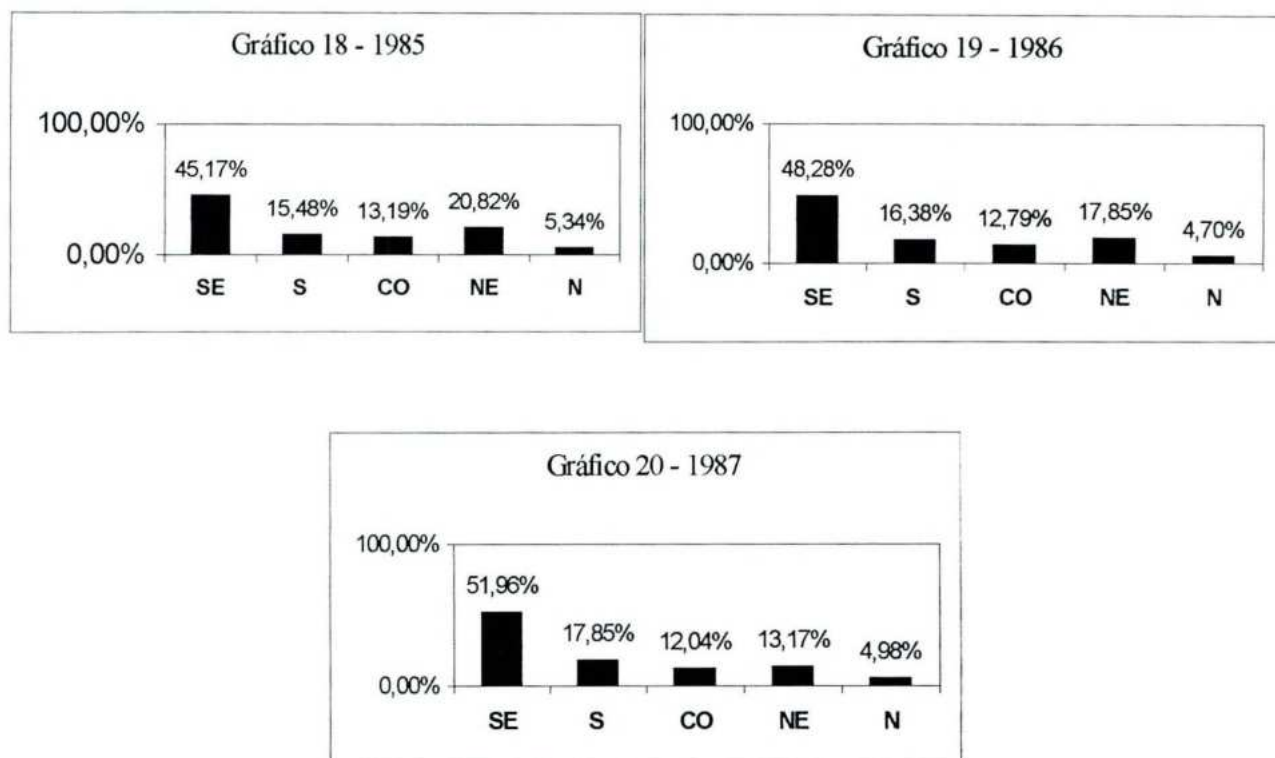
Com relação ao período entre 1985 e 1987, verificamos que foi um período muito turbulento para o Sistema Financeiro como um todo. Os bancos, acostumados com altas taxas de lucro proporcionadas pela alta inflação do início do anos 80, aumentaram absurdamente o número de agências para poder captar mais depósitos. Com relação ao Bradesco, como podemos verificar, aumentou muito em termos absolutos o número de suas agências nesse período. Em 1985, o novo Governo democrático implantou o Plano Cruzado, que consistia num programa de estabilização da economia que congelou os preços, extinguiu as correções monetárias e proibiu os contratos inferiores a um ano. Nessa perspectiva de estabilização econômica, os bancos iniciaram diversos procedimentos de redução de custos operacionais: passaram a fechar agências, intensificar a utilização de informática, reduzir o número de funcionários, preocupar-se mais com a qualidade de

atendimento, entre outros. A seguir, apresentaremos os gráficos da distribuição regional das agências do Bradesco, referente aos anos de 1985, 1986 e 1987.

GRÁFICOS 18, 19 e 20

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1985/1986/1987 (%)



FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1986, 1987 e 1988.

Analisando os gráficos observamos que a mudança mais expressiva é a diminuição das porcentagens de participação das agências da Região Nordeste no total geral das agências do Bradesco: decresceu de 20,9% em 1985 para 13,2% em 1987; em termos absolutos decresceu de 392 para 223. Aqui é importante abrir um parêntese e destacar que diversas das agências fechadas em 1987 haviam sido abertas no ano de 1985 e 1986, principalmente no interior dos Estados do Piauí e Paraíba. No período entre 1984 e 1985 esses estados tiveram um crescimento respectivamente de 70% e 96% de suas agências, mas no período entre 1985 e 1987 tiveram um decréscimo de 83% e 64%. Entre os outros

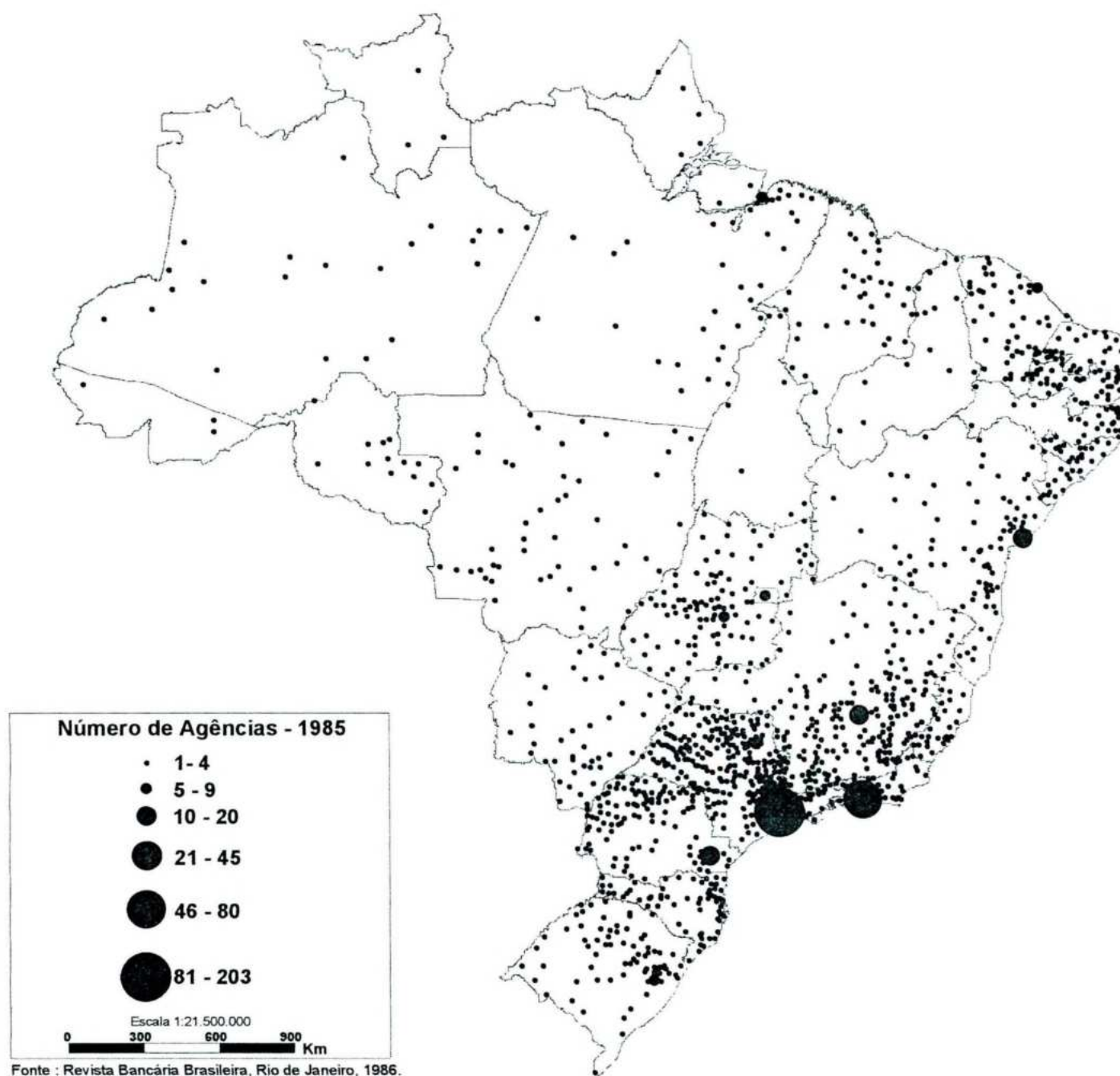
estados da Região Nordeste os que tiveram os maiores índices de decréscimo foram: o Estado do Ceará com 54%; o Estado do Rio Grande do Norte com 68%; o Estado de Alagoas com 56%.

Por conseqüência da queda da porcentagem da Região Nordeste, na participação total das agências, as porcentagens das regiões Sudeste e Sul tiveram um relativo aumento passando respectivamente: de 45,1% em 1985 para 52% em 1987; de 15,5% em 1985 para 17,8% em 1987. Entre os motivos desse crescimento soma-se o fato dessas regiões, ao contrário das demais, terem obtido um crescimento respectivamente de 3,5% e 3,7%; aqui se faz necessário destacar que esse crescimento foi maior no Estado de São Paulo, atingindo 10%.

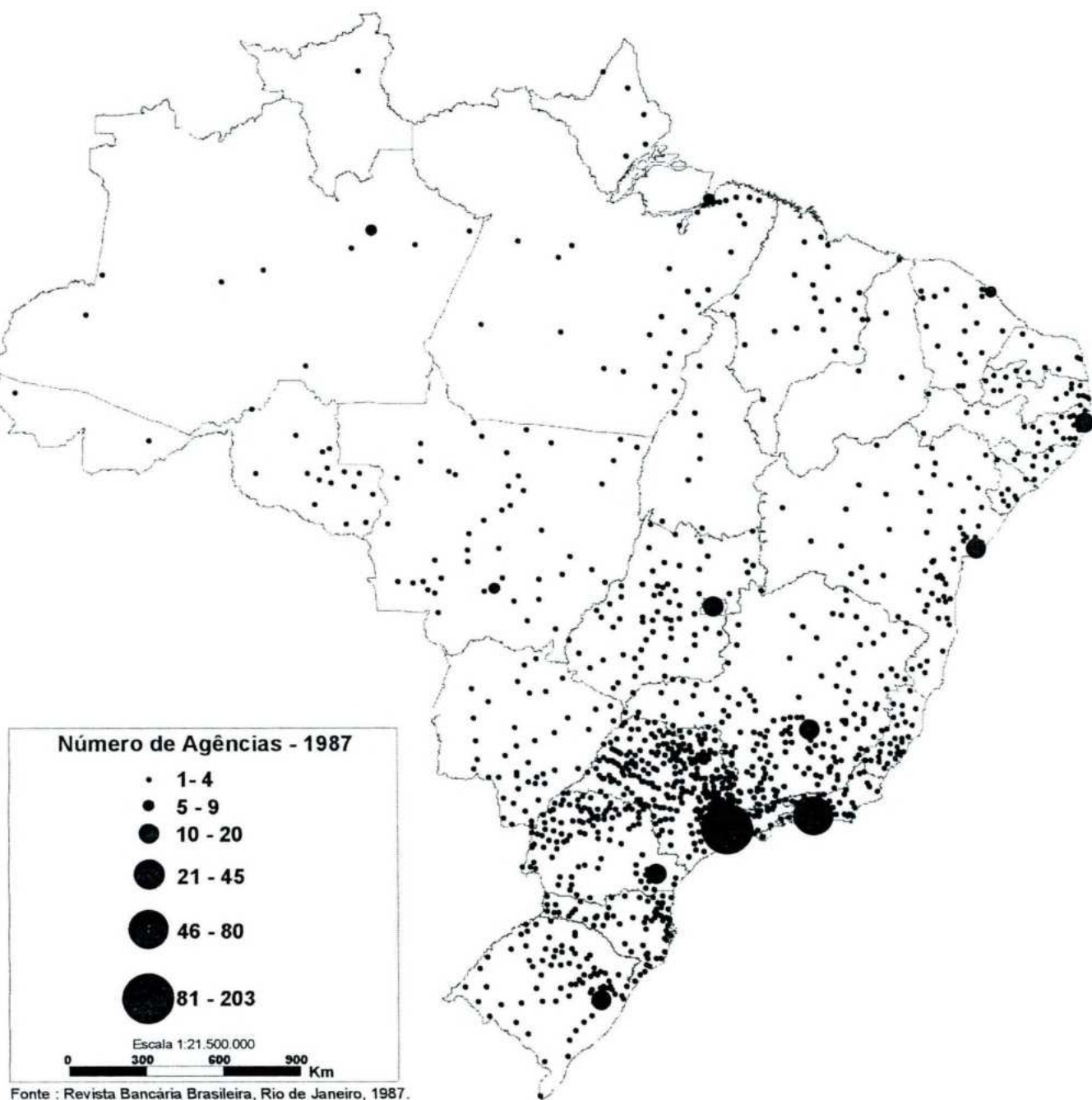
Com relação à Região Norte notamos que mantém um certo equilíbrio, participando aproximadamente com 5% do total geral de agências. Na Região Centro-Oeste tem-se um pequeno decréscimo na participação passando de 13,2% em 1985 para 12% em 1987. Em números absolutos, passou de 247 agências em 1985 para 203 em 1987.

As dificuldades econômicas enfrentadas para a manutenção das medidas de controle da inflação e a vitória eleitoral dos partidos conservadores em novembro de 1986 contribuíram para a queda do programa de estabilização, Plano Cruzado, no primeiro semestre de 1987, quando as taxas inflacionárias atingiram níveis mensais superiores a 25%, acompanhadas de um evidente processo recessivo. O mercado financeiro retomou os mecanismos especulativos, e a assimetria entre a acumulação produtiva e a acumulação financeira, mais visível nos momentos de crise econômica, continuava a rondar a economia brasileira. Entretanto, os bancos não abandonam os procedimentos, adotados a partir de 1986, de redução dos custos operacionais. O Bradesco, em particular, em 1987 atingiu um total de 1687 agências, após reduzir 10% do total suas agências entre 1985 e 87 (esse índice atingiu 43% na região Nordeste). A partir de então, o Bradesco passou a se preparar para uma futura estabilização da economia (que de fato ocorreu em 1994 com o Plano Real) por um lado manteve esse total de agências até 1991 e, por outro investiu altas cifras em novas tecnologias informacionais e organizacionais, o que reduziu drasticamente o número de funcionários. Demonstraremos, nas duas páginas seguintes, respectivamente, os mapas 8 e 9 da distribuição regional das agências do Bradesco, referente aos anos de 1985 e 1987.

MAPA 8 - BRADESCO : Agências bancárias em 1985



MAPA 9 - BRADESCO : Agências bancárias em 1987

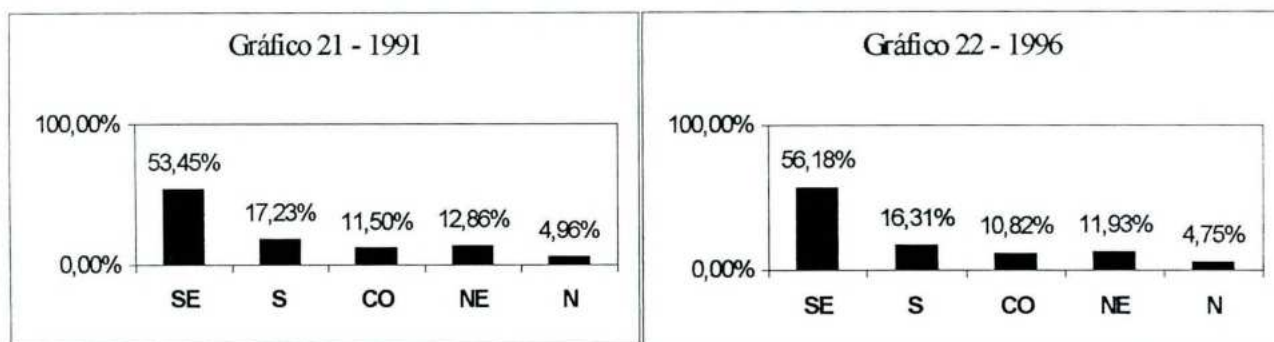


Durante o período entre 1991 e 1996 as porcentagens de agências por regiões na participação total de agências do Banco permanecem praticamente inalteradas. A Região Sudeste continua com mais de 50% na participação total de agências do Banco, confirmando a centralização de capital na economia nacional. Em números absolutos o Bradesco abriu 199 agências nesse período, ou seja, obteve um crescimento de 11,7%, demonstrando que apesar de investir altas cifras em tecnologia informacional, objetivando a disseminação dos quiosques de auto-atendimento e do Banco Virtual, não deixou de abrir novos pontos de atendimento considerados “tradicionais”, ou seja agências em diversas localidades do território brasileiro. A seguir, apresentaremos os gráficos da distribuição regional das agências do Bradesco referente aos anos de 1991 a 1996.

GRÁFICOS 21 e 22

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES⁵³⁶

1991/1996 (%)



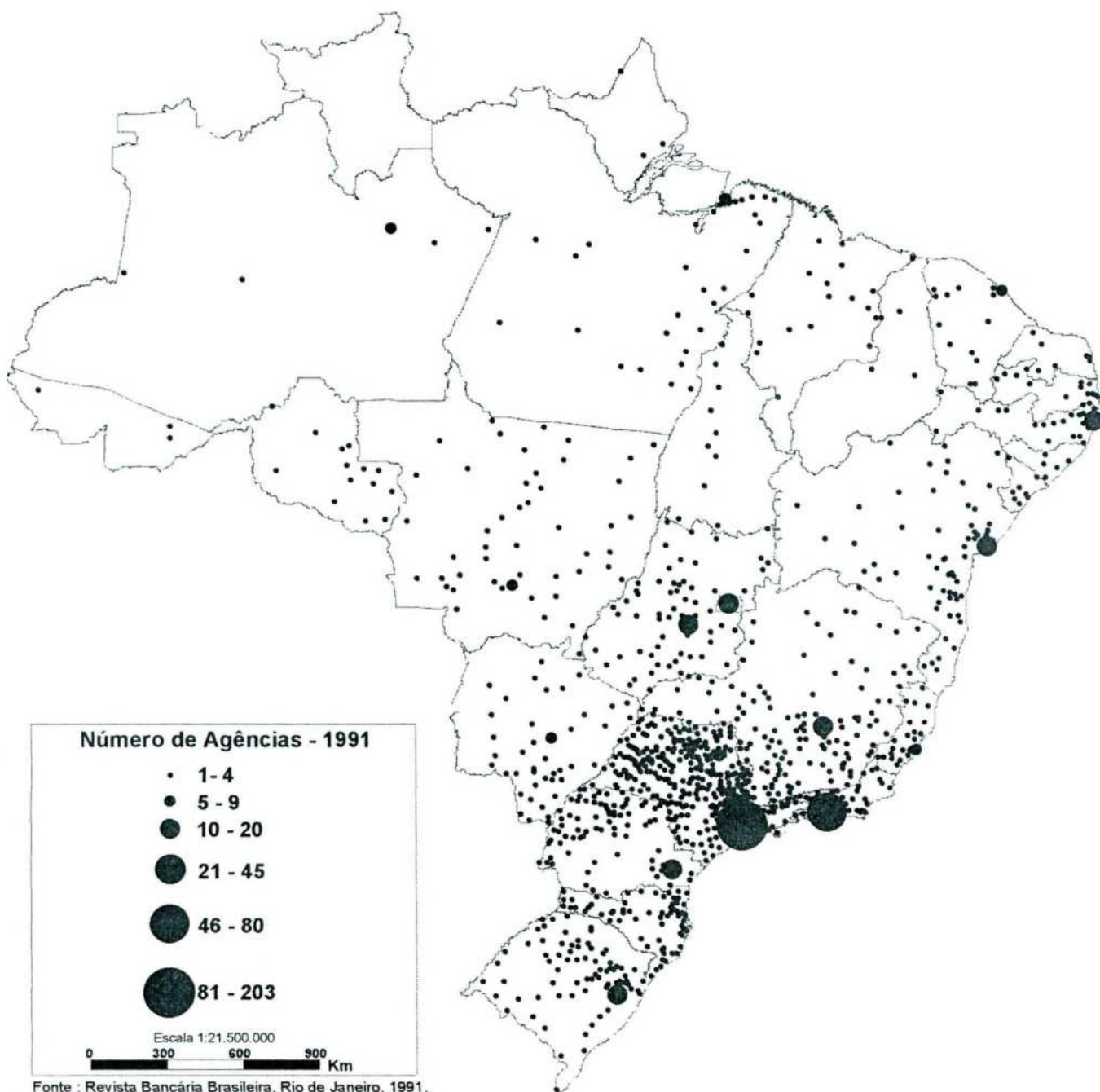
FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, Rio de Janeiro, 1992 e 1997.

O jornal Folha de São Paulo, de 02.05.1994, da reportagem local, traz no artigo “Grandes redes armam estratégias”, que a modernização de agências, a expansão dos serviços eletrônicos e interiorização, para os quais os três alvos que os três maiores bancos privados pretendem orientar suas estratégias. Na mesma reportagem, o diretor de patrimônio do Bradesco, Armando Trivellato, fala: “Temos procurado instalar novas agências em regiões pouco assistidas no interior do país”. Aqui se faz necessário abrir um parêntese e

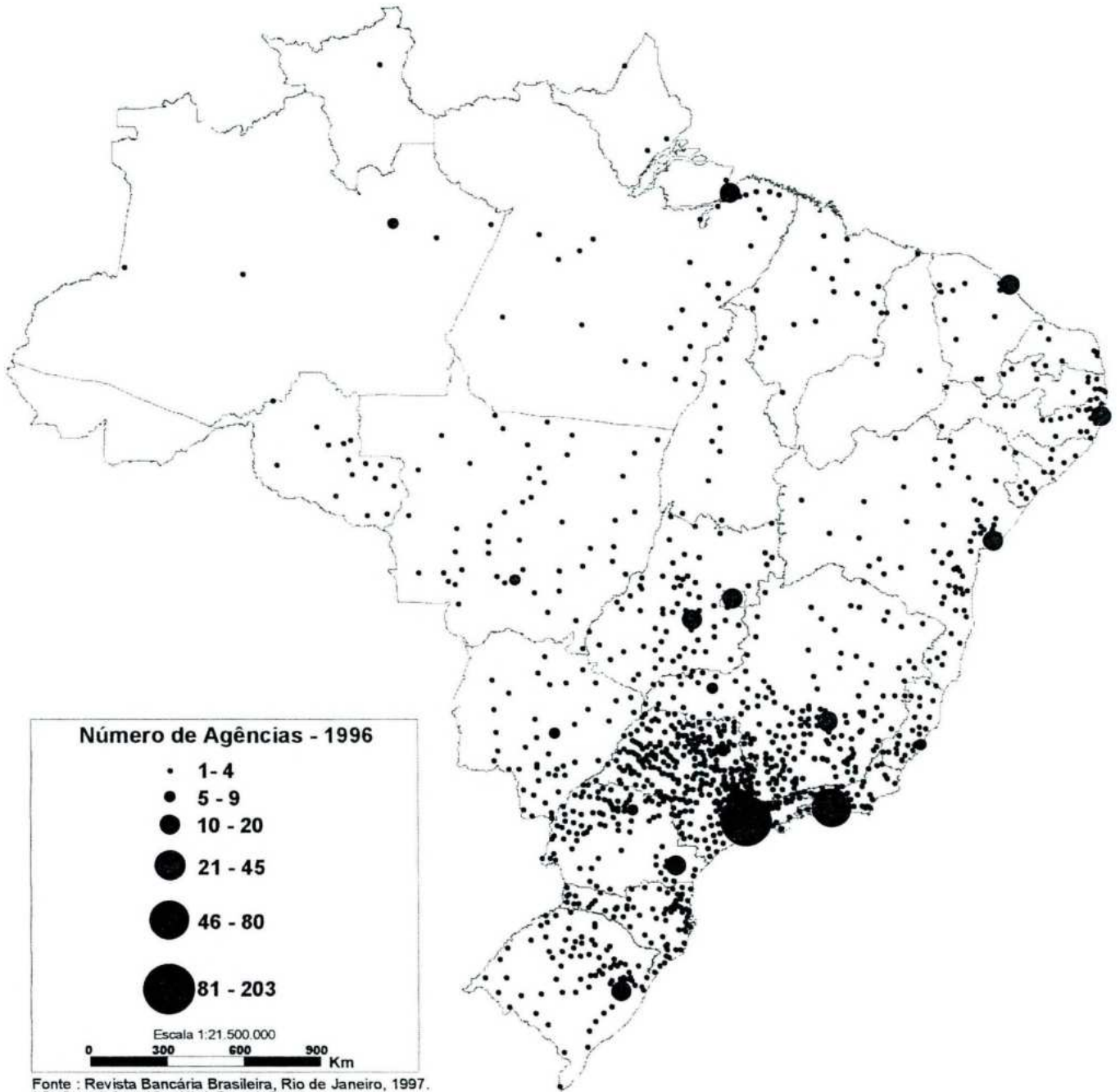
observar que o Banco, nesse período, não deixou de difundir sua rede de agências “tradicional”, apenas diminuiu a intensidade, atualmente privilegia a difusão da Rede BDN (Bradesco Dia e Noite) e “Banco Virtual”. Nesse sentido a mesma reportagem da Folha fala que o “banco já abriu 24 agências este ano e prepara-se para inaugurar outras 51 em Estados como Goiás e Pernambuco, que representam apenas 6% das redes”. Entretanto, essa inauguração nesses estados não aconteceu, pois o Bradesco inaugurou agências nesse período, mas num número bem menor. Comparando o número de agências do Estado de Goiás, entre o ano de 1991 e 1996, observamos que passou de 12 para 15 na capital e de 64 para 68 no interior. Comparando o número de agências do Estado de Pernambuco, observamos que passou de 12 para 13 na capital e de 30 para 33 no interior. Utilizando do mesmo critério e comparando o número de agências do Estado de São Paulo, observamos que passou de 182 para 203 na capital e de 422 para 491 no interior. Portanto, podemos concluir que está havendo uma expansão do número de agências do Bradesco nesse período. Entretanto essa expansão não está acontecendo em regiões “pouco assistidas”, mas sim na região mais dinâmica da economia nacional. No caso das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte quando essa expansão acontece, na maioria das vezes ocorre nas capitais e grandes cidades dos estados. Demonstraremos, nas duas páginas seguintes, respectivamente, os mapas 10 e 11 das agências do Bradesco, referente aos anos de 1991 a 1996.

⁵³⁶ FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1992/1997

MAPA 10 - BRADESCO : Agências bancárias em 1991



MAPA 11 - BRADESCO : Agências bancárias em 1996

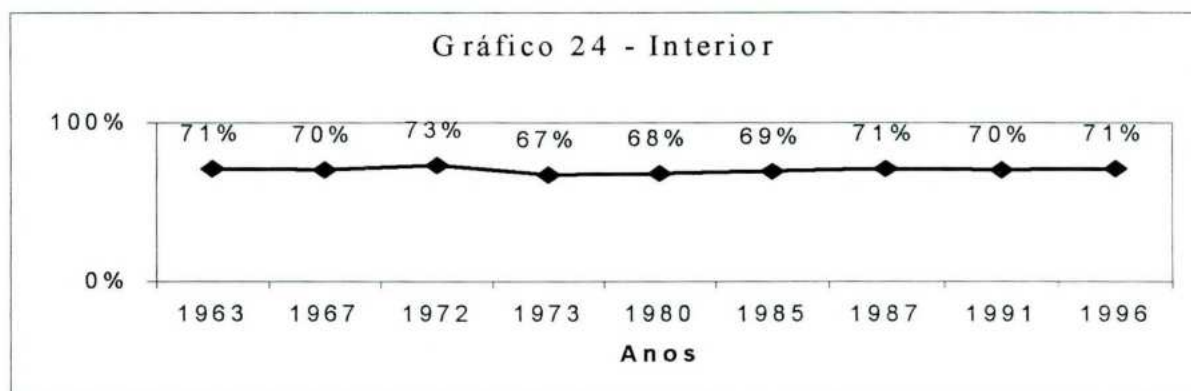


Nesse momento, iremos analisar o número de agências do Bradesco, referente aos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, no período de 1963 até 1996, representados nos dois gráficos a seguir. Verificaremos que os dois Estados possuem porcentagem, no que se refere a capital e interior, inversamente proporcional. A relevância de destacar estes dois estados, por um lado, está no fato de que são os dois principais centros financeiros do país. Por outro lado, foi porque o maior número de agências do Bradesco está concentrada nesses dois Estados. Assim, apresentaremos quatro gráficos das porcentagem das agências do Bradesco divididas por capital e interior do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro.

GRÁFICOS 23 e 24

AGÊNCIAS DO BRADESCO DO ESTADO DE SÃO PAULO DIVIDIDAS POR CAPITAL E INTERIOR

1963-1996 (%)

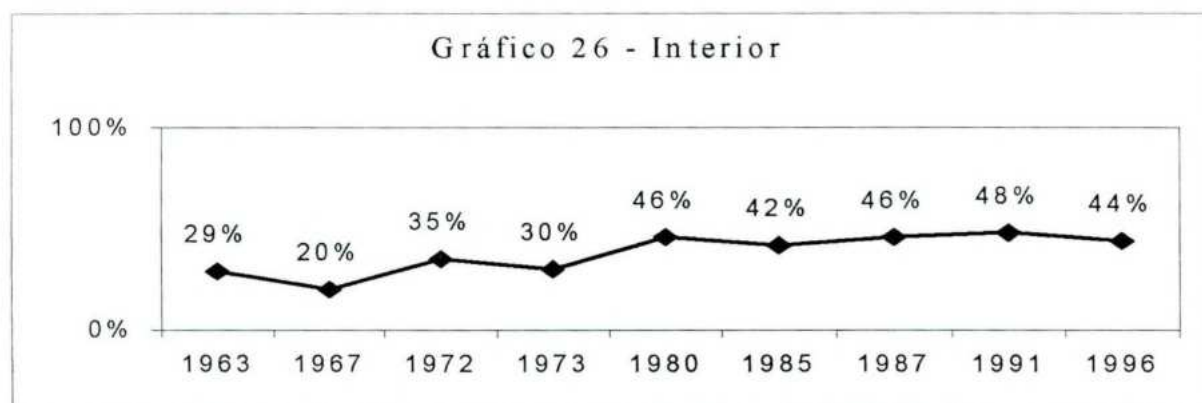


FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1963-1996.

GRÁFICOS 25 e 26

AGÊNCIAS DO BRADESCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIVIDIDAS POR CAPITAL E INTERIOR

1963-1996 (%)



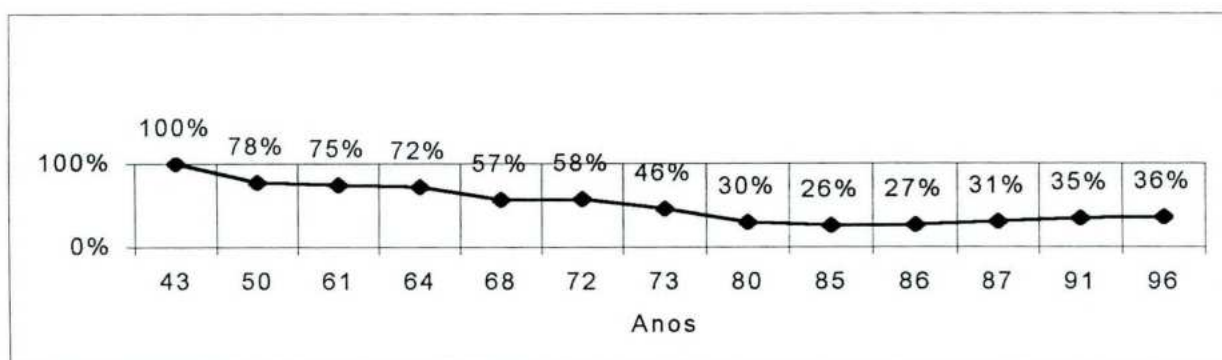
FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1963-1996.

Referente ao Estado de São Paulo, verificamos que a proporção média de agências da capital e do interior no total de agências do Estado, apresenta-se em torno de 30% e 70%, respectivamente, o que demonstra maior difusão no interior, mas faz-se necessário registrar a relevante cifra da capital no total das agências do Estado. No Estado do Rio de Janeiro, a proporção de agências difere muito de um ano para outro. Primeiramente, é importante ressaltar que, diferentemente do Estado de São Paulo e dos outros estados, o número de agências na capital do Estado do Rio de Janeiro é maior que o do interior, sobretudo nas décadas de 60 e 70. Nos anos de 64 e 67 a proporção variava em torno de 80% de agências na capital e 20% no interior. Nos anos subsequentes, de 1968 até 1976, essa proporção

diminui para 65% de agências na capital e 35% no interior. Nas décadas de 80 e 90 essa proporção diminui ainda mais, chegando em torno de 55% de agências na capital e 45% de agências no interior. Portanto, apesar de ter havido uma maior difusão das agências do Bradesco no Estado de São Paulo, nos dois casos os dados confirmam a centralização de agências na capital de seus respectivos estados. Nessa perspectiva, esses dados podem contribuir para confirmar a tese da influência que essas metrópoles exercem na atividade econômica de seus próprios estados e do Brasil em particular. A seguir, apresentaremos um gráfico da porcentagem das agências do Bradesco no Estado de São Paulo referente ao período entre 1943 a 1996.

GRÁFICO 27

PARTICIPAÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BRADESCO NO ESTADO DE SÃO PAULO 1943-1996 (%)



Esse gráfico representa a porcentagem das agências do Bradesco no Estado de São Paulo, no período entre 1943 a 1996, considerando o total das agências do Banco. Verificamos que é extremamente relevante a porcentagem das agências do Banco no Estado de São Paulo. Por um lado, do momento da fundação do Bradesco, em 1943, quando o Banco possuía 100% das suas agências no Estado de São Paulo, até o ano de 1985, quando atinge o índice de 26%, o processo de diminuição da participação das agências do Banco no Estado de São Paulo, a partir do total das agências, é uma realidade. Por outro lado, quanto menor for essa porcentagem maior será a difusão da rede de das agências do Banco no território brasileiro, ou seja, quanto menor a porcentagem das agências do Banco no Estado

de São Paulo em relação ao total, maior a participação dos outros Estados e Regiões na totalidade das agências e, conseqüentemente, maior a difusão nacional da rede de agências do Banco.

Nessa perspectiva, em 1964, passados 20 anos da sua fundação, o Banco diminui para 72%, em relação ao total, a porcentagem da participação das agências do Banco no Estado de São Paulo. No ano de 1968 esse índice chega a 57%, o qual é mantido até 1972. No ano seguinte, em 1973, o índice cai para 46%. A partir daí, essa tendência é acelerada atingindo 30% em 1980. O menor índice de toda história do Banco é o do ano de 1985, quando atingiu os 26%. Nesse ano, como podemos verificar em outros gráficos dessa mesma dissertação, o Bradesco atinge sua maior difusão no território brasileiro.

A partir do ano de 1986, respondendo à implantação do Plano Cruzado, o Bradesco refluíu, iniciou um processo de fechamento das agências do interior e dos Estados com menor atividade econômica. Isso resultou no crescimento da participação das agências do Banco no Estado de São Paulo em relação ao total. Nessa perspectiva o índice passa para 27% em 1986, aumentando para 31% em 1987. No ano de 1991 atingia os 35% e em 1996 aumenta para 36%.

Dessa maneira, verificamos que, a partir de 1985, reinicia-se um processo de concentração das agências do Bradesco no Estado de São Paulo, ou seja, além do Banco fechar agências em outros Estados passa a abrir novas agências no Estado de São Paulo. Isso parece revelar que o Banco diante da crise dos anos 80 e 90 procurou portos mais seguros, leia-se mais lucrativos, no Estado mais dinâmico da economia nacional. A seguir, demonstraremos cinco gráficos referentes à participação regional das agências do Bradesco no período entre 1943 a 1996.

GRÁFICOS 28, 29, 30, 31 e 32

AGÊNCIAS DO BRADESCO POR REGIÕES

1943-1996 (%)

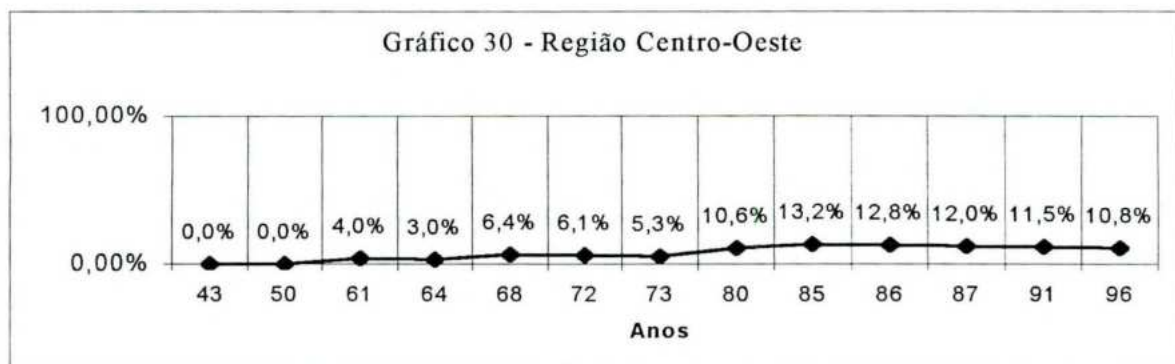
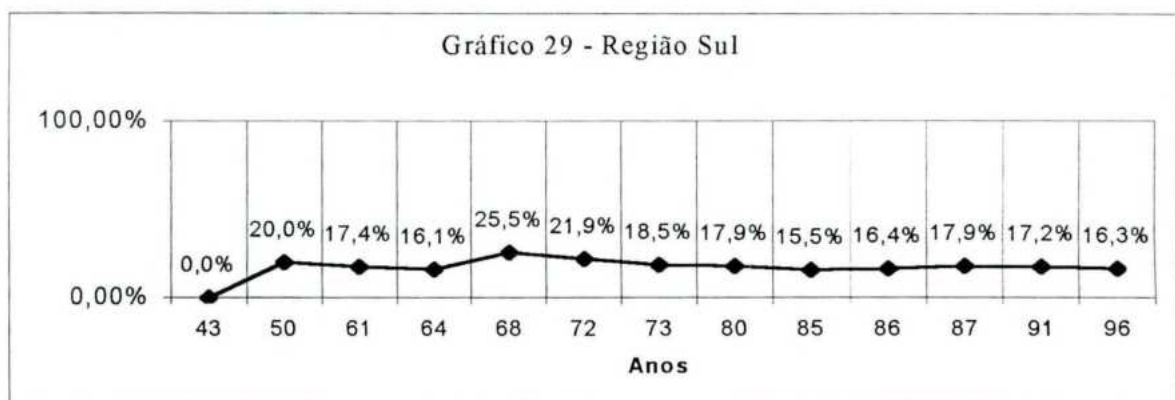
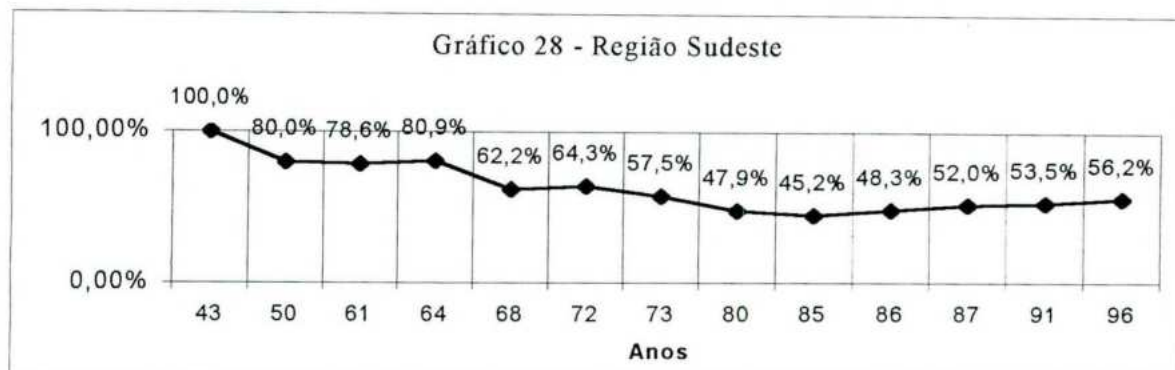


Gráfico 31 - Região Nordeste

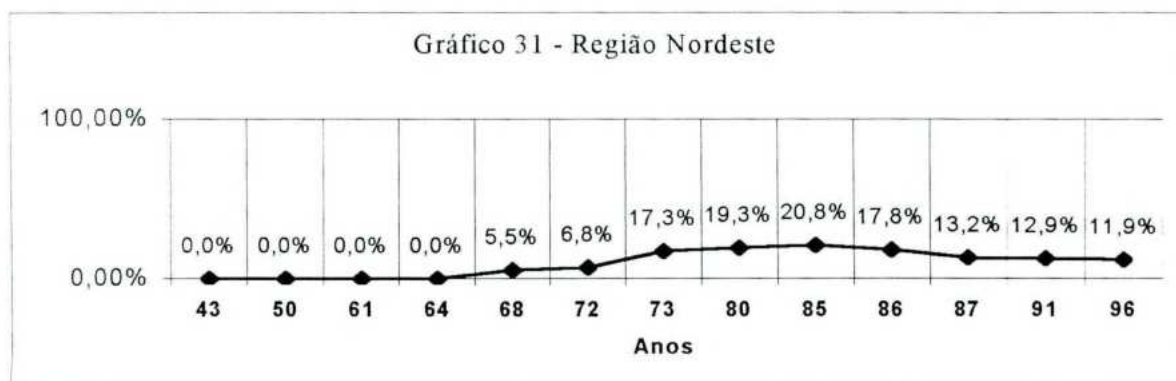
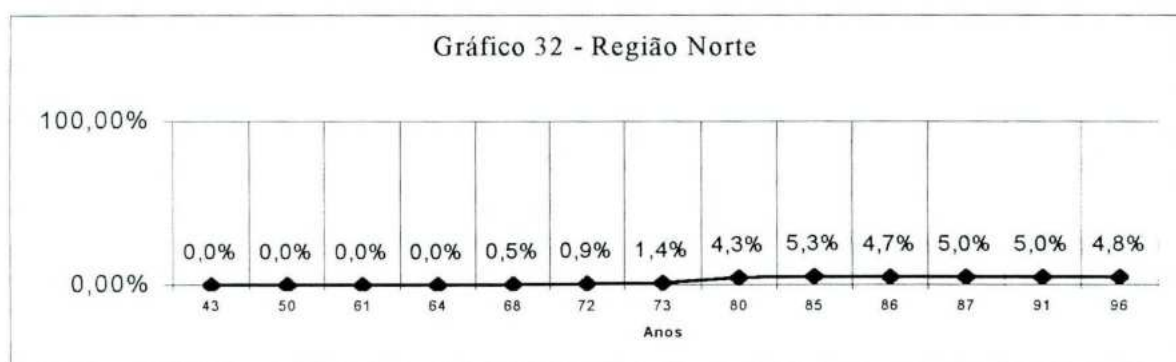


Gráfico 32 - Região Norte



FONTE: Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1943-1996

A relevância de demonstrar a difusão da rede de agências do Bradesco divididas regionalmente pelo território brasileiro, considerando o período compreendido entre 1943 a 1996, está no fato de que podemos verificar a evolução da distribuição da rede de agências do Banco comparando as cinco regiões brasileiras, desde o momento de sua fundação. Essa representação integrada vem contribuir para uma melhor interpretação do processo de difusão da rede de agências do Banco como um todo. Nesse momento, faz-se necessário acrescentar que os anos escolhidos para essa representação foram estabelecidos a partir dos momentos que indicam uma significativa inflexão da porcentagem do número de agências do Banco, divididas por Regiões.

Com relação ao gráfico que representa a Região Sudeste, podemos dizer que seja o mais significativo, não apenas porque nessa Região está o maior número de agências do Banco, mas porque ela indica momentos de significativa inflexão na evolução das agências. Inicialmente gostaríamos de registrar que quanto menor for a porcentagem dessa região no

total das agências do Banco, maior será a difusão nacional das agências, ou seja, mais difundido estarão agências por outros Estados e Regiões do Brasil. Dessa maneira verificamos que, no momento da fundação do Banco, na Região Sudeste estão 100% das agências. Esse índice cai para 80 % em 1950. Após uma pequena diminuição em 1961, retorna ao patamar de 80% em 1964. Nos próximos quatro anos, devido às incorporações de outros Bancos pelo Bradesco a porcentagem da Região Sudeste sofre uma importante queda, atingindo o índice de 62% em 1968.

Nesse momento, o Banco torna-se um Banco realmente nacional, ou seja, difundido em vários Estados da Federação. No ano de 1972 a porcentagem da Região Sudeste tem uma pequena recuperação quando aumenta para 64%. Entretanto, a tendência de baixa continua, em 1973 está em 57% e em 1980 chega a 47%. Esse índice cai mais um pouco no início dos anos 80, chegando ao valor de 45% em 1985. Nesse momento, por um lado a participação da Região Sudeste no total das agências do Banco alcança o menor valor, por outro lado significa o momento de maior difusão das agências do Banco pelo território brasileiro. Entretanto, essa posição não prevalece. A partir da implantação do Plano Cruzado o Banco refluíu, sobretudo nas regiões menos dinâmicas e o resultado foi o retorno da concentração de agências na região mais dinâmica da economia. Nessa perspectiva, a participação da Região Sudeste aumenta, de 48% em 1986 para 52% em 1987, mantendo-se esse índice até 1991. Em 1996, a participação da Região Sudeste aumentou ainda mais, atingindo 56%.

No que diz respeito à Região Sul podemos notar a sua participação nas agências do Bradesco já nos anos 40, mas no gráfico acima esta participação está representada no ano de 1950 com 20% das agências. Essa participação representa, sobretudo, as agências que estavam sendo abertas no Norte do Paraná. Nos próximos 15 anos esse índice diminui chegando a 16% em 1964. Devido ao processo de incorporações, principalmente com a incorporação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, aumenta sua participação para 25% em 1968. Entretanto, esse índice cai para 21% em 1972, chegando a 18% em 1973, quando é mantido o mesmo valor até 1980. O menor índice é o do ano de 1985, quando atinge 15%, ou seja, no momento de maior difusão das agências do Banco menor é o índice na Região Sul, a partir daí com pequenos aumentos em torno de 1 ou 2% se mantém até o ano de 1996.

A Região Centro-Oeste é a terceira região em que o Bradesco abriu suas agências. No gráfico acima verificamos uma participação de aproximadamente 4% em 1961. Esse índice aumenta para 6% em 1968 e se mantém, praticamente inalterado até 1973. A partir daí, sobretudo com a abertura de agências pioneiras em regiões menos assistidas e a abertura da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Amazônia, o Banco passa a abrir uma série de agências. Isso faz com que a participação da Região Centro-Oeste no total das agências do Bradesco aumente para 10% em 1980, chegando a 13% em 1985. Neste ano, o índice atinge seu maior valor, como verificamos anteriormente. É nesse ano que o Banco está mais difundido pelo território brasileiro. Nos anos subsequentes, o Banco fecha as agências de menor lucratividade e faz com que essa participação caia lentamente, chegando a 10% em 1996.

Com relação à Região Nordeste, podemos dizer que as alterações dos índices se deram de maneira mais brusca. No gráfico acima observamos que a participação dessa Região no total das agências surge com 5% no ano de 1968. Devido às incorporações praticadas pelo Bradesco esse índice aumenta muito nos próximos 5 anos, chegando a 17% em 1973. A partir daí o Banco, esse índice aumenta muito mais com o processo de abertura de agências pioneiras, atingindo 19% em 1980 e 20% em 1985. Como verificamos anteriormente, é o momento de maior difusão do Bradesco. Entretanto, as agências que foram abertas nessa Região nos últimos anos localizavam-se em municípios que possuíam atividade econômica muito instável e frágil. A partir do Plano Cruzado, o Banco passa a fechar uma série de agências no Brasil, ou seja diminui 10% do total de agências em dois anos, mas no caso da Região Nordeste essa porcentagem foi de 43%. Nessa perspectiva, o índice de participação dessa Região no total das agências do Banco cai absurdamente, em 1986 retorna ao patamar de 1973 que era de 17%, chegando a 13% em 1987. A partir daí, a diminuição desse índice continua, mas num ritmo menor atingindo 12% em 1991; valor este que, praticamente, mantém-se inalterado até 1996.

A participação da Região Norte no total das agências do Bradesco é a menor de todas. Como podemos verificar no gráfico acima surge em 1968 com 0,46%. Em 1973 aumentou para 1,39%. A partir deste ano, com a abertura de agências pioneiras, o crescimento da fronteira agrícola e a implantação do Projeto Carajás na Amazônia, o Banco passa a abrir uma série de agências, sobretudo nos Estados do Rondônia e Pará. Com isso, o índice passa

para 4,27% em 1980 e atinge seu maior valor de 5,34% em 1985. A partir daí, diminui um pouco, mas se mantém a média de 4,8% até 1996.

Dessa maneira, a demonstração integrada das porcentagens das agências do Bradesco por Regiões do Brasil, do momento de sua fundação até 1996, possibilitou-nos compreendermos melhor como essa difusão da rede de agências do Banco se deu ao longo de sua evolução. Nessa perspectiva, podemos considerar que a maior difusão da rede de agências do Banco pelo território nacional, ou seja, de abertura de agências em diversos estados e em todas as regiões do país, aconteceram até o ano de 1985. A partir daí notamos que o Banco refluí em regiões consideradas menos dinâmicas, e passou a concentrar a sua rede de agências na Região Sudeste, ou seja, na região mais dinâmica e desenvolvida da economia brasileira.

Em síntese, demonstramos que a consolidação do processo de difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional esteve intimamente relacionada com implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais. Nesse período, o Estado diminuiu sua intervenção na centralização do capital e no controle da dispersão das agências bancário-financeiras, porque houve restrições da política monetária e creditícia, agravadas pela dívida externa. Isso possibilitou uma mobilidade própria dos bancos. O Bradesco aproveitou-se dessa mobilidade e abriu agências pioneiras aumentando o lucro com o *spread* financeiro, possibilitado pela alta inflação do período. Após o Plano Cruzado, o Banco refluí e se preparou para uma futura estabilização da economia, ou seja, imediatamente diminuiu 10% das suas agências e manteve o total de agências do ano de 1987 até o ano de 1991. Além do que, o Banco gestou uma enorme reestruturação empresarial, que acabou integrando a rede nacional de agências e interferiu no perfil e no quadro de funcionários. Neste período, o Estado diminuiu a importação de tecnologia informacional, para controlar a balança de pagamentos e criar uma reserva de mercado para proteger a indústria em surgimento no país. O Bradesco criou e desenvolveu uma fábrica de tecnologia informacional. A concentração de capital e a rede de atuação nacional do Bradesco, possibilitaram-no formar um dos maiores conglomerados financeiro e empresarial do Brasil, com atuação em 39 empresas de diferentes tipos em 1995. A seguir demonstramos esse processo de conglomeração.

4. O Conglomerado Bradesco e os conglomerados no Brasil

O Banco Bradesco S/A, difundido por todo o território nacional e tornado o segundo maior banco do Brasil, possibilitou as condições para formar um enorme Conglomerado financeiro com atuação em 39 empresas de diferentes tipos em 1995. Essa formação de um conglomerado, além de ser possibilitada por essas condições, tornou-se uma necessidade para o Banco continuar reproduzindo o seu próprio capital. Nesse sentido, a seguir, vamos analisar o contexto em que o Bradesco estava imerso quando da formação do seu Conglomerado.

Como verificamos acima, o Governo Federal, durante a segunda metade da década de 60 e anos 70, incentivou e forçou a centralização do capital, sob diversos pretextos e motivos, dentre eles: aumento de escala, redução de custos, aprimoramento da eficiência das empresas. Entretanto, os incentivos ao processo de concentração e centralização no setor bancário evidencia um objetivo mais amplo, como o de moldar a economia brasileira de acordo com os interesses do capital financeiro, ajustá-la às necessidades de acumulação das corporações internacionais. Era necessário ampliar os médios prazos de financiamento para o consumo de bens duráveis, pois a ampliação da produção das empresas monopolísticas decorria muito mais da necessidade de crescimento dos grandes conglomerados para ocupar um espaço na estruturação oligopolística da produção que do crescimento do mercado.⁵³⁷

O Dr. Bento Suchokolski, participante do Simpósio Sobre Fusões e Incorporações, pergunta ao Sr. José Flávio Pécora se existe uma política formulada pelo Governo Federal quanto à fusões e incorporações para a formação de conglomerados. Pécora responde que há uma política do Governo: “Temos por exemplo, no sistema bancário, particular, no qual foram tomadas decisões que são francamente indutoras do processo de conglomeração. Não está ainda rotulado, vamos dizer, com todos esses nomes. Muitas das decisões são tomadas em entidades, no caso, por exemplo, com as autoridades competentes, uma vez que são objetos e estão submetidos a uma legislação especial”⁵³⁸.

⁵³⁷ BANDEIRA, M. op. cit., p. 84 & OLIVEIRA, F. de. – O Sistema Financeiro da Economia Brasileira, São Paulo, 1974.

⁵³⁸ SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, Realização: Fed. Bras. da Assoc. de Bancos e Inst. de Org. Racional do Trabalho, São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972, p. 31.

A partir de 1969, o Governo Médici apoiou explicitamente o processo de conglomeração bancária no Brasil, com o argumento de que traria diminuição dos custos operacionais e conseqüentemente queda da taxa de juros efetiva. “A pergunta lógica, mesmo ingênua, é em que raciocínio econômico, ou experiência histórica, se basearam as Autoridades para afirmarem que maior grau de monopólio conduz ao rebaixamento de preço? Pode até haver rebaixamento de custo operacional (o que não ocorreu no Brasil) mas a margem maior é internalizada no oligopólio”⁵³⁹. O resultado efetivo desse processo foi a oligopolização do setor financeiro e a formação de aproximadamente 20 grandes conglomerados que atuam em escala nacional em quase todas as faixas de financiamento. Para Zini a expansão territorial da rede de agências contribuiu para aumentar o custo operacional, ao contrário de diminuir. A ausência de outras regulamentações na captação de depósitos tornou-se crucial para o crescimento do conglomerado, daí surgiu a necessidade de aumentar o número de agências.

Nessa perspectiva Zini⁵⁴⁰ aponta, primeiramente, que o processo de conglomeração bancário-financeira privado no Brasil, ao mesmo tempo que na América Latina, durante os anos 60 e 70, é a contrapartida do caráter cada vez mais financeiro que assumiu a acumulação capitalista internacional. Em segundo lugar, porque esse processo se deu num período em que os pólos dinâmicos de acumulação industrial já estavam oligopolizados, seja pelo capital estrangeiro, seja pelo capital nacional privado ou estatal.

Durante os anos 60, começou o processo de incorporação de empresas brasileiras por capitalistas internacionais, sobretudo com a participação acionária nos bancos de investimentos. No ano de 1968 houve um Comissão Parlamentar de Inquérito⁵⁴¹ – CPI – para apurar que o controle acionário de pelo menos 74 empreendimentos brasileiros haviam sido incorporados por companhias internacionais no período entre abril de 1964 e abril de 1968. Dentre esses empreendimentos que foram incorporados por empresas estrangeiras destacam-se um banco comercial, o Banco Lar Brasileiro, adquirido pelo Chase Manhattan Bank, e 17 dos 27 bancos de investimentos que então existiam. “Entretanto, os investimentos diretos que o Brasil recebeu (...), somaram apenas US\$ 247 milhões,

⁵³⁹ ZINI Jr., A. – Uma Avaliação do Setor Financeiro no Brasil: da Reforma de 1964/65 à Crise dos Anos 80. Campinas: Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, 1982, p. 185-186.

⁵⁴⁰ ZINI Jr., A. op. cit., p. 199.

⁵⁴¹ Para melhor verificação desse processo de desnacionalização ver: MEDINA, R. – Desnacionalização: Crise contra o Brasil? RJ: Ed. Saga, 1970.

importância menor que o montante dos recursos colocados à disposição das firmas estrangeiras, através de *swaps* e da Instrução 289, da ordem de US\$ 297,5 milhões, entre 1964 e 1965, o que ressalta o papel dos capitais realizados dentro do próprio País na concentração desses negócios”⁵⁴². Nessa perspectiva estamos verificando que o processo de desnacionalização das empresas brasileiras já estava bastante ativo nos anos 60, ao mesmo tempo que o financiamento desse processo por parte do Governo Federal.

Essa CPI terminou com a seguinte conclusão: houve um rápido processo de desnacionalização, entendido este não apenas como a aquisição de empresas nacionais por estrangeiros, mas como o controle de importantes setores da economia brasileira pelos capitais do exterior. Entretanto, os resultados dessa CPI não influenciaram o Governo, pelo contrário, esse processo de monopolização se acentuou a partir de então. Em 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5, o qual pôs o Congresso em recesso e permitiu “que o robustecimento do monopólio do poder consolidasse o poder dos monopólios. O Governo continuou a atrair as corporações internacionais, concedendo-lhes todas as vantagens, como os baixíssimos preços da força de trabalho, isenções fiscais, extrema liberalidade em matéria de lucro e de suas transferências para o exterior, além de rigoroso controle político, a fim de assegurar estabilidade e segurança ao grande capital”⁵⁴³.

Diversos foram os motivos que levaram essas empresas nacionais a passarem para o domínio estrangeiro, dentre eles destacam-se: necessidade de capital para expansão de seus negócios; boa oferta de negócios; provocação dos trustes e cartéis para manter o monopólio e o oligopólio no mercado nacional.

O Brasil, a partir de então, estava se transformando em um “entreposto neocolonial”, onde as corporações internacionais estavam montando plataformas de exportações, que tinham por finalidade o mercado da ALALC. Nessa perspectiva, a economia brasileira crescia a 9 e 10% ao ano, “mas, sem dúvida a riqueza criada se evadiu, em grande parte, muitas vezes subfaturada. E o movimento de concentração e centralização continuou (...), como etapa necessária à integração bancária-industrial, à fundação de estruturas monopolísticas, os chamados conglomerados financeiros, que serviram como parâmetro ou modelo do desenvolvimento econômico nacional”⁵⁴⁴.

⁵⁴² BANDEIRA, M. op. cit., p. 105-106.

⁵⁴³ BANDEIRA, M. op. cit., p. 107.

⁵⁴⁴ BANDEIRA, M. op. cit., p. 108.

A continuidade da acumulação industrial estava condicionada ao processo de concentração e centralização no sistema financeiro. Nessa perspectiva, as Autoridades Monetárias se empenharam para aceleração desse processo. Por um lado, restringiram “os juros, proibiram a abertura de novas agências (salvo do Banco do Brasil) e cessaram as concessões de cartas-patentes, submetendo os estabelecimentos de crédito a rigoroso bloqueio, a fim de diminuir sua rentabilidade e compeli-los às fusões e incorporações, etapa necessária à consolidação dos monopólios, sob a denominação de conglomerados financeiros”⁵⁴⁵. Por outro lado, os bancos comerciais foram incentivados pelo Governo, através do mecanismo idealizado pelo ex-Ministro Delfim Netto, na perspectiva de participarem do esforço para o fortalecimento do capital das empresas brasileiras. Através da Resolução 184, do Banco Central do Brasil, o Governo liberou 0,5% do recolhimento dos depósitos compulsórios para que os bancos comerciais pudessem comprar ações e debêntures de pequenas e médias empresas.

Nessa perspectiva, durante os anos 60 surgem os Bancos de Investimentos que vão suprir de capital de médio e longo prazo tanto as empresas produtoras de bens de duráveis e bens de capital, bem como os consumidores desses bens duráveis. “Com a diversificação da estrutura produtiva e o aparecimento da indústria de bens duráveis, o sistema adaptou-se dando nascimento às empresas de crédito e financiamento, que operam com recursos de prazo médio e realizam operações também de prazo médio. (...) A continuação da diversificação da estrutura produtiva, com o aparecimento da indústria de bens de capital colocou a necessidade de bancos de investimentos, em princípio destinados a operar no longo prazo, isto é, além do prazo de operação das chamadas financeiras. Esta necessidade foi mais intensamente sentida quando a ação da política antiinflacionária mostrou às empresas a necessidade de alterarem a composição e seu capital, a fim de tornar mais econômica a sua operação”⁵⁴⁶.

Tavares diz que houve a necessidade de estruturação de um mercado financeiro privado capaz de responder com maior flexibilidade do que o sistema bancário convencional às exigências desse tipo de novos requerimentos. “Este sistema privado de

⁵⁴⁵ BANDEIRA, M. op. cit., p. 84-85.

⁵⁴⁶ “O Jornal” – Maio/junho de 1966 – *A Criação dos Bancos de Investimentos é Índice de Maioridade* IN: DE BUENO VIDIGAL, G. E. – Bancos e Finanças Aspectos da Política Financeira Brasileira, São Paulo: Ed. Raízes Artes Gráficas Ltda., Patrocínio: Fed. Nac. dos Bancos, 1981, p. 23-24.

companhias de financiamento, que se vem estruturando no Brasil desde 1959, permite, entre outras coisas, tornar o financiamento dos bens de consumo (em particular os duráveis) independente das flutuações de crédito a que está sujeito o sistema bancário tradicional, em virtude dos sucessivos esquemas de ‘estabilização’ que vêm sendo aplicados nos últimos anos”⁵⁴⁷.

Os bancos estrangeiros, impossibilitados de funcionarem normalmente pela legislação vigente, passaram a abrir escritórios de representação como alternativa. “No início de 1973, eram cerca de 100 e, até o final do primeiro trimestre de 1974, mais 17 se instalaram, com a função primordial de intermediar empréstimos de repasse e financiamentos diretos às indústrias, geralmente vinculados à aquisição de máquinas e equipamentos nos seus países de origem, cujas exportações eles sempre procuraram, acima de tudo, promover. Essas organizações financeiras ainda ampliaram suas atividades, através de associação com bancos de investimento, quase todos ligados a bancos comerciais brasileiros, que assim caíram sob a influência do capital internacional”⁵⁴⁸.

O Bradesco também fez associação com os bancos estrangeiros. O Banco Bradesco de Investimentos S/A se “associou a um consórcio bancário liderado pelo Deutsche Bank e ao Sanwa do Japão. O Deutsche Bank ficou, isoladamente, com 5% do capital, enquanto a Société Générale (Paris), The Amsterdam-Rotterdam Bank (Amsterdã) e o Creditanstalt Bankverein dividiram entre si outros 5%. Ao Sanwa Bank coube o domínio de outros 10%”⁵⁴⁹.

Conforme a Revista Bancária Brasileira de março de 1973, dos 16 bancos de investimentos, apenas 2 não possuíam vínculos acionários como o capital estrangeiro. Essa mesma revista aponta que o Banco Bradesco de Investimentos S/A possuía a participação estrangeira num capital de Cr\$ 285 milhões, sendo que desse total Cr\$ 227 milhões eram investimentos no próprio país e Cr\$ 58 milhões no exterior. Isso vem comprovar a participação de investimentos estrangeiros no conglomerado Bradesco.

Tavares diz que, a partir do início dos anos 60, houve novas formas de acumulação de lucros no Brasil, a partir da expansão do mercado aberto e da integração de empresas de capital nacional com empresas de capital estrangeiro. “Começou a funcionar um conjunto

⁵⁴⁷ TAVARES, M. da. C. op. cit., p. 143.

⁵⁴⁸ BANDEIRA, M. op. cit., p. 87-88.

⁵⁴⁹ BANDEIRA, M. op. cit., p. 88.

de agências financeiras nacionais e principalmente estrangeiras que se dedicaram a organizar um embrionário ‘mercado de capitais’, tendo como objetivo fundamental permitir a acumulação de lucros sem relação direta com o processo de geração de excedente real e cuja função básica é facilitar a realização dinâmica de excedente. Por outro lado, essa evolução possibilita o aumento das margens de endividamento de todos os agentes econômico-consumidores, empresas, governo, bem como o deslocamento de recursos dos setores modernos cujo excedente não tem aplicação rentável para outros mais ‘novos’ ou com taxas de crescimento e endividamento mais elevadas. Permite, além disso, um controle mais orgânico da expansão capitalista e orienta a integração do capital nacional com o estrangeiro”⁵⁵⁰.

No Simpósio Sobre Fusões e Incorporações realizado em fins de 1971 o conferencista Prof. Fábio Koder Comparato⁵⁵¹ - advogado e professor de direito – aponta que nestes últimos anos a experiência estrangeira pôs em evidência as novas formas jurídicas de concentração empresarial, ou seja, não somente a absorção total de unidades empresariais, as *take-over bids*, mas também a concentração parcial. Este mesmo conferencista precisa o conceito de conglomerado, dizendo que o “verdadeiro conglomerado não é grupo homogêneo, é o grupo inteiramente heterogêneo e que não implica necessariamente o domínio de um determinado empresário ou grupo empresarial sobre todas as empresas conglomeradas. Existe conglomerado quando uma parcela substancial dos recursos do investimentos de determinado grupo empresarial são dispersos nos setores mais variados do mercado. (...) Ele não visa, necessariamente, à verticalização, ou a concentração horizontal, ou seja, absorver concorrências. O que visa é assegurar seu potencial de rentabilidade constante e elevado à massa de recursos investidos”⁵⁵². Nessa perspectiva, Tavares também comenta essa característica do conglomerado. Para essa autora a “finalidade do conglomerado não consiste em concentrar a produção, regular a absorção de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva mediante o aproveitamento das economias de escala e de encadeamento ou complementação; seu objetivo reside em captar o excedente de várias empresas ou setores e dar-lhes novas e diversificadas formas de aplicação que minimizem

⁵⁵⁰ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 181.

⁵⁵¹ Ver mais sobre o assunto em COMPARATO, F. C. –Novas Formas Jurídicas de Concentração Empresarial IN: SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, Realização: Fed. Bras. da Assoc. de Bancos e Inst. de Org. Racional do Trabalho, São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972, p. 133-160.

⁵⁵² Idem, p. 156.

os riscos e mantenham a acumulação rentável do capital. Trata-se, pois, de expandir o mercado e de obter uma crescente massa de excedente, de uma forma muito mais flexível que a superacumulação em moléculas produtivas gigantes”⁵⁵³.

Comparato aponta que a idéia de conglomerado hoje existente não estava prevista quando da legislação antitruste americana – *Sherman Act* – e que apresenta inadequada para os casos tradicionais de concentração empresarial, ao mesmo tempo que é omissa em relação aos casos novos. Diz que no caso do Brasil o CADE, uma vez que a nossa legislação que coordena esse processo de centralização e conglomeração foi baseada nessa ato americano, tem-se comportado como elemento moderador e não como obstáculo desse processo, mesmo quando se trata de monopólio.

No caso do sistema financeiro Comparato, apontando a palestra do Sr. Olavo Egydio Setúbal, diz que os grandes bancos estão mais preocupados com o setor de serviços do que propriamente com o setor de financiamento. Nesse sentido, há uma diversificação da prestação de serviços executada por um banco, os chamados “supermercados de serviços bancários”. “A empresa bancária atingiu um certo nível, em que ela não pode ter adequada rentabilidade, apenas com o setor de financiamento. Também não ao cliente de um Banco saber que trabalha com o maior Banco do País; o que ele quer é trabalhar com o melhor; aquele que lhe presta o melhor serviço. O aperfeiçoamento desse serviço exige uma técnica de reorganização empresarial, que um Banco só, muitas vezes, não pode fazer”⁵⁵⁴. Dessa maneira a centralização bancária e a ampliação e diversificação dos bancos de investimentos justificam a formação dos conglomerados financeiros.

O Banco Bradesco S/A, apropriando-se de uma política do Governo Federal de incentivos e financiamentos para formação de conglomerados nacionais, passou a incorporar e abrir uma série de empresas de diferentes tipos, tornando-se, nos anos 90, um dos principais conglomerados financeiro e empresarial do Brasil, com atuação em mais de 39 empresas de diferentes tipos.

Durante os anos 60, o Bradesco inicia a sua política de conglomeração com a abertura de empresas que atuam em serviços financeiros. Como forma de ampliar e melhorar seus serviços bancário-financeiros, o Banco passou a investir na concessão de financiamentos de médio e longo prazo. O nascimento dessas empresas de crédito e financiamento foi

⁵⁵³ TAVARES, M. da C., op. cit., p. 196-97.

influenciada, como verificamos anteriormente, pela necessidade de suprir de capital de médio e longo prazo tanto as empresas produtoras de bens de consumo duráveis e bens de capital, bem como os consumidores desses bens de duráveis. Nessa perspectiva, em março de 1966 foi constituído o Banco Nacional de Investimentos S/A, cuja denominação foi alterada, em setembro de 1967, para Banco Bradesco de Investimento S/A.

O Bradesco também ampliou os seus investimentos em diversas empresas ligadas ao mercado de capital, ao turismo, ao mercado imobiliário e seguros. Nesse momento, o importante era ampliar todos os tipos de serviços para atender melhor o cliente. Todas essas empresas estavam coligadas à principal empresa do grupo, ou seja, o banco comercial - o Banco Bradesco SA. Assim, em janeiro de 1967 foi constituída a Codesbra S/A – Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Em julho de 1967 foi constituída a Financiadora Bradesco S/A – Crédito, Financiamento e Investimento. Em julho de 1967 foi criada a Bradesco Turismo S/A – Administração e Serviços. Em março de 1969 foi criada a Bradesco S/A Crédito Imobiliário. Em março de 1972 foi criada a Bradescor S/A – Corretora de Seguros. Em agosto de 1972 foi constituída a Bradesco S/A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Durante os anos 70, o Bradesco amplia seus investimentos em diversas empresas de diferentes tipos e negócios. Em janeiro de 1973, como forma de ampliar as relações com empresas internacionais, ao mesmo tempo que aumentar a captação de dinheiro no mercado internacional, o Banco Bradesco de Investimentos S/A realizou a associação com o The Sanwa Bank Limited, do Japão. Em abril de 1973, realizou-se a associação do BBI com os Bancos Europeus Deutsche Bank A. G. – Alemanha Ocidental, Société Générale – França, Amsterdam Rotterdam Bank N. V. – Holanda e Creditanstalt Bankverein – Áustria. Em outubro de 1973, foi criada a Leasing Bradesco S/A Arrendamento Mercantil, que atua na área de arrendamento mercantil, com o objetivo de alugar diversos equipamentos e veículos. No final do contrato o cliente pode renovar, devolver ou adquirir o bem arrendado.

Como estamos verificando, são vários os novos empreendimentos em empresas não financeiras que estão sendo implantados por esses conglomerados financeiros. Nesse sentido, durante a década 70, o Bradesco se apropriando dos incentivos fiscais para a

⁵⁵⁴ BANDEIRA, M. op. cit., 159.

formação de empresas agropecuárias nas áreas de fronteira agrícola, passou a fazer investimentos em grandes fazendas agropecuárias na região Amazônica. “E isso se torna mesmo a regra, podemos dizer, em altos círculos financeiros. Um levantamento realizado em 1962 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, embora incompleto e abrangendo unicamente o Estado de São Paulo, chegou à conclusão que ‘35% dos grupos econômicos nacionais possuem empresas agrárias (agrícolas, agropecuárias, agromercantis ou agroindustriais) muitas vezes sem conexão alguma com atividades do grupo’”⁵⁵⁵.

Nesse contexto, de abertura de empresas agropecuárias pelo Bradesco na região Amazônica, faz-se necessário abrir um parêntese e ressaltar que existe uma denúncia de que nessas fazendas, naquela época, houve práticas de trabalho escravo. Essas denúncias foram expostas por Alison Sutton⁵⁵⁶, historiadora inglesa que fez uma pesquisa sobre o trabalho escravo no Brasil para Anti-Slavery Internacional, sob coordenação da CPT (Comissão Pastoral da Terra). A autora apresenta alguns relatos de “ex-escravos” de fazendas do Bradesco, principalmente das fazendas Reunida Tainá Recan, localizada no município de Santana do Araguaia no Estado do Pará, e Alto Rio Campim, em Paragominas, também neste Estado.

Segundo a autora, em 1979, o Superior Tribunal Militar de Brasília denunciou a existência de trabalho escravo na fazenda Alto Rio Capim, depois que um soldado alistado fora retido naquela propriedade. Conforme o Tribunal o soldado alistado ficou na fazenda “por vários anos, num real cativo”⁵⁵⁷.

Em janeiro de 1980, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma reportagem relatando as práticas-castigos utilizadas nas fazendas do Bradesco, mencionando que Edival Pinto, ex-escravo, tivera de passar seis dias num hospital porque fora espancado quando tentava escapar. Em depoimento à CPT Edival reconhecia o “tronco” como o pior castigo: “é um tronco oco de angélim dentro do qual se colocam restos de comida, atraindo formigas e outros insetos, juntamente com a pessoa a ser punida. O cara passa lá três dias amarrado”⁵⁵⁸.

⁵⁵⁵ PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

⁵⁵⁶ SUTTON, A. *Trabalho Escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo, Loyola, Coord. CPT, 1994.

⁵⁵⁷ FONTE: *Folha de São Paulo*, 5 de agosto de 1979.

⁵⁵⁸ SUTTON, A. op. cit., p.49.

Nessa perspectiva, Sutton observa que ainda hoje o Bradesco não admite essa aberração em suas fazendas e, ao contrário, faz uma propaganda que omite os fatos reais, justificando que levou tecnologia e progresso para o interior. Menciona que em 1993, no Folheto comemorativo de seu 50º aniversário, o Bradesco afirma que: “Noutra época, a do milagre brasileiro, no alvorecer dos anos 70, (...) o banco começou a adquirir características de um conglomerado (...). Eles seriam também os anos do avanço do Bradesco nas regiões de fronteira agrícola. A meta era usar os incentivos fiscais para levar a pecuária e as novas tecnologias ao interior”⁵⁵⁹. Aqui a questão que permanece em aberto é de como podemos encontrar trabalhos com condições de exploração tão cruel, que Marx supunha não mais existir com o avanço do capitalismo, numa empresa que se insere na fase superior do capitalismo – financeiro.

Como verificamos acima, a partir do conceito de conglomerado elaborado pelo Prof. Fábio Konder Comparato, os verdadeiros conglomerados são grupos heterogêneos, os investimentos são dispersos nos setores mais variados do mercado. Nesse sentido, a perspectiva do conglomerado é assegurar seu potencial de rentabilidade constante e elevado à massa de recursos investidos. O Conglomerado Bradesco, não fugindo a essa regra, passou a investir, a partir dos anos 70, não somente em empresas do setor financeiro, mas também em empresas de diferentes tipos de negócios. Esses investimentos também não necessitavam ser feitos de uma forma completa, com a incorporação total das empresas, as *take-over bids* mas, conforme apontou o Sr. Comparato, a experiência estrangeira pôs em evidência, nos anos 60, as novas formas jurídicas de concentração empresarial, ou seja, a concentração parcial, através da compra de parte das ações de uma empresa.

Dessa forma, analisando o Balanço do Banco Bradesco S/A, de 31 de dezembro de 1979, verificamos que somente o banco comercial, tinha participação acionária em 22 empresas de diferentes tipos de investimentos: Bahia S/A – Empreendimentos Participações Industriais; Banco Bradesco de Investimentos S/A; Bradesco Minas S/A – Crédito Imobiliário; Bradesco S/A – Crédito Imobiliário; Bradesco Sul S/A – Crédito Imobiliário; Bradesco S/A – Corretora de Seguros; Cia. Agropecuária Rio Araguaia; Cia. Agropecuária Sul da Bahia; Cia. Hotel Bradesco; Cia. de Informática do Brasil; Cia. Rio Capim Agropecuária; Cia. União Comércio e Participações; Comicrotation S/A – Processamentos

⁵⁵⁹ SUTTON, A. op. cit, 50.

de Dados; Digilab – Laboratório Digital S/A; Empreendimentos Imobiliários Taguá S/A; Gráfica Bradesco S/A; Hotel Bradesco São José dos Campos S/A; Participações Industriais da Bahia S/A; Pastoril e Agrícola Canuanã S/A; Pastoril e Agrícola Vale do Gurupi S/A; Petroquímica da Bahia S/A; S.I.D. – Sistema de Informação Distribuída.⁵⁶⁰

Baseado em informações do Balanço anterior, verificamos que o Banco Brasileiro de Investimentos S/A, um banco associado ao Banco Bradesco S/A, também possuía, em dezembro de 1979, participação acionária em 27 empresas de diferentes tipos: Allianz Ultramar Cia. Brasileira de Seguros; Arbor Minas Reflor. E Agropecuária Ltda.; Atlântica Cia. Nacional de Seguros; Boa Vista Cia. de Seguros de Vida e Acidentes; Bradesco Rio S/A Crédito Imobiliário; Bradesco S/A Distr. De Tit. E Vals. Mobil.; Bradesplan S/A Planejamento e Consultoria; CAPRA – Cia. Agropecuária Rio Araguaia; CETRISA – Celulose do Triângulo Ltda.; Cia. Agropecuária Sul da Bahia; Cia. de Hotéis Bradesco; CNCC – Cia. Nacional de Cartões de Compra; Cia. Rio Capim Agropecuária; CNI – Cia. Nacional de Indústria e Construção; Codesbra S/A Corretora de Títulos e Valores Imobiliários; Comicom S/A – Processamentos de Dados; Empresa Melhoramentos de Caxias Ltda.; Farroupilha Cia. Nacional de Seguros; Financiadora Bradesco S/A Cred. Financ. E Investimentos; Floresta Chapadão do Bugre S/A; Floresta Monte Carmelo Agropecuária Ltda.; Leasing Bradesco S/A Arrendamento Mercantil; Pastoril e Agrícola Canuanã S/A; Pastoril e Agrícola Vale de Gurupi S/A; Pátria Cia. Brasileira de Seguros Gerais; Skandia Boavista Cia. Brasileira de Seguros; Turismo Bradesco S/A Administração e Serviços.⁵⁶¹

Na perspectiva de melhorar os serviços com as empresas multinacionais, vemos que o Bradesco avança limites fora do Brasil, com a finalidade de captar recursos e dar assessoria para seu clientes em transações internacionais. Assim, em fevereiro de 1982, o Banco deu início às atividades do Escritório de Representações em Londres, Inglaterra. Em junho, foram inauguradas as Agências em Nova Iorque-EUA e Grand Caymon, no Caribe.⁵⁶²

Na primeira metade da década de 80, o Bradesco passou a investir nos negócios de previdência privada, seguros e capitalização. Nessa perspectiva, em agosto de 1981, foi constituído o Bradesco Previdência Privada S/A. Em abril de 1983, os negócios de seguros

⁵⁶⁰ FONTE: Revista Bancária Brasileira, Ano 48, nº 565, janeiro de 1980, p. 83.

⁵⁶¹ FONTE: Revista Bancária Brasileira, Ano 48, nº 565, janeiro de 1980, p. 85.

⁵⁶² FONTE: Revista do Museu Histórico Bradesco, op. cit.

se fortaleceram com a união do Bradesco e da Atlântica Boa Vista. Dessa união, foi constituído a Bradesco Seguros. Em janeiro de 1985 foi criada a Bradesco Capitalização.

Em dezembro de 1988, o Bradesco foi transformado em Banco Múltiplo, através da incorporação da Bradesco S/A Crédito Imobiliário. A razão social foi alterada de Banco Brasileiro de Descontos S/A para Banco Bradesco S/A – Banco Comercial e de Crédito Imobiliário. Em janeiro de 1989 a razão social do Banco foi alterada novamente para Banco Bradesco S/A. Em novembro de 1992, o Banco Bradesco de Investimento S/A foi incorporado pelo Banco Bradesco S/A.

A partir do final dos anos 80, o Bradesco passou a investir em ações de grandes empresas. Conforme uma declaração na revista de comemoração aos 50 anos do Banco podemos verificar a nova postura de investimentos: “A nova tendência, que começou a se esboçar em maio de 1988, continuará a avançar no rumo da diversificação, mas há uma novidade que vai ser a marca registrada dos anos 90. O Banco, desde que saiu do zero para construir uma carteira de ações tão diversificada quanto a economia brasileira, aprendeu muito com o mercado. Chegou à conclusão de que o melhor é ser investidor, não ser sócio.”⁵⁶³

Baseado em informações de dezembro de 1992, a seguir temos, respectivamente, um perfil e porcentagem das ações da participação do Bradesco em 22 empresas: Artex S/A Fábrica de Artefatos Têxteis – 12,31%; Brasmotor S/A – 31,24%; Companhia Hansen Industrial – 15,25%; Cia. Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro – 11,61%; Companhia Siderúrgica Belgo Mineira – 10,93%; Cremer S/A Produtos Têxteis Cirúrgicos – 13,36%; Indústrias de Bebidas Antártica do Mato Grosso S/A – 20,00%; Indústria de Bebidas Antártica da Paraíba S/A – 13,72%; Indústrias Romi S/A – 13,15%; Indústrias Villares S/A – 10,89%; LATASA – Latas de Alumínio S/A – 35,00%; Manah S/A – 10,31%; Metal Leve S/A – 15,51%; Monteiro Aranha S/A – 15,06%; Newtechnos Catalisadores Automotivos Ltda. – 40,00%; Nordon – Indústrias Metalúrgicas S/A – 10,06%; Pirelli Pneus S/A – 12,06%; S. A. Moinho Santista – Indústrias Gerais – 12,14%; São Paulo Alpargatas S/A – 17,81%; Tupy S/A – 24,26%; Tupy Plásticos S/A – 10,24%; Tupy Metalmecânica S/A – 10,00%.⁵⁶⁴

⁵⁶³ FONTE: Revista Bradesco Comemoração aos 50 Anos. Osasco/SP: Depto. Marketing, 1993.

⁵⁶⁴ FONTE: Revista Bradesco Comemoração aos 50 Anos. Osasco/SP: Depto. Marketing, 1993.

No curto período de 1992 a 1995, o Bradesco ampliou a sua participação acionária em mais 17 empresas, ou seja, em 1995 possuía participação acionária em 39 empresas de diferentes tipos e negócios. Conforme relatório da administração do Bradesco de 31-12-1995: “Destaca-se a importante diversificação de investimentos que vêm sendo feitos pelo Bradesco ao longo dos anos, nos mais diversos setores de atividade, com o objetivo de minimizar riscos, maximizar rentabilidade e contribuir para o desenvolvimento econômico do País, tornando-se verdadeira ‘holding mista’, com variadas fontes de receitas, portanto, com resultados menos sujeitos às oscilações da economia”⁵⁶⁵.

Assim, em 31 de dezembro de 1995, o Conglomerado Bradesco possuía participação acionária nas seguintes empresas: American Bank Note Company Gráfica e Serviços Ltda – 22,50%; Alpargatas Santista Têxtil S. A. - 10,0%; Artex S. A. Fábrica de Artefatos Têxteis – 10,71%; Brasmotor S. A – 31,28%; Casa Anglo Brasileira S. A. – 10,0%; Cia. Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro-CIMAF 13,70%; Cia Siderúrgica Belgo Mineira 11,44%; Cia. Siderúrgica Nacional – 10,54%; COM – Comunicações, Processamentos e Mecanismos de Automação Ltda – 50,00%; Cremer S. A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos – 13,37%; COFAP – Companhia Fabricadora de Peças – 40,00%; Ericsson Telecomunicações S. A. – 2,13%; Indústria de Bebidas Antarctica de Mato Grosso S. A. – 4,57; Indústrias de Bebidas Antarctica do Nordeste S. A. – 5,90%; Indústrias de Bebidas Antarctica da Paraíba S. A. – 13,72%; Indústrias de Bebidas Antarctica Polar S. A. – 8,65%; Indústria de Bebidas Antarctica do Rio Grande do Norte S. A. – 5,08%; Indústria Romi S. A. – 13,24%; LATASA – Latas de Alumínio S. A. – 42,50%; Magnetisita S. A. – 6,50%; Manah S. A. 10,47%; Matel Tecnologia de Teleinformática S. A. – MATEC – 7,37%; Matel S. A. Participações e Administração 48,0%; Metal Leve S. A. Indústria e Comércia 15,32%; Monteiro Aranha S. A. – 11,70%; Newtechnos Catalisadores Automotivos Ltda – 40,00%; Nordon – Indústrias Metalúrgicas S. A. 14,65%; Perdigão S. A. – Comércio e Indústria – 6,52%; Pirelli Pneus S. A. 15,06%; Refrigeração Paraná S. A. 13,30%; Sadia – Concórdia S. A. Indústria e Comércio – 8,32%; Santista Alimentos S. A. – 5,17%; São Paulo Alpargatas S. A. 21,27%; Serrana S. A. 5,50%; Sharp S. A. Equipamentos Eletrônicos 18,32%; TEDAC – Fabricação e Tecnologia Automotiva Digital

⁵⁶⁵ FONTE: Revista Bradesco nº 1, Osasco: Depto. de Marketing, 1996

S. A. 17,00%; Tigre Participações S. A. – 16,37%; Tupy S. A. – 15,18% e Victori Comunicações S. A. – 25,00%.

Em síntese, podemos observar que o Bradesco, aproveitando-se de toda uma política econômica de incentivos a formação de conglomerados nacionais, investiu na formação desse imenso conglomerado com atuação em diversas empresas de diferentes tipos. Nessa perspectiva, já nos anos 60 o Bradesco inicia a sua política de conglomeração com a abertura de empresas que atuam em serviços financeiros. Como forma de ampliar e melhorar seus serviços bancário-financeiros, o Banco passou a investir na concessão de financiamentos de médio e longo prazo. O Bradesco também ampliou os seus investimentos em diversas empresas ligadas ao mercado de capital, ao turismo, ao mercado imobiliário e seguros. As novas formas jurídicas de concentração empresarial, ou seja, a concentração parcial, através da compra de parte das ações de uma empresa permitiram ao Banco, a partir dos anos 70, ampliar seus investimentos em diversas empresas de diferentes tipos e negócios. Nesse sentido, o Bradesco se apropriando dos incentivos fiscais para a formação de empresas agropecuárias nas áreas de fronteira agrícola, passou a fazer investimentos em grandes fazendas agropecuárias na região Amazônica. Aqui se faz necessário ressaltar que existe uma denúncia de que nessas fazendas, naquela época, houve práticas de trabalho escravo. Nesse contexto, a questão que permanece em aberto, é a de que como podemos encontrar trabalhos com condições de exploração tão cruel, que Marx supunha não mais existir com o avanço do capitalismo, numa empresa que se insere na fase superior do capitalismo – financeiro. Em 31-12-95, o Banco possuía participação acionária em 39 empresas de diferentes tipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de Mestrado teve como objetivo central mapear e compreender o processo de difusão territorial da rede das agências do Banco Bradesco S/A no território nacional. O recorte histórico desta dissertação abrangeu desde o momento da fundação do Banco em Marília/SP, no ano de 1943, até a sua entrada na Rede Mundial Internet em 1995, divididos em três períodos, demonstrados em três capítulos, que indicaram momentos significativos de inflexão desse processo de difusão territorial da rede de agências do Banco. No momento em que demonstramos a fundação, do Bradesco ressaltamos um dos seus fundadores, Amador Aguiar, um presbiteriano caipira do interior do Estado de São Paulo, que criou um ideário disciplinar para o Banco, a qual acabou influenciando significativamente na Organização Bradesco.

Esta dissertação examinou quais foram as estratégias e práticas sócio-espaciais, ao longo dos anos 40 aos anos 90, que fizeram com que um pequeno banco caipira do interior do Estado de São Paulo, financiador e intermediador dos negócios gerados a partir da atividade cafeeira, com uma territorialidade regional, se tornasse o maior banco privado de varejo brasileiro e a maior rede de agências com uma territorialidade nacional.

A primeira difusão territorial da rede de agências do Bradesco, demonstrada no primeiro capítulo, aconteceu num território regional no período entre 1943 a 1963. Nessa perspectiva o Banco, naquele momento um pequeno banco de caipiras do interior, difundiu sua rede de agências no território do café. Isso pode ser comprovado no fato de que o Banco ampliou aceleradamente o número de agências nesse território, passando de 6 agências em 1943 para 223 em 1963, ou seja, houve um aumento de 3.716% em 20 anos. Assim, procuramos demonstrar que esse aumento das agências deveu-se, pelo menos em parte, às altas taxas de lucratividade alcançadas pelo Banco com o *spread* financeiro, que por sua vez foram favorecidas com as altas taxas de inflação do período. Entretanto, fez-se necessário destacar a relevância desse território no contexto do desenvolvimento econômico e regional brasileiro pois, como verificamos, os dados de crescimento e desenvolvimento econômico dessa região, nesse período, apresentavam-se extremamente dinâmicos. Dessa maneira, demonstramos que o Banco difundiu sua rede de agências aproveitando as oportunidades dos negócios desenvolvidos nesse território, principalmente

intermediando as transações financeiras dos pequenos e médios sítiantes da franja pioneira paulistas e paranaenses. Portanto, procuramos apresentar que ocorreu um processo de concentração do capital bancário do Bradesco, um banco de origem caipira e de ideário disciplinar, a partir da difusão da sua rede de agências num território regional que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade da atividade cafeeira e algodoeira.

Demonstramos, no segundo capítulo, que houve uma transição da difusão da rede de agências do Bradesco, no qual o Banco passou de uma difusão de atuação regional para nacional. Assim, entre os anos de 1964 e 1973, as Autoridades Monetárias tendo como perspectiva um sistema bancário-financeiro constituído de bancos com menos problemas sazonais de liquidez e a ampliação da atuação dos bancos por diversas localidades do território nacional, implantou uma série de regulamentações, que tiveram por objetivo incentivar a centralização do capital bancário-financeiro, ao mesmo tempo, que controlar e orientar as cartas-patentes que autorizavam a abertura de agências bancárias no território brasileiro. Nesse contexto, por um lado, o Governo Federal, preocupado em impedir o continuado crescimento do número de estabelecimentos bancários nas cidades de categorias superiores, proibiu a abertura de novas agências. Os maiores bancos impedidos de abrir novos postos de captação de depósitos/recursos, usaram a estratégia de incorporação de outros bancos menores (os quais, segundo as Autoridades Monetárias, tinham dificuldade de se adaptar às novas regras da Reforma Financeira), para expandir suas redes de atendimento, o que resultou na centralização bancária (que também, segundo defendem alguns economistas, tinha por objetivo criar economia de escala nas empresas privadas). Por outro lado, o Governo Federal procurou direcionar a expansão da rede de agências para regiões consideradas menos assistidas, o que implicou na difusão territorial de agências dos bancos por todo o território brasileiro. Nessa perspectiva, verifica-se que houve a diminuição do número de matrizes e uma ampliação do número de agências bancário-financeiras, ao mesmo tempo que houve a transformação de muitos pequenos bancos que tinham uma atuação local-regional em poucos grandes bancos de atuação nacional. O Bradesco, beneficiado por esses incentivos fiscais, incorporou 14 bancos, tornando-se a partir daí o maior banco e a maior rede de agências privada do Brasil. Portanto, conforme demonstramos neste capítulo, fica evidenciado que a centralização do capital bancário-

financeiro, bem como a dispersão territorial bancária, pelo menos nesse período entre 1964 e 1973, está muito mais atrelada a uma intervenção estatal do que ao próprio processo espontâneo de captação e intermediação dos recursos da atividade econômica.

A partir desse contexto de incorporação de outros bancos demonstramos, no terceiro capítulo, que a consolidação do processo de difusão da rede de agências do Bradesco no território nacional, no período entre 1973 a 1996, esteve intimamente relacionada com implantação de novas tecnologias informacionais e organizacionais. Nesse período, o Estado diminuiu sua intervenção na centralização do capital e no controle da dispersão das agências bancário-financeiras, porque houve restrições da política monetária e creditícia, agravadas pela dívida externa. Isso possibilitou uma mobilidade própria dos bancos. O Bradesco aproveitou-se dessa mobilidade e abriu agências pioneiras aumentando o lucro com o *spread* financeiro, possibilitado pela alta inflação do período. Após o Plano Cruzado, o Banco refluíu e se preparou para uma futura estabilização da economia, ou seja, imediatamente diminuiu 10% das suas agências e manteve o total de agências do ano de 1987 até o ano de 1991. Além do que, o Banco gestou uma enorme reestruturação empresarial, que acabou integrando a rede nacional de agências e interferiu no perfil e no quadro de funcionários. Neste período, o Estado diminuiu a importação de tecnologia informacional, para controlar a balança de pagamentos e criar uma reserva de mercado para proteger a indústria em surgimento no país. O Bradesco criou e desenvolveu uma fábrica de tecnologia informacional. A concentração de capital e a rede de atuação nacional do Bradesco, possibilitaram-no formar um dos maiores conglomerados financeiro e empresarial do Brasil, com atuação em 39 empresas de diferentes tipos em 1995. Essa conglomeração não apenas foi possível a partir da concentração de capital e da rede de agências com atuação nacional, mas também tornou-se necessária para a reprodução do próprio capital do Banco. Com esta pesquisa esperamos ter contribuído para o preenchimento da “lacuna” de um estudo sobre a “história-geográfica”, ou seja, sobre a territorialidade de um banco como o Banco Bradesco S/A. Essa contribuição foi por meio da análise do surgimento e evolução da rede de agências do Banco. Desse modo esperamos ter abrangido “o processo de sua formação em um dado contexto espaço-temporal, as alianças e conflitos com outros agentes, suas estratégias e práticas”⁵⁶⁶ sócio-espaciais.

⁵⁶⁶ CORRÊA, R. L. *Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território*, op. cit., p. 17-32.

BIBLIOGRAFIA

- ACCORSI, A. Automação: bancos e bancários. São Paulo: Dissertação de Mestrado. FEA/USP, 1990.
- AGLIETA, M. Regulacion y Crisis Del Capitalismo. La Experiência de Los Estados Unidos. Ed. Século XXI – México, Espanã, Argentina e Colombia. Trad. Juan Bueno.
- ALBERTIN, A. L. Administração de Informática Um Estudo Sobre Seus Fatores Críticos de Sucesso no Setor Bancário Privado Nacional. São Paulo: Dissertação de Mestrado FEA/USP, 1993.
- ALMEIDA, S. R. P. A concentração de capital nos bancos comerciais brasileiros: 1964-1981. São Paulo: Dissertação. de Mestrado PUC/SP, 1983.
- ARAUJO FILHO, J. R. de. O Café, Riqueza Paulista. Boletim Paulista de Geografia, n.º 23, julho de 1956. São Paulo.
- ASSIS, J. C. de. A sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o Sistema Bancário. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BANDEIRA, M. Cartéis e Desnacionalização (Experiência brasileira: 1964 –1974) 2º ed. RJ: Civilização Brasileira, 1975.
- BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. Brasil - Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. 2 ed., Rio de Janeiro, Berfrand Brasil, 1994.
- BIELSCHOWSKY, R. A. Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira – Uma Análise Introdutória – (1935/1962). São Paulo: Dissertação de Mestrado, Depto. de Economia do Inst. Ciên. Hum. da Universidade de Brasília, 1975.
- Boletim Conjuntura Econômica. Ano II Jan/48 nº 1, 2º Edição. Rio de Janeiro: Organizado pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas.
- BOUZAN, A. Os bancos comerciais no Brasil: uma análise do desenvolvimento recente; 1965-1971. São Paulo: Tese de Doutorado, FEA/USP, 1972.
- BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Mensal., Brasília, 6 de fev. de 1970.

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. Exposição de motivos do anteprojeto da Lei 4.357. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 12 de maio de 1964.

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. Exposição de motivos do anteprojeto da Lei 4.380. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 28 de maio de 1964.

BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA. Sistema bancário brasileiro: anteprojeto. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1974.

CANO, W. Raizes da Concentração Industrial em São Paulo. T. A. Queiróz, 2º ed. (Período 1850-1929) São Paulo: 1983.

_____. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo: Global; Campinas: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CARLOS, A F. A. O Lugar na “Era das Redes” (mimeo) Aracaju, 1995.

_____. A Mundialidade do Espaço IN: MARTINS, J. de S., Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética, São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996

CARVALHEIRO, N. Bancos Comerciais no Brasil – 1964/1976 – Crescimento e Concentração. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1982.

CASTRO, H. O. P. de. As causas econômicas da concentração bancária. Rio de Janeiro, IBMEC, 1981.

CANO, W. & GUIMARÃES NETO, L. A Questão Regional no Brasil: Traços Gerais de sua Evolução histórica, IN: Pensamento Iberoamericano. Revista de Economia Política, nº 10 Madrid/Espanha, 1986.

CARDOSO DE MELO, J. M. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, M. C. V. de. O Porto de Santos. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. IV, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1944. (Esse Congresso foi realizado em Florianópolis, SC, de 7 a 16 de setembro de 1940).

COMPARATO, F. C. Novas Formas Jurídicas de Concentração Empresarial. SIMPOSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES, Realização: Fed. Nac. da Assoc. Bancos e Inst. de Org. Racional do Trabalho, São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972.

CONTRERAS, L. R. Z. Inflação e Crescimento Econômico no Brasil. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEA/USP, 1998.

COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980) – SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), Vol. 1 nº 1, SEADE, 1988.

CORRÊA, R. L. Região e Organização Espacial. Rio de Janeiro, Ática, 1990.

CORRÊA, R. L. Concentração Bancária e os Centro de Gestão do Território in Rev. Bras. de Geografia. Rio de Janeiro, abr/jun 1989, n. 51, p. 17-32.

_____ Dinâmica do espaço financeiro brasileiro – 1961-1985. (p.163-8)
In: O Novo Mapa do Mundo - Globalização e Espaço Latino-Americano org. Sacarlato, F. C. e outros. 2º ed., São Paulo, Hucitec-Anpur, 1994.

CORRÊA, V. P. Concentração e Lucratividade dos Bancos. Brasília: Dissertação de Mestrado, Depto. de Economia, Inst. de Ciên. Hum. da Universidade de Brasília, 1985.

COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo, Hucitec, 1992.

DAMIANI, A. L. Introdução ao Curso Teoria e Método II, Depto. de Geografia/FFLCH/USP, março de 1997. (mimeo)

DA SILVA, C. A. F. Dinâmica Espacial do Capital Bancário – Difusão, Integração e Crise: Estudo de Caso do Banco Nacional S.A., Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DEFFONTAINES, P. *Como se constitui no Brasil a rede de cidades* – Transcrição – IN: Boletim Geográfico, Ano II, maio de 1944, nº 14. E Ano II, junho de 1944, nº 15, IBGE – Conselho Nacional de Geografia – Rio de Janeiro.

DE BUENO VIDIGAL, G. E. Bancos e Finanças Aspectos da Política Financeira Brasileira, São Paulo: Ed. Raízes Artes Ltda. Patrocínio: Fed. Nac. dos Bancos, 1981.

DIAS, L. C. Les Reseaux de Telecommunication et L. Organization et Urbaine ou Brasil. These de Doctorat de Université de Paris, IV Maas, 1991.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Profissão: Bancário - Perfil da Categoria. São Paulo, 1980.

DIEESE. Balanço de Bancos 1969-78. São Paulo, 1979.

FIORI, H. B As Regiões Produtoras de São Paulo, Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. IV, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1944.

FISHLOW, A. Algumas Reflexiones Sobre la Política Economica del Brasil Califórnia/USA: Depto. Economia – Universidade de Berkeley, nov/1971.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 3 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1982.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1977.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 11º ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

GORZ, A. A crise da idéia do trabalho e a esquerda pós-industrial., In: Capitalismo, Socialismo, Ecologie. Paris, Galillée, 1991, (tradução, mimeo), p. 01-2.

GRÜN, R. Taylorismo e Fordismo no Trabalho Bancário: Agentes e Cenários. RBCS nº 2 vol. 1 out. 1986.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5º ed., São Paulo, Loyola, 1992.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, em 01 de setembro de 1940 - Série Regional, Parte XVII - São Paulo. Tomo 3, Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Quadros de Totais Referentes ao Estado e de Distribuição Segundo os Municípios, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

IBGE, Conselho Nacional de Geografia, I Centenário das Ferrovias Brasileiras – (Diversos Autores), Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

JINKINGS, N. O Míster de Fazer Dinheiro – Automatização e Subjetividade no Trabalho Bancário. São Paulo, BOITEMPO EDITORIAL, 1995.

KAREPOUS, D. A História dos Bancários: Lutas e Conquistas 1923-1993. São Paulo, Sind. dos Bancários e Finan. de São Paulo, 1994.

LABASSE, J. Lês Capitaux Et La Région – Essai sur le commerce et la circulation capitaux dans la région lyonnaise. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.

_____ L' Espace Financie – analyse géographique. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

LABINI, P. S. Oligopolio y Progreso Tecnico. Barcelona/Espanã: Ediciones Oikos-Tau, 1966.

LACOSTE, Y. A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.

LEFEBVRE, H. Lógica Formal Lógica Dialética., Trad., Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

_____ Espacio y Política – El Derecho a la Ciudad, II. Barcelona, Ed. Península, 1976.

_____ Regresso a Fonte: Marx, IN: Problemas Atuais do Marxismo,
ULMERIO

_____ La Revolución urbana 4º ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983

LEITE, J. C. Tecnologia e organizações: um estudo sobre os efeitos da introdução de novas tecnologias no setor bancário brasileiro. São Paulo: Tese de Doutorado FEA/USP, 1996.

LENCIONI, S. Agricultura e Urbanização – A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH-Depto. de Geografia/USP, 1985.

_____ Reestruturação Urbano-Industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrôpole de São Paulo. A Indústria Têxtil. Tese de Doutorado., São Paulo, FFLCH/USP, 1991.

LEME, R. A S. Revista Bancária Brasileira. Maio de 1967, p.21-2

LENIN, V. I. El Imperialismo: Fase Superior del Capitalismo. Buenos Aires, Lautar, 1946.

LICHTENSZTEJN, S. E BAER, M. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – Estratégias e Políticas do Poder Financeiro. Ed. Brasiliense, 1987.

LIPIETZ, A e LEGORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Trad. Regina Sílvia Pacheco, In: Espaço & Debates 25. Reestruturação: econômica e território. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII, 1988.

MACHADO, A. A. A Circulação Fiduciária e o Crédito Agrícola. Revista Bancária Brasileira. Nº 192, Rio de Janeiro: 20/12/1948, nº 35.

MORAES, A. C. R. Ideologias Geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil 2º ed. São Paulo: HUCITE, 1991

MARQUES, N. F. da S. A concentração bancária brasileira no período do pós-64. Recife: Dissertação de Mestrado Depto. de Economia da U. F. de Pernambuco, 1984.

MARX, K. Primeiro Manuscrito: Trabalho Alienado IN: FROM, C. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARX, K. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, V. II, 6º ed., Trad. Reginaldo Sant Anna. Civilização Brasileira, 1980.

MEDINA, R. Desnacionalização: Crise contra o Brasil? RJ: Ed. Saga, 1970.

MENDES, A L. Concentração e Desintermediação Financeira no Brasil – 1964/1986. Dissertação de Mestrado em Economia, Univ. Brasília, Brasília, 1988.

MILLIET, S. Roteiro do Café e Outros Ensaio: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4º ed. rev e aum. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.

MONBEIG, P. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva, São Paulo: HUCITEC/POLISM 2.º ed., 1998.

_____. Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Européia, 1957

MONT' ALEGRE, O. *Credito especializado*. Revista Bancária Brasileira. Nº 193, Rio de Janeiro: 20/01/1949.

MONTORO FILHO, A F. Moeda e Sistema Financeiro no Brasil. RJ, IPEA/INPES, 1982.

MÜLLER, N. L. *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná* Boletim Paulista de Geografia n.º 22, março de 1956.

NEGRI, B. COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA – A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), Vol. 1 nº 2, SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), SEADE, 1988.

OLIVEIRA, F. de A Economia da Dependência Imperfeita. 2º ed. RJ: Edições do Graal, 1977.

_____. *Relações de Trabalho: Novas Formas e Novas Questões* IN: Mesa Redonda São Paulo: 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos/FFLCH/USP, maio de 1996.

OSÓRIO MACHADO, L. Movimento de Dinheiro e Tráfico de Drogas na Amazônia., In: Drogas: Hegemonia do Cinismo. Coord. Ribeiro, M. de M. e Saibel, S. D., São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1997.

PALERMO, A. *Nova Divisão Territorial do Brasil –Quinquênio 1954/1958* * Origem dos Municípios do Estado de São Paulo 1º. Ed. São Paulo: Editor Márcio Bagueira Leal, 1955.

PAULA, L. F. R. de Comportamento dos bancos em alta inflação: teoria e experiência brasileira recente. Campinas: Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, 1997.

PIQUET, R. & RIBEIRO, A. C. T. Brasil: Território da Desigualdade. Descaminhos da Modernização. RJ: Jorge Zahar Ed. – Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

PESSOA, J. *O Comércio do Café – Sua História Econômica, Evolução e Organização Atual*. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. IV, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1944.

PETRONE, P. São Paulo Terra e Povo. Porto Alegre: Editora Globo S/A, 1967.

_____. *O Homem Paulista*, Boletim Paulista de Geografia, n.º 23, São Paulo: julho de 1956.

PIRES, H. F. Reestruturação Industrial e Alta-Tecnologia no Brasil: as Indústrias de Informática em São Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo: Depto. de Geografia, FFLCH/USP, 1995

PRADO JR., C. História Econômica do Brasil 17º ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1974.

RANGEL, I. A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro: TEMPO BRASILEIRO, 1963.

REFORMA BANCÁRIA. Lei n. 4595, mercado de capitais; Lei n. 4728, decreto lei n. 286; cheque lei uniforme, decreto n. 57595; com índices analíticos. 2 ed. Porto Alegre, Sulina (Manuais Sulina), 1968.

REBOUÇAS, A. J. de R. Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho: a insalubridade no Brasil /ET AL/. São Paulo. Oboré, 1989.

ROHWDDER, J. *A Atual Expansão do Algodão Paulista*. In: Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. IV, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1944.

SANTOS, E. O. *Ponta Grassa, Capital Regional do Oeste do Paraná*, Boletim Paulista de Geografia, n.º 24, outubro de 1956, São Paulo.

SANTOS, M., e outros. O Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1994.

_____. Por uma geografia nova. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1978.

SEABRA, O. C. de L. *A Insurreição do Uso* IN: MARTINS, J. de S., Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética, São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996

SEGNINI, L. A Liturgia do Poder - Trabalho e Disciplina. São Paulo, EDUC, 1988.

SENNET, R. O Declínio do Homem Público – As Tirantias da Intimidade. São Paulo, Cia da Letras, 1988.

SILVA, C. A. F. da. Dinâmica Espacial do Capital Bancário – Difusão, Integração e Crise: Estudo de Caso do Banco Nacional S/A. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Univ. Fed. do RJ, 1997.

SILVA, A. M. da. *Evolução recente da economia brasileira*. Estudos Econômicos, São Paulo, 9 (3) set/dez., 1979.

SIMONSEN, M. H. *A força de trabalho no Brasil*. IN: Indústria & Produtividade, out. de 1973.

SIMPÓSIO SOBRE FUSÕES E INCORPORAÇÕES – Federação Brasileira das Associações de Bancos e Instituto de Organização Racional do Trabalho, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

SINGER, P. A Crise do “Milagre” – Interpretação crítica da economia brasileira. 4º ed. RJ: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, E. C. de. *Distribuição da População do Estado de São Paulo em 1940*. Revista Brasileira de Geografia. Ano XIV, n.º 3, Rio de Janeiro: julho-setembro de 1952.

SOUZA MARTINS, J. de., O Cativo da Terra. 6º ed., São Paulo, Hucitec, 1996.

_____, Conde Matarazzo – O Empresário e a Empresa 2º ed. São Paulo, Hucitec, 1976.

SOUZA MARTINS, H. e RAMALHO, J. R. Terceirização - Diversidade e Negociação do Mundo no Trabalho. São Paulo, Hucitec, 1994.

SUTTON, A. Trabalho Escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo, Loyola, Coord. CPT, 1994.

SUZIGAN, W. & PELÁEZ, C. M. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

TAVARES, M. da Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, 2º ed. RJ: Zahar Editores, 1973.

VIEIRA, E. A. Um aspecto do trabalho bancário, sua correlação com a desordem mental. (Tese de mestrado apresentada à Pós-Graduação em Ciências Sociais da Fund. Esc. de Sociologia e Política de São Paulo). São Paulo, 1971.

ZINI Jr., A. Uma Avaliação do Setor Financeiro no Brasil: da Reforma de 1964/65 à Crise dos Anos 80. Campinas: Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, 1982.

Periódicos, folhetos e outros documentos:

Apostila do Curso de Atendimento e Relacionamento Humano – Departamento de Treinamento.

Jornal O Estado de São Paulo

Jornal Folha da Tarde

Jornal Folha de São Paulo

Jornal Folha Bancária do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo (de 1943 a 1994)

Jornal Gazeta Mercantil do Estado de São Paulo (18.11.1981)

Material Bradesco: Caderno Atendimento e Relacionamento Humano - Bradesco Depto. de Treinamento; Jornal Raios dos Funcionários do Bradesco; Mensagens e Orações, Osasco, Gráfica Bradesco S/D; Regulamento Interno, Osasco, Gráfica Bradesco; Relações de Agências. Período 1943/1981/1994; Revista Bradesco, Ed. Depto. de Marketing, Cidade de Deus, Osasco, São Paulo; Revista do Museu Histórico Bradesco.

Revista Ação! de Graça? do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo

Revista Bancária Brasileira do período de 1947 a 1996

Revista Bancária do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo

Revista dos Bancários - Sind. Banc. e Fin. de São Paulo, Osasco e Região CUT

Revista EXAME

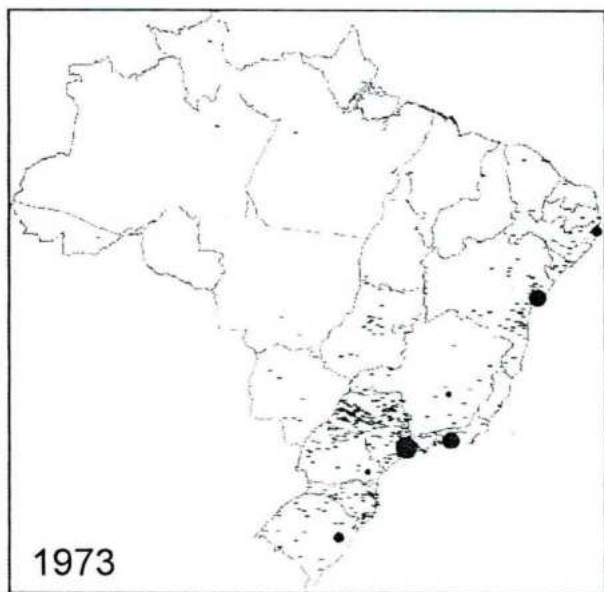
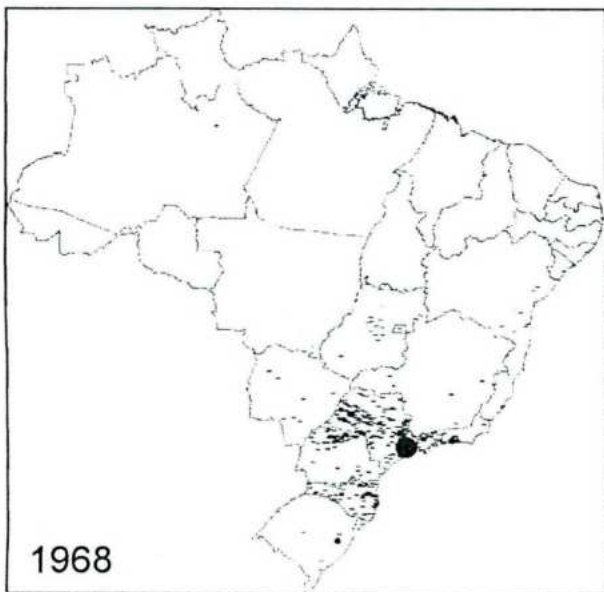
Revista ISTO É

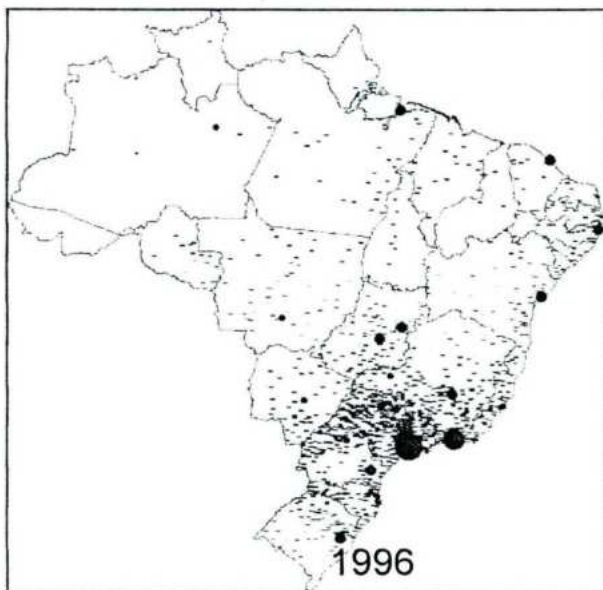
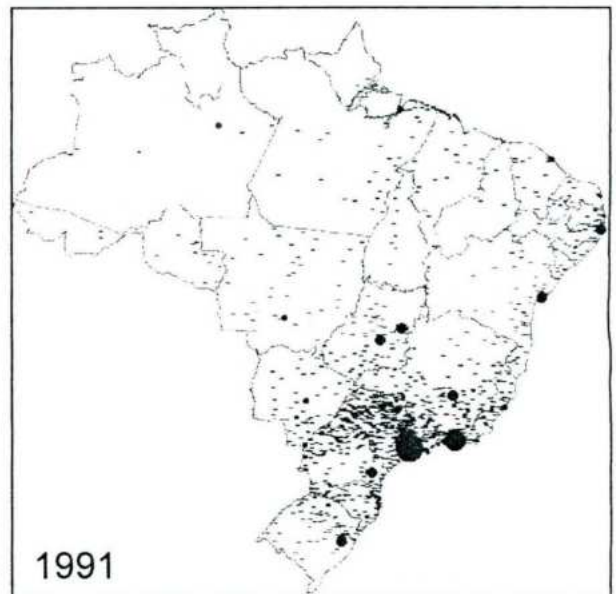
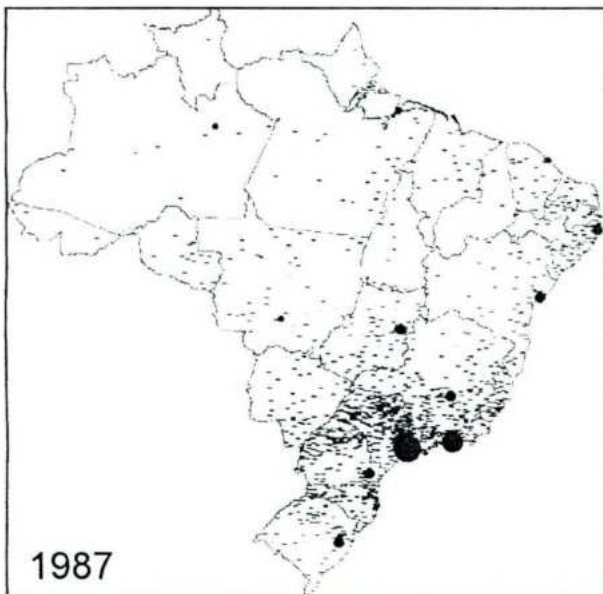
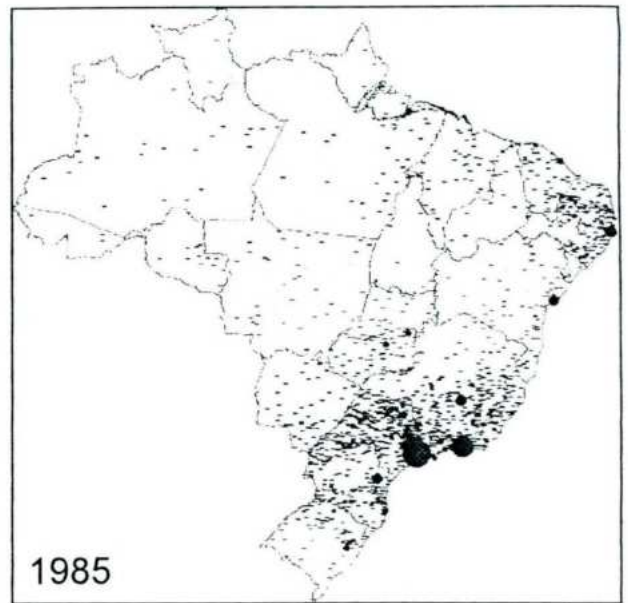
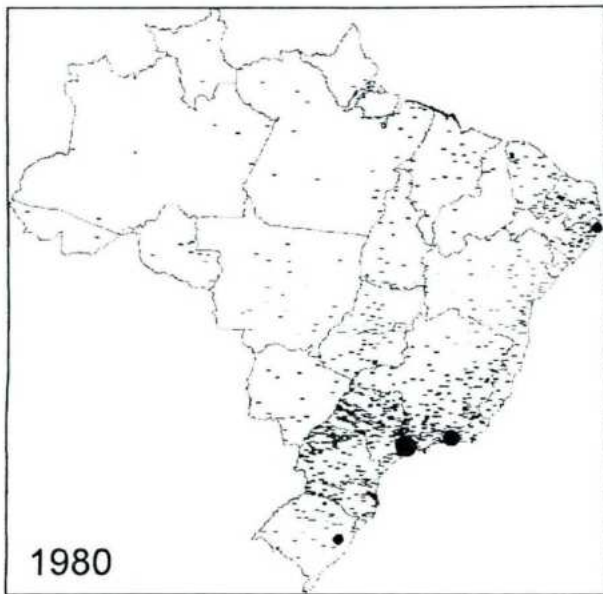
Revista VEJA

Pesquisa concluída após um seminário promovido pelo Comando Nacional dos Funcionários do Bradesco, sob a supervisão de Sec. de Formação Sindical do SEEB de São

ANEXO

BRDESCO : AGÊNCIAS BANCÁRIAS – 1943 a 1996

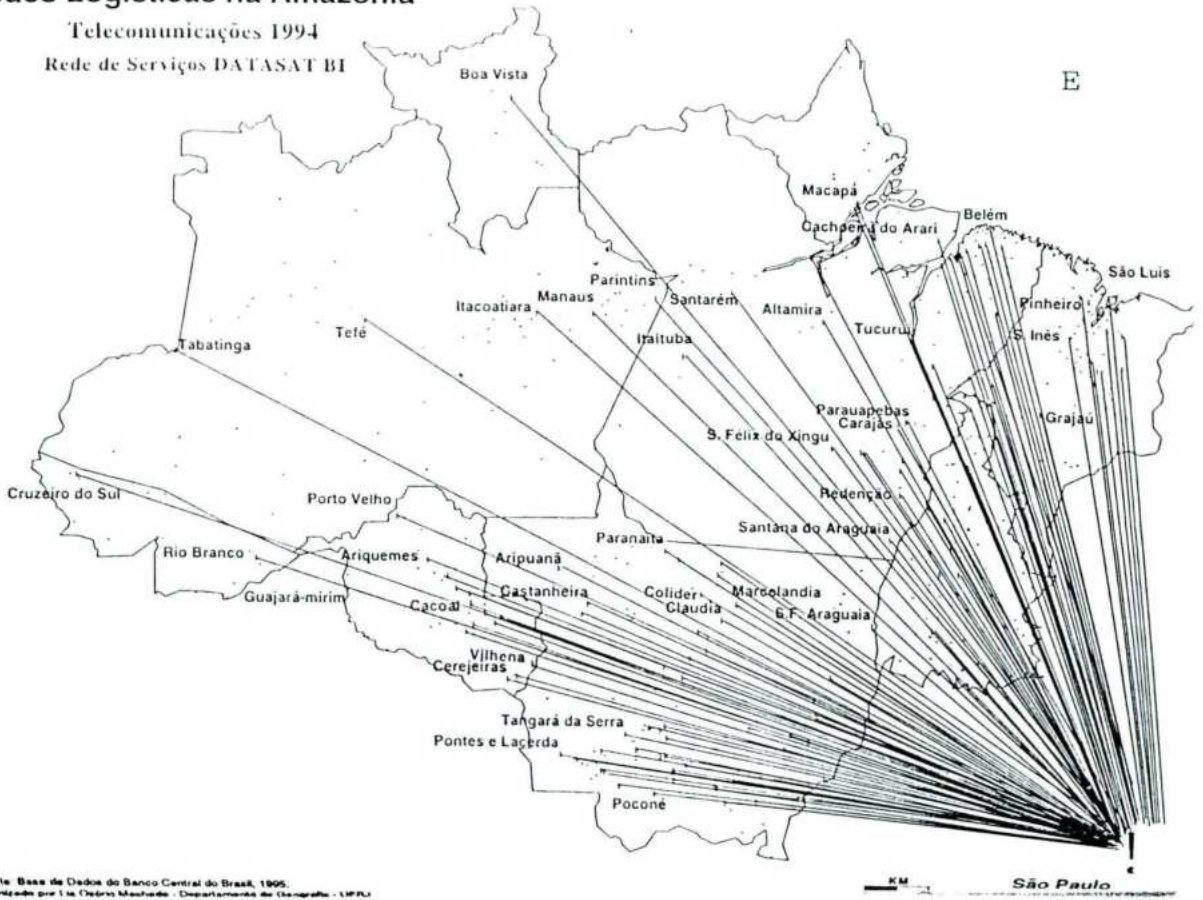




Redes Logísticas na Amazônia

Telecomunicações 1994

Rede de Serviços DATASAT BI



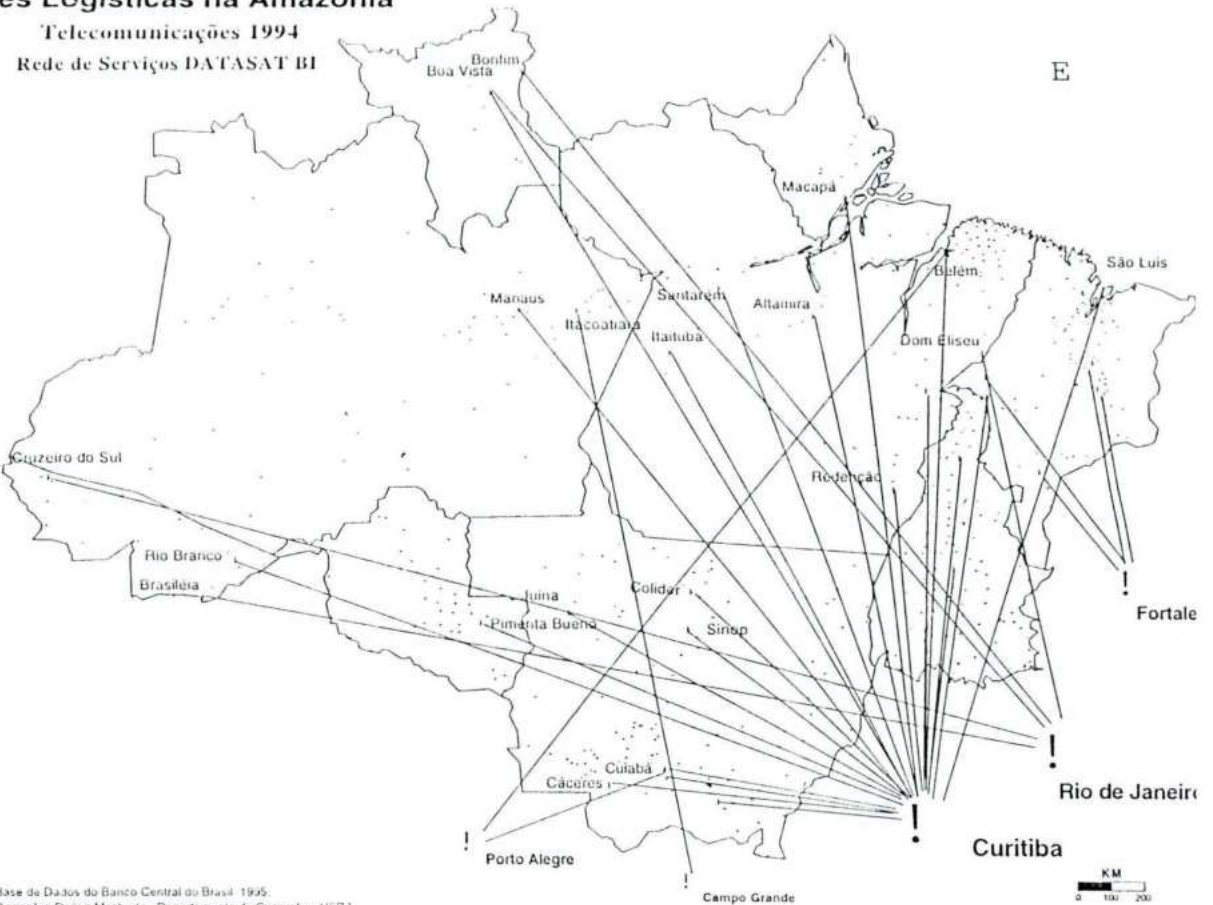
Fonte: Base de Dados do Banco Central do Brasil, 1995.
Organizado por Lu Ozônio Machado - Departamento de Geografia - UFPA

Mapa 3

Redes Logísticas na Amazônia

Telecomunicações 1994

Rede de Serviços DATASAT BI



Fonte: Base de Dados do Banco Central do Brasil, 1995.
Organizado por Lu Ozônio Machado - Departamento de Geografia - UFPA

Mapa 4

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.

